

JUSSARA DUARTE SOARES DIAS

**O PATRIMÔNIO NA CORDA BAMBA DE SOMBRINHA:
O CASO DA CAPELA E DA FESTA DE SANTA QUITÉRIA NO DISTRITO DE
RODRIGO SILVA (OURO PRETO – MG)**

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

D541p
2018
Dias, Jussara Duarte Soares, 1987-
O patrimônio na corda bamba de sombrinha : o caso da capela e da festa de Santa Quitéria no distrito de Rodrigo Silva (Ouro Preto - MG) / Jussara Duarte Soares Dias. – Viçosa, MG, 2018.

x, 289 f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Leonardo Civale.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 273 - 277.

1. Patrimônio cultural - Rodrigo Silva (Ouro Preto, MG).
2. Cultura popular - Rodrigo Silva (Ouro Preto, MG).
3. Festa de Santa Quitéria. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22. ed. 363.69098154

JUSSARA DUARTE SOARES DIAS

**O PATRIMÔNIO NA CORDA BAMBA DE SOMBRINHA:
O CASO DA CAPELA E DA FESTA DE SANTA QUITÉRIA NO DISTRITO DE
RODRIGO SILVA (OURO PRETO – MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

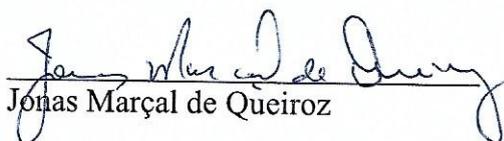
VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

JUSSARA DUARTE SOARES DIAS

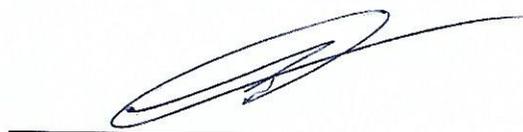
**O PATRIMÔNIO NA CORDA BAMBA DE SOMBRINHA:
O CASO DA CAPELA E DA FESTA DE SANTA QUITÉRIA NO DISTRITO DE
RODRIGO SILVA (OURO PRETO – MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 11 de maio de 2018.


Jonas Marçal de Queiroz


Leila Bianchi Aguiar


Alex Fernandes Bohrer
(Coorientador)


Leonardo Civale
(Orientador)

A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes.

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

“A intermitência do sonho é que nos permite suportar os dias de trabalho”, bem disse Pablo Neruda. Assim inicio essas palavras de agradecimento, momento este de escrita tão íntima e profunda. Agradecendo primeiramente a Deus, ao Universo, essa força maior que nos impulsiona e nos dá energia e perseverança para ir em busca dos nossos sonhos, acalentando o verdadeiro sentido desta aventura chamada vida!

Não obstante, este sonho só se tornou realidade porque ele foi sonhado em conjunto. Seria impossível chegar até aqui se não fosse o apoio e ajuda de tantas almas queridas que, pela presença e pelas muitas ausências, suportaram os meus dias de luta. Ter a solidão como companhia foi essencial para as leituras, para a criação e a construção da pesquisa. A resposta “não posso, preciso estudar” se tornou corriqueira e, muitas vezes, difícil para quem se dizia.

Esse correr da vida, tão característico do nosso tempo, forçou-me a me desligar do mundo virtual, abandonar redes sociais e muitas vezes dividir os preciosos minutos com acontecimentos de tirar o fôlego. Dividir a concentração entre o fazer histórico e as atualidades se tornou um grande desafio. O golpe no qual retiraram nossa presidenta eleita Dilma Rousseff e o julgamento do nosso presidente Lula, por exemplo, tomaram grande espaço nos meus pensamentos...

Preciso agradecer imensamente ao meu companheiro de travessia, Gustavo Pereira Dias que sempre me apoiou e nunca mediu esforços para que eu trilhasse pelo fascinante caminho acadêmico. Todo orgulhoso, carinhoso e feminista compartilhou os meus sonhos como se fossem a realização dos seus. Sua compreensão juntamente com o seu sorriso, fez tudo se tornar leve e possível. Obrigada, meu amor, essa vitória é nossa!

À minha família, mãe, pai, irmãos, cunhados, sogra, que souberam entender a nossa ausência da melhor maneira possível, às vezes com tristeza por nos querer por perto, mas nunca com julgamentos. Obrigada por acreditarem e incentivarem o nosso crescimento.

Aos orientadores que o universo me presenteou com tanta ternura e tenacidade. Sou imensamente grata por tê-los juntos nesta caminhada, conduzindo-me passo a passo. Agradeço pelas leituras atenciosas, pelas correções e por respeitarem minha obstinação pelo objeto de pesquisa.

Leonardo Civale, com seu entusiasmo contagiante pela docência, transbordando sabedoria em cada aula, encontro, conversa, tornou-se um amigo querido, o qual tem toda

minha admiração. Obrigada por sempre acreditar em mim, Leo! E, Alex Bohrer, amigo já de outras jornadas que, com seu encantamento pelas coisas do passado, transformou o meu modo de ver Ouro Preto, agora, com um “novo olhar”. Agradeço Alex, pela dedicação com seus pupilos!

Também agradeço ao Professor Jonas Marçal de Queiroz, por trabalhar com tanto afinco para a consolidação do nosso curso. Especialmente, por ter aceitado o convite para participar da minha banca e fazer apontamentos cruciais e instigantes para a melhoria das discussões. Também sou grata aos professores Wagner Batella, Vanessa Lana e Karla Denise Martins, pelas leituras e críticas feitas desde a construção do projeto que só vieram a acrescentar.

Não poderia deixar de agradecer ao Programa do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV que, em parceria com a Universidade de Évora, nos apresentou o professor Filipe Themudo Barata, pessoa ímpar e inspiradora. Além de nos proporcionar uma viagem tão enriquecedora à Portugal. Obrigada.

À Mileny Lacerda Prates, por tornar a burocracia institucional em um ofício mais humano. Obrigada por cuidar com tanta destreza de todos nós alunos. Aproveito para agradecer as dicas e apoio da Walkiria Maria de Freitas Martins que, possui a humildade dos grandes sábios, sendo uma pessoa encantadora.

Aos amigos da turma 2016, sou extremamente grata por conhecê-los. A travessia foi mais divertida compartilhada com cada um de vocês. Já sinto muita saudade das nossas sextas-feiras. Todos estão guardados do lado esquerdo do peito, sem exceção!

Agradeço também à Polyana Tyler e Helenice Oliveira, funcionárias do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, responsáveis por zelar e difundir o rico acervo ali existente. João Paulo Martins e Ana Paula Paixão, colegas e também funcionários da Prefeitura de Ouro Preto, agradeço por responderem as inúmeras perguntas pacientemente. Conhecer o trabalho de vocês me fez acreditar em nossas instituições públicas. Gratidão por serem tão competentes e do bem.

Professora Adalgisa Arantes Campos e Myriam Lott, sou grata por me receberem em suas casas dividindo seus ricos materiais pelo simples e puro amor à pesquisa histórica.

Também agradeço profundamente à comunidade de Rodrigo Silva, em especial Luzia, Maria do Carmo, Pitita e ao saudoso Cabecinha, por serem pessoas incríveis, guardiões exímios que fazem a diferença. Vocês são exemplos de cidadãos conscientes, dignos de

reconhecimento. Sou grata pelo incentivo e por se disponibilizarem integralmente para a realização desta pesquisa. Obrigada de coração.

Também sou grata à Escola Municipal Dr. Alves de Brito, Luciene, Glayse, Paulinho, Isabela, professores, funcionários e alunos, por me acolheram com tanto carinho e possibilitarem o desenvolvimento do Projeto Mais Cultura.

E, por fim, sou grata à vida pelas surpresas maravilhosas que ela nos guarda. Em tempo de finalizar essa escrita sou abençoada com a semente do amor, Raul, meu sonhado filho. Tudo que fiz e continuarei a fazer, foi pensando não apenas no meu, mas no futuro da nossa família. E, mesmo vivenciando tempos tão sombrios, tenho esperança que dias melhores virão e o mundo lhe receberá de braços abertos, lutaremos por isso, meu filho. Este é o nosso começo!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	viii
RESUMO.....	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: “Ação e reação”: A dialética do patrimônio cultural	7
1.1: A Genealogia de Ouro Preto como Patrimônio Nacional	10
1.2: Do arraial mineiro à cidade universal	21
1.2.1: As práticas preservacionistas do SPHAN na antiga Vila Rica.....	26
1.2.2: A UNESCO e sua política de preservação em Ouro Preto.....	30
CAPÍTULO 2: “Patrimônio para quem? É material ou imaterial?” As faces da mesma moeda.....	34
2.1: IEPHA por uma memória regional e descentralizada	38
2.2: O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto e a preservação das memórias locais	41
2.2.1: O silêncio no caso da capela e da festa de Santa Quitéria da Boa Vista	46
CAPÍTULO 3: Santa Quitéria: entre práticas e representações	51
3.1: A intangibilidade dos símbolos católicos.....	54
3.2: Travessia: uma Santa bracarense em terras brasileiras	66
3.3: O antigo arraial da Boa Vista nos séculos XVIII e XIX	69
3.3.1: Relíquias da história: a capela e a imagem de Santa Quitéria da Boa Vista	75
3.3.2: A festa de Santa Quitéria: significados antigos e sentidos atuais.....	77
CAPÍTULO 4: Democracia e patrimônio cultural: o direito à memória.....	85
4.1. A democratização da cultura, da memória e da história no processo de construção do patrimônio brasileiro.	89
4.2 Ouro Preto e suas políticas culturais	98
Parte II.....	104
Memorial:.....	104
“Educação e Patrimônio”	104
1: Apresentação	105

2: Reflexão teórica	112
3: Reflexão sobre as oficinas	124
APRESENTAÇÃO	149
CAPÍTULO 1 – De José Correia a Rodrigo Silva	152
CAPÍTULO 2 – Remanescente de Minas Colonial	165
CAPÍTULO 3 – Pelos trilhos da História	180
CAPÍTULO 4 – Sons de Minas	192
CAPÍTULO 5 – A construção do saber	205
CAPÍTULO 6 – Religiosidade Mineira	217
CAPÍTULO 7 – Projeto “Mais Cultura nas Escolas”	229
□ Tema: Patrimônio material e imaterial ou vice-versa: (re) conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria	260
CONCLUSÃO.....	264
FONTES	269
BIBLIOGRAFIA CITADA	273

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Município de Ouro Preto com os seus distritos	2
Figura 2 – Participantes do almoço em comemoração ao Bicentenário de Ouro Preto, diante da Capela de São João, em 27/07/1911.....	15
Figura 3 – Prefeito Dr. João Velloso inaugurando a placa da Rua do Aleijadinho.....	19
Figura 4 - Festa de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra.....	46
Figura 5 – Imagem da Festa de Santa Quitéria da Boa Vista.....	51
Figura 6 - Santa Quitéria e suas oito irmãs.	58
Figura 7 - Santa Quitéria	59
Figura 8 - Santa Quitéria martirizada.....	60
Figura 9 - Santa Quitéria martirizada.....	61
Figura 10 - Festa de Santa Quitéria Pombeiro da Beira.....	62
Figura 11 -Santa Quitéria.....	63
Figura 12 - Igreja Senhor Bom Jesus do Matosinho	65
Figura 13 - Santa Quitéria.....	66
Figura 14 - Ex. Votos de Santa Quitéria.....	67
Figura 15 - Santa Quitéria.....	68
Figura 16 – Procissão Santa Quitéria da Boa Vista.....	80
Figura 17 - Sociedade Musical de Santa Cecília de Rodrigo Silva.....	81
Figura 18 - Santa Quitéria da Boa Vista.....	82
Figura 19 – Primeiro dia de Oficina “(Re)conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria”	130
Figura 20 – Oficina “(Re)conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria” com as visitas dos guardiões	131
Figura 21 – Oficina “(Re)conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria” com a visita da guardiã Pitita	132
Figura 22 – Oficina “Memórias e Histórias”.....	133
Figura 23 - Oficina “Memórias e Histórias” – Entrevistas com moradores do distrito.....	133
Figura 24 - Oficina “Conhecer, reconhecer e cuidar”- Capela de Santa Quitéria do alto da Boa Vista	134
Figura 25 - Oficina “Conhecer, reconhecer e cuidar”	136
Figura 26 - Oficina “Conhecer, reconhecer e cuidar”	136
Figura 27 - Oficina “Conhecer, reconhecer e cuidar”	137
Figura 28 - Oficina “Conhecer, reconhecer e cuidar”	137
Figura 29 – Convite Digital da Festa de Santa Quitéria.....	138
Figura 30 – Sexta-feira à noite na Festa de Santa Quitéria 2017	139

Figura 31 – Registro para o nosso acervo Mais Cultura nas Escolas	140
Figura 32 – Festa de Santa Quitéria no domingo / Apresentação da Sociedade Musical de Santa Cecília	141
Figura 33 – Festa de Santa Quitéria / Missa em homenagem à Santa Quitéria.....	142
Figura 34 – Festa de Santa Quitéria / Procissão.....	143
Figura 35 – Festa de Santa Quitéria / Procissão com a participação da Sociedade Musical de Santa Cecília	143
Figura 36 – Festa de Santa Quitéria / Fiéis se despedindo da padroeira	144
Figura 37 – Festa de Santa Quitéria / domingo, 2017	144

RESUMO

DIAS, Jussara Duarte Soares, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2018. **O patrimônio cultural na corda bamba de sombrinha: o caso da capela e da festa de Santa Quitéria no distrito de Rodrigo Silva (Ouro Preto - MG)**. Orientador: Leonardo Civale. Coorientador: Alex Fernandes Bohrer.

A presente pesquisa buscou refletir sobre o processo de patrimonialização como um fenômeno característico do nosso tempo, tendo como enfoque os bens culturais representativos das classes marginalizadas, às vezes institucionalizados como patrimônio municipal. Analisamos a construção da história oficial por membros politizados e da elite de Ouro Preto, seguindo pela apropriação feita pelo SPHAN para consolidação de suas políticas patrimoniais. Desta forma, almejou-se elucidar como a dominação da memória e do fazer histórico foram centradas nas obras barrocas e de Aleijadinho, localizadas no centro de Ouro Preto. Utilizadas e reutilizadas, coligiram na ideia de “cidade histórica” e posteriormente de “cidade-monumento”. O nosso principal objetivo incide sobre o patrimônio cultural local, especialmente naqueles representativos para a própria comunidade, que foram por séculos excluídos e marginalizados dos processos culturais. Sendo assim, nosso objeto de estudo contempla a festa e a capela de Santa Quitéria do alto da Boa Vista, pertencente ao distrito de Rodrigo Silva, inventariadas e no processo de tombamento desde o ano de 2005. Para compreender o silêncio que os assola, permeamos por conceitos teóricos da historiografia do patrimônio cultural e também por questões práticas, ressaltando as ações dos órgãos de preservação como o IPHAN, o IEPHA, Conselhos e Departamentos municipais da cidade de Ouro Preto. Como uma estratégia de salvaguarda e utilizando de documentação e estudos adequados, dedicamos um capítulo para narrar sobre as memórias da capela e da festa de Santa Quitéria, bens significativos para a comunidade. O trabalho buscou demonstrar como este período democrático no qual vivemos possibilita a inserção de diferentes expressões culturais que compõem nossa heterogênea sociedade. Por fim, como exercício de cidadania, a intervenção prática aqui realizada refletiu sobre o papel social do patrimônio cultural e sua apropriação pela própria comunidade.

ABSTRACT

DIAS, Jussara Duarte Soares, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2018. **The cultural heritage on the tightrope: the case of the chapel and the feast of Santa Quitéria in the district of Rodrigo Silva (Ouro Preto - MG)**. Adviser: Leonardo Civalle. Co-adviser: Alex Fernandes Bohrer.

The present research aims to reflect on the process of patrimonialization as a characteristic phenomenon of our time, focusing on the representative cultural assets from the marginalized classes, institutionalized as municipal patrimony. We analyze the construction of the official history by politicized members and the elite of Ouro Preto, followed by the appropriation made by SPHAN to consolidate its patrimonial policies. It intends to elucidate how the domination of memory and historical making focused on the baroque works of Aleijadinho, located in the center of Ouro Preto. Used and reused, they gathered in the idea of "historical city" and later of "city-monument". The main objective is related to local cultural heritage, especially those that are representative of the local population, who have been excluded and marginalized from cultural processes for centuries. Therefore, our object of study contemplates the feast and the chapel of Santa Quitéria of the high of Boa Vista, pertaining to the district of Rodrigo Silva, inventoried and in the process of tipping since the year of 2005. To understand the silence that devastates them, we permeate by theoretical concepts of the historiography of cultural heritage and also by practical issues, highlighting the actions of preservation bodies such as IPHAN, IEPHA, Councils and municipal departments of the city of Ouro Preto. As a safeguard strategy and using proper documentation and studies, we dedicated a chapter to narrate about the memories of the chapel and the feast of Santa Quitéria, meaningful goods for the local population. Thus, this paper intends to show how this democratic period allows the insertion of different cultural expressions that make up our heterogeneous society. Finally, as an exercise in citizenship, the practical intervention carried out here reflected on the social role of cultural heritage and its appropriation by the community itself.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida após cinco anos de trabalho como professora de História e Educação Patrimonial, na Escola Municipal Dr. Alves de Brito, pertencente ao distrito de Ouro Preto: Rodrigo Silva¹. A vivência com a comunidade, despertou-me algumas inquietudes: Como aquelas pessoas moradoras do distrito se reconheciam nos bens tombados no “centro-histórico” de Ouro Preto? Qual o significado daqueles bens reconhecidos como patrimônio da humanidade para eles?

Mas antes de adentrar nestas reflexões, vale aqui somar algumas linhas para apresentar Rodrigo Silva. O distrito fica a 20 km do “centro-histórico” de Ouro Preto no caminho para Rodovia dos Inconfidentes, em direção a Belo Horizonte. Sua terra é rica em topázio imperial, sendo a “única mina em funcionamento no mundo”, como orgulhosamente relatam seus moradores, com registros de extração desde o início do século XIX. Sua população é de aproximadamente 1.070 habitantes, de acordo com o Censo IBGE de 2010.

Sua primeira referência remonta aos tempos coloniais, no antigo arraial da Boa Vista. Essa localidade serviu como ponto estratégico de paragem para viajantes que dali direcionavam os vales do Rio Doce, o Rio das Velhas e o Vale do Rio Paraopeba, além de avistarem os Picos de Itabirito e do Itacolomy, importante referencial para se chegar à cobiçada Vila Rica². A partir de 1888, com a chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II, a população desceu o alto da Boa Vista para acompanhar de perto a modernidade. Desta forma, construíram suas casas junto à Estação e à linha do trem, formando hoje o desenho urbano do distrito.

Além do Conjunto Arquitetônico Ferroviário declarado patrimônio municipal de Ouro Preto, destacamos aqui outros bens não institucionalizados, mas presentes no distrito como: a Igreja de Santo Antônio e a Festa do santo padroeiro; a Banda Sociedade Musical de Santa Cecília, formada pelos antigos ferroviários em 1901; a Gruta Sete Salões; a Ponte do Bico de Pedra; o Parque Natural da Caveira; e, por fim, os bens que serão aqui analisados: a Capela e a Festa de Santa Quitéria, datadas do início do século XVIII³.

¹ Narrarei sobre esta experiência na II Parte da dissertação quando será abordada a parte prática deste trabalho, como uma das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

² BOHRER, Alex Fernandes. **Ouro Preto, um novo olhar**. São Paulo: Scortecci, 2011.P.181.

³ Esses bens não institucionalizados foram selecionados a partir de entrevistas feitas com a comunidade local e observado o documento com os pedidos de tombamento e registro feito pela Associação dos Moradores de Rodrigo Silva.

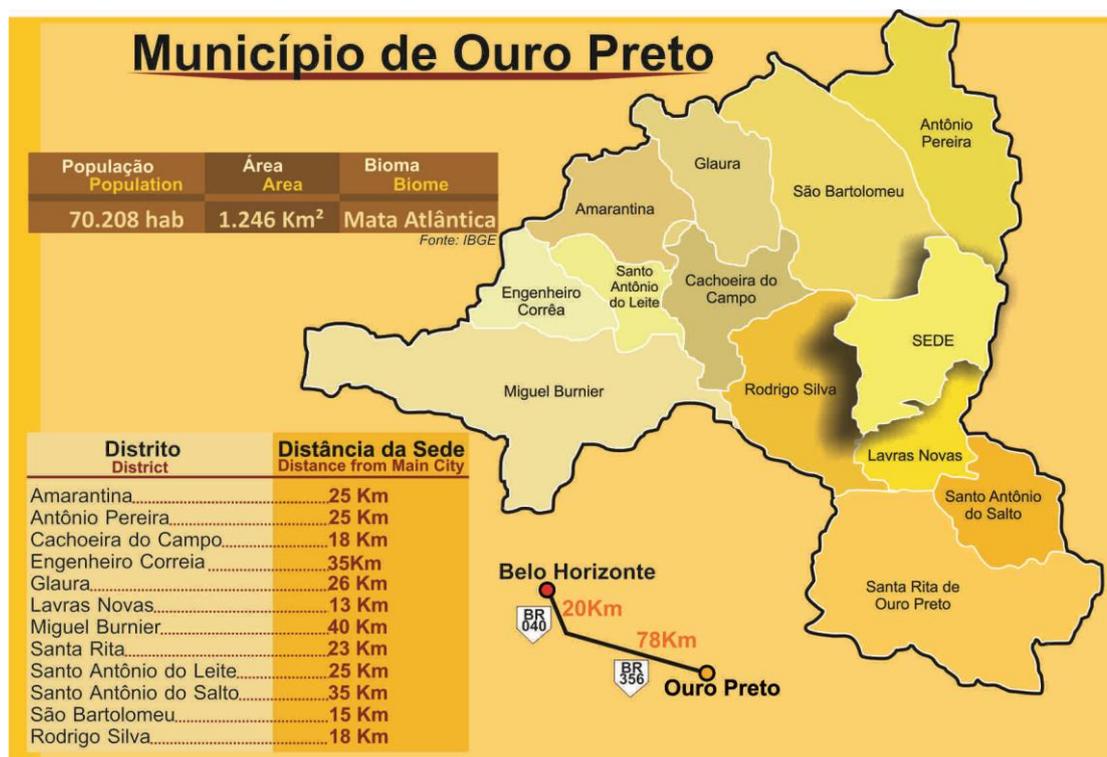


Figura 1 – Mapa do Município de Ouro Preto com os seus distritos

Fonte: <http://guiacachoeiradocampo.com.br/distritos/>

Ao buscá-los nos escritos da história oficial de Ouro Preto, aqueles aclamados pelos órgãos governamentais e difundidos pela mídia, deparamos com muitas lacunas. Pois agora sabemos que quase sempre preocupada com os “mitos de origem”, a história oficial não inclui em seu repertório as referências culturais das classes marginalizadas, com raras exceções. No entanto, mesmo as memórias de Rodrigo Silva esquecidas nas obras raras do período áureo da antiga Vila Rica, constata-se aqui que elas existem e estão presentes nas tradições e no dia-a-dia da comunidade.

Sendo assim, voltamos aos questionamentos: essa história oficial preservada e amplamente difundida é memória de quem? E, esse patrimônio escolhido como representante máximo do passado de Ouro Preto, é patrimônio para quem? Ao mesmo tempo, como o outro lado da moeda, indagamos: Como o patrimônio representativo para a comunidade de Rodrigo Silva é visto pelas autoridades locais? Como é incorporado nos planos de preservação do município? Buscando responder estas e tantas outras questões que foram surgindo, iniciamos esta pesquisa.

No primeiro capítulo, intitulado “Ação e reação: a dialética do patrimônio cultural”, buscamos refletir sobre o processo de patrimonialização como um fenômeno característico da nossa sociedade, que encontra na globalização um ambiente favorável para o seu desenvolvimento. O “medo da perda” e do esquecimento, causado pelas rápidas transformações do nosso tempo, vem ocasionando uma reação de apego obstinado ao passado, e, grupos e/ou indivíduos se equilibram tentando assegurar suas raízes.

Este passado ao mesmo tempo em que pode servir para libertar as memórias, até então abafadas por séculos de dominação pela história oficial, pode também ter reação inversa e causar a “servidão dos homens”, continuando e perpetuando as mesmas estruturas de poder, como bem nos alerta Jacques Le Goff⁴. Tendo em mente este pressuposto, o intuito neste primeiro capítulo será buscar no contexto desta modernidade tardia⁵, o momento oportuno para a libertação das memórias esquecidas e apagadas, contribuindo assim para que estas possam ocupar enfim seus espaços.

Desta forma assim como o pássaro mencionado por Joel Candau “Goofus Bird”⁶, que voa olhando para trás, no subtítulo “A genealogia de Ouro Preto como Patrimônio Nacional”, analisamos a construção da história oficial pelos “defensores”⁷ históricos de Ouro Preto, representados nos fazeres de Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcellos. Buscaremos compreender, neste primeiro momento, como a dominação da memória e da tradição, centradas nas obras barrocas e de Aleijadinho desde o século XIX, foi utilizada para a ressignificação da antiga capital, coligindo na ideia de Ouro Preto como “cidade histórica” e mais tarde como “cidade-monumento”.

Seguiremos destacando as ações do prefeito João Batista Veloso (1932-1936) e suas políticas públicas, as primeiras desenvolvidas no Brasil a favor da preservação do patrimônio

⁴ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. P. 477.

⁵ Optamos pela designação “modernidade tardia” para conceituarmos o tempo presente, marcado por um estado social complexo e instável. Acreditamos assim, que a sensação de estabilidade transmitida no início da Era Moderna, visando a formação de um Estado homogêneo, de uma identidade formada e limitada, coerente e fixa, cedeu lugar a diversos olhares híbridos, móveis, formados e transformados a todo momento. O indivíduo dessa modernidade tardia distingue-se por possuir uma identidade descentralizada, fragmentada, fluida e muitas vezes em crise.

⁶ O pássaro “Goofus Bird” é uma criação do argentino Jorge Luís Borges que se encontra em seu livro “**Livro dos seres imaginários**”. Este foi então apropriado e citado por CANDAU, Jöel. **Bases antropológicas e expressões mundanas na busca patrimonial: memória, tradição e identidade**. Revista Memória em Rede, v.1, n.1, p.43-57. 2010.

⁷ Termo utilizado para por Caio Meneguello Natal em sua dissertação de mestrado **Ouro Preto a construção de uma cidade histórica 1891-1933**: “(...) os defensores de Ouro Preto procuravam por um programa de reforma e modernização que objetivasse, sobretudo, a revitalização desta cidade como centro político-administrativo (...)” p. 44.

histórico e artístico, em âmbito judicial. Quase sempre representativo apenas para a classe dominante. Desta forma, analisamos aqui como suas ações viabilizaram para elevação da cidade à monumento nacional, com o apoio do então presidente da República Getúlio Vargas. Neste momento, atestaremos outra máxima de Jacques Le Goff: “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento de poder”⁸.

Posteriormente, refletimos sobre a formação do imaginário social centrado no patrimônio “pedra e cal” da cidade e incorporado pelos “homens do patrimônio”. Para isso, percorreremos as fases do SPHAN seguindo a divisão proposta por Márcia Chuva, onde abordaremos a primeira fase, período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade permaneceu como diretor, passando pela segunda fase, marcada pelas gestões de Renato Soeiro e Aloísio de Magalhães. Destacando as práticas deste órgão, incidiremos sobre os bens que receberam proteção institucional na cidade de Ouro Preto. Nosso intuito aqui é refletir sobre como a prática do tombamento perpetuou as memórias de uma elite local e de como foi sendo utilizada com exclusividade por décadas.

Para abordar essa questão nos respaldaremos na lista de tombamentos e registros, disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assim, procuramos demonstrar que, mesmo com o alargamento do conceito de cultura e patrimônio cultural, com o reconhecimento legal dos bens classificados como imateriais e naturais, os bens representativos das classes subalternizadas, ainda não foram inseridos no rol do patrimônio, salve algumas exceções que serão aqui abordadas.

Uma breve discussão também será feita no que tange ao título de Patrimônio da Humanidade, recebido em 1980, quando nos valeremos de documentos oficiais e notícias de jornais locais da época. Observaremos assim, como esta honraria colaborou para a sacralização de Ouro Preto em torno dos seus “mitos de origem”, concentrando valores nos bens de caráter excepcional, “autênticos e originais”, do chamado “pedra e cal”.

No capítulo dois, intitulado “Patrimônio de quem? É material ou imaterial? As faces da mesma moeda”, partiremos de algumas inquietações plantadas por Ulpiano Bezerra de Meneses e Maria Cecília Londres da Fonseca, tais como: Como um patrimônio titulado da humanidade não possui antes valor para sua própria comunidade? Como um bem é classificado “imaterial” se ao mesmo tempo possui materialidade? Ou, como é rotulado “material”, se, para ser declarado patrimônio, o que vale é o seu sentido imaterial?

⁸ LE GOFF, Jacques. *Op. cit.* P. 46.

Questionando sobre essas divisões e classificações que rondam o patrimônio cultural nos tempos atuais, buscaremos discutir “por uma visão integrada”, de acordo com Márcia Chuva, encarando-as como faces da mesma moeda. Nesse sentido, para compreender essas teorias conceituais na prática, abordaremos o processo de descentralização do patrimônio através da criação do IEPHA (órgão estadual) e do COMPATRI (órgão municipal), destacando suas narrativas e ações políticas de cunho preservacionista.

Desta forma, no item “O IEPHA por uma memória regional e descentralizadora”, busca conjecturar sobre as ações desenvolvidas pelo órgão estadual de preservação, responsável por institucionalizar, proteger e salvaguardar os mais diversos bens que compõe o estado, não apenas aqueles que representem as memórias da região das Minas, mas também das Gerais. Observamos que uma de suas propostas políticas estimulou a criação dos conselhos municipais, sendo o COMPATRI – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto –, fundado no ano de 2002.

Este órgão, de caráter consultivo e deliberativo, tornou-se o responsável pelo reconhecimento e pela preservação das memórias locais de Ouro Preto. Sendo assim, neste momento, almejamos evidenciar como os bens representativos das classes minoritárias e desprovidas de interesses econômicos, foram enfim incorporados nas políticas e nas práticas preservacionistas a nível municipal. Para isso, utilizaremos como fontes as atas do Conselho e os Dossiês de tombamento e registro, onde aprofundaremos no processo de patrimonialização da Capela e da Festa de Nossa Senhora do Fundão, localizada no distrito de Santo Antônio do Salto.

Mesmo encontrando uma tímida abertura, constatamos que estes órgãos, continuam fazendo “escolhas memoriais” que privilegiam certos bens. No entanto, as memórias esquecidas ou, por eles, apenas inventariadas, permanecem vivas e dinâmicas em suas comunidades, como demonstraremos no subtítulo “O silêncio no caso da capela e da festa de Santa Quitéria da Boa Vista”. Discutiremos aqui as políticas que envolvem a capela e a festa de Santa Quitéria, patrimônios ainda não institucionalizados da comunidade de Rodrigo Silva.

É válido desde já destacar que o pedido para o seu reconhecimento, feito em 2005 pela *Associação Cultural Amigos de Rodrigo Silva*, permanece em aberto e na lista de espera para sua concretização. Nesse sentido, questionamos o porquê dessa negação ou a não continuidade do processo se a capela, como bem material, possui valores “históricos e artísticos”, remanescente do processo de povoamento da região e, sua festa, como bem

imaterial, é bastante significativa para a comunidade de Rodrigo Silva, que, no dia da jovem mártir, se apropria do espaço e luta pela conservação e vivacidade da festa.

Com as questões apresentadas sobre o patrimônio cultural local de Ouro Preto e com as problemáticas apontadas sobre como este vêm por séculos se equilibrando na corda bamba de sombrinha⁹, ansiamos, no terceiro capítulo, destacar os valores que compõem a festa e a capela de Santa Quitéria, viabilizando, segundo Maria Londres Fonseca, “a memória de sua existência com uso de documentação adequada”, tendo em mente que “preservar significa adotar diferentes estratégias de salvaguarda”¹⁰.

No quarto capítulo intitulado “Democracia e patrimônio cultural: o direito à memória”, buscamos demonstrar que, apesar da *frenesi* patrimonial é este o momento possível para os excluídos e marginalizados da história lutarem para ter suas memórias reconhecidas e preservadas. Com a democratização da história e amparados no conceito de “cidadania cultural”, nosso intuito é relatar como ações podem ser possíveis através da participação popular na gestão de políticas públicas culturais.

Já na segunda parte desta dissertação, apresentamos a atividade de intervenção prática, vista aqui como um exercício de cidadania, denominada “Educação e Patrimônio”. Como mais uma ação integrante do “Projeto Mais Cultura nas Escolas”, realizamos uma oficina com os alunos da Escola Municipal Dr. Alves de Brito intitulada: “Patrimônio material e imaterial ou vice-versa: (re) conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria”.

Sem apoio do poder público e por não ser institucionalizada, a comunidade luta pela preservação da capela e pela continuidade da festa. Sendo assim, partindo de uma demanda dos próprios moradores, o nosso intuito com essa atividade foi aproximar os jovens do distrito do processo de organização e preservação da capela de Santa Quitéria. Também propomos uma segunda edição do livro intitulado “Entre as montanhas de Minas: o patrimônio de Rodrigo Silva”, como uma forma de difundir e conservar as memórias e histórias da comunidade.

⁹ Vale aqui destacar que a expressão utilizada no título da dissertação “na corda bamba de sombrinha” faz menção a música denominada “O bêbado e a equilibrista”, composta pelos artistas João Bosco e Aldir Blanc, no período da ditadura no Brasil. Assim como na canção é declarada a esperança (equilibrista) da classe artística por dias melhores, aqui nesta pesquisa almejamos o mesmo. Pois, o patrimônio cultural local mesmo que por muitas vezes esquecido e abandonado, segue se equilibrando e sobrevivendo as vicissitudes do tempo.

¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da *pedra e cal*”. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.) **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora/FAPERJ/UNIRIO, 2009.

CAPÍTULO 1: “Ação e reação”: A dialética do patrimônio cultural

Joel Candau, observando o pássaro *Goofus Bird* que “constrói seu ninho ao inverso e voa para trás, porque ele não se preocupa em saber onde vai, mas de onde vem”¹¹, fez uma interessante analogia com a sociedade atual. Observou que os membros de um grupo também constroem sua identidade buscando as representações do seu passado. Entretanto, por selecionar aquilo que deve ser lembrado, intencionalmente ou não, acabam por esquecer tantos outros fatos, e, neste movimento entre “luzes e sombras”¹², fazem escolhas que modulam sua memória, formando assim sua identidade.

O período em que vivemos segue embalado pelo desenvolvimento das ciências e da tecnologia, aperfeiçoando diariamente os meios de transportes e de comunicação. Destacamos, aqui, o *boom* da internet, que transforma o sujeito desse tempo, forjando uma “sociedade em rede”¹³, por diminuir as barreiras físicas e geográficas. Assim, seguimos “conectados”, fenômeno também conhecido como “globalização”, que, segundo Castells: “(...) tem a ver com informação (no mais lato sentido da palavra) e com o fato de as consequências da transferência de informação serem cada vez mais desligadas e independentes de lugares físicos específicos”¹⁴.

Desta forma, submersos no mundo virtual, vivemos numa dialética entre o global e o local, o geral e o particular, sendo o processo de patrimonialização uma reação ao “medo da perda”¹⁵, do esquecimento e do desaparecimento das memórias, intensificadas, nesta modernidade tardia, pelas rápidas e excessivas transformações. E, como toda ação gera uma reação, os impulsos se voltam à preservação não apenas dos aspectos físicos, por séculos priorizados, mas também dos intangíveis que resistem às vicissitudes do tempo. Nesse sentido, disse Márcia Chuva:

¹¹ CANDAU, Jöel. *Op. cit.* p.43-57.

¹² CIVALE, Leonardo. **Sobre Luzes e Sombras: a revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012)**. Caderno de Geografia (PUC/MG. Impresso), v. 25, 2015. P.09.

¹³ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. P.26.

¹⁴ GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso Amplo Presente: O tempo e a cultura contemporânea**. Tradução Ana Isabel Soares. 1ª edição. São Paulo: editora Unesp, 2015. P.35.

¹⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

O risco de se viver sem referências e sem perspectivas faz essa modernidade ser vivida na forma do drama e leva à produção de memórias em excesso, numa busca permanente de referências, laços, vínculos de identidade que apaziguem a existência do homem moderno.¹⁶

Candau buscou identificar o *tropismo* patrimonial, “ou seja, esse movimento em direção à memória e ao patrimônio”¹⁷, e como este movimento nutriu as ações de proteção patrimonial nos mais diversos países. Atualmente, segundo ele, “há sinais de uma inflação de memória e uma febre comemorativa”. Sendo assim, encontramos as tradições através da religião, das festas, das comemorações e dos monumentos, mas sua expressão máxima, de acordo com o autor, é colocada a partir do movimento de patrimonialização.

A partir deste movimento, criam-se estratégias de homogeneização, assegurando a “essência” do patrimônio, protegendo-o e o preservando para a posterioridade. No entanto, essa tentativa de propor uma memória comum a todos não deveria ser reducionista, mas sim abarcar as mais variadas práticas sociais, englobando seus bens materiais e imateriais e, sem privilégio de classe, pois, caso contrário, “o patrimônio apresentado como comum a todos não é senão o patrimônio de alguns”¹⁸, como será demonstrado no decorrer desta pesquisa.

Os bens representativos em lugares afastados dos “centros-históricos”, esquecidos pelos “guardiões da memória” e marginalizados pelo poder público, apesar de não fazerem parte dos fatos memoráveis da história, também pertencem ao passado, são memórias de um grupo de indivíduos e permanecem vivos e dinâmicos, como herança de seus antepassados. Desta forma, como produto do nosso tempo, somos atraídos por estas memórias, como diria Nora:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que possa colocar o problema de sua encarnação.¹⁹

São incontáveis estudos referentes ao período colonial de Ouro Preto, com temas ligados à arte barroca e rococó, às irmandades, ao sistema da sociedade escravocrata, às revoltas liberais, às estradas reais; bem como temas focados nas figuras de Chico Rei, Felipe

¹⁶ CHUVA, Márcia. **História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama.** Revista do IPHAN. Nº 34/2012. P.14.

¹⁷ CANDAU, Jöel. *Op. cit.* P.43.

¹⁸ CANDAU, Jöel. *Op. cit.* P.54

¹⁹ NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993. P.7.

dos Santos, Marília de Dirceu, Aleijadinho, Tiradentes e outros escolhidos. Não obstante, atualmente, encontramos muitos estudiosos interessados em abordar, não apenas essas relíquias da história, mas as mais diversas representações que marcaram o seu passado.²⁰

Tentando escovar a “história a contrapelo”²¹, e, assim como o pássaro *Goofus Bird* que “voa para trás”, voltaremos o nosso olhar para personagens e acontecimentos locais, que, frente aos anseios nacionais e universalistas, foram responsáveis pela patrimonialização de Ouro Preto. Buscaremos, assim, destacar o contexto no qual as narrativas foram sendo escritas, repassadas, aceitas e perpetuadas.

Ressaltamos que reconhecemos as contribuições e os fatos narrados pela historiografia tradicional com a sua caravana de descobertas feita pelos modernistas paulistas. Entretanto, o intuito deste estudo será buscar nos meandros da história, as ações desenvolvidas e os valores atribuídos por atores locais que contribuíram para criação do imaginário social de “cidade-monumento” e para o seu processo de sacralização, como sendo a representação ideal do passado nacional, símbolo totêmico da mineiridade.

Partindo do pressuposto de que o patrimônio da sociedade ouro-pretana vai além dos documentos da história oficial e das grandes obras do período barroco localizadas no “centro-histórico” da cidade, nos perguntamos: Como os valores foram sendo atribuídos? Como se deu o seu processo de patrimonialização?

Para compreender essas questões, descenderemos pelos “degraus da história”, a fim de alcançar dois momentos distintos: a década de 1930, quando a cidade recebeu juridicamente proteção municipal; e um tempo mais recente, de 1980 adiante, quando Ouro Preto se tornou a primeira cidade brasileira declarada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Dessa forma, ansiamos, à frente, compreender como o patrimônio local – material e imaterial de uma forma integrada²² – se equilibra em uma cidade declarada com valor universal.

²⁰Exemplos de algumas das dissertações e dos novos estudos serão citados no decorrer da pesquisa.

²¹BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**. Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. P.14.

²² FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. E FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Cultural: por uma abordagem integrada**. In: OFICINA DE PESQUISA: a pesquisa histórica no IPHAN, 1., 2008, Rio de Janeiro: Copedoc/IPHAN, 2008.

1.1: A Genealogia de Ouro Preto como Patrimônio Nacional

Considerando que a escolha do patrimônio é um processo humano, cheio de interesses e sempre em construção,²³ constatamos que o “centro-histórico” de Ouro Preto iniciou seu fenômeno de patrimonialização no alvorecer do século XX. Neste período, a “pérola de Minas” foi considerada por muitos como exemplo, pelo seu pioneirismo e por ser “palco de experiências da gestão do patrimônio tombado”²⁴, direcionando o desenvolvimento do que viria a ser o patrimônio nacional.

Vale aqui destacar que, essa ideia de nação, já lançava seus sinais em meados do século XIX²⁵ - período de transformações no cenário político brasileiro, que passaria alguns anos depois de uma monarquia para o modelo republicano de governo. O historiador José Murilo de Carvalho em “**A formação das Almas**” demonstrou o embate em torno da construção do mito da República que transformou Tiradentes, orgulho dos ouro-pretanos, em herói nacional²⁶.

Em sua dissertação de mestrado, Caion Meneguello Natal²⁷ tomou como estudo o plano de modernização da cidade de Ouro Preto, elaborado em 1891, e também buscou na imprensa mineira da época os discursos proferidos sobre a transferência da capital para Belo Horizonte. Sua minuciosa pesquisa nos revelou que a antiga Vila Rica, redescoberta para os modernistas paulistas na década de 1920, sempre esteve sob o foco de intelectuais e políticos mineiros. Estes, então conhecidos como antimudancistas, não apenas se empenharam em recuperar e valorizar a importância artística de Ouro Preto, mas também lutaram por sua conservação, para construção da sua história e para formação de uma memória coesa e coletiva.

Um destes homens foi José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900). Político na época do Império, foi também historiador e jornalista ativo nos primeiros anos da República Brasileira. Natural de Campanha-MG e considerado um “homem das letras”, ajudou a traçar os caminhos para uma nova Ouro Preto, através de uma perspectiva regional, preocupando-se com a

²³FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-Iphan, 2009.

²⁴ SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**; [colaboração de Lia Motta e Bettina Grieco] - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. P.9

²⁵ CHAUI, Marilena. **Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. 4. ed. São Paulo: Fund.PerseuAbramo, 2001. P. 14.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Cia das Letras, 1990.P.64. Após a proclamação da República, intensificou-se o culto cívico a Tiradentes, sendo o 21 de abril declarado feriado nacional, juntamente com o 15 de novembro.

²⁷ NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a Construção de uma cidade histórica**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, DEHIS/UNICAMP, Campinas, 2007.

tradição local e em resgatar as fontes documentais escritas.²⁸ Defensor declarado da permanência da capital nas terras ouro-pretanas, Xavier da Veiga desconfiava da nova ordem jurídica, sendo conhecido como monarquista e conservador por muitos.

Interessado não apenas em história, mas nas artes, na ciência e no progresso da antiga Vila Rica, em 1890, fundou a *Sociedade de Geografia Econômica de Ouro Preto*, juntamente com Henrique Gorceix, Joaquim Cândido da Costa Sena, Antônio Olinto dos Santos Pires, dentre outros, com o intuito de promover “por todos os meios de seu alcance, o desenvolvimento da indústria e do comércio do Estado de Minas Gerais.”²⁹

Adaptando-se aos novos tempos, afastou-se dos afazeres políticos e se dedicou a construir, guardar, narrar e a divulgar a história de Minas. São suas palavras: “[...] Não se pode festejar a República, mas tal regime deve ser respeitado. Com a República, novos direitos foram criados assim como novos deveres. Um dos deveres é o trabalho para o desenvolvimento e o progresso do país”.³⁰

Sua célebre obra “**Efemérides Mineiras (1664-1897)**”, foi publicada pela Imprensa Oficial em 1897, sendo composta por quatro volumes escritos ao longo de 18 anos de pesquisa, bastante repercutida na época³¹. Preocupado com a formação dos “mitos de origem”, ansiava em ter os registros dos primórdios do povoamento de Minas, e, de fato, recuperou muitos documentos escritos e elaborou um estudo sobre a vida administrativa de Minas Gerais.

Em seu livro, escreve páginas e mais páginas de uma incansável busca pela compilação da “memória oficial” e pela construção da história das terras mineiras, dos seus “feitos gloriosos, as tradições inolvidáveis e os méritos provados de seus filhos ilustres”³². No entanto, logo no prefácio, o historiador advertiu e enumerou diversas lacunas e imperfeições que poderiam ser encontradas, muitas vezes pela falta de conhecimento e de fontes:

Coligir dados e documentos, após demoradas leituras e pesquisas; fazer inúmeros extratos de impressos em geral pouco vulgares e de velhos manuscritos inéditos

²⁸ Sobre a biografia de Xavier da Veiga ver: introdução de Edilane Almeida Carneiro e Marta Melgaço Neves. **Efemérides Mineiras (1664-1897)**, 3ª ed., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997, 2 v.

²⁹ Hemeroteca Pública de Minas Gerais. *Jornal A Ordem*. 18/01/1890. Número da Edição 16. **Estatuto da Sociedade de Geographia Econômica do Estado de Minas Gerais**.

³⁰ Hemeroteca Pública de Minas Gerais. *Jornal A Ordem*, em 18 de janeiro de 1890.

³¹ AMCOP. *Jornal Mineiro*. 22 de maio de 1898; 1 de agosto de 1899: “(...) damos parabéns ao Estado de Minas pelo thesouro histórico que o engrandece, engrandecendo o seu passado, e às letras nacionais pelo padrão de estylo com que ficam realçadas.”

³² VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras 1664-1897**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1998. P.8.

colhidos em arquivos mais ou menos desordenados; examinar, atenta e pacientemente, centenas de volumes e códices poentos e as vezes quase ilegíveis; empenhar-me reiteradamente por informações de interesse histórico, estatístico ou biográfico, solicitadas de pessoas ou institutos capazes de prestai-as; acumular quantos elementos me foi dado conseguir; úteis ao desígnio a que me propus – terminada a coordenação penosa desse acerco de papeis, de notas e indicações não raro obscurecidas pela divergência de opinião de vários escritores e antigos cronistas que procurei esmerilhar solicito para, o mais possível, apurar a verdade – ir redigindo tudo sob a forma peculiar a esta espécie de trabalhos e a medida que registrava definitivamente os fatos averiguados, escrupulizando sempre em dar com sinceridade aos acontecimentos, as cousas e aos homens notáveis de Minas Gerais.³³

Podemos notar que Xavier da Veiga não se limitou a escrever a história de Tiradentes, mas incluiu os mais diversos nomes de mineiros, aqueles “já falecidos, dignos por qualquer título de homenagens ou gratas recordações, ou ao menos de referência honrosas à sua memória”³⁴. Respeitado e influente no meio social, foi o responsável pela organização do *Arquivo Público de Minas Gerais* no ano de 1895, e, pela publicação da *Revista do Arquivo Público Mineiro*³⁵, em 1896.

[...] o Arquivo Público Mineiro, agora fundado, é instituição que consagra sentimento e ideia popular. [...] esses documentos, explicando os sucessos a que se filiam, esclarecendo acontecimentos por vezes aparentemente confusos ou contraditórios – são, por certo, elos de importância capital para a nossa vida coletiva, elos que cumprem examinar e estudar atentamente para, bem conhecendo-os, bem prezai-os.³⁶

Contextualizando este momento, ao mesmo tempo em que escrevia sua obra-prima, Xavier da Veiga preparava e organizava os documentos para a criação do Arquivo Público Mineiro, tarefa que lhe seria muito dispendiosa. Entretanto, como observou Medeiros e Araújo³⁷: “O arquivo seria a representação ideal de uma unidade territorial e histórica, as Efemérides Mineiras, o fio condutor que deveria guiar o viajante pelo território simbólico das Minas Gerais.”

³³*Ibidem*. P.5.

³⁴*Idem*.

³⁵ Sobre sua atuação no APM e relevância de suas obras ver: ARAÚJO, V. L. de.; MEDEIROS, B. F. **A história de Minas como história do Brasil : o projeto historiográfico do APM**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.63, p.22-37, 2007. SILVA, Marisa Ribeiro. **O artífice da Memória**. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano 43, Vol.1, 2007. ANTUNES e SILVEIRA. **Memória e Identidade Regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais**. In: Cadernos de História. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, Ano II, nº 1, março de 2007.

³⁶ VEIGA, José Pedro Xavier da. **Palavras Preliminares**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano I, fascículo I, p. II, 1896. P.3-4.

³⁷ ARAÚJO, V. L. de.; MEDEIROS, B. F. **A história de Minas como história do Brasil : o projeto historiográfico do APM**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.63, p.22-37, 2007. p.32.

O que nos chamou atenção foi que o mesmo atuou em diversas frentes – tais como político, jornalista, historiador e arquivista –, em um momento delicado da política que se transformava com o advento da República e surtia efeitos diretos na antiga capital de Minas: Ouro Preto. Com os novos preceitos ditados pela “ordem e progresso”, Xavier da Veiga adaptou-se a eles e construiu narrativas históricas do passado mineiro, especialmente do seu período áureo colonial, nas terras da antiga Vila Rica. Em seu jornal, resguardava grandes espaços para exposição de planos para conservação dos monumentos, apelos para àqueles que se degradavam com o tempo, e também projetos para a modernização e desenvolvimento de Ouro Preto³⁸.

Podemos dizer que Xavier da Veiga era um homem erudito e preocupado com as questões do seu tempo³⁹. Adequando-se a nova forma de governo, ele permaneceu em atividade até o ano de sua morte, em 1900. Acompanhando o processo de modernização do Brasil, ao mesmo tempo em que “inventava tradições”, buscando “reascender” a antiga capital Vila Rica, tentou construir a identidade do ser mineiro e formar assim a “Pátria de Minas”.

Outro homem importante para a ressignificação de Ouro Preto foi Diogo de Vasconcellos. Nascido em Mariana no ano de 1843, exerceu a função de advogado, historiador, político conservador e também de jornalista. Bastante polêmico, travou uma luta na imprensa mineira, pois, como Xavier da Veiga, era contrário à transferência da capital para Belo Horizonte.

Apesar de também ter sido monarquista no período do Império, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto nos primeiros anos da República e gozou de prestígio junto às autoridades e ao governador do estado, na época Afonso Pena. Também membro da Academia Mineira de Letras, publicou, entre os anos de 1901 e 1918, diversos livros, referências para quem se interessa sobre a história de Minas Gerais⁴⁰.

Vanuza Moreira Braga, em sua pesquisa de mestrado defendida no CPDOC em 2010, traçou a genealogia dos mineiros Afonso Arinos, Cesário Alvim e Diogo de Vasconcellos e verticalizou nas ações de seus descendentes: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Sylvio de Vasconcelos. Para ela, além de lutarem pela “causa” patrimonial, existia entre eles um apelo

³⁸Hemeroteca Pública de Belo Horizonte – Acervo do Jornal “*A Ordem*”.

³⁹Sobre a biografia de Xavier da Veiga ver: introdução de Edilane Almeida Carneiro e Marta Melgaço Neves. **Efemérides Mineiras (1664-1897)**, 3ª ed., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997, 2 v.

⁴⁰**História Antiga das Minas Gerais** (1901/1904), **O diário de Vera Cruz** (1908), **Administração Colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os generais, os governadores, os capitães-mores de Capitânicas e os capitães-mores de Vilas e Cidades** (1914), **A arte em Ouro Preto** (1934) e **História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana** (1935).

afetivo de pertencimento que os guiavam à terra natal: “Se os primeiros foram importantes para a criação de uma consciência sobre a importância histórica de Minas, seus herdeiros teriam como compromisso consolidá-la e imprimi-la na memória nacional”⁴¹.

Criticado por romantizar e seguir um viés aristocrático da história, muitas vezes sem mencionar suas fontes, Diogo de Vasconcellos contribuiu para a formação do acervo do APM, enviando materiais e escrevendo para revista do arquivo sobre o período colonial. Além disso, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e também participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Assim como Xavier da Veiga, Vasconcellos buscou restaurar a importância de Ouro Preto, alinhando-a de acordo com os novos anseios dos republicanos. Propôs-se a realizar um trabalho de caráter regional, ambicionando produzir uma memória completa de Minas Gerais, como bem demonstra seus livros: **A História Antiga e História Média das Minas Gerais**.⁴²

Em 1898, no dia de São João, tendo na forma do antigo costume, ouvido a missa na capela do morro, por aí me conservei algumas horas em meditação depois que o povo se retirou. Fazia no ato dois séculos que a bandeira de Antônio Dias ali chegou para descobrir o Ouro Preto. Concebi então o projeto de reunir as memórias, que tinha, dos fatos sucedidos nessa época remota, pouco estudada, e muito mal dirigida pelos escritores até hoje aceitos, como depositários da tradição. O meu projeto, apenas começado, vi que não era tão simples como supus. A História não se pode discernir aos pedaços. Assim o que aqui apresento não está bem nas condições como o desejei e apenas poderá despertar algum gosto pelas coisas antigas, a quem as quiser coligir com elementos melhores de sucesso.⁴³

As comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, realizadas durante os dias 7, 8 e 9 de julho de 1911, podem contextualizar bem este momento, por ter reunido esses “herdeiros das tradições” preocupados com a decadência e com o futuro da antiga capital. Diogo de Vasconcellos, juntamente com Nelson de Senna, Lúcio José dos Santos, Mário de Lima, Furtado de Menezes, Cláudio de Lima, João Velloso e outros, organizaram a festa e

⁴¹BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto**. Dissertação de Curso apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: FGV. 2010. P.52.

⁴²Diogo de Vasconcelos. **História Antiga de Minas Gerais**, 4ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, 2v.; **História Média de Minas Gerais**, 4ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

⁴³VASCONCELOS, Diogo. **História Antiga de Minas Gerais. Advertência**. Água Limpa, 31 de dezembro de 1900. P.39.

elaboraram textos como “instrumento típico da cultura urbana escolhido para testemunhar e perpetuar essa memória histórica”⁴⁴.



Figura 2 – Participantes do almoço em comemoração ao Bicentenário de Ouro Preto, diante da Capela de São João, em 27/07/1911.

Acervo Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Coleção: Vicente Racióppi

Buscando um meio de ressignificá-la, transformaram-na em uma “cidade histórica”. Neste momento, cada autor escolheu um determinado aspecto da cidade para representar e exaltar seu passado: geografia, artes, literatura, administração pública, educação, geologia, dentre outros temas, foram contemplados. E, assim como Caion Meneguello Natal ressalvou, observamos que os valores expressos nestes discursos são todos relacionados com a sua historicidade; “há, portanto, uma fusão/concretização da palavra com o aspecto físico da cidade; esta se tornando, então, a matéria viva e visível da história”⁴⁵.

Diogo de Vasconcellos se dedicou a escrever sobre as obras de arte,⁴⁶ não apenas descrevendo-as, mas contextualizando-as e inserindo-as numa linha cronológica, fazendo uma espécie de inventário. Enfatizou as Capelas de São João e Santana, a Capela do Taquaral, do Padre Faria, a Matriz do Pilar e a de Cachoeira, a Capela de Santa Efigênia, a Igreja São Francisco de Assis e a de Nossa Senhora do Carmo, a Casa dos Contos, a Igreja do Rosário, o

⁴⁴ DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (org.). Ouro Preto **Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto**; Memória Histórica (1711-1911). Ouro Preto: Liberdade, 2011. P.11.

⁴⁵ NATAL, Caion Meneguello. *Op.cit.* P.94.

⁴⁶ VASCONCELOS, Diogo de. **As Obras de Arte em Ouro Preto**. In: Bicentenário de Ouro Preto – 1711/1911. Memória Histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 2ª edição atualizada. 2011. P. 143-195.

Palácio dos Governadores (Escola de Minas), a Casa de Câmara e Cadeia (Museu da Inconfidência), a Igreja São Francisco de Paula, de São José, o Teatro Municipal, o prédio da Escola de Farmácia, a Igreja das Mercês, a Capela de São Miguel e Almas, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, os oratórios e passos, o Chafariz do largo de Marília, o da rua dos Contos, o Chafariz da Glória e todos os outros, as sete “pontes monumentais” e os caminhos que se ligavam a Vila Rica. E completou:

Não há, com efeito, rua nem casa que seja omissível numa revista literária tendente a relacionar as recordações ligadas ao movimento dramático da história nesta povoação, da qual fizeram parte os eminentes e mais notáveis vultos do passado⁴⁷.

Tentou não distinguir critérios de valores, mas os agregou nas grandes obras do período barroco e nas pequenas capelas do Morro da Queimada⁴⁸ (por considerá-las marcos inicial de toda civilização mineira). NO entanto, dizia que: “os monumentos, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, bem ou mal acabados, constituem por certo, o patrimônio herdado; e cada um na proporção de seu valor, ou de sua lenda, concorre para o conjunto das tradições, que fizeram desta cidade o centro e o coração da história”⁴⁹.

Por fim, considerando a cidade de Ouro Preto um símbolo do passado, “o monumentos dos monumentos”, defendeu a sua preservação. Atento com as mudanças e com o progresso advindo com o novo século, buscou forjar uma memória coletiva e emaranhar a identidade mineira que teria, segundo seu discurso, uma representação máxima na antiga Vila Rica.

Junto com Diogo de Vasconcellos, João Batista Ferreira Velloso (1860-1954) vereador de Ouro Preto na época, também participou das comemorações do Bicentenário da cidade. Com caráter positivista, construiu seu discurso exaltando a República e o progresso, como impulsos necessários para “reascender” a cidade de Ouro Preto, que assim caminharia junto à civilidade.

Ao se referir aos ouro-pretanos daquele período, descreve-os como “um povo ferido pela adversidade, mas alentado com a seiva da vida cristã e esperançado do ressurgimento dos seus destinos na terra.”⁵⁰ Mas como bem nos lembra José Murilo de Carvalho: “o cidadão

⁴⁷ VASCONCELOS, Diogo de. *Op. cit.* P.191.

⁴⁸ Morro da Queimada: Capela de São João, Capela de Santana e Capela de São Sebastião.

⁴⁹ *Ibidem.* P.144.

⁵⁰ DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (org.). *Op. cit.* P. 330.

positivista não age na praça pública, não delibera sobre as questões públicas. Ele se perde nas estruturas comunitárias que o absorvem totalmente.”⁵¹

Representando as escolas primárias, João Veloso defendeu as novas instruções públicas que o governo republicano idealizava com a formação dos grupos escolares.⁵² Ao recepcionar o Presidente do Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão e o Sr. Secretário do Interior, observamos seu entusiasmo e seus anseios frente aos novos modelos educacionais da República.

Entre hosanas e hinos que derramam indizível e incessante harmonia por todos os cantos de nossa cidade, vem o Grupo Escolar D. Pedro II trazer-vos, com respeitosos cumprimentos, o testemunho da sua admiração e do seu reconhecimento. Dever de mera cortesia, a traduzir, nas circunstâncias ordinárias, as nossas atenções e a nossa estima, assume, porém, neste momento, particular e elevadíssima significação, revestindo-se de manifestações da gratidão pela honra insigne com que tanto nos desvanece o vosso comparecimento à memória da instituição de Vila Rica.

(...) Hoje, felizmente, o poder público imprimiu às nossas escolas a orientação educadora, a de preparar homens, formando o espírito e o caráter das crianças, de modo que, crescendo, com elas crença a consciência da sua força e do seu destino.⁵³

Mesmo com a separação do Estado com a Igreja, Veloso também foi responsável por recepcionar Dom Silvério, arcebispo de Mariana, ao qual exaltou o papel utilitário da religião, não apenas para os ouro-pretanos, mas como importante instrumento para formação cívica do cidadão da “nova ordem”. Duas décadas depois, tornou-se prefeito de Ouro Preto e foi um dos precursores⁵⁴ das políticas preservacionistas do Brasil. Em seu governo, promulgou juridicamente ações que garantiram a preservação dos monumentos que há muito se deterioravam pelas vicissitudes do tempo, pelas displicências dos governantes anteriores e pelo crescimento urbano, acarretado pela industrialização dos tempos modernos⁵⁵.

Através das leituras das Atas do Conselho Consultivo da Câmara de Ouro Preto de 1931 a 1937⁵⁶, observamos em suas ações um olhar acalentado para os elementos do passado e um

⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* P.22.

⁵²VIEGA, Juliana Goretti Aparecida Braga e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Interfaces entre o processo de legitimação do grupo escolar como instituição de saber e a ressignificação do lugar simbólico de Ouro Preto como cidade monumento.** Varia História. Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, 2013. P.349.

⁵³DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (org.). *Op. cit.* P.326.

⁵⁴Também adotaram medidas regionais para preservação do patrimônio: o governador da Bahia, Francisco M. Góis Calmon em 1927; e Estácio Coimbra, governador do Estado de Pernambuco em 1928.

⁵⁵ APMOP. Ata do Conselho de Ouro Preto de 31/03/1931. “O senhor presidente comunica ao Conselho o descobrimento do pedestal do Chafariz do Largo do Liceu de Artes e Ofício, sendo necessário a restauração do mesmo, consultando ao conselho a melhor maneira de efetuar esse serviço, que deve ser feito por um artista competente”.

⁵⁶ Acervo do Arquivo Público Municipal, intitulado “Atas do Conselho de 1931 a 1937”.

esforço para ressignificar as tradições ouro-pretanas, narradas por Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcelos, dando-lhe um ar de continuidade histórica. Também é notável seu empenho em estreitar as relações da antiga capital com os novos dirigentes estaduais e nacionais, garantindo, assim, o lugar de Ouro Preto frente à nova política e reafirmando o seu lugar na história⁵⁷.

Em uma de suas primeiras ações como prefeito de Ouro Preto, João Veloso propôs a mudança de nome do principal espaço da *urbe*: a atual *Praça Tiradentes*. Na época, a praça se chamava *Praça da Independência*, mas a partir do Decreto nº 8, passou a ser a *Praça João Pessoa*. Na sessão para apresentação do projeto ao Conselho, João Veloso justificou a mudança a fim de “prestar uma homenagem a memória do heroico e grande presidente da Parayba Dr. João Pessoa”.⁵⁸ Podemos inferir que a homenagem a um político da Paraíba seria uma maneira de demonstrar seu posicionamento a favor de Getúlio Vargas, provavelmente contrário à supremacia paulista.

O novo prefeito se preocupou em “inventar tradições” (usando a expressão de Hobsbawm), alterando também alguns nomes de ruas, como a *Bernardo Vasconcelos* que passou a ser chamada *Rua do Aleijadinho*⁵⁹, e decretando feriados municipais e datas comemorativas, como o dia 29 de agosto, no 201º aniversário do “grande artista conterrâneo”, Aleijadinho.

⁵⁷ É válido aqui lembrar que neste momento vivíamos mais um período turbulento, após o golpe para uns, revolução para outros de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder. Os telegramas enviados pela Câmara de Ouro Preto aos presidentes do estado e ao próprio presidente da república marcariam essa política de “boa convivência” com o novo regime instaurado. “O senhor presidente propôs passar um telegrama ao Presidente do Estado, visto ser esta a primeira sessão após a Revolução. Ata do Conselho de 06/08/1932. Telegrama para o novo governador de Minas, Dr. Benedito Valadares. Ata do Conselho 24/05/1935. APMOP.

⁵⁸ Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Ata do Conselho de Ouro Preto de 25/07/1931. Interessante é observar que João Pessoa foi candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, entretanto assassinado em 1930. Fatalidade esta que foi o estopim para a “Revolução”.

⁵⁹ Acreditando que ali teria sido a morada do mestre Aleijadinho. Decreto nº9, de agosto de 1931.



Figura 3 – Prefeito Dr. João Velloso inaugurando a placa da Rua do Aleijadinho. 29/08/1931. Foto: Luiz Fontana. Acervo do IFAC/UFOP

Na ata do dia 9 de setembro de 1931, encontra-se escrito sobre o pintor José W. Rodrigues, que “ofereceu a prefeitura um quadro, onde se reconheceu o brasão de armas de Ouro Preto”. Desta forma, logo se transferiu o emblema “das armas do Estado de Minas Gerais, sempre usados nos timbres de papéis oficiais da prefeitura, para o verdadeiro brasão de Armas de Ouro Preto.”⁶⁰

Brasão, hino, nome de ruas, emblemas, placas, datas comemorativas, sinais... É notório seu esforço para consolidar símbolos de Ouro Preto, desta forma, foi construindo e firmando no imaginário social a ideia de “cidade-monumento”. “O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística e nos rituais”⁶¹.

Interligando seus afazeres João Velloso, juntamente com Vicente de Andrade Racioppi, Gastão Penalva, José Pires Brandão e outros, fundaram o *Instituto Histórico de Ouro Preto*. E, na sessão de 19 de setembro de 1931 o Conselho Consultivo da Câmara de Ouro Preto, decretou como de “utilidade pública” sua criação, por considerar que “obedecendo às leis da Justiça e da Arte, se propõe cultivar as tradições e defender o patrimônio histórico e artístico de Ouro Preto”⁶². Certa vez, disse o Presidente Vargas sobre este Instituto: “É uma benemerência a obra do Instituto Histórico, cujo objetivo nem todos compreendem”⁶³.

Com sua ligação à elite intelectual, política e econômica da época, suas ações foram aceitas por um seleto grupo (de advogados, jornalistas, políticos e historiadores) e permitidas pelo representante máximo do governo federal: Getúlio Vargas. Sua obra de maior

⁶⁰ APMOP. Decreto nº11, tratou de destituir o emblema das Armas do Estado de Minas Gerais

⁶¹ CHAUI, Marilena. *Op. cit.* P.58.

⁶² APMOP. Decreto nº12

⁶³ APMOP – Acervo do Instituto Histórico de Ouro Preto e Museu de Arte e História da Casa de Gonzaga – Opiniões Manifestadas ao seu fundador-diretor Vicente Racioppi. (Doc.18).

envergadura foi a assinatura do Decreto nº 13, em 19 de setembro de 1931, que estabeleceu o tipo artístico, de “face antiga”, que “deveriam seguir os prédios situados no perímetro da cidade”.

Desta forma estabeleceu: “deve-se conservar o seu aspecto colonial, transmitidos dos nossos antepassados, considerando que esta feição colonial de seus edifícios, de seus prédios, das ruas e praças, desperta grande interesse por parte dos turistas (...)”. O que é reafirmado no Decreto nº 25, de 3 de setembro de 1932.

É válido aqui destacar que, a conservação do “conjunto arquitetônico e urbanístico do centro da cidade”, mesmo não estando especificadamente demarcado, equivale ao “Caminho -Tronco”. Neste caso, o decreto valeria para a preservação de todas as casas, ruas, passos, capelas, igrejas, chafarizes, pontes, pedras, oratórios, telhados, enfim todo resquício do passado que resistia pelo percorrer deste trajeto.

Ação pioneira no que tange a área jurídica foi bem vista pelas autoridades da época, como o diretor do Museu Paulista, Afonso Taunay, que lhe enviou uma carta parabenizando-o pela iniciativa⁶⁴, e, também, nos estudos contemporâneos, nos quais continua a ser ressaltada como uma medida importante⁶⁵ para a construção das políticas públicas voltadas para a proteção do patrimônio no Brasil.

Seu último decreto como prefeito de Ouro Preto, foi assinado no ano de 1936, renomeando a antiga praça que, durante todo o seu governo, foi denominada *Praça João Pessoa*, passou agora a ser a *Praça Tiradentes*⁶⁶. Desta forma, ele termina seu mandato coroando o principal espaço da *urbe* homenageando o mártir da Inconfidência Mineira, onde, poucos anos depois, por iniciativa de Vargas, também seria inaugurado o Museu da Inconfidência. Com elementos históricos, culturais e simbólicos, João Veloso buscou materializar e concretizar legalmente os fatos narrados por Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcelos, construindo uma política que daria destaque nacional as “tradições” da antiga Vila Rica.

Observamos assim que os “defensores históricos” de Ouro Preto, cada qual no seu contexto, evitando cometer anacronismos, tanto Xavier da Veiga, como Diogo de

⁶⁴APMOP. Ata do Conselho Consultivo Municipal. 30/11/1931 - Leitura da carta enviada pelo diretor do Museu Paulista congratulando o Decreto nº13 de 19 de setembro, no sentido de proibir construções de prédios em tipos modernos

⁶⁵AGUIAR, Leila Bianchi. **Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializado: Ouro Preto, 1938-1975**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, p. 87-106, janeiro-abril 2016.

⁶⁶ APMOP. Livro de Registro de Atas do Conselho Consultivo Municipal do dia 13/05/1936.

Vasconcelos e João Veloso foram homens de seu tempo, pertencentes a uma elite intelectual, que se dispuseram a ressignificar os monumentos do passado ouro-pretano, visando sua perpetuação no futuro. Com uma dose do “medo da perda”, usando a expressão de José Reginaldo Santos, acarretado pela transferência da capital e com interesses políticos e econômicos, selecionaram, escreveram e forjaram uma memória coletiva, em torno da valorização de Ouro Preto como “cidade histórica”, como o “berço da civilização mineira”, enfatizando seus “grandes feitos”, construções e “homens extraordinários”, não apenas para a ascensão do município e da “pátria mineira”, mas para a construção de uma “nação brasileira” idealizada por Vargas.

Bem como afirmou Maria Cecília Londres Fonseca: “as políticas de preservação são conduzidas por intelectuais de perfil tradicional (historiadores, artistas, arquitetos, escritores, etc) que se propõem a atuar no Estado em nome do interesse público, na defesa da cultura, identificadas com os valores das camadas cultas”.⁶⁷

Ancorados nas ideias de “originalidade” e “essência do passado”, seus discursos seguiam por um viés elitista e positivista, como uma história “*mestre da vida*”, e, assim contribuíram para a formação dos “*mitos de origem*” que fundamentaram a “*comunidade imaginada*” ouro-pretana, difundida pelos modernistas paulistas, e, sacralizada pelos funcionários do SPHAN, como veremos a seguir.

1.2: Do arraial mineiro à cidade universal

Em 1933 foi promulgada a primeira lei em âmbito federal, a favor da defesa do patrimônio cultural brasileiro, ressaltando os valores da cidade de Ouro Preto e elevando-a a monumento nacional. Diz o Decreto nº 22.928:

Considerando que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazer parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos de sua história;

Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação;⁶⁸

⁶⁷FONSECA, Maria Cecília Londres *Op. cit.*.P.23.

⁶⁸Publicações da Secretaria do Patrimônio e Artístico Nacional. N o 31. **Proteção e Revitalização no Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória**. Anexo V – Trecho do Decreto no 22.928, de 12 de julho de 1933.1980. P. 89.

É notório o caráter histórico e artístico aqui enfatizado. “História pátria”, “grandes feitos”, “velhos monumentos”, “relevo histórico”, “arquitetura colonial”, “obras de arte”, adjetivos antes usados para a construção da história de Minas por Xavier da Veiga e Vasconcellos, são, agora, as justificativas para sua elevação a monumento nacional. Segundo Leila Bianchi Aguiar este decreto “pode ser visto como resultado de algumas pressões exercidas por grupos profissionais e mineiros ilustres que desejavam salvar antigos imóveis da destruição”.⁶⁹

Estes mineiros, “defensores históricos” de Ouro Preto, buscavam preservar seus “lugares de memória”⁷⁰, usando a expressão de Pierre Nora, e observa-se que também almejavam ascensão política e econômica perante a nova ordem política vigente, como demonstrado anteriormente. Ressignificando Ouro Preto e criando uma ideia de memória coletiva, acreditavam que o poder local garantiria seu espaço frente ao cenário federal ajudando quiçá, no plano de reconstrução da nação, dirigido por Getúlio Vargas.

A crônica escrita no Jornal *Voz de Minas* no dia 16 de julho de 1935, em comemoração aos dois anos da sua elevação à monumento nacional dizia:

Luizinho foi o único que acertou: Ouro Preto não só está no coração de Minas, como também no coração do Brasil, nas páginas da História, na imaginação ardente do Dr. Velloso, na minha, na do senhor, na de todos os brasileiros...Ouro Preto, comemorando aniversário de sua elevação a Monumento Nacional, ficou mesmo, com a mão no mento, aqui no pólo da Nação.⁷¹

Ainda de acordo com Leila Bianchi Aguiar, este decreto mais simbólico do que prático, não deixou de ser uma ação inovadora considerada de vanguarda e “sem precedentes na legislação brasileira”⁷². A recém-criada “cidade-monumento” seria um experimento a ser diariamente monitorada e analisada (ou deveria) e, conforme os resultados obtidos, remodelada. Nesse sentido, Ouro Preto seria a “vitrine” das novas ações preservacionista do Estado e resolver seus problemas, seria questão essencial para o sucesso das políticas públicas patrimoniais em todo Brasil. O que não seria uma tarefa fácil.

A superintendência técnica e artística de Ouro Preto como monumento nacional, ainda é um caso a espera de solução. E esta não deve tardar para que não se agravem

⁶⁹AGUIAR, Leila Bianchi. *Op. cit.* P. 90.

⁷⁰NORA, Pierre. *Op. cit.*

⁷¹APMOP. Jornal *Voz de Ouro Preto* do 16 de julho de 1935.

⁷²AGUIAR, Leila Bianchi. *Op. cit.* P.90.

numa época de intensidade construtora e reformadora como a que no momento se observa na nossa cidade.⁷³

Caminhando por esta linha, compreendemos a expectativa por parte dos ouro-pretanos com a nova categoria de “monumento nacional”. Pois, obviamente, quando assinaram o Decreto nº 22.928, o município não tinha conhecimentos e instrumentos técnicos para proteger e salvar os monumentos, muitos deles em estado de ruína, e não apenas os públicos, mas também muitos privados. Nesse sentido, mesmo que as medidas ali contidas tenham tido um caráter simbólico, é inegável que, com o título, a cidade atrairia mais visibilidade e possibilidade de obter amparo técnico e, principalmente, financeiro para as obras de restauração.

Rio, 19 (Meridional) O presidente Getúlio Vargas, antes de embarcar para Porto Alegre, autorizou o ministro Gustavo Capanema a executar as obras de que necessita a cidade de Ouro Preto e que serão atacadas imediatamente para a preservação das riquezas materiais e artísticas daquele monumento nacional.⁷⁴

É válido também lembrar que, não obstante, o processo de patrimonialização de Ouro Preto fora acompanhado diretamente pelo presidente da República: Getúlio Vargas⁷⁵. Na figura de líder da nação, Vargas esteve presente na antiga Vila Rica em momentos significativos para sua consolidação como “monumento nacional”⁷⁶. Como bem destacou Schwarcz e Starling (2015, p.377) “a legitimidade da ditadura do Estado Novo dependia de que seus agentes o associassem a Vargas, combinando, na figura do ditador, a imagem do líder com a representação da nação”. E, o prefeito João Veloso seria um bom exemplo desta combinação varguista.

Outra grande demonstração da crescente importância atribuída à cidade pelo poder federal foi dada durante a repatriação dos restos mortais dos inconfidentes em 1942, recolhidos no Museu da Inconfidência, sede de comemorações presididas por Getúlio Vargas, Gustavo Capanema e Rodrigo Melo Franco de Andrade.⁷⁷

O Instituto Histórico de Ouro Preto, criado em 1931 como vimos anteriormente, tinha como patronos nomes já consagrados pela história de Minas, tais como Aleijadinho,

⁷³APMOP. Jornal Voz de Ouro Preto no dia 06/10/1935.

⁷⁴APMOP. Jornal Voz de Ouro Preto dia 23/09/1935. Reportagem do Jornal Meridional do Rio de Janeiro.

⁷⁵À guisa de informação, Vargas morou em Ouro Preto na adolescência, no final do século XIX, quando cursou matérias preparatórias para a Escola de Minas

⁷⁶Refiro as comemorações do 21 de abril, e, especialmente na repatriação das cinzas dos Inconfidentes, em 1937.

⁷⁷AGUIAR, Leila Bianchi. *Op. cit.* P.93.

Tiradentes, Rodrigo Bretas, Xavier da Veiga, Diogo de Vasconcellos, Conde de Ouro Preto, Gustavo Barroso, Getúlio Vargas e outros escolhidos; e, como diretor perpétuo: Vicente Racioppi. Ficaria este então responsável por “cultuar as tradições” e “defender o patrimônio histórico e artístico” da cidade.

Bastante polêmico, Racioppi mantinha contato com as autoridades municipais, estaduais e federais, mas pelos seus documentos resguardados no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, não recebia ajuda financeira dos governantes para desenvolver os trabalhos no Instituto, ficando as despesas a cargo do mesmo⁷⁸. Condecorando, homenageando e promovendo eventos, como as comemorações do 21 de abril, o Instituto se preocupava em “inventar tradições” e também em ressignificar as antigas.

Advogado e professor, Vicente Racioppi foi uma figura importante do meio social e ocupou grandes espaços nas colunas dos jornais da época. E, se não agiram diretamente na restauração dos monumentos arquitetônicos de Ouro Preto, podemos perceber que os membros do Instituto não saíram dos canteiros das obras. Fiscalizavam, monitoravam, pesquisavam, perguntavam, polemizavam e, por fim, divulgavam na imprensa. Sendo assim, encontramos diversos escritos em jornais do período de 1932 a 1954, assinados pelo diretor Racioppi. No jornal *Voz de Ouro Preto* no dia 12/08/1935, lê-se o artigo intitulado “*Injuriando a pedra sabão*” de sua autoria:

Venho, por isso, formular o mais firme protesto contra a invencionice e remodelamento do muro lateral da Capela de São Francisco de Assis, protesto que já apresentei ao Presidente da República, ao Governador do Estado de Minas Gerais, ao Prefeito Municipal, á imprensa do país. Quero levá-lo ainda ao srns. Vigário e Arcebispo.
É missão do Instituto Histórico a defesa de Ouro Preto contra o machado da indiferença, do abandono e da destruição.⁷⁹

Nesta ocasião, Racioppi reescreveu e publicou as cartas recebidas de Dom Helvécio, arcebispo de Mariana, do prefeito João Veloso, de Luiz Signorelli, diretor da Escola de Arquitetura em Belo Horizonte, e do arquiteto português Raul Lino; todos eles opinando sobre as intervenções feitas no adro da “mais bela obra-prima” de Aleijadinho: a Igreja São Francisco de Assis. Interligando todas as instâncias – municipais e nacionais, o protesto surtiu

⁷⁸ Acervo particular de Vicente Racioppi conservado no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

⁷⁹ APMOP. **Injuriando a pedra sabão**. Vicente Racioppi. Jornal *Voz de Ouro Preto* 12/08/1935.

efeito e foram revogadas as autorizações, e o muro antes construído foi derrubado e a construção do coreto, cancelada.

Racioppi agitou-se para uma forte participação local, pois agentes federais alegaram que qualquer cidade designada como patrimônio histórico nacional deveria ser administrada por agentes do estado nacional. Os desentendimentos entre o preservacionista local e as autoridades federais escalaram até um ponto em que Racioppi seria forçado a partir de Ouro Preto (...).⁸⁰

Os impasses ocorridos, principalmente no momento da intervenção nos monumentos, foram (e ainda são) os mais diversos e delicados. Entretanto, considerando que a teoria da restauração ainda desconhecia Cesare Brandi com os seus dizeres acerca do falso artístico e do falso histórico, não julgaremos os esforços de alguns para resgatar a “boa tradição”. No artigo “*Cidade Crescente*”, publicado pelo jornal *Voz de Ouro Preto*, em outubro de 1935, o autor nos oferece um panorama deste contexto:

Ouro Preto já não é apenas a cidade santa da Arte e da História, á Coimbra mineira, a Jerusalém moderna, o empório da civilização nacional e a Meca da República Brasileira, onde os sonhadores e idealistas localizaram as ruínas de Pompéia (injúria a terra da Inconfidência) e as visões sobrenaturais das fantasias da Hobeim, mas uma cidade que cresce e que progride vertiginosamente, sem profanar o passado e sem desvirtuar a história.

Nestes últimos tempos, grande é o impulso que vem tendo nossa terra em todos os ramos da atividade humana.

A sua indústria, o seu comercio e a intensidade crescente do seu movimento geral é um fato que atesta o nosso crescimento e o nosso progresso e diz que não vivemos apenas das cinzas do passado, mas temos um presente dinâmico e um futuro promissor.

Hoje, porém, alenta-nos alguma coisa mais o que o grandioso título conferido a nossa terra – Monumento Nacional; é que sentimos que crescemos, que progredimos e que Ouro Preto cada vez mais se integra na onda luminosa do progresso, e do dia para dia, mais se fixa no pensamento popular como a mais pitoresca estadeia de repouso e de turismo.⁸¹

Com muitos embates, não apenas em torno das questões relacionadas aos projetos de restauro (que seriam e ainda são recorrentes), teve-se a necessidade de criar um órgão vinculado ao Estado que entendesse as especificidades patrimoniais locais e que compreendesse as urgências das demandas. Sendo assim, em 1934, instituiu-se a *Inspetoria de Monumentos Históricos*, dirigida por Gustavo Barroso com o objetivo de restaurar as construções civis mais significativas, as igrejas, as pontes e os chafarizes, “a la Viollet-le-Duc”.

⁸⁰ WILLIAMS, Daryle. **Vicente Racioppi: The Local Preservationist and the National State in The Human Tradition in Brazil**. Peter M. Beattie, ed Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2003. P.187 (Grifo nosso).

⁸¹ APMOP. Jornal *Voz de Ouro Preto* 27/10/1935.

As tensões também se agravavam com as propagandas turísticas e, principalmente, com o crescimento da cidade, acarretado pelos novos cursos universitários e pelas indústrias que ali se instalavam. Desta forma, em 1935, foi elaborado o primeiro “Plano de Restauração” de Ouro Preto⁸². Tombar e preservar apenas o “*centro histórico*” não seria uma fácil resolução. Segundo Leila Bianchi Aguiar (2016):

As falhas no processo de preservação de Ouro Preto eram atribuídas à insensibilidade dos inimigos da preservação e às autoridades, principalmente, municipais. Já para os que não faziam parte da instituição, ela própria seria a culpada pelas lacunas na proteção do patrimônio. Esses problemas tomariam uma nova dimensão a partir de meados do século XX, quando ficou clara a impossibilidade de frear o crescimento da cidade e as incessantes pressões em direção à sua expansão não puderam ser contidas pela política preservacionista.⁸³

Com o jogo de interesse sempre presente nas decisões humanas acarretando em processos obscuros e sem objetividade, as tentativas não sucedidas eram ressaltadas e atribuídas aos órgãos municipais. Entretanto, quando lemos os apelos dos jornais da época, especialmente as matérias escritas por Vicente Racioppi, dentre outros, observa-se que os problemas também eram vinculados às autoridades federais por terem conhecimento das técnicas, mas não conhecerem a realidade local. Esse descompasso nas políticas patrimoniais entre as esferas municipais, estaduais e municipais permaneceria até os dias de hoje, que, sem uma unicidade, traz malefícios às decisões sobre os bens culturais da cidade.

1.2.1: As práticas preservacionistas do SPHAN na antiga Vila Rica

O período varguista, conhecido como Estado Novo, que marcou os anos de 1937 a 1945 foi assinalado pelo nascimento de instituições de controle do Estado. Destituindo o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais⁸⁴, observa-se que, ao mesmo tempo em que Vargas instaurava sua ditadura, dava espaços (limitados e supervisionados) aos intelectuais da cultura, almejando formar uma identidade para o novo cidadão da “nação moderna brasileira”.

O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi então criado através de um decreto presidencial, no ano de 1937, e “se tornou o porta-voz legítimo do

⁸²Para mais informações sobre o Plano de Restauração de 1935 ver: MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto**. Belo Horizonte, 1999. P.88.

⁸³AGUIAR, Leila Bianchi. *Op. cit.* P.97.

⁸⁴ Desta forma, não encontramos Atas escritas pelo Conselho Consultivo de Ouro Preto neste período.

Estado no tocante aos temas ligados à preservação”⁸⁵. Segundo Márcia Chuva (2009), a partir deste Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, a história do patrimônio no Brasil pode ser dividida em duas fases distintas: a primeira de 1937 a 1967 e a segunda fase de 1967 a 1982. Sendo assim, apoiados nesta divisão, faremos aqui uma breve análise dos bens que foram selecionados e institucionalizados em Ouro Preto pelo SPHAN, a fim de compreender como os paradigmas foram construídos e quebrados ao longo do século XX, passando do campo teórico para a prática governamental.

A primeira fase, que abrange o período de 1937 a 1967, seguiu, nos seus primeiros anos, aos interesses do governo varguista e às convicções de um grupo composto por Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Afonso Arinos, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Sylvio de Vasconcelos e por outros chamados por Márcia Chuva os “arquitetos da memória”.⁸⁶

Esses intelectuais tornaram-se, a um só tempo, funcionários dedicados do SPHAN, onde consolidaram todo um pensamento acerca do patrimônio histórico e artístico brasileiro, e os gênios fundadores de uma nação moderna, que se identificavam na crença comum que possuíam acerca da universalidade da cultura e da arte.⁸⁷

Defensores de uma cultura nacional, estes buscaram construir uma identidade brasileira associada às artes ameríndias, africanas e europeias⁸⁸. Entretanto, por encontrarem um elo do nosso patrimônio com as raízes das “nações civilizadas”, buscavam, ao mesmo tempo, “civilizar” e “modernizar” os brasileiros, enfatizando nossas heranças portuguesas em seus discursos.

Os estilos artísticos existentes no “Velho Mundo” do período clássico ao renascentista reunir-se-iam ao que o arquiteto do SPHAN, Lúcio Costa, denominou de “essência do barroco brasileiro” ou “boa arquitetura”⁸⁹. Sendo assim, as obras do período barroco seriam uma espécie de ponte para interligar o Brasil ao caminho da história da arte universal. Inventariar, restaurar, conservar e divulgar este patrimônio brasileiro seriam as tarefas destes homens, todos unidos pela “causa do patrimônio”.

⁸⁵AGUIAR, Leila Bianchi. *Op. cit.* P.91.

⁸⁶CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória.** Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

⁸⁷ CHUVA, Márcia. **Fundando a Nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado.** TOPOI, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333. P.315.

⁸⁸ O ante-Projeto de Mário de Andrade já trazia todas essas questões, contudo, não foi o escolhido para criação do SPHAN.

⁸⁹ COSTA, Lúcio. **Documentação Necessária.** Revista do IPHAN. N.1, 1937, P.31-41.

Rodrigo Melo Franco de Andrade foi o mentor e diretor durante toda essa primeira fase do SPHAN, marcada pelos seus esforços em salvar não apenas o patrimônio de Ouro Preto, mas monumentos de todo país⁹⁰. Rodrigo Melo Franco de Andrade, também advogado, nasceu no dia 17 de agosto de 1898, filho da nova capital de Minas: Belo Horizonte. É válido destacar que seus parentes paternos eram nativos da antiga Vila Rica e seu bisavô, Rodrigo José Ferreira Bretas, foi o primeiro biógrafo de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Sua vida pessoal confundiu-se com o que chamava sua missão, como personagem de destaque que foi nesse novo campo de intervenção social: consolidar uma lei e um serviço público de salvaguarda do patrimônio nacional, sem perder de vista a inserção brasileira nas redes internacionais, numa espécie de diplomacia cultural por ele exercida.⁹¹

No período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do SPHAN, concentrou seus esforços nos monumentos arquitetônicos e barrocos luso-portugueses, considerados “excepcionais” e “autênticos” pelos especialistas da época. A principal justificativa utilizada por ele foi o valor artístico e histórico atribuídos a estes bens de natureza material. Considerando que eram, em sua maioria, arquitetos, advogados e engenheiros que atribuíam os valores patrimoniais, a ênfase na estética da obra era central para avaliação e efetivação dos primeiros tombamentos. Segundo Márcia Chuva: “Desde os anos trinta, o barroco tem sido oficialmente usado como um signo totêmico da expressão estética da identidade nacional brasileira”.⁹²

Desta forma, os primeiros bens patrimonializados pelo SPHAN em Ouro Preto pertenciam ao conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade (o “Caminho-Tronco”, já sacralizado pelo poder municipal em 1933), e cinco anos depois, tombou-se, separadamente, a Igreja Nossa Senhora do Carmo e a Igreja de São Francisco de Assis, inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes em 1938. Já no ano de 1939, tombaram isoladamente bens que faziam parte deste “centro-histórico”. (ver tabela em anexo)

Sobre estes primeiros tombamentos, Leila Bianchi Aguiar advertiu: “Como consequência direta dessa inscrição e das concepções sobre a preservação do patrimônio

⁹⁰ “(...) Sob a pressão do tempo perdido, de séculos de abandono, e da carência crônica de dinheiro e de recursos humanos, a instituição, em seus primeiros anos de vida, teve que redobrar os esforços para dar conta da tarefa a que se propunha.” Discurso de Rodrigo em Publicações da Secretaria do Patrimônio e Artístico Nacional. Nº31. **Proteção e Revitalização no Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória**.1980, Depoimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade. P.28.

⁹¹ CHUVA, Márcia. *Op. cit.* P.316.

⁹²CHUVA, Márcia. *Op. cit.* P. 313-333.

cultural brasileiro dominante no período, a cidade passou a ser vista como uma obra de arte que deveria ser conservada como tal”.⁹³ Neste sentido, a partir destas inscrições no Livro de Tombo, qualquer intervenção deveria (e ainda deve) ser submetida à aprovação dos “homens do patrimônio”, na época sob a égide de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa. Estes, por buscarem incessantemente uma unicidade estilística, privilegiando um determinado período histórico – o barroco – sombrearam e apagaram tantos outros, como o estilo eclético que representava as construções do final século XIX e início do XX.

Já os bens tombados de 1940 a 1963 seguiram pela mesma lógica, mas agora incluíam casas civis, mais igrejas, pontes e chafarizes (ver tabela em anexo). Neste segundo momento, observa-se uma tímida abertura no que tange ao tombamento de bens localizados fora do “centro-histórico” da cidade: como a Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré, localizada no distrito de Cachoeira do Campo; a Igreja de São Bartolomeu, localizada no distrito de São Bartolomeu e a Casa Bandeirista, no distrito de Amarantina. Entretanto, as justificativas para a patrimonialização não mudaram, eram bens com excepcionais valores “históricos e artísticos”, que representavam o passado luso-português e barroco.

Já a segunda fase do SPHAN, agora DPHAN⁹⁴, é marcada pelo afastamento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, no ano de 1967. O próprio nomeou o arquiteto Renato Soeiro – que trabalhava no órgão desde 1938 como chefe da Divisão de Conservação e Restauro – para assumir a diretoria. Período de forte ditadura no país, Soeiro permaneceu como diretor por 12 anos e iniciou uma reforma nas concepções patrimoniais, alargando o horizonte frente às diversidades culturais.

Interessado e participativo nas políticas internacionais, Soeiro demonstrou uma preocupação tanto com a cultura do passado, bem como com o seu significado no presente, valorizou o patrimônio material, e também abordou, pela primeira vez, o patrimônio imaterial.⁹⁵ Também foi com ele que o DPHAN se transformou em Instituto, com regimento interno, seis diretorias técnicas, assessoria jurídica e nove distritos regionais, visando o

⁹³AGUIAR, Leila Bianchi. *Op. cit.* P. 92.

⁹⁴ Em 1937 é criado O SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1946 o SPHAN torna-se DPHAN, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já em 1970 o DPHAN se transforma em IPHAN, Instituto Histórico e Artístico Nacional. Em 1979 o IPHAN se divide em SPHAN – órgão normativo – e Fundação Nacional Pró-Memória – órgão executivo. Em 1990, criação do IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Em 1994 volta a denominar-se IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁹⁵ AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. *In*: AZEVEDO, Paulo Ormino David de, Corrêa, Elyane Lins (Org.). **Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA: IAB, 2013. P. 25.

reconhecimento das regiões esquecidas pelo Brasil afora, principalmente da região norte e nordeste. Em Ouro Preto, talvez pela ênfase dada na primeira fase, neste momento nenhum bem foi tombado na cidade.

Aloísio de Magalhães, durante a gestão de Soeiro, desempenhou a função de coordenador do Centro Nacional de Referência Cultural e, quando este foi afastado em 1979, assumiu a direção do IPHAN. Dando continuidade aos trabalhos, reconheceu os bens culturais não mais por seus valores históricos ou por suas características artísticas, quase sempre representativos para as classes dominantes, mas pelo valor que a população local conferia aos mesmos.

Sendo assim, mudou o foco e enfatizou o patrimônio imaterial, defendendo a ideia de pluralidade cultural num período de redemocratização da política brasileira. Advogado por formação e designer, Aloísio tinha uma equipe multidisciplinar que lançavam novos olhares sobre o patrimônio brasileiro, elaborando assim novas estratégias de proteção. Com sua morte súbita, aos 54 anos, na cidade de Pádua (Itália), onde tomava posse como presidente da *Reunião de Ministros da Cultura dos Países Latinos*, no ano de 1982, seus projetos foram bruscamente interrompidos.

Contudo, observa-se que durante as gestões de Soeiro (1967-1979) e de Aloísio de Magalhães (1979-1982), nenhum bem foi registrado ou tombado em Ouro Preto, quiçá pelas preferências da primeira fase. Os últimos processos a nível federal foram o tombamento da igreja de Santo Antônio em Glaura em 1984 e como de *práxis*, de uma escultura com autoria de Antônio Francisco Lisboa, o ícone Aleijadinho, no ano de 1987, pertencente à capela de Santana, no subdistrito da Chapada.

Desta forma, notamos que mesmo com o alargamento do conceito de patrimônio e de seus significados, na prática, os processos de patrimonialização ainda insistiram em priorizar os bens materiais de valores excepcionais, “autênticos”, “originais”, barrocos e se possível de Aleijadinho, como veremos a seguir no processo de patrimonialização a nível mundial.

1.2.2: A UNESCO e sua política de preservação em Ouro Preto

Das polêmicas e ambiguidades surgidas acerca dos conceitos de preservação, conservação e restauração, sentiu-se a necessidade de elaborar normas técnicas e jurídicas, assim como de especificar os fundamentos teóricos que dariam as diretrizes para a

preservação dos patrimônios culturais. Mesmo cientes de que as *Cartas Patrimoniais* concentravam seus valores em padrões eurocêntricos, essas foram por décadas (e ainda são) instrumento teórico para as políticas preservacionistas nos mais diversos países, do ocidente ao oriente. Observamos nelas, entre outros, o dever dos Estados em proteger, conservar, inventariar, arquivar, restaurar e divulgar todos os documentos relativos aos seus bens culturais.

Desta forma, buscaram estabelecer uma espécie de rede, com o intuito de formar um banco de dados atualizado, sobretudo, após a criação da UNESCO, promulgando textos jurídicos e recomendações com conteúdo e objetivos a serem seguidos por mais de 190 países, entre membros e associados.⁹⁶

Pela diversidade de povos, culturas e mentalidades foram muitas as questões discutidas para adesão de alguns países na UNESCO. Por exemplo, nos países orientais, os princípios culturais são diferentes dos nossos, pois seus valores são simbólicos, espirituais e não recaem na originalidade e integridade dos aspectos físicos dos monumentos. Para eles, o que confere valor de patrimônio não é o monumento materialmente autêntico e intocado, mas as técnicas, o modo secular com que este foi feito e como se perpetua com o tempo.

Desta forma, buscando uma uniformidade mundial, a UNESCO mesmo que limitada, abriu espaço para os mais variados tipos de representações culturais. Essa ideia de pluralidade ganhou força com a *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas* de 1972. E, em 1989, com a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional*, onde os bens representativos das mais variadas classes, tanto os imateriais quanto os naturais também foram reconhecidos em âmbito mundial. Recentemente, no ano de 2003, a rede unida na *Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, tentou reforçar essa ideia de diversidade cultural, tendo como uma de suas finalidades a conscientização local e o reconhecimento do patrimônio imaterial, enfatizando também o seu potencial no meio econômico.

Ouro Preto passou a sofrer influências diretas da UNESCO a partir da década de 1960. Sob a orientação de Paul Coremans, diretor do *Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico* em Bruxelas (1964), de Michel Parent⁹⁷ (1966) e do arquiteto português Alfredo Viana de Lima (1970), buscou-se elaborar planos com alternativas para melhorar as

⁹⁶ Informações acessadas no site da Unesco - nacoesunidas.org.

⁹⁷ **As Missões da Unesco no Brasil : Michel Parent.** [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira] ; organização e texto de Cláudia Feierabend Baeta Leal . – Rio de Janeiro : IPHAN, COPEDOC, 2008.

condições estruturais da cidade, enfatizando as benesses do turismo cultural para o “centro-histórico” da *urbe*. Contudo, se estas orientações não saíram do papel, serviram para dar mais visibilidade, agora a nível internacional à “cidade-monumento-nacional”.

O processo para tornar Ouro Preto Patrimônio da Humanidade começaria, no final da década de 1970, após Aloísio de Magalhães ter assumido a direção do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mesmo sem praticar atos isolados de tombamentos, mas lutando pela sua patrimonialização a nível mundial, Aloísio explicou como e por que Ouro Preto se tornaria a primeira cidade brasileira a receber tão honroso título. Uma das perguntas feitas questionou sobre quais seriam as vantagens para a cidade com este título: se seriam apenas prestígio ou atrairia benefícios reais. Segue a resposta do então diretor do IPHAN:

O problema não deve ser visualizado de maneira pragmática. Existindo consciência do valor do bem cultural, o dinheiro sempre aparece. Prefiro salientar dois aspectos mais importantes: o valor que esta escolha representa para a comunidade de Ouro Preto, para as famílias, que, de pai para filho, têm lutado pela sobrevivência da cidade. Este reconhecimento é um grande ponto de referência para a comunidade. Outro aspecto é o reconhecimento no plano nacional. Ele nos serve como exemplo, vai nos ajudar muito para que a comunidade se dê conta do valor do patrimônio e que sua defesa tenha sempre apoio. Neste momento em que o país enfrenta problemas graves, o reconhecimento dos bens culturais pode ser um indicador importante para objetivos políticos autênticos.⁹⁸

Todavia, nota-se que, mesmo com o título de cidade patrimônio da humanidade, as queixas feitas pela população local de falta de apoio e estruturas para a preservação dos bens culturais continuaram, ou melhor, se intensificaram agora pelo turismo predatório. No *Jornal de Ouro Preto* de 1985, o artigo titulado “*Amor mal declarado*”, expõe tal impasse:

O que aconteceu desde que Ouro Preto se tornou a primeira cidade brasileira a ser galardoada como esse sonoro título? Nada de diferente, a não ser o crescimento da deterioração arquitetônica e urbanística que aos poucos destrói seu conjunto, considerado um monumento em si mesmo. As autoridades responsáveis – em todos os níveis, do governo municipal ao federal – se acomodaram. E, ao que se saiba, o órgão da ONU até hoje não lhes cobrou qualquer providência que prove ter o Governo brasileiro entendido a responsabilidade que a declaração de monumento mundial lhe trouxe. À medida que Ouro Preto desperta mais atenção em todo o mundo – como aconteceu depois de receber o pomposo, mas até hoje inútil, título de patrimônio cultural da humanidade -, à medida que os resultados econômicos proporcionados pelo turismo se tornam mais visíveis, vai a cidade perdendo, irreparavelmente, sua particular fisionomia. Enquanto são procurados, avidamente, móveis, objetos e imagens antigas, por colecionadores até mesmo internacionais, são

⁹⁸ APMOP. Folha de Jornal avulsa. Sem o nome e nem data, apenas com a matéria intitulada: Unesco dá à cidade de Ouro Preto o título de “Monumento Mundial”.

destruídos, com igual sofreguidão, os exemplares mais significativos do conjunto urbano – alma e corpo desses móveis, objetos e imagens que herdamos da mais expressiva manifestação do barroco brasileiro.⁹⁹

Desta forma, observa-se que Ouro Preto foi precursora nas políticas de preservação patrimonial no Brasil, pois foi: a primeira cidade a receber uma legislação específica por iniciativa do seu prefeito João Veloso, no ano de 1931; a primeira cidade a ser elevada monumento nacional, por Getúlio Vargas em 1933; e, a primeira cidade brasileira declarada patrimônio da humanidade, por intermédio de Aloísio de Magalhães, em 1980. No entanto, se esse pioneirismo garantiu a conservação das grandes obras materiais do período barroco localizadas no “centro-histórico”, esqueceu-se todo o seu entorno, cujos bens imateriais e naturais também são significativos para a sociedade ouro-pretana. Como bem ressaltou Maria Cecília Londres Fonseca:

Dado o modo como se implantaram as políticas do patrimônio, predominantemente associadas à construção dos Estados-nação e de uma representação de “identidade nacional”, e dada também sua precária apropriação pela sociedade como um todo, essas políticas terminaram por referir-se predominantemente àqueles grupos sociais que detêm o poder de produzir a representação hegemônica do “nacional”.¹⁰⁰

Observamos, assim, como a construção do imaginário social pelo patrimônio foi centrada nas obras “pedra e cal” do período barroco, localizadas no “centro-histórico” da cidade. Esta narrativa forjada desde o século XIX pelos “defensores históricos” de Ouro Preto, representados aqui nas figuras de Xavier da Veiga, Diogo de Vasconcelos e João Veloso, foi perpetuada pelos “homens do patrimônio”, que continuaram preocupados em resgatar os fatos “excepcionais e memoráveis”, assim como preservar os “tesouros do passado”, reafirmando por séculos uma memória elitista, “coesa e coletiva”, privilegiando o tombamento dos bens materiais, históricos, artísticos, barrocos e de Aleijadinho.

⁹⁹APMOP. Jornal de Ouro Preto. **Amor mal declarado** 15/12/1985.

¹⁰⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. cit.* P.76.

CAPÍTULO 2: “Patrimônio para quem? É material ou imaterial?” As faces da mesma moeda

Como pode o patrimônio mundial não ter, antes, valor municipal?¹⁰¹

Todo signo (e não apenas os bens culturais) tem dimensão material (o canal físico da comunicação) e simbólica (o sentido, ou melhor, os sentidos), como duas faces da mesma moeda.¹⁰²

Ulpiano Bezerra de Meneses, em “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”, apresenta um panorama da atual desarticulação entre as “práticas e representações” que permeiam o patrimônio e os desafios para a preservação dos mais diversos bens que compõem nossa sociedade.

O autor observa como as ações voltadas para a preservação acabam por esvaziar o patrimônio de seu conteúdo essencial, na maioria das vezes, privilegiando, como ele bem denominou, “os maus usos culturais da cultura”. Discutindo as questões que rondam o patrimônio, ele aponta a inconveniência da polaridade entre material e imaterialidade e, o feito de os órgãos preservacionistas dos nossos dias, seguirem à parte da realidade da comunidade.

Neste mesmo estudo, Ulpiano Bezerra de Meneses tem como objeto de reflexão um desenho de uma revista, onde está representado uma velhinha rezando em uma catedral francesa, juntamente com um grupo de turistas orientais. Na ocasião, o guia pede silêncio à senhora, pois ela estava atrapalhando a visita do grupo. Com esta imagem, o autor faz uma instigante análise dos sentidos e valores que envolvem o patrimônio cultural, que vale aqui ser destacada.

A velhinha, representando o habitante local, possui uma relação existencial com o bem cultural, que para ela está despido da carga patrimonial, sendo apenas um “bem”. Sua apropriação é afetiva, “trata-se, portanto, de uma relação de pertencimento”, pois a catedral gótica construída no período da Idade Média faz parte do seu cotidiano, da sua rotina de oração. O valor imaterial, neste caso, transcende o meramente material “histórico e artístico”.

¹⁰¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. I vol.1 In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN. P.29.

¹⁰² FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. cit.* P. 68.

No momento em que o guia, enquanto especialista, pede silêncio, impedindo-a de continuar com sua prática, demonstra claramente o descompasso dos valores essenciais que deveriam conduzir as políticas patrimoniais atuais, pois sua posição é de inferioridade e sua importância se mostra como secundária.

Desta forma, Meneses nos desperta para as ações que vêm sendo desenvolvidas no campo do patrimônio cultural. Mesmo com o alargamento do conceito de patrimônio cultural desde a década de 1960, mais anos de estudos, conferências internacionais e a Constituição Federal de 1988, observa-se que a realidade na prática de uma inclusão mais democrática dos bens representativos das classes marginalizadas. Especialmente aquelas desprovidas de interesse econômico, continuam à parte das políticas públicas e os valores, que dão sentido para sua existência e para o seu reconhecimento, estão ainda centralizados nos bens das classes privilegiadas, do contínuo “pedra e cal”.

Por isso julgo pertinente começarmos a rever nossa postura a respeito do valor e da avaliação (reconhecimento do valor), sem excluir a perspectiva do especialista, obviamente, mas sempre privilegiando aquela do *usuário*, do *fruidor* – em outras palavras, a perspectiva da velhinha do cartum.¹⁰³

Como no caso de Ouro Preto, o bem declarado patrimônio, com valor exclusivamente na sua materialidade, escolhido pelos “guardiões da memória”, corre o risco de anular todos os outros sentidos que também estão presentes no bem. Pensando no exemplo de Meneses e interligando-o com uma prática recorrente em Ouro Preto, refletimos sobre a imagem da santa no altar-mor da igreja.

Para o habitante local, no caso a velhinha, seu valor não está na sua indumentária, nem nas jóias, e, nos traços estilísticos cuidadosamente restaurados por séculos, mas na sua presença ali física no espaço sagrado de origem, e, na devoção que lhe é transmitida. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca: “As significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais”¹⁰⁴.

Já o bem classificado unicamente com valores imateriais é inconcebível, pois algo sem matéria física permaneceria no “campo das ideias”. Logo, a imaterialidade da devoção à santa, é expressa na prática do fiel que se apropria do espaço, atribuindo-lhes significados “para além da pedra e cal”. Mas, para que esse valor imaterial exista, é preciso que este esteja

¹⁰³MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Op. cit.* P.34.

¹⁰⁴ *Ibidem.* P.32.

expresso em certa materialidade, como no caso da escultura de madeira policromada da santa, presente na catedral gótica. Retomaremos esta questão no próximo capítulo.

Maria Cecília Londres Fonseca¹⁰⁵ também discute essa ideia de que não é possível se referir ao patrimônio somente atribuindo valores materiais, nem com valores apenas imateriais, como “meras abstrações culturais”. Assim como Meneses, a autora entende que o bem imaterial precisa de um meio físico para se manifestar e, em contrapartida, o bem material necessita ter significados imateriais para que faça sentido e sobreviva às vicissitudes do tempo. Desta forma, o que os diferenciaria é a maneira quanto a sua preservação, porém ambos correm o “risco de perda”.

Com a criação de novas formas de preservação, para além do tombamento, o registro destinado aos bens imateriais é questionado por Fonseca: “como preservar manifestações culturais como o saber-fazer de um artesão, as formas celebratórias adotadas pelas diferentes crenças, os modos de intervenção no meio ambiente que são resultado de séculos de contato e de experiência?”¹⁰⁶. Nesse sentido, a autora faz uma reflexão de como atualmente a noção de patrimônio cultural se alargou e, junto com ele, os desafios para sua preservação.

Sabemos que não é possível preservá-los sem a participação dos produtores e de todos aqueles envolvidos em sua dinâmica de produção, consumo e transmissão. Sabemos que não é possível preservá-los recorrendo apenas ao poder das leis e ao refinamento das técnicas, e sabemos também, que a preservação do seu suporte físico não é suficiente para a sua salvaguarda, nem para a plena transmissão de sua memória¹⁰⁷.

Desta forma, fica evidente a dimensão social do patrimônio cultural atual, assim como a necessidade de transformar as políticas de preservação, que não mais se comportam em preservar os mesmos bens materiais, “pedra e cal”, com valores “excepcionais e autênticos”, focalizados no tombamento. Este instrumento, utilizado por séculos para a proteção dos bens com valores “artísticos e históricos” não consegue mais abarcar, como disse Fonseca, “a natureza processual e dinâmica dos bens culturais de natureza imaterial”.¹⁰⁸

Atentos a essas classificações, até como meio de se organizarem, os órgãos preservacionistas acabam por escolher e classificar os bens que serão transmitidos para as gerações futuras. Talvez por uma questão de comodidade ou quiçá por “apego as tradições”,

¹⁰⁵ Especificadamente em seus artigos: “Para Além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural” e “Patrimônio Cultural: por uma abordagem integrada”.

¹⁰⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. cit.* P. 70.

¹⁰⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. cit.* P. 70.

¹⁰⁸ *Ibidem.* P.72.

na prática, as políticas patrimoniais continuam ancoradas no tombamento, no patrimônio “pedra e cal”, com raras exceções. Como será neste segundo momento demonstrado, no caso específico da cidade patrimônio da humanidade: Ouro Preto.

Os critérios fundamentados pela UNESCO estimularam os órgãos patrimoniais nacionais a se descentralizarem. Desta forma, o legado de uma sociedade pode ser diagnosticado por seus valores local, regional, nacional ou para toda humanidade. E, de acordo com o seu nível de classificação, podem também receber proteção, incentivo, verbas, visibilidade, estudos e promoção cultural. Vale aqui destacar os versos de Carlos Drummond de Andrade, lembrados por Ulpiano de Meneses:

Qualquer dia Ouro Preto vira monumento interplanetário e continuará com os mesmos problemas.

O poeta municipal
Discute com o poeta estadual,
Qual deles é capaz de bater o poeta federal.
Enquanto isso, o poeta federal tira ouro do nariz.¹⁰⁹ (...)

Meneses também questionou esses valores em escalas, argumentando que o patrimônio ser subdividido não resolve os problemas, aliás, os cria, pois, as práticas locais e os bens imateriais deixam de possuir interesses por representar uma “minoría”, e, sem incentivo são abandonados.¹¹⁰ Em contrapartida, bens declarados com valor universal, sem ter sentido e utilização pela população local, acabam se tornando estéreis, sem valor que lhe dê verdadeira significação existencial.

Pior seria – e essa situação não é propriamente excepcional – que bens declarados de valor mundial fossem ignorados pela população local (salvo como mercadoria!): como pode algo valer para o mundo todo, se não vale para aqueles que dele poderiam ter a fruição mais contínua, mais completa, mais profunda?¹¹¹

Neste segundo capítulo, o nosso objetivo é compreender como o patrimônio cultural, especialmente aqueles significativos para as memórias locais, estão sendo incorporados nos planos de preservação da cidade. Assim nos perguntamos: Quais os desafios que ainda enfrentam para ser reconhecidos, protegidos e salvaguardados? Como as políticas estão sendo construídas e conduzidas? A patrimonialização dessa contemporaneidade é, de fato, um processo democrático? Para depois de muito “ouvir”, entender o silêncio no que tange a festa

¹⁰⁹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Op. cit.* P.30.

¹¹⁰ *Ibidem.* P.29.

¹¹¹ *Idem.*

e a capela de Santa Quitéria do Alto da Boa Vista, inventariadas e no processo de tombamento, desde o ano de 2005.

Para responder essas e outras questões, buscaremos incidir sobre as ações desenvolvidas a partir dos anos de 1970, com a descentralização do patrimônio cultural através da criação do IEPHA e, posteriormente do COMPATRI. Desta forma, buscaremos refletir sobre as “novas” narrativas que envolvem o patrimônio cultural, e como estes órgãos preservacionistas incorporam as teorias em suas práticas.

2.1: IEPHA por uma memória regional e descentralizada

A descentralização do patrimônio estimulado pela UNESCO surtiu efeito nas políticas públicas no Brasil. Atentos às políticas internacionais, os brasileiros entenderem que, mesmo as ações desenvolvidas em conjunto, estas ainda não eram suficientes. Sendo assim, a partir da década de 1970, o então ministro da Cultura, Jarbas Passarinho definiu que a responsabilidade pela preservação do patrimônio deveria ser compartilhada com os órgãos nacionais e estaduais e que estes também poderiam se beneficiar delas.¹¹²

Sendo assim, no dia 30 de setembro de 1971, foi fundado o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, com a finalidade de proteger e promover o patrimônio cultural do Estado. Assim está escrito na Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art.11 – É competência do Estado, comum à União e ao Município:
I-Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
III-Proteger os documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos.
IV-Impedir a evasão, destruição e descaracterização de obra de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.¹¹³

Este órgão, deveria se caracterizar por abranger, de uma forma mais sistêmica, as manifestações regionais do Estado de Minas Gerais. Organizado em um momento onde o conceito de cultura e patrimônio era ressignificado, o IEPHA tentou não se limitar aos consagrados valores “históricos e artísticos”, arquitetônicos e barrocos, mas incluir também os

¹¹² FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. cit.* P.142.

¹¹³ Constituição Estadual de Minas Gerais, atualizada em 2017. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br>.

bens de caráter natural e imaterial, visando enfim reconhecer as mais diversas memórias que compõem o povo de todas as Minas Gerais.

No entanto, foi só a partir da Constituição de 1988 que se adotou essa nova concepção do patrimônio cultural, transformando legalmente as políticas públicas e atribuindo outros valores substanciais. Podemos assim dizer que, além das “obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e artísticos”, especificaram na Constituição as “formas de expressão” e os “modos de criar, fazer e viver” da sociedade, concretizando-se legalmente, as mudanças paradigmáticas que já ocorriam no campo teórico desde a década de 1960.

Nesse sentido, o IEPHA para cumprir seus objetivos, procurou adotar novas formas de preservação e salvaguarda, referindo-se, dentre outros, à importância do inventário, do registro e da vigilância pela comunidade, além do tombamento. No artigo 209, estão descritas essas formas de proteção, demonstrando a preocupação, especialmente, com os núcleos históricos e urbanos das cidades.

Art. 209 – O Estado, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e às ameaças a esse patrimônio.

Parágrafo único – A lei estabelecerá plano permanente para proteção do patrimônio cultural do Estado, notadamente dos núcleos urbanos mais significativos.¹¹⁴

Observa-se assim que, mesmo com o esforço de inovar e seguir as novas diretrizes relacionadas ao patrimônio, as mesmas noções persistiram e, para proteção dos bens, são ressaltados seus valores de “notoriedade” e “excepcionalidade”. As “novas” diretrizes que regeriam o patrimônio cultural, para que ele seja passível de proteção pelo órgão estadual mineiro, continuaram fortemente marcadas pelos tombamentos de edificações isoladas, de conjuntos urbanos e de bens móveis e imóveis.

Averiguamos no site do IEPHA que foram tombados, até o presente momento pelo órgão estadual, mais de 15 bens, que se dividem entre capelas, edifícios, algumas fazendas, um parque e uma praça, todos localizados na região metropolitana da atual capital do Estado, Belo Horizonte. E, somente dois registros de bens imateriais: o modo de fazer do queijo artesanal da região do Serro, inscrito no Livro de Registro dos Saberes, em 2002; e a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Chapada do Norte, inserida no Livro de

¹¹⁴ Acrescentado pelo Art.1 da Emenda à Constituição Estadual nº81, de 9/7/2009.

Registro das Celebrações, recentemente em 2013. Atualmente está em processo o registro das violas: o fazer e o tocar.¹¹⁵

Desta forma, observamos que somente após o Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, foi finalmente instituído o registro nas políticas públicas de bens imateriais do patrimônio cultural brasileiro, subdividindo-os em quatro Livros de Registros: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Com este decreto, oficializaram-se as medidas legais para mais que preservar, mas para garantir a dinâmica das diversas manifestações que representam a sociedade brasileira. Pois, diferentemente do tombamento, onde, na maioria dos casos, se congela e enfatiza o caráter físico dos bens, o registro recai sobre os aspectos intangíveis que são mutáveis e multiformes, adaptando-se aos aspectos reais da sociedade.

Em Ouro Preto, o IEPHA possui, em sua listagem, a Fazenda do Manso¹¹⁶, localizada no Parque Estadual do Itacolomy, tombada no ano de 1998; e, recentemente, tombado no ano de 2014, o conjunto arquitetônico, paisagístico e arqueológico do Colégio Dom Bosco, antigo Quartel do Regime de Cavalaria de Minas, localizado no distrito de Cachoeira do Campo. No início de 2017, as Folias de Minas foram registradas como patrimônio imaterial do estado de Minas Gerais. Sendo assim, alguns grupos de Ouro Preto se cadastraram como tal. Desta forma, corroboramos que, se teoricamente o conceito de patrimônio vem sendo discutido e ampliado, a aplicação das novas políticas públicas na prática, segue em descompasso.

Por outro lado, o pioneirismo do IEPHA na gestão do patrimônio cultural pode ser destacado quando este assumiu o papel de preservação a partir da Lei Estadual Nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, popularmente conhecida como Lei Robin Hood, reformulada pela Lei Nº 13.803/2000 e, recentemente, pela Lei Nº 18.030/2009.

Esta lei delibera sobre os critérios de distribuição do ICMS Cultural. Sendo assim, o IEPHA elabora critérios para as políticas locais de proteção ao patrimônio, moldando-os com formulários pré-estabelecidos, que são recebidos pelo órgão anualmente. Desta forma, o Instituto apura a pontuação que cada município mineiro alcança com as suas atividades culturais, o que equivale à verba recebida.

Tarcísio Botelho discute como o IEPHA vem trabalhando com o patrimônio através dessa política do ICMS Cultural. Para ele, a noção de “excepcionalidade” e de “autenticidade”

¹¹⁵ Site do IEPHA: www.iepha.mg.gov.br. Matéria intitulada: “Iepha inicia os estudos para o reconhecimento das violas de Minas como patrimônio cultural”. Acessado em 03/04/2017.

¹¹⁶Atualmente funciona como o Museu do Chá.

ainda persiste para que se consiga a pontuação necessária a fim de garantir os recursos adquiridos pelo município. Segundo Botelho “a atuação do IEPHA /MG com relação ao ICMS Patrimônio Cultural tem favorecido o reforço a formas mais tradicionais de preservação ao patrimônio no Brasil, com poucos avanços para práticas mais renovadas de construção da memória local”.¹¹⁷

Criticada por homogeneizar, muitas vezes estimulando a “invenção das tradições” para que estas se encaixem nos critérios utilizados para pontuação, esta política pioneira no Brasil, visa conseguir recursos para a proteção do patrimônio local. Desta forma, os municípios se apressam em inventariar e catalogar seus diversos bens culturais, mas não se preocupam com planos e projetos para sua conservação e difusão. Observa-se que a verba arrecadada, na maioria das vezes, não é utilizada para custear tais ações, aliás, ela se quer retorna para o campo do patrimônio.

No entanto, essa municipalização da política de patrimônio vem conquistando espaço e obtendo sucesso entre os envolvidos na área. Podemos dizer que, como consequência benéfica, os municípios mineiros criaram seus próprios conselhos para discutirem as ações de proteção do patrimônio cultural, mesmo sem verbas específicas para isto. No início de 2017, o IEPHA divulgou que, dos 853 municípios mineiros, 622 participaram da política do ICMS Cultural referente ao ano em exercício de 2016.¹¹⁸

2.2: O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto e a preservação das memórias locais

Na cidade de Ouro Preto o *Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural*– COMPATRI – foi criado pela Lei Orgânica Municipal e regulamentado pela Lei nº 64/02, de 29 de novembro de 2002, sendo um órgão de caráter permanente, consultivo e de assessoramento, mas começou a operar efetivamente somente em 2004.

Art.158. Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória do povo ouro-pretano, entre os quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações tecnológicas, científicas e artísticas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e

¹¹⁷ BOTELHO, Tarcísio R.. **Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: uma análise da lei do ICMS Cultural de Minas Gerais**. Goiânia. V.4. n.1. p.471-492, jan/jun. 2006. P.487.

¹¹⁸ Site do IEPHA. www.iepha.com. Acessado dia 24/04/2017.

demais espaços destinados a manifestações artísticas e culturais; V. os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, ecológico e científico.

§1º As artes plásticas, a música, o teatro, o folclore e a dança, dentre outras, são consideradas manifestações culturais.

§2º Todas as áreas públicas, especialmente os parques, jardins e praças, são abertas às manifestações culturais.¹¹⁹

Atualmente o Conselho é formado por 20 membros entre os quais estão inclusos os representantes de secretarias da Prefeitura, do IPHAN, do IEPHA, da Universidade Federal de Ouro Preto, do IFMG, da sociedade civil e de entidades organizadas. E, se antes estes diferentes órgãos – federal, estadual e municipal –, discordavam sobre suas ações, neste momento poderiam compartilhar ideais e deveres, almejando encontrar consensos úteis para agirem e preservarem de fato, os diversos bens escalonados na cidade patrimônio da humanidade.

Responsáveis, também, pelos processos de patrimonializações em nível municipal, este conselho dialoga com a comunidade e vem tentando estabelecer uma política efetiva que reconheça as diferentes memórias locais que compõem a sociedade ouro-pretana. Desta forma, encontramos como bens institucionalizados, quatro¹²⁰ registros de patrimônio imaterial, todos eles pertencentes aos distritos: o modo de fazer dos doces artesanais e a festa do Divino de São Bartolomeu; a festa de Nossa Senhora dos Remédios, no distrito de Santo Antônio do Salto e as Cavalhadas de Amarantina.

Já como bens materiais tombados (além do núcleo histórico da sede tombado em 1931) são mais de 15: a cadeira de Dom Pedro de Cachoeira do Campo; capela de Nossa Senhora da Conceição dos Chiqueiros dos Alemães; a capela de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra; a capela de Santana da Chapada; o cemitério de São Miguel Arcanjo, chafariz Dom Rodrigo, o conjunto arquitetônico e arqueológico da capela de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis; o conjunto ferroviário de Miguel Bounier e o conjunto ferroviário de Rodrigo Silva; a igreja de São Gonçalo de Amarantina; a igreja Nossa Senhora das Dores de Cachoeira do Campo; o núcleo histórico de São Bartolomeu; as obras de arte da Estrada Real e a ponte de Ana de Sá. (Ver tabela em anexo). Estão em andamento os processos para o tombamento da Capela do Bom Despacho de Cachoeira e o Caminho de Dom Rodrigo de Meneses.

Desta forma, podemos observar que os bens classificados com proteção municipal são mais diversos e democráticos, pois incorporam em seu repertório as diferentes memórias

¹¹⁹ Lei Orgânica do Município de Ouro Preto. Atualizada no dia 20/07/2013.

¹²⁰Atualmente, foi aberto o processo de registro do ofício das bordadeiras e rendeiras de Ouro Preto.

locais. Não se atêm unicamente ao patrimônio “pedra e cal”, “artístico e barroco”, localizados no “centro-histórico”. Entendemos que isso ocorre porque, os agentes municipais vivem a cidade e estão mais perto dos moradores locais, o que facilita o diálogo e a percepção da diversidade eminente.

Caminhando conforme os preceitos das últimas Cartas Patrimoniais, das Conferências Internacionais, das Constituições Estadual e Federal, assim como recomendado pelos autores Ulpiano Bezerra de Meneses e Maria Cecília Londres Fonseca, dentre tantos outros, reconhecem legalmente a diversidade social e cultural de uma sociedade. Neste sentido, abrem espaço para as representações localizadas nos distritos e sub-distritos afastados da sede, valorizando-os como patrimônio material, imaterial e natural da cidade.

É válido aqui destacar que Ouro Preto não é composto apenas do seu “centro-histórico” (exaustivamente narrado pelos seus “defensores históricos” e pelos “arquitetos da memória” e, conseqüentemente, nesta pesquisa também), mas existem, vinculados ao município, doze distritos. São eles: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu. Todos eles com suas características específicas, memórias, relíquias e histórias particulares.

E, se na teoria e nas políticas públicas do município encontramos certa abertura para a inclusão dos bens das classes minoritárias, a prática aqui também segue em desequilíbrio. É notório que os bens com tombamentos nacionais, principalmente aqueles localizados no “centro-histórico” da cidade, no caminho-tronco como os do aclamado mestre Aleijadinho, são conhecidos e reconhecidos, recebem turistas diariamente, compartilham interesses da indústria cultural, e, sendo assim, recebem mais atenção por parte dos especialistas, bem como do apoio técnico e financeiro dos governantes.

Em contrapartida, os patrimônios municipais, apesar de reconhecidos institucionalmente, tanto os materiais, como os imateriais, seguem às margens não apenas do “turismo cultural”, mas também da história e do orçamento dos planos de salvaguarda e restauração. Em muitos casos, sobrevivem com o apoio da própria comunidade e com o suporte de alguns guardiões¹²¹.

¹²¹ Guardiões locais e membros do próprio COMPATRI que, mesmo sem apoio financeiro por parte dos órgãos governamentais tentam agir em prol do patrimônio.

No Artigo 163 da Lei Orgânica do Município, está descrito e enfatizado, no inciso 1, o papel da comunidade para a preservação do patrimônio, os deveres do município e sua integração com as outras esferas, estadual e federal.

Art. 163. O Município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá, por meio de plano permanente, o Patrimônio Histórico e Cultural Municipal, através de inventários, pesquisa, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação. §1º A colaboração da comunidade se dará principalmente, através de sua participação no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural.

§2º O plano permanente citado no caput deste artigo será elaborado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural.

§3º O Poder Público Municipal buscará integrar-se, efetiva e permanentemente, às esferas estadual e federal, seja na elaboração de legislação específica, seja nas ações relativas à preservação do patrimônio e ao desenvolvimento urbano.¹²²

Entretanto, compreende-se que sem uma conciliação destes três pilares, não há avanços. As discordâncias entre as autoridades estaduais, federais e municipais criam impasses que desgastam as relações. Assim, sem uma opinião unívoca, quando esta é passada para a população, já é exaustiva e repleta de discrepâncias. Em muitos casos, observa-se que há o esforço da própria comunidade, de agentes, professores e autoridades locais, no entanto estes acabam se tornando nulos, frente aos devaneios burocráticos.

Continuamos a observar que o patrimônio imaterial é minoria entre as escolhas para os processos de patrimonialização. Como mencionamos anteriormente, com tombamento municipal são 15 bens materiais, contra quatro registros de bens imateriais. Já na lista em aberto para institucionalização do COMPATRI constam 29 bens materiais e, apenas quatro bens imateriais esperando para dar continuidade aos processos.

É válido destacar também que os bens materiais foram tombados a partir do ano de 2005, sendo uma constante até o ano de 2010. Durante estes cinco anos foram tombados: capelas, pontes, chafarizes, bueiros, uma cadeira, e, claro, imagens de Aleijadinho. Somente a partir de 2008 foram registrados os bens de natureza imaterial.

Um destes processos de patrimonialização que nos chamou atenção foi o registro da festa de Nossa Senhora dos Remédios e o tombamento de sua capela, no distrito de Santo Antônio do Salto. Nas Atas do Conselho do COMPATRI, encontramos os discursos proferidos para o desenvolvimento destes processos no ano de 2009 e 2010, respectivamente.

¹²² Lei Orgânica do Município de Ouro Preto. Atualizada no dia 20/07/2013.

[...] o tombamento da Capela de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra merece ser efetivado por sua história, por sua simbologia dentro da comunidade. É importante destacar que a edificação, seu espaço, suas imagens são o suporte para a realização da Festa de Nossa Senhora dos Remédios, cujo registro foi efetivado em 2009.¹²³

Sandra Fosque, então diretora de Promoção Cultural da Prefeitura de Ouro Preto, na reunião do dia 3 de abril de 2008 informou que a apresentação da Festa de Nossa Senhora dos Remédios integrava o *Programa de Valorização e Preservação do Patrimônio Imaterial* e, “que se o processo de inventário da festa for aprovado pelo Conselho de Preservação, o mesmo será iniciado e visa inscrever a referida festa no Livro de Registro dos Saberes e Celebrações”¹²⁴.

O principal questionamento feito por parte dos conselheiros, neste momento, é notório, uma vez que eles entendiam a importância do processo, mas que este só seria validado se o pedido partisse da própria comunidade, sugerindo que “isso dará maior sustentabilidade ao pedido de registro”.

Na mesma ocasião, a conselheira Maria Agripina Neves, representante da Comissão Ouro-pretana de Folclore comentou que “seria interessante conversar com o pároco da capela onde acontece a Festa e que tanto a capela quanto a Santa também precisavam ser preservados”. Depois de uma votação, decidiram por unanimidade aprovar pela abertura do processo de registro da Festa de Nossa Senhora dos Remédios e pela abertura do processo de tombamento da Capela e da imagem de Nossa Senhora dos Remédios.

Depois de feito os estudos e o dossiê, a festa de Nossa Senhora dos Remédios foi registrada e, um ano depois, a capela, espaço aonde ocorre a manifestação, assim como a imagem da santa padroeira, foram tombados. Curioso, pois a justificativa para o tombamento destes bens materiais foi justamente a sua imaterialidade. A patrimonialização, neste caso, só faria sentido por causa do significado da festa para sua comunidade e, como o outro lado da moeda, a festa só acontece com a materialidade da capela e da escultura da santa.

O tombo municipal torna-se assim uma medida oportuna e mesmo necessária, tanto do ponto de vista preventivo para se evitar maiores danos, visto os antecedentes e os

¹²³ Parecer Técnico sobre o tombamento da Capela de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra. Distrito de Santo Antônio do Salto. 27 de outubro de 2010.

¹²⁴ Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto. Data. 03/04/2008.

riscos implícitos de perdas, quando do ponto de vista corretivo de se resgatar a memória histórica e manter a consciência de continuidade que une as gerações.¹²⁵

Assim, essa visão do patrimônio, de uma forma mais holística e integral, é um exemplo significativo de como as representações culturais deveriam ser encaradas atualmente. Não apenas com “medo da perda” e nem com a justificativa de criação, obsessiva, de uma memória coesa e coletiva, mas sim considerando os múltiplos significados patrimoniais, que ressignificados ao longo dos anos, dão o sentido essencial para os processos.



Figura 4 - Festa de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra.
Distrito de Santo Antônio do Salto.
Fonte: Dossiê de Registro da Festa.

2.2.1: O silêncio no caso da capela e da festa de Santa Quitéria da Boa Vista

Na Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural do dia 3 de outubro de 2006, encontramos enfim o nosso objeto de estudo: a capela e a festa de Santa Quitéria da Boa Vista, pertencente à comunidade de Rodrigo Silva.

Silvana leu o ofício enviado pelo presidente da Associação Cultural Amigos de Rodrigo Silva, Sr. Walter Fernandes da Silva Júnior, solicitando o tombamento do prédio da Estação Ferroviária e seu entorno, da Sociedade Musical de Santa Cecília e da **Capela de Santa Quitéria da Boa Vista** e, solicitando também, o escoramento de um casarão na Rua Principal e a transformação da área do Bico de Pedra e da Caveira em Parque Ecológico. Com relação ao tombamento da Sociedade Musical de Santa Cecília, o pedido será encaminhado à Secretaria Municipal de Cultura.

¹²⁵ Parecer Técnico sobre o tombamento da Capela de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra. Distrito de Santo Antônio do Salto. 27 de outubro de 2010.

Sobre o Bico de Pedra, o pedido será encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Para o escoramento do casarão será encaminhada uma solicitação à Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. Para os demais bens o Conselho se posicionou pelo início do processo de tombamento.¹²⁶

Averiguamos assim que o pedido de tombamento partiu da própria comunidade que, organizada e atuante através da “*Associação Cultural Amigos de Rodrigo Silva*”, não solicitou apenas o reconhecimento da capela, mas também da estação ferroviária e de seu entorno; do registro da Sociedade Musical de Santa Cecília e, a transformação da uma área natural do distrito em Parque Ecológico. Alguns meses depois, efetivou-se o tombamento do prédio da estação ferroviária e, “esqueceram”, ou melhor, encaminharam os outros pedidos.

Mais uma vez observamos a preferência pelos tombamentos e não pelos registros, no qual se possam preservar a memória de um passado representativo para uma classe dominante, com valor artístico, histórico e arquitetônico. A Estação Ferroviária, inaugurada em 1888 por Rodrigo Silva, seria um bem notável digo de ser inserido no seletivo grupo patrimonial.

Entretanto, a partir da Constituição de 1988 os valores que deveriam conduzir o patrimônio, passaram a ser ditados pela sociedade e os órgãos preservacionistas deveriam assumir o papel de apenas auxiliar na preservação, respeitando as práticas e os anseios da comunidade local. “A idéia [sic] de democratização do patrimônio implica, qualquer que seja a perspectiva, o fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver na preservação do patrimônio cultural de uma sociedade”¹²⁷. Ideia esta reafirmada e incluída na Emenda Constitucional nº 71, em 2012:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Mas mesmo com o pedido partindo da comunidade, o processo para o tombamento da capela de Santa Quitéria permanece “em aberto” pelo COMPATRI e inscrito na lista de espera desde o ano de 2005. Desta forma, não encontramos nas atas que seguiram ao pedido da Associação, nenhuma menção à capela, muito menos à sua festa. Mas curioso é que,

¹²⁶ Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural do dia 03 de outubro 2006.

¹²⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. cit.* P.71.

mesmo sem essa institucionalização, a festa de Santa Quitéria também foi inventariada pela Prefeitura de Ouro Preto, a fim de pontuar nos quesitos para receber o ICMS Cultural, em 2005. Contudo, nem a festa e nem a capela foram reconhecidas como patrimônio municipal da cidade ou patrimônio da humanidade.

Julgamos, assim, alguns fatores que possam ter contribuído para o esquecimento desta memória. Provavelmente, os “defensores históricos” de Ouro Preto não tinham conhecimento e fontes, ou apenas acreditavam que estas pequenas capelas rurais teriam sido recém-construídas com tradições não muito significativas. Já os “homens do patrimônio”, durante as primeiras abordagens do SPHAN, não tinham apreço com esse tipo de construção, pois estavam focados nos monumentos do período barroco.

Percebe-se então que o tombamento utilizado como instrumento de proteção exclusivo dos bens materiais, selecionou como patrimônio aqueles bens representativos para uma memória dominante quase sempre localizados no “centro-histórico”, ou, quando em esfera municipal, aqueles que tivessem algum caráter excepcional. No entanto, não se pode negar que o reconhecimento quando é local, ele é mais diversificado e abarca outras memórias, ampliando na prática, o que pode ser considerado patrimônio cultural numa cidade titulada patrimônio da humanidade.

A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar”¹²⁸.

Podemos então notar que, o reconhecimento dos bens materialmente simples, mas com valor afetivo para a comunidade, estão sendo inseridos no rol dos processos de patrimonialização, em lentos passos à nível municipal. Desta forma, os valores imateriais e não mais os unívocos “históricos e artísticos”, são as justificativas, além do recorrente “medo da perda” que assombra nossa sociedade nesta modernidade tardia, para a institucionalização

¹²⁸ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ªed. – São Paulo; Estação Liberdade: UNESP, 2006. p.18.

de patrimônios representativos para as classes minoritárias, excluídas, que habitam o espaço fora do “centro-histórico”.

No contexto democrático no qual estamos inseridos e seguindo a Constituição Federal, é possível um bem sem valores excepcionais ser declarado patrimônio, independente da esfera, pois o sentido primeiramente parte de seus habitantes e não apenas de um grupo de especialistas. Seguindo por este caminho, a descentralização e o alargamento na noção de cultura e patrimônio, guiam, ou deveriam guiar a construção das políticas públicas de preservação e salvaguarda, tanto do IPHAN, como do IEPHA e do COMPATRI.

Observamos também que apesar dos esforços para introduzirem os bens de natureza imaterial e natural, representativos para os diferentes segmentos da sociedade, e, de construir um discurso voltado para a dessacralização da prática do tombamento, na prática continuam favorecendo o patrimônio “pedra e cal”.

[...] fica claro que a elaboração e aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para assegurar que um bem venha a cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural em uma sociedade. É necessária uma constante atualização das políticas específicas, tanto mais se tais políticas desenvolvem-se num contexto democrático.¹²⁹

De acordo com Fonseca, os órgãos preservacionistas deveriam encarar o tombamento como é feito, apenas como uma das formas de se preservar, mas não a única. Quem sabe o mesmo processo poderia englobar em seus dossiês e inventários a materialidade e a imaterialidade dos bens? Pois, seguindo a autora, é essa “falsa dicotomia” entre patrimônio cultural material e imaterial, que acarretou esses impasses e “se cristalizou no atual desenho institucional do IPHAN, e, com frequência, tem sido reproduzida nas instâncias estaduais e municipais.”

No mesmo sentido, Meneses propõe “que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, *vetores materiais*”¹³⁰ e imateriais, e, vice-versa. Desta forma, reconhecer e superar essa “falsa dualidade”, especialmente quando se refere ao patrimônio imaterial, poderia ser a chave para a inclusão das mais variadas práticas que envolvem as diferentes memórias que compõem nossa heterogênea sociedade.

[...] não há dúvidas de que essa ampliação no conceito de patrimônio cultural contribui para aproximar as políticas culturais dos contextos multiétnicos,

¹²⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. cit.* P. 67.

¹³⁰ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Op. cit.* P.31.

multirreligiosos e extremamente heterogêneos, que caracterizam as sociedades contemporâneas.¹³¹

“Ora, que séculos souberam amar e entender as belezas do passado? E, nós, hoje, em que medida sabemos amá-las e entendê-las?”¹³² Como produto do nosso tempo, entendemos nesta pesquisa que tanto a singela capela de Santa Quitéria como sua festa e todos os elementos que a compõem, são expressões culturais significativas para a comunidade de Rodrigo Silva, e, assim como as grandes obras do período barroco de Aleijadinho, localizadas no centro histórico de Ouro Preto, também merecem estudos e tutelas.

Partindo deste pressuposto e continuando com o voo do pássaro *Goofus Bird*, no próximo capítulo a discussão incidirá sobre os valores que permeiam a capela e a festa de Santa Quitéria do Alto da Boa Vista, com o intuito de contribuir para o seu reconhecimento como patrimônio da comunidade de Rodrigo Silva, mesmo não institucionalizado da cidade de Ouro Preto.

¹³¹ *Ibidem*. P.73.

¹³² BOITO, Camillo. **Os restauradores**: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. trad. Paulo MugayarKühl, Beatriz Mugayar Kühl. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.p.31.

CAPÍTULO 3: Santa Quitéria: entre práticas e representações



Figura 5 – Imagem da Festa de Santa Quitéria da Boa Vista.
Distrito de Rodrigo Silva / 2015.

Fonte: Acervo Pessoal fotógrafo Geraldo Raimundo (Cabecinha).

Desde a chamada “virada cultural” o interesse pelos estudos das culturas ficou mais evidente e abriu caminho para a chamada Nova História Cultural, que se atém na história dos comuns, história do cotidiano, das mentalidades, costumes, valores, modo de vida etc. Entende-se hoje que não é o conjunto de coisas materiais, históricas e artísticas representadas, mas o conjunto de práticas que são significativas.

Stuart Hall ressaltou que o termo cultura é um “dos mais complexos das ciências humanas e sociais, e há várias maneiras de precisá-lo”¹³³. Mas resumidamente, segundo ele, na maioria das vezes “alta=bom; popular=degradado”¹³⁴. Compreendemos assim que as representações populares foram por muito tempo desvalorizadas e, não encaradas como “cultura”. Muitas vezes marginalizadas, esquecidas ou mesmo apagadas por símbolos, memórias e histórias das elites – como vimos no primeiro capítulo -, atualmente há certa admissão de outros modelos sociais a serem classificados como cultura.

Stuart Hall também destaca que “acima de tudo, os significados culturais não estão somente na nossa cabeça – eles organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa

¹³³ HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. – Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio: Apicuri, 2016. P.19.

¹³⁴ *Ibidem*.

conduta e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos”¹³⁵. Nesse sentido, a exclusão de determinadas classes e o privilégio concedido à outra, criou ao longo dos anos, uma falsa narrativa homogênea e um descompasso nas representatividades sociais. Felizmente, a partir da década de 1980 e 1990, o conceito de “cultura”, com grandes contribuições dos estudos antropológicos, passou a abranger a visão das classes populares, subalternas, “dos vencidos”, “de baixo”, antes vistas com um olhar de inferioridade. Como bem disse Maria Célia Paoli em 1992:

Por esta via, pode-se constituir uma política de preservação (e uma historiografia) que deverá ter em mente o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido das participações coletivas, destruindo a possibilidade de um espaço público diferenciado.¹³⁶

No mesmo sentido, o historiador Peter Burke afirmou que “uma das principais razões para a reação contra a grande narrativa da civilização ocidental consistiu na consciência cada vez maior daquilo que ela havia deixado de fora ou tornado invisível”¹³⁷. Desta forma, se as memórias representativas para uma classe elitista e dominante foi construída e afirmada pela chamada história tradicional, observamos na atualidade, a produção consciente no campo teórico, de que sob essa luz incessante, muitas memórias ficaram às sombras.

Outra reação frente às grandes narrativas da história oficial que vale aqui ser mencionada foi o surgimento da micro-história pelos autores Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Estes historiadores, receosos com a história feita com tendências generalistas, buscaram através da micro-história a variedade e as especificidades das culturas locais, utilizando-se de métodos qualitativos, chamados por Ginzburg de paradigma de um “saber indiciário” e tomados pelos historiadores da arte como “método morelliano”¹³⁸. Seguindo por este viés historiográfico, acreditamos que não se deve embasar pelas características mais vistosas e dos grandes feitos do passado, mas sim nos “pormenores mais negligenciáveis”¹³⁹ e nos

¹³⁵ *Idem*. P.20.

¹³⁶ PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. *In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

¹³⁷ BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad; Serfio Goes de Paula. – 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. P.64.

¹³⁸ GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P. 144.

¹³⁹ *Ibidem*.

“pequenos gestos inconscientes”¹⁴⁰. Como diria Burckhardt “Deus está no detalhe” ou segundo A. Warburg “Deus está no particular”¹⁴¹.

Neste sentido e partindo do pressuposto de que a história de Ouro Preto vai além dos fatos notáveis, narrados pela história oficial pelos seus “defensores históricos”, reafirmados e protegidos pelos “arquitetos da memória”, como buscamos demonstrar nos capítulos anteriores, buscar-se-á neste terceiro momento construir uma narrativa inteligível sobre a devoção de Santa Quitéria da Boa Vista, uma representação cultural da comunidade de Rodrigo Silva. Para isso, buscaremos seus valores materiais e imateriais, inserindo-a no contexto historiográfico de Ouro Preto, contribuindo assim para o seu reconhecimento e valorização.

Nosso intuito aqui é corroborar, através da perspectiva da Nova História Cultural, com os aspectos que abarcam esse patrimônio, ainda não institucionalizado, pelo município de Ouro Preto. Sendo assim, percorreremos o passado através de um estudo das “memórias, histórias e fragmentos”, que segundo David Lowenthal, podem nos oferecer uma melhor perspectiva quando interpretados concomitantemente, pois: “As relíquias dão início às recordações que a história confirma e expande recuando no tempo. A história em isolamento é estéril e desprovida de vida; fragmentos significam apenas o que a história e memória transmitem.”¹⁴²

Tendo em mente que a narrativa é uma produção humana, e cada qual a constrói de acordo com o seu “campo de experiência e horizonte de expectativa”¹⁴³, utilizamos os instrumentos disponíveis no nosso tempo para permitir uma visão, dentre tantas outras do que foi e continua a ser a capela e a festa de Santa Quitéria da Boa Vista, pertencente ao distrito de Rodrigo Silva. O maior desafio deste capítulo é “fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica”¹⁴⁴.

¹⁴⁰ *Idem*. P. 146.

¹⁴¹ *Idem*. P.143.

¹⁴² LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Trad. Lúcia Haddad. Proj. História. Nº17, São Paulo, 1998. P.166.

¹⁴³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006. P. 306.

¹⁴⁴ PAOLI, Maria Célia. *Op. cit.* P. 25-28.

3.1: A intangibilidade dos símbolos católicos

Podemos observar que a religiosidade sempre esteve presente na história de vida dos homens: dos egípcios aos gregos, nos aborígenes e entre indígenas, atravessando civilizações e oceanos, tanto no passado longínquo quanto no tempo presente. Nota-se, na atualidade, um fenômeno de proliferação com suas mais diversas ramificações, da revalorização das matrizes africanas ao budismo ocidentalizado, islamitas, judeus e católicos continuam ganhando espaço, sem citar as doutrinas evangélicas que vem se disseminando impetuosamente.

Os estudos antropológicos demonstram que, mesmo se divergindo em muitos aspectos, as múltiplas religiões compartilham na essência algo em comum: o acreditar numa força incontrolável que conduz as complexidades mundanas. E, muitas vezes para tentar “compreender o incompreensível”, utilizam-se de matérias que concretizam suas ideias através de objetos, imagens, ritos, símbolos e crenças. Desta forma, constroem uma ordem cósmica que explicam a existência terrena e asseguram a harmonia da vida em sociedade.

Com este olhar, Geertz bem refletiu: “O homem pode adaptar-se de alguma forma, a qualquer coisa que sua imaginação possa enfrentar, mas ele não pode confrontar-se com o caos”. Seguindo por este viés antropológico, a religiosidade ainda presente no antigo arraial da Boa Vista demonstra que de fato ela é eminentemente social, uma invenção e uma necessidade humana e que, apesar de todas as vicissitudes, ainda se faz presente nesta temporalidade.

Ressalvamos aqui que restringiremos as interpretações acerca das representações de Santa Quitéria da Boa Vista, sob a ótica da religião católica, uma forma dentre tantas outras de olharmos o mundo. E, como o pássaro *Goofus Bird* que voa para trás, buscaremos as tessituras que envolvem o seu simbolismo. Desta forma, as primeiras questões levantadas dizem respeito à sua devoção, tais como: Quem foi Santa Quitéria? Como das terras lusitanas aportou entre as montanhas de Minas? Como ela foi ressignificada e incorporada no antigo arraial da Boa Vista?

Desvendar o simbolismo desse mundo do sagrado é tarefa que exige, portanto, sensibilidade para perceber as características formais dos símbolos religiosos e inteligência para ver além de suas formas. Refletir sobre a representação de um mártir da fé, sobre a imagem de um santo cristão, é ter a necessidade de

compreender qual o discurso contido nessa imagem e qual o sentido da devoção que lhe é prestada.¹⁴⁵

O cristianismo primitivo se institucionalizou por volta do século IV, com ascensão de Constantino que o adotou como religião oficial do Império Romano. No entanto, não foi de maneira pacífica que isto ocorreria. Pelo decorrer dos séculos ocorreram sucessões de disputas internas e externas para que a religião fosse aceita e transformada em uma poderosa “instituição”.

Algumas destas disputas são notáveis, como o movimento dos iconoclastas, no século VIII e a Reforma de Lutero, no século XVI. Cada qual em seu contexto histórico, político e econômico balançaram e transformaram os dogmas da religião católica. Curioso, pois um dos principais questionamentos feitos pelos protestantes estava ligado ao poder que a imagem, objeto físico, exercia sobre os fiéis. Concílios, sínodos e diversos encontros, foram organizados ao longo dos séculos para se discutir a natureza do problema: o divino poderia ou não ser representado materialmente?¹⁴⁶

Num primeiro momento, podemos observar que os cristãos primitivos para se distinguirem das outras religiões universais e dos deuses pagãos, negaram as imagens de culto, evitando assim a adoração por eles tão renegada. Entretanto, com o passar do tempo compreenderam a força destas representações perante os fiéis e se renderam a elas. Desta forma, as imagens passaram a ser vistas como um importante instrumento pedagógico para aqueles que não sabiam ler, como uma Sagrada Escritura desenhada, comumente conhecida como “a bíblia dos pobres”.

Os doutores da Igreja cederam às imagens pelo sentimento que despertavam nos fiéis, mas estabeleceram algumas limitações. Como condição para sua existência, era necessário que pudessem explicá-las através dos textos litúrgicos e dos dogmas católicos, logo, desde o início o papel da imagem não era inspirar, mas ensinar, demonstrar algo estipulado pela igreja.

¹⁴⁵ MENESES, José Newton Coelho. **Iconografia de São Sebastião**: plasticidade e devoção popular. Revista do IFAC, (3), DEZ.1996. P.53.

¹⁴⁶ BELTING, Hans. **Semelhança e Presença** a história da imagem antes da era da arte. Trad. De Maria Beatriz Mello e Souza. Rio de Janeiro: Ars UREBE, 2010. P.186.

Nesse sentido, toda imagem provinha de um protótipo, um modelo que era seguido pelo pintor ou escultor, que obtinha na sua essência a narrativa teológica. Com esse arquétipo estabelecido, a imagem era imbuída de sentidos e através de personificações e alegorias, concretizava-se uma ideia abstrata. “A imagem era considerada encarnação da forma na matéria”.¹⁴⁷

A Igreja se utilizou dos signos e símbolos baseada em diversas fontes literárias, mas também se adaptou àqueles já existentes em outras religiões, “as imagens cultuadas cristãs aparecem em forma tomadas emprestadas”¹⁴⁸. Através de certo “hibridismo cultural”, adequação e flexibilização a Igreja Católica conseguiu atingir cantos do mundo, disciplinando e regendo os acontecimentos mundanos ocidentais.¹⁴⁹

Após os questionamentos feitos por Lutero e seus seguidores, frente aos excessos da Igreja, os teólogos reunidos no Concílio de Trento (1545-1563) refletiram e redefiniram as teorias que deveriam ser seguidas pelo catolicismo moderno. Neste Concílio, a Igreja Católica adotou condições a ser dedicada às imagens, às relíquias e a toda edificação religiosa. Frisaram assim, o respeito e a importância que se deveria ter ao correto uso das pinturas e esculturas e o papel dos santos representados:

Pelo que mandamos, que nas Igrejas, Capellas, ou Ermidas de nosso Arcebispo não haja em retabulo, Altar, ou fora dele Imagem que não seja das sobreditas, e que sejam decentes, e se conformem com os mysterios, vida e originaes que representão. E mandamos, que as imagens de vulto se fação daqui em diante de corpos inteiros, e ornados de maneira que se escusem vestidos, por ser assim mais conveniente, e decente.¹⁵⁰

Podemos constatar, assim, que não há coincidência nas criações religiosas, tudo o que está nela representado é proposital e carrega uma mensagem. O nosso desafio é ver, compreender e saber fazer sua leitura. Buscando meios para decifrá-las, em 1593 o italiano Cesare Ripa escreveu “*Iconologia*” um tratado de arte que se tornara referência para escultores, pintores e artistas da época e, referência para os estudiosos da área atualmente. Disse Panofsky sobre este tratado:

¹⁴⁷ BELTING, Hans. *Op.cit.*. P.187.

¹⁴⁸ *Idem*. P.37.

¹⁴⁹ HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**: Estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos. São Paulo: Cosac Naify, 2010, P. 141.

¹⁵⁰Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia Feitas e ordenadas pelo Illustrissimo, e reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de sua Magestade, propostas e aceitas em o synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa, Miguel Rodrigues, MDCCLXV. P.697. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>.

(...) aquela “summa” da iconografia que, abeberando-se em fontes tanto clássicas e medievais como contemporâneas, foi, justamente, chamada de “a chave das alegorias dos séculos XVII e XVIII” e, explorada por artistas e poetas tão ilustres quanto Bernini, Poussin, Vermeer, e Milton...¹⁵¹

Erwin Panofsky, crítico e historiador da arte, escreveu, em 1938, os “Estudos em Iconologia”, definindo diferenças entre *iconografia* e *iconologia* e propôs um método de análise para as imagens. Distinguindo-as em três níveis, interpretou-as através da história dos símbolos e das tradições. O primeiro nível seria a descrição formal da imagem, o segundo uma análise iconográfica propriamente dita e o terceiro, que compreende ao significado último da obra: a interpretação da mensagem que a imagem carrega.

Nesse sentido, compreende-se que as imagens são criações e construções humanas, parte de uma cultura, de um determinado tempo e lugar. Sendo assim, não podem ser compreendidas fora de seu contexto histórico. Para interpretá-las e entendê-las é preciso conhecer seus códigos culturais construídos e reconstruídos ao longo do tempo.

José Newton Coelho de Menezes, em seu estudo sobre a imagem de São Sebastião buscou refletir sobre o simbolismo na experiência do sagrado, analisando suas representações e os possíveis discursos que são envolvidos. Por meio de uma perspectiva da religiosidade popular, ele demonstrou as devoções próprias de São Sebastião e suas diversas interpretações espalhadas pelo vasto território mineiro.

Já Adalgisa Campos Arantes em seu estudo sobre o Arcanjo São Miguel¹⁵², nos traz um levantamento minucioso sobre a trajetória histórica da iconografia e do culto de São Miguel em Minas Gerais. Através da interpretação dos símbolos e de imagens lusitanas e mineira, buscou nas sagradas escrituras e nas devoções regionais, os discursos e o fazer artístico proferidos em épocas e espaços geograficamente diferentes.

No purgatório de Vila Rica e nas demais representações das Minas, não ocorrem sinais distintivos - coroa, tiara, mitra etc. Domina uma iconografia avessa às hierarquias tradicionais, afinada assim com a realidade colonial, particularmente a mineira, onde as condições específicas da colonização contribuíram para a diluição precoce do modelo baseado em uma sociedade estamental.¹⁵³

Com estes exemplos, voltamos a Santa Quitéria.

¹⁵¹ PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1979. P. 216.

¹⁵² CAMPOS, A. A. (2004). **São Miguel, as Almas do Purgatório e as balanças**: iconografia e veneração na Época Moderna. *Memorandum*, 7, 102-127.

¹⁵³ *Idem*. P.112.

Países como a França e a Espanha requereram o direito sobre sua narrativa, mas, de acordo com Luís Alberto Casimiro (2010) Portugal assumiu este direito para si.¹⁵⁴ Em 1651, Pedro Henriques de Abreu escreveu “*A vida e martyrio de S. Quitéria e de suas oito irmãs, todas nascidas de hum parto, portuguezas e prothomartyres de Hespanha*” aprovado e impresso pelo Tribunal do Santo Ofício. Em 1666, sua vida também foi narrada por Jorge Cardoso, em “*Agiológico Lusitano*” e, em 1722, na “*Biografia*” de Frei Bento da Ascensão.

Todos estes escritos situam o nascimento e o martírio de Santa Quitéria em terras lusitanas no século II. Sendo assim, Santa Quitéria teria nascido no norte de Portugal, perto da cidade de Braga, durante a ocupação da Península Ibérica pelos romanos. É consensual que ela nasceu de um parto com mais oito irmãs, fato visto como um mau presságio e que levou a mãe a renegá-las. As crianças: Quitéria, Eufémia, Germana, Liberata (ou Librada), Vitória, Basília, Marinha, Genebra e Marciana, foram salvas pela criada e entregues ao arcebispo de Braga, Santo Ovídeo. Quando o pai toma conhecimento das filhas, anos depois, obriga-lhes a renunciarem ao catolicismo. O pai era romano e enxergava o cristianismo como uma ameaça às instituições do império. Por não conseguir converter as filhas, aceitou que fossem condenadas a morte, sendo Santa Quitéria decapitada.



Figura 6 - Santa Quitéria e suas oito irmãs.
Santuário de Santa Quitéria – Felgueiras - Portugal
Fonte: <http://sagrado-feminino.blogspot.com.br/2015/06/>

¹⁵⁴ CASIMIRO, Luís Alberto. **Quitéria, uma santa da Lusitânia nas terras de Entre-Douro-e-Minho.** Cultura Revista de História e Teoria das Ideias. V.27. 2010. P.144.

Segundo o historiador da arte Luís Alberto Casimiro, os primeiros milagres atribuídos a Santa Quitéria datam do século VIII, quando ela começou a ser venerada como mártir. Já o seu martírio foi referido pela primeira vez no século XII, nos relatos de *Flos Sancturum* e no *Martirologio Romano*. A arquidiocese de Braga celebra a sua memória no dia 8 de junho, mas em outras localidades atribuem o mês de novembro e, como veremos adiante em Rodrigo Silva ela é honrada no mês de setembro.

Observa-se, assim, que sua iconografia é marcada pelas passagens de sua vida ao martírio. Sua imagem é representada com a palma que a identifica como mártir, ou com um ramo de açucenas, sinal da sua pureza; um livro aludindo a Sagrada Escritura e uma coroa de rosas, símbolo da sua glória¹⁵⁵. Todavia, alguns episódios com referência a milagres ou por tradições regionais, deram origem a uma iconografia variada e a atributos específicos.



Figura 7 - Santa Quitéria
Pombeiro da Beira – Arganil Portugal
Fonte: Carlos Dias

Em terras lusitanas, Santa Quitéria possui altar próprio em Porto, Braga, São Roque, Portalegre, Coimbra e Évora. Desta forma, é possível observar diversas representações da jovem, sendo comum sua imagem carregando a própria cabeça, pois reza a lenda que Quitéria

¹⁵⁵ CASIMIRO, Luís Alberto. *Op. cit.* P. 156.

teria caminhado com a cabeça nas mãos de Pombeiro da Beira até o lugar onde queria ser enterrada, hoje em Felgueiras, no norte de Portugal.



Figura 8 - Santa Quitéria martirizada
Felgueiras – Portugal
Fonte: <https://cultura.revues.org/352>

Em Felgueiras, preserva-se o Santuário de Santa Quitéria com oito passos, todos narrando em forma de imagens e objetos simbólicos, as cenas de sua vida. Esta representação religiosa atrai milhares de fiéis, turistas e curiosos durante todo o ano. Sua devoção é ainda despertada pelos milagres aludidos como, por exemplo, a cura de doentes de raiva e sua resistência em defesa da cristandade, na qual ela e as irmãs teriam consagrado a virgindade para Cristo.¹⁵⁶

¹⁵⁶ CASIMIRO, Luís Alberto. *Op.cit.* P.144.



Figura 9 - Santa Quitéria martirizada
Felgueiras – Portugal
Fonte: <https://cultura.revues.org/352>

Já em Pombeiro da Beira, Conselho de Arganil, anualmente no dia 1 de novembro, acontece à festa em honra à jovem mártir, onde se realiza a romaria, reza-se o terço e as novenas, organizam-se procissões e um coral de mulheres percorre os passos entoando músicas religiosas.¹⁵⁷ A capela de Santa Quitéria ali existente é datada do início do século XVII e situa-se a 3 km do centro, na Serra do Salgueiral.

Segundo o morador local Antônio Duarte: “a capela tinha lá uma legenda que datava de 1640, mas quando a restauraram não tiveram atenção à legenda, que estava mal escrita, mas estava lá. Viraram a pedra ao contrário e a legenda ficou para dentro”¹⁵⁸. Ainda hoje, Santa Quitéria é venerada como protetora dos “mordidos das coisas danadas” e conhecida por “curar angústias e tristezas do coração”¹⁵⁹. Sobre a festa, o livro “Festa de Santa Quitéria: tradição religiosa e gastronômica” escrito em 2010 destaca sua tradição e o seu potencial turístico.

¹⁵⁷ VENTURA, A. C. Quaresma. **Festa de Santa Quitéria: tradição religiosa e gastronômica**. Pombeiro da Beira: Junta da Freguesia, 2010. P.22.

¹⁵⁸ Os Columbinos. **Santa Quitéria: história, lenda e tradição**. Pombeiro da Beira. Ed. Lit. Associação Juvenil os Columbinos. 2000. Antônio Duarte, morador de Salgueiral, entrevista feita por Sara Pedroso em 1997. P.10.

¹⁵⁹ *Idem*. P.15.



Figura 10 - Festa de Santa Quitéria Pombeiro da Beira
Arganil Portugal
Fonte: Carlos Dias

Capelas, imagens, festas, romarias, novenas, procissões, orações e até ex-votos são dirigidos a Santa Quitéria em Portugal. A devoção espanhola também a invoca pela cura de feridas feitas por cães raivosos, sendo assim, em algumas de suas representações vem acompanhada por um ou mais cães. A presença destes na devoção e na iconografia espanhola pode ser explicada pelo fato de que segundo a lenda, no momento em que Santa Quitéria foi decapitada, os cães presentes ficaram raivosos e morderam o dono da fazenda que a entregou.¹⁶⁰

¹⁶⁰CASIMIRO, Luís Alberto. *Op. cit.* P.155.



Figura 11 -Santa Quitéria.
Sorihuela del Guadalimar Espanha
Fonte: <https://cultura.revues.org/352>

O culto a Santa Quitéria possui raízes em Portugal, mas também está presente na Espanha, França e em suas antigas colônias como em Goa, México e no Brasil. Segundo os historiadores portugueses Fausto Sanches Martins e o já citado historiador da arte Luiz Alberto Casimiro os principais propagadores de Santa Quitéria foram os jesuítas.¹⁶¹ Estes teriam levado suas imagens pelas viagens ao redor do mundo, buscando meios para catequização, educação e “civilização” dos gentios, transmitindo seus ensinamentos religiosos, sociais e culturais.

As hagiografias de mártires hispano-portugueses, como Santa Iria (que deu o nome à atual cidade de Santarém), Santa Liberata, Santa Quitéria e as suas oito irmãs gémeas assinalam, de algum modo, virtudes familiares fundadoras do modelo social cristão, especialmente em territórios que urgia missionar e converter pagãos e infieis – razão porque muitas dessas hagiografias pertencem aos séculos IV a X, quando os “inimigos” do cristianismo ameaçavam a expansão da nova religião - úteis como a da virgindade e a da castidade, importantes para modelos matrimoniais monogâmicos e ideais de pureza amorosa que, aliás, as novelas de cavalaria e a literatura de Bretanha não e cansaram de glosar.¹⁶²

Durante o sistema conhecido como o Padroado, união da Igreja com o Estado, os religiosos jesuítas vieram para o Brasil e se estabeleceram pelo litoral no decorrer dos séculos

¹⁶¹ MARTINS, Fausto Sanches. **Culto e Devoções das Igrejas dos Jesuítas em Portugal**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2004. P.116. CASIMIRO, Luís Alberto. *Op. cit.* P. 143.

¹⁶² SAUL, António Gomes. **Hagiografia, arte e cultura no Outono da Idade Média**. Revista Diálogos Mediterrâneos, nº6, 2014. P.51.

XVI e XVII. Tornaram-se um dos elementos centrais para concretização e, muitas vezes, defesa do território luso-português. Buscando conhecer as novas terras e fazer contato com os nativos, os jesuítas também interiorizaram pelos sertões e matas, construindo grandes estruturas de ordenamento moral e social.

Esta ordem, criada a partir do Concílio Tridentino, utilizou-se das imagens, esculturas, pinturas, peças teatrais, rituais e cânticos para demonstrar os dogmas da Igreja Católica, ao mesmo tempo em que incorporavam as crenças locais. Flexibilizando e promovendo uma integração da sociedade que aqui se formava, estes religiosos faziam uma espécie de ponte, entre a civilização da Europa e o “Novo Mundo”¹⁶³.

A história oficial afirma que as ordens religiosas primeiras foram proibidas de fixarem nas terras da capitania dos ouros e dos diamantes. Entretanto, estudos mais recentes, como de Adriana Romeiro, Júnia Anastasia, Leandro Catão, dentre outros, nos mostram que membros da Companhia de Jesus “mantiveram ao longo de toda a primeira metade do século XVIII uma atividade relativamente intensa nas Minas Gerais, no campo missionário e doutrinário”¹⁶⁴.

Todavia, é de se notar que os insistentes pronunciamentos régios,¹⁶⁵ proibindo a entrada e a permanência de religiosos regulares na capitania das Minas, são indícios de que as ordens da Coroa não foram acatadas de prontidão. Não obstante, Catão chama atenção para os “caminhos que ligavam São Paulo à Bahia, passando pelas Minas Gerais, existe ainda hoje na localidade de Barra do Guaicuí (denominada no século XVIII de Barra do Rio das Velhas), uma igreja inacabada, cuja construção é atribuída aos padres da Companhia de Jesus”¹⁶⁶.

¹⁶³ EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

¹⁶⁴ CATÃO, Pena Leandro. **Inconfidência e Presença Jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino**. In: Seminário Internacional A globalização e os jesuítas: origens, história e impactos, 2007, Belo Horizonte. Anais do Seminário Internacional A globalização e os jesuítas: origens, história e impactos. São Paulo: Loyola, 2007. v. 2. P. 219.

¹⁶⁵ ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e Emboabas no Coração das Minas**. 2008. P. 195.

¹⁶⁶ CATÃO, Pena Leandro. **As andanças dos jesuítas pelas Minas Gerais: uma análise da presença e atuação da Companhia de Jesus até sua expulsão (1759)**. Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p.127-150, dez. 2007. P. 130.



Figura 12 - Igreja Senhor Bom Jesus do Matosinho
Barra do Guaiçuí

Fonte: <http://viagemdemoto.com/minas-gerais/2894-barra-de-guaicui>

3.2: Travessia: uma Santa bracarense em terras brasileiras

Compreendemos aqui que “a religião, mais que a própria língua foi o cimento que amalgamou as raças e unificou o vasto território do Brasil”.¹⁶⁷ Seguindo por esta linha, os povoados que se formavam em terras muitas vezes desconhecidas, índios, africanos e portugueses compartilhavam os mesmos espaços e seguiam certos padrões culturais estipulados pela Igreja Católica. Entretanto, estes padrões foram sendo adequados e misturados pelas híbridas manifestações que compunham esta heterogênea sociedade recém criada.

A devoção a Santa Quitéria aportou no Brasil com os portugueses e encontrou berço na devoção popular nos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais. Vale aqui destacar que em Frexeiras, no estado de Pernambuco, Santa Quitéria é invocada para as mais diversas curas e milagres, e nos dias atuais, continua a receber milhares de devotos com seus ex.votos e romarias.¹⁶⁸



Figura 13 - Santa Quitéria.
Frexeiras – Pernambuco

Fonte: <http://ideiasdefimdesemana.com/santa-quiteria-das-frexeiras/>

¹⁶⁷ COELHO, Beatriz. **Estudo atual da conservação do patrimônio escultórico no Brasil**. 2011.P.7.

¹⁶⁸ Para mais informações ver: DIAS, Juliana Karlla Paes. **Frexeiras: um retrato da fé**. Caruaru: FAVIP, 2012.

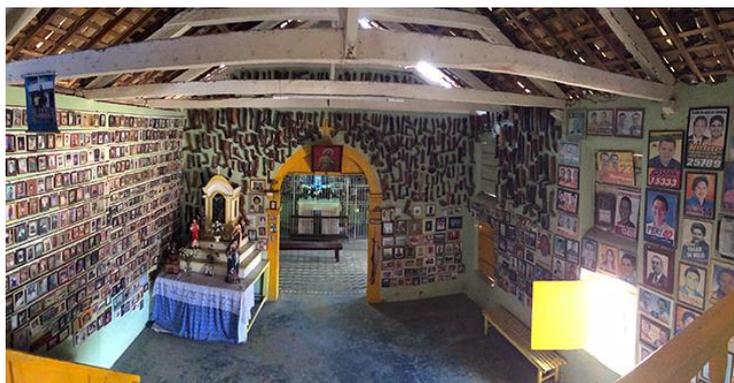


Figura 14 - Ex. Votos de Santa Quitéria.
Frexeiras – Pernambuco

Fonte: <http://ideiasdefimdesemana.com/santa-quitéria-das-frexeiras/>

Em Minas, por ora, encontramos a santa mártir bracarense nas cidades de: Diamantina, Catas Altas, Esmeraldas, Ouro Preto e Congonhas. É válido observar que, todas estas regiões são marcadas pela extração de pedras preciosas. Fato que pode explicar Santa Quitéria ser popularmente conhecida como a “protetora dos mineradores”, o que a difere do seu culto em Portugal.

Em Ouro Preto, há menções de uma ermida construída nas primeiras décadas de sua povoação dedicada “à augusta e odorífera flor de Portugal”, no morro de Santa Quitéria, hoje terraplanado, aterrado e comumente conhecido como a “Praça Tiradentes”. Francisco Curt Lange averiguou que a capela de Santa Quitéria de Vila Rica, “foi construída em 1720, a expensas de Antônio Ramos dos Reis, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Mestre de Campo das Ordenanças da Vila, formando-se ali uma Irmandade debaixo do orago desta santa”¹⁶⁹.

Sua edificação teria cedido lugar para a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, contando que, no novo templo, a imagem de Santa Quitéria estivesse sempre abaixo da padroeira, no altar-mor. Brusadin e Quites afirmaram em um recente estudo que “a associação de leigos surge dentro da Capela de Santa Quitéria, filial da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, no morro de mesmo nome, onde posteriormente esta capela seria demolida para a construção da igreja em homenagem a Nossa Senhora do Carmo”¹⁷⁰.

¹⁶⁹ LANGE, Francisco Curt. **História da Música nas Irmandades de Vila Rica**. Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Vol. I. Primeira Parte. Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1979. P.195.

¹⁷⁰ BRUSADIN, Lia e QUITES, Regina. **A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto (MG): aspectos históricos, artísticos, iconográficos e devocionais das esculturas da Paixão de Cristo**. São Paulo, Unesp, v.12, n.2, p.177-207, junho-dezembro, 2016. P. 182.

Ainda segundo essas autoras, a ordem carmelita teria enviado “grandes quantidades de dinheiro à Coroa portuguesa para conseguir autorização da construção de seu templo”. Mas não apenas ao poder real, na ocasião também teria sido pago à irmandade de Santa Quitéria uma indenização. Esta “pediu que, no espaço do arco cruzeiro fossem enterrados seis irmãos beneméritos, e, que a imagem da Santa Quitéria estivesse sempre no altar-mor, no primeiro degrau abaixo do trono de Nossa Senhora do Carmo”¹⁷¹.



Figura 15 - Santa Quitéria.
Igreja de Nossa Senhora do Carmo – Ouro Preto
Fonte: Acervo Pessoal/2012

Sobre este caso, alguns fatos merecem ser destacados. O primeiro equivale ao espaço geográfico que a irmandade de Santa Quitéria nos primeiros anos de formação da Vila Rica construiu seu orago: o principal morro que separava os mocotós dos jacubas¹⁷² hoje a Praça Tiradentes. Outra questão é o momento em que foi edificada: no início do povoamento da cidade, sendo demolida ainda na segunda metade do século XVIII.¹⁷³ Também vale ressaltar, pois os irmãos da ordem de Santa Quitéria teriam “cedidos” seu privilegiado espaço para os irmãos do Carmo, sendo a irmandade de Santa Quitéria “extinta” em Ouro Preto, e, seu fundador, o Capitão-Mor Antônio Ramos dos Reis da Ordem de Cristo, tornado-se um irmão terceiro carmelita.

¹⁷¹ *Idem*. P.183.

¹⁷² BOHRER, Alex Fernandes. **Ouro Preto, um novo olhar**. São Paulo: Scortecci, 2011.P.31.

¹⁷³ Em um próximo estudo, faremos uma pesquisa mais aprofundada sobre a devoção e a irmandade de Santa Quitéria na antiga Vila Rica.

Mesmo sem estudos aprofundados sobre esta devoção na cidade de Ouro Preto, podemos dizer que a imagem de Santa Quitéria, que ainda hoje permanece no altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, é uma relíquia dos tempos de outrora. Ainda atrai fiéis, que, dedicam-lhe missas e rezam pela sua intercessão. Observa-se que com a sua materialidade ali presente, uma memória quase apagada pela destruição da capela e da “extinta” ordem, pode ainda ser lembrada e seu culto devocional continuado.

3.3: O antigo arraial da Boa Vista nos séculos XVIII e XIX

Pertencente à Paróquia do Pilar, a capela de Santa Quitéria está localizada no caminho de Vila Rica, no antigo arraial denominado Boa Vista. Este arraial hoje abandonado foi o início do povoamento de Rodrigo Silva, e, de acordo com a documentação encontrada, já foi lugar de destaque e de grande movimentação.

Passaram por estas terras muitos viajantes estrangeiros, como o barão Wilhelm Ludwig von Eschwege em 1810, o naturalista francês Saint-Hilaire entre 1816 a 1822, Johann Emanuel Pohl entre 1817 e 1822, dentre outros. Estes viajantes escreveram em seus relatos as características dos costumes, da cultura, sobre a escravidão, questões da fauna, da flora, os aspectos geológicos e geográficos, sobre a economia e aspectos sociais da terra. Sempre com algum interesse em voga, o mais evidente era mostrar as riquezas minerais para as autoridades de seus países.

Sendo assim, devemos considerar que, como qualquer documento, os relatos de viagem precisam passar por críticas historiográficas. Pois cada viajante trouxe em suas bagagens ideologias próprias, selecionando em seus relatos aquilo que deveria ser transmitido e divulgado para o “Velho Mundo”. Com esta ressalva, e, por meio de uma perspectiva cultural, citamos aqui a passagem de Saint-Hilaire pelas terras da Boa Vista.

Depois de descer da serra de Deus Livre, fomos jantar no lugar chamado Capão, em cujas proximidades se encontram topázios, e, em seguida, passamos pelo povoado de Boa Vista que domina uma região imensa. Entre Capão e Vila Rica, os caminhos são terríveis, e afirmam que em certos lugares em que a estrada passa comprimida entre morros, corre-se o risco de ser atacado, às vezes por negros fugitivos.

Apenas se deixa para trás Capão, a paisagem toma um ar de tristeza que conserva quase sempre até Vila Rica. Desce-se, mais ou menos, desde Boa Vista até Vila Rica, e, à medida que nos aproximamos, a paisagem toma aspecto mais severo.¹⁷⁴

O que nos chamou atenção neste relato foi o caminho percorrido pelo viajante. Partindo do Rio de Janeiro, passou por Barbacena, caminhando pela Serra de Ouro Branco ou Deus Livre como era chamada no período colonial, até chegar no Capão. Esta região, próxima a Boa Vista, ainda hoje possui as ruínas de uma fazenda, ou de uma Estalagem¹⁷⁵ que, segundo relatos de moradores locais e alguns registros, teria hospedado D. Pedro I quando este esteve em Ouro Preto. Na mesma ocasião, o viajante francês também menciona a extração de topázio e o arraial da Boa Vista.

A “Carta Geográfica do Termo de Vila Rica”, assinada por Cláudio Manoel e datada de 1782, está demarcando os possíveis caminhos oficiais para se chegar à antiga Vila Rica. Interessante, pois, neste mapa consta o arraial da Boa Vista. Desta forma, averiguamos que o povoado em estudo era um local de passagem para viajantes que caminhavam rumo a Ouro Preto, além de ser um ponto estratégico, pois do alto das montanhas podem-se direcionar os vales do Rio Doce, o Rio das Velhas e o Vale do Rio Paraopeba, além de avistarem os Picos de Itabirito e do Itacolomy, importantes referências geográficas da região.

Documentos encontrados no Centro de Estudo do Ciclo do Ouro, instalado na Casa dos Contos de Ouro Preto, indicam a existência de uma Companhia de Ordenança no “pé do distrito de Santa Quitéria da Boa Vista”¹⁷⁶, hoje nas ruínas da Fazenda dos Crioulos. Neles constam as nomeações de alferes, capitães e tenentes para a “Companhia de Ordenanças na aplicação de Santa Quitéria da Boa Vista, filial de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica”.¹⁷⁷

À guisa de conhecimento, segundo a historiadora Ana Paula Pereira Costa, as Companhias de Ordenanças foram criadas pela lei de 1549, de D. João III, e organizadas conforme o Regimento das Ordenanças de 1570 e da Provisão de 1574.¹⁷⁸ Constituíam-se de

¹⁷⁴ HILLAIRES, Saint. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia. 1975. P.68-69.

¹⁷⁵ GUIMARÃES, Carlos Magno; MOREIRA, Mariana Gonçalves. **Cartografia, Arqueologia e História das Minas Gerais (Séculos XVIII e XIX)**. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 2011. P.11.

¹⁷⁶ Casa dos Contos. Centro de Estudo do Ciclo do Ouro. Notação: CC – ex. 62 – 30584.

¹⁷⁷ Casa dos Contos. Centro de Estudo do Ciclo do Ouro. Notação: SG – ex. 57 - Doc 66.

¹⁷⁸ COSTA, Ana Paula Pereira. **Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial**. Revista de História Regional 11(2): 109-162, Inverno, 2006. P.112..

forças militares, compostas por moradores locais encarregados da “manutenção da ordem”. Convocadas em caso de necessidade, eram formadas por homens entre 18 e 60 anos de idade, exceto eclesiásticos e fidalgos e, eram eleitos pelas câmaras. Outro dado relevante é que essas Companhias eram:

(...) formadas nas cidades, vilas e conselhos por 250 homens, divididos em 10 esquadras. Deveriam ser comandadas por capitães e contariam também com alferes, sargentos, meirinho, escrivão, tambor, recebedor e dez cabos.¹⁷⁹

Desta forma, compreendemos que a presença da Companhia de Ordenanças, no povoado da Boa Vista de Santa Quitéria é mais um indício da relevância desta região para a defesa do território, que, no período colonial foi de enorme envergadura, no que tange a extração de ouro e pedras preciosas no Brasil. De acordo com Raimundo José da Cunha Matos em “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)”, o distrito de Nossa Senhora do Pilar da cidade de Ouro Preto, no período colonial, se dividia em quatro distritos menores:

Ouro Preto e Cabeças, bairro da cidade, que no ano de 1823 tinha 827 fogos e 3.546 almas; Arraial de São Sebastião, distante uma légua com 75 fogos e 398 almas; Arraial de Santa Quitéria da Boa Vista, distante duas léguas com 125 fogos e 692 almas, e, o Arraial do Rodeio, distante seis léguas, com 365 fogos e 265 almas¹⁸⁰.

Nota-se aqui a quantidade de “almas”, pessoas moradoras do arraial de Santa Quitéria da Boa Vista, na primeira metade do século XIX: 692, um número bastante significativo se comparado aos outros distritos referidos. Sob a orientação da professora doutora Adalgisa Arantes Campos, Mirian Moura Lott, Alex Fernandes Bohrer e uma equipe de bolsistas, buscaram, nas atas paroquiais da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, informações acerca dos sacramentos (batismo e casamentos), dos óbitos e, suas implicações sociais na cidade de Ouro Preto, contemplando o período de 1712 a 1889.

Desta forma, eles construíram um minucioso Banco de Dados, sendo possível através dele, desvendar as relações sociais e o contingente populacional que abrangia não apenas a sede, em Ouro Preto, mas as capelas e ermidas longínquas que se mantinham sob sua jurisdição. O que nos auxilia nesta pesquisa, pois citam e descrevem atividades ocorridas na capela de Santa Quitéria. As planilhas desenvolvidas foram generosamente disponibilizadas

¹⁷⁹ *Idem*. P.115.

¹⁸⁰ Matos, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1979. P.73.

pelos estudiosos acima citados. Sendo assim, buscamos nas listas de batismos, óbitos e casamentos, referências sobre a sociedade e rituais culturais ocorridos na capela de Santa Quitéria da Boa Vista, que pertence à Paróquia do Pilar desde a sua fundação.

A historiadora Mirian Lott, em sua dissertação de mestrado intitulada “Na forma do Ritual Romano: Casamento e Família em Vila Rica”, descreveu o número de casamentos que aconteceram na capela da Boa Vista durante os anos de 1804 a 1839, e demonstrou como esta celebração esteve fortemente presente, sendo superior às outras capelas e igrejas comparadas¹⁸¹. Estendendo o período por ela analisado, agora de 1805 a 1888, observa-se que foram 100 uniões registradas oficialmente sendo 12 casamentos entre escravos. Estes eram em sua maioria naturais da África: de Ambaca, Angola, Angra, Congo, Benguella e de outras possíveis regiões não especificadas.

Quatro casamentos foram realizados entre forros, e 84 entre brancos e livres. Estes últimos eram provenientes da própria região da Boa Vista ou de Cachoeira do Campo, Ouro Preto, Chiqueiro dos Alemães, Piranga, Conselheiro Lafaiete, Antônio Dias de Ouro Preto, Ouro Branco, Congonhas do Campo, Itaverava, Catas Altas da Noruega, Sabará, Lixa de São Miguel da Borba Gato, São Brás do Suassuí, São Paulo, Lisboa, Bahia ou de São Sebastião no Rio de Janeiro.

À guisa de informação, citamos aqui um dos registros transcritos pela historiadora Mirian Lott (2008) de uma ata de casamento realizado na capela de Santa Quitéria da Boa Vista pela riqueza de informações. Em um estudo histórico mais aprofundado, poderíamos cruzar os nomes dos noivos, dos pais, testemunhas e mesmo os padres, traçar os lugares de onde vinham e até mesmo as relações de compadrios:

Aos vinte nove de novembro de mil, oito centos, e vinte sette na capella de Santa Quitéria da Boa Vista, Filial desta Matriz de Nossa Senhora do Pilar desta Imperial Cidade do Ouro Preto em virtude da Provisão do Reverendo Joze Joaquim Viegas de Menezes, Vigário da Vara desta Cidade do Ouro Preto em virtude da Provisão do Reverendo Vidal Joze de Sampayo e Valle, Capellão da dicta capella perante as testemunhas Manoel de Faria e Quitéria Maria de Jesus se receberam em Matrimônio na forma do Sagrado Concílio Tridentino, e Constituição do Bispado, Manoel Agostinho, filho natural de Joaquina de Serqueira, nascido, e batizado na Freguzia da Caxoeira do Campo, a Umbellina de Lemos, filha legítima de Manoel de Lemos, e de Genefa da Costa Fernandes, natural, e baptizada na Capella de Santa Quitéria acima referida, Filial desta Matriz do Ouro Preto; e receberam as Bênçãos Nupciais

¹⁸¹ LOTT, Mirian Moura. **Na forma do ritual romano: casamentos e família em Vila Rica (1804 – 1839)**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte : PPGH/UFMG, 2008. Quadro 1. Número de casamentos por templo. P. 29-30.

na forma do Ritual Romano, de que mandei fazer este assento. Vigário Francisco Joze Pereira de Carvalho.¹⁸²

Na lista de óbito, encontram-se o nome do falecido, os sacramento por ele recebido, idade presumida, o nome da mãe, do pai, nome do cônjuge, a freguesia de origem, seu estado civil, cor, sexo, local em que foi enterrado, sua condição social e a data do óbito. Ao todo, no Banco de Dados, foram catalogadas 981 pessoas que morreram e foram enterradas na capela de Santa Quitéria, no período de 1734 a 1888. Deste registro, 298 eram escravos, moradores do próprio arraial ou do Capão, das Três Cruzes, Botafogo ou Fundão, todas essas regiões vizinhas do arraial da Boa Vista. O nome dos “donos de escravos” às vezes vinha descrito nas observações, e, curiosamente em sua maioria eram capitães, alferes, sargentos, tenentes e cadetes. Provavelmente membros da Companhia de Ordenança.

A lista de batismo traz especificado o nome do batizando, sua condição social, cor, sexo, idade, freguesia de nascimento, nome do pai (raramente) e da mãe, madrinha e padrinho. Desta forma, observa-se que do período de 1768 a 1872 estão registrados 1079 batismos no Banco de Dados, sendo 228 batizados de escravos; sete de forros e 844 de pessoas livres. É válido aqui destacar que, dois escravos foram alforriados na pia batismal “por doação” e um “por compra” do padrinho.

Os padrinhos eram, em sua maioria, do próprio arraial, mas também vinham do Chiqueiro dos Alemães, de Ouro Preto, Congonhas do Campo, de Antônio Dias de Ouro Preto, Santo Antônio de Itatiaia, de Jozé Correia, Bocaina, Cachoeira do Campo, São Bartolomeu, Antônio Pereira, Ouro Branco, Botafogo, São Bento do Tamanduá, Serro Frio, São Jozé do Xopoto, freg. Guarapiranga, Rio de Janeiro, São Caetano, freg. Cural de El Rei, Casa Branca, do arraial do Rodeio, do Capão, de Lavras e de Queluz.¹⁸³

Com estas fontes escritas podemos dizer que o antigo arraial da Boa Vista, durante o século XVIII, foi um povoado dinâmico, marcado pela crescente ocupação territorial, com um contingente populacional em expansão que perdurou até os anos finais do século XIX. Escravos, livres, brancos, pretos e pardos, portugueses, africanos, nativo, tenentes, capitães, viajantes, muitos passaram e se estabeleceram nas terras de Santa Quitéria, interagindo-se e formando uma rede de sociabilidade no alto da Boa Vista.

¹⁸² *Ibidem*. P.23.

¹⁸³ Banco de Dados referentes à documentação da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (1700-1899), FAPEMIG/CNPQ/CASA DOS CONTOS. Coord. Profa. Adalgisa Arantes Campos. Belo Horizonte, MG.

No Centro de Estudo do Ciclo do Ouro, encontra-se também uma escritura de demarcação das terras da Boa Vista. Este foi o documento mais antigo que encontramos sobre o arraial e, curiosamente, está escrito na apresentação: “Nas casas e sítio que constam da escritura, tem o valor [...] de ter sido Fernan Dias.”¹⁸⁴ Seguindo as informações ali contidas, o documento relata que aquelas terras “no ano de 1726 pertenciam ao Reverendo Padre Valentim Soares Couto”.¹⁸⁵

Desta forma, nos perguntamos quem teria sido este padre português. Teria ele trazido do além-mar a devoção a Santa Quitéria? Teria o padre Valentim iniciado o povoamento das terras da Boa Vista? Na tentativa de responder estas questões, buscamos informações sobre o padre Valentim Soares do Couto.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontramos uma ação para receber a herança do referido padre, natural de Lobão, falecido no sítio da Boa Vista no ano de 1754.¹⁸⁶ Este documento faz menção ao vilarejo Lobão, norte de Portugal e a família portuguesa do padre, Antônio de Castro e Maria Soares.

Sílvio Gabriel Diniz, em artigo publicado na Revista do IHGB titulado “Biblioteca Setecentista em Minas Gerais”, descreveu que “o padre Valentim Soares de Couto também deixou uma mesquinha biblioteca, que bem lhe serviu para seus misteres de pregar e pastorear as ovelhas de Cristo”.¹⁸⁷ Observando a lista dos livros de sua biblioteca, um em especial nos chamou atenção por ser da Companhia de Jesus, bastante utilizado pelos jesuítas no período colonial: “Dois Tomos de Pe. M.el. Pr.a da Comp.a, tratado de Instituições – 2/8”.¹⁸⁸

Desta forma, inferimos que o padre Valentim Soares Couto, homem culto, nasceu no norte de Portugal, na região de Santa Maria da Feira e veio para o Brasil no início do século XVIII, permanecendo como capelão do arraial da Boa Vista de Santa Quitéria de 1726 até a sua morte, no ano de 1754. Não podemos afirmar se ele era jesuíta, mas considerando o livro em sua biblioteca, a devoção a Santa Quitéria e os novos estudos sobre esta ordem em Minas Gerais, desperta-se para esta hipótese.

¹⁸⁴ Casa dos Contos. Centro de Estudo do Ciclo do Ouro. MF 219. Volume 2970.

¹⁸⁵ *Ididem.*

¹⁸⁶ Código de referência: PT/TT/JIM – JJU / 002/0057/00007.

¹⁸⁷ DINIZ, Sílvio Gabriel. **Biblioteca Setecentista nas Minas Gerais**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. 1959. V.6. P.342.

¹⁸⁸ *Ididem.*

3.3.1: Relíquias da história: a capela e a imagem de Santa Quitéria da Boa Vista

A capela de Santa Quitéria é o único referencial resistente deste primeiro povoado da Boa Vista. Pois, após a inauguração da Estação Ferroviária (1888) próxima a fazenda de José Correia em um sítio geográfico mais plano, a população desce o alto da Boa Vista para acompanhar as facilidades advindas com o novo meio de transporte. Talvez, por este motivo, não foi demolida ou reformada por grandes e ostentosas matrizes como no caso da capela de Santa Quitéria de Vila Rica. Nesse sentido, acreditamos que ela representa o momento de povoação de Minas Gerais, daqueles tempos de capitânias hereditárias e dos primeiros governos-gerais.

A historiadora Françoise Choay afirma que os edifícios antigos nos fazem “ver e tocar o que viam e tocavam as gerações desaparecidas” e que, “a mais humilde habitação possui, da mesma forma que o mais glorioso edifício, o poder de nos por em comunicação, quase em contato com elas”¹⁸⁹. Na mesma linha de pensamento David Lowenthal disse: “Pinturas e imagens de coisas do passado, igualmente, ajudam a levar as pessoas dos tempos modernos de volta no tempo”¹⁹⁰. O passado tangível está em fluxo contínuo, modificando, envelhecendo, renovando e sempre interagindo com o presente.

Neste sentido, a própria capela e a imagem de Santa Quitéria são documentos não escritos, ou usando a termo de Jacques Le Goff *documento-monumento*, físicos e visuais, rico em informações quando se é estabelecido um diálogo. Pois, quando se estabelece uma interação através da sua presença, é possível obter muitas informações acerca de comparações iconográficas, onde pode sugerir sua datação, pelas suas imagens as possíveis devoções, as técnicas utilizadas podem mostrar vários estilos presentes, as modificações e as modernizações ocorridas com o passar do tempo, e por aí vai.

Sendo assim, tantos os bens materiais como pela imaterialidade nela intrínseca, são referenciais que refletem diretamente as crenças, os usos e costumes que se perpetua até os dias atuais. Observar-se que, arquitetonicamente a capela de Santa Quitéria é simples, pois se constitui de um bloco quadrangular com volumes compactos, bem sóbria e com uma composição retilínea. É singela, mas seguiu os modelos estipulados pelo Concílio Tridentino, ratificados pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:

¹⁸⁹ CHOAY, Françoise. *Op. cit.* P.140.

¹⁹⁰ LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Trad. Lúcia Haddad. Proj. História. Nº17, São Paulo, 1998. P.165.

Conforme o direito Canonico, as igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma igreja parochial em nosso arcebispado, se edifique em sítio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares immundos e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possam andar as Procissões ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer ás festas, e se edifique em lugar povoado, onde estiver o maior número de freguezes.¹⁹¹

A capela de Santa Quitéria, pertencente a Paróquia do Pilar, foi edificada em pedra e cal, no alto do morro da Boa Vista, seguindo as Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia. Possui um campanário feito em madeira que sustentava o sino de “Santa Quitéria”, recentemente retirado e resguardado no acervo do Museu do Pilar. A pia batismal permanece ao lado da epístola, com um púlpito para pregação e o coro. Ainda hoje, encontram-se os armários e baús na sacristia, que abrigam indumentárias eclesiásticas e ornamentos para o culto. O adro é largo e murado de pedra, resistindo um pequeno cemitério no seu entorno, com o cruzeiro metros à frente.

As Igrejas Parochiaes terão Capella maior, e cruzeiro, e se procurará que a Capella maior se funde de maneira, que posto o Sacerdote do Altar fique com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique para o meio dia mas nunca para o Norte, nem para o Occidente. Terão Pias Baptismaes de pedra, e bem vedada de todas as partes, armário para os Santos Óleos, pias de agoa benta, um púlpito, confesonários, sinos, a casa da Sacristia e haverá no âmbito, e circunferência dellas, adros, e cemitérios capazes para neles se enterrarem os defuntos.

Alex Fernandes Bohrer, em sua tese defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, intitulada “A talha do estilo nacional português em Minas Gerais: contexto sociocultural e produção artística”, produziu um extenso trabalho mapeando os retábulos mineiros classificados não como rococós, mas anterior a estes, os retábulos denominados “estilo nacional português”, que seriam da primeira fase do estilo barroco. Neste estudo, Bohrer menciona os retábulos das igrejas e capelas que banham o Rio das Velhas e faz menção aos da capela de Santa Quitéria como “retábulos de carapina”, que poderiam ter sido feitos concomitantes ao Estilo Nacional, com traçados singelos, datados do século XVIII.¹⁹²

¹⁹¹Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide : propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. P.286. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>.

¹⁹² BOHRER, Alex Fernandes. **A talha do estilo nacional português em Minas Gerais: contexto sociocultural e produção artística**. Belo Horizonte – UFMG. 2015. P. 225.

Estes retábulos, ainda presentes na capela de Santa Quitéria, abrigavam as imagens de Santa Efigênia, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e de São Sebastião, e, no altar-mor a imagem de origem portuguesa, representando a mártir Santa Quitéria. No final do século XIX, com a difusão do culto ao Sagrado Coração de Jesus, este foi também ali instituído.¹⁹³

É válido também observar que a devoção aos santos negros, como Santa Efigênia, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário foi difundidas pelos padres catequizantes e amplamente incorporados na cultura dos africanos. A presença destas representações na capela de Santa Quitéria pode inferir sobre a forte presença destes no antigo arraial da Boa Vista, que, em sociabilidade, conviviam e compartilhavam o mesmo espaço religioso com os brancos nativos e portugueses.

A imagem que representa a Santa Quitéria é de origem portuguesa, provavelmente, do norte de Portugal, quiçá trazida pelo padre Valentim. É uma bela escultura de vulto policromada, datada de 1700, e, como já foi dito, diferentemente do seu culto em terras além-mar, é reconhecida como a protetora dos mineradores pelos devotos em Rodrigo Silva. Possui como atributos o livro e a palma, que a identifica como mártir, mas o culto local, sobretudo pela iniciativa dos garimpeiros, concedeu-lhe novos emblemas como os brincos e o colar de topázio imperial.

A imagem de Santa Quitéria e a capela são bens materiais significativos, relíquias de um povoado carregado de histórias e memórias, mas que permanece marginalizado e quase esquecido. Consistem em símbolos, fortes elos que interligam os moradores de Rodrigo Silva com o arraial hoje localizado no alto da Boa Vista. Johan Ruskin, teórico da restauração, ainda no século XIX, acreditava que a arquitetura (e expandimos aqui para qualquer objeto físico) é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com o passado ao qual devemos nossa identidade e que faz parte do nosso ser. Segundo ele: “Nós podemos viver sem ela, e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela.”¹⁹⁴

3.3.2: A festa de Santa Quitéria: significados antigos e sentidos atuais

¹⁹³ Casa dos Contos. Centro de Estudo do Ciclo do Ouro. Datação: 1897. “Subscrições para imagens do Sagrado Coração de Jesus para as capelas de Santa Quitéria da Boa Vista e Santo Amora do Botafogo [...]”.

¹⁹⁴ RUSKIN, Johan. **A Lâmpada da Memória**. Trad. Maria Lucia Bressan Pinnheiro. Cotia: São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. P.54.

Anualmente, no dia em homenagem à Santa Quitéria, a capela e o antigo arraial da Boa Vista são transformados pelos moradores de Rodrigo Silva para receber a imagem de Santa Quitéria e honrar a jovem mártir. Os festejos começam dias antes com a preparação do local, onde realizam uma espécie de conservação e pequenos reparos. Devotos de Santa Quitéria retornam à Boa Vista, se apropriam do espaço ressignificando-o e, ao mesmo tempo, reinventando suas tradições, mantendo-as vivas.

Não encontramos registros escritos que datam o início desta celebração, mas de acordo com antigos moradores da região, ela acontece desde o período colonial. Levando em consideração as listas de casamento, batismos e óbitos do Banco de Dados da Paróquia do Pilar, podemos inferir que a sociedade ali residente no século XVIII e XIX era altamente sacralizada.

Segundo Iris Kantor, as festas religiosas no período colonial nas Minas Gerais, tinha um papel central no ordenamento social e hierárquico na máquina governamental portuguesa:

(...) na primeira metade dos setecentos, a prática da etiqueta nas cerimônias e festas públicas suscitava a ilusão de ordenamento, de sedimentação social, numa sociedade em que as distâncias intra-estamentais ainda eram tênues e estavam por ser fixadas. Assim, os diferentes rituais da vida pública ajudavam a formalizar os poderes instituídos, transformando-se num recurso de enraizamento da ordem jurídica metropolitana naquele meio socialmente diversificado. Os rituais e as etiquetas expandiam a fronteira civilizatória da colonização luso-americana, seu aprendizado garantia aos colonos uma dada inserção na órbita imperial portuguesa.¹⁹⁵

Desta forma, compreende-se que a festa colonial não era somente um conjunto ordenado de imagens, “mas uma relação social entre participantes mediada por imagens”. Essas representações, de acordo com João Adolfo Hansen, partiam do uso de signos, que, nas festas religiosas equivaliam a “roupas, cores, cenas, personagens e alegorias postas no lugar, por exemplo, de princípios abstratos e posições da hierarquia; e signos verbais, no relato, reencenando textualmente as referências representadas pelos signos visuais dos festejos”¹⁹⁶.

A festa de Santa Quitéria, mesmo tendo sua dinâmica própria, continua a ser uma representação religiosa, seguindo aos ensinamentos do passado que foram transmitidos informalmente de geração para geração. Continua a ser um momento onde a comunidade se

¹⁹⁵ KANTOR, Iris. **Entradas Episcopais na capitania de Minas Gerais (1743 e 1748):** a transgressão formalizada. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (org.). Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Edusp / Hucitec / Imprensa Oficial, 2001. P.169-170.

¹⁹⁶ HANSEN, João Adolfo. **A categoria “representação” nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII.** In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (org.). Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Edusp / Hucitec / Imprensa Oficial, 2001. P.738.

reúne, auxilia mutuamente, representando a fé e os dogmas cristãos por meio de signos, símbolos e práticas, como veremos adiante. Contudo, observamos que a festa tem passado por transformações ao longo dos anos, com a inclusão de certos “costumes” e o “esquecimento” de outros.

Seguindo Peter Burke (2008) a Nova História Cultural trata a “tradição”, não como algo congelado e imutável, mas como algo vivo e dinâmico, em transformação contínua, sempre ressignificado e adaptado às novas circunstâncias no qual está inserido.¹⁹⁷ Ainda de acordo com este autor, “uma inovação pode mascarar a persistência da tradição. Inversamente, os signos externos da tradição podem mascarar a inovação”, como Hobsbawm bem chamou de a *invenção da tradição*, tão comum nos grandes espetáculos atuais.

Desta forma, ressaltamos que a festa de Santa Quitéria realizada anualmente no alto da Boa Vista é marcada pela simplicidade. De certa maneira, atualmente nem toda sociedade de Rodrigo Silva está envolvida com a festa, mas há um grupo de mulheres, as “Quitérias”, que se ocupam mais propriamente com a sua organização. São mais ou menos 15 mulheres que preparam toda a manifestação religiosa. Não contam com auxílio de órgãos públicos e nem de empresas particulares, não atraem milhares de turistas e nem participam da indústria cultural, mas através de muito esforço, dão continuidade à “tradição”.

A data da festa não é fixa, pois dependem das condições temporais e materiais, necessárias para o seu desenvolvimento. Antigamente, realizava-se no último domingo de agosto, mas atualmente ocorre no último domingo de setembro. Durante a semana que antecede a festa, as “Quitérias” se organizam, levam materiais de limpeza, água e todo arsenal necessário para a conservação da capela, dos seus ornamentos e de todo seu entorno. Sobem para o alto da Boa Vista, a caminhar com os próprios pés, e, com o pôr do sol, retornam pela estrada para o distrito de Rodrigo Silva.

No sábado, às 19 horas, já em clima devocional para a festa no dia seguinte, é realizada uma missa com o padre da Paróquia do Pilar, que é aguardado pelos moradores da região e de Rodrigo Silva, em sua maioria mulheres. Reza-se o terço, orações, entoam a Ladainha de Nossa Senhora e cantam à Santa Quitéria. Vale aqui destacar que moradores da região da Boa Vista, em fazendas alguns pés de léguas, no sábado à tarde, preparam

¹⁹⁷ BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad; Serfio Goes de Paula. – 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. P.39.

tradicionalmente a fogueira, para iluminar o entorno, protegerem-se do frio e sociabilizarem após o encontro religioso à noite.

No domingo, o roteiro do festejo se inicia com o alvorecer do dia. As “Quitérias” seguem pela estrada rumo à capela, seguidas por moradores do distrito e da região, com alguns visitantes, normalmente ex.moradores que retornam para homenagear a santa mártir. Aguardam pela chegada do pároco e especialmente pelo retorno de Santa Quitéria ao seu lugar de origem.

São recebidos com clamor pelos religiosos ali presentes e, em seguida, iniciam-se os ritos sagrados. Após a missa, o Pároco reconta a história da vida e do martírio da jovem bracarense, e, em seguida é organizada a procissão, onde Santa Quitéria é cuidadosamente colocada no andor em destaque. Partindo da capela, a procissão caminha até o cruzeiro (na direção sul) e fazem o mesmo caminho de volta.



Figura 16 – Procissão Santa Quitéria da Boa Vista.

Fonte: Acervo Particular do fotógrafo Geraldo Raimundo (Cabecinha) /2014

Além da imagem de Santa Quitéria, as imagens de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Sebastião e Sagrado Coração de Jesus são levadas pelas mãos dos devotos. Tradicionalmente, a procissão segue ao som da Sociedade Musical de Santa Cecília, orgulho dos moradores de Rodrigo Silva, criada pelos ferroviários no ano de 1901.



Figura 17 - Sociedade Musical de Santa Cecília de Rodrigo Silva
Santa Quitéria da Boa Vista
Fonte: Acervo Pessoal/ 2016

A figura dos mordomos, eleitos de forma permanente, são sempre moradores da comunidade do Quilombo. São eles os responsáveis pelos mastros e pelas bandeiras de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Sebastião e do Sagrado Coração de Jesus, que compartilham a cena com a padroeira. Com as bandeiras postas nos mastros, elevam-nas ao alto. Num passado recente, os mordomos se vestiam a caráter com roupas vermelhas, mas atualmente dispensam a indumentária.

A imagem de Santa Quitéria é então colocada ao lado esquerdo da capela-mor, e ali, dezenas de fiéis se organizam em fila para beijá-la e fazer suas orações antes da padroeira partir. A festa continua no adro da igreja, que se enfeita de bandeirinhas azuis, vermelhas e brancas, em homenagem as cores da santa mártir. Neste momento, as práticas religiosas se misturam as práticas profanas de comemoração popular. O festejo continua ao som da Banda e grupos dançam e festejam, junto a barraquinhas de bebidas e comidas.



Figura 18 - Santa Quitéria da Boa Vista.

Fonte: Acervo Particular do fotógrafo Geraldo Raimundo (Cabecinha) /2014

Santa Quitéria e as outras imagens retornam para o acervo no Museu do Pilar em Ouro Preto no final do dia, os seus devotos descem o alto da Boa Vista. Em entrevista, a “guardiã da chave”, Dona Luzia, fala sobre a importância da festa para a comunidade, mas enfatiza que esta corre o risco de ser esquecida. Narrando sobre as dificuldades enfrentadas para darem continuidade com a tradição, ela diz: “Nem água mais lá tem.”

Antigamente, nos conta, havia uma senhora que residia na Boa Vista, que cuidava da capela e dos seus ornamentos. Hoje, no entanto, não tem mais moradores na região, sendo assim, a chave fica na sua casa, no centro de Rodrigo Silva, e é utilizada somente quando acontece alguma missa esporádica, mas certamente no dia da festa de Santa Quitéria, a entrevistada ressalta com entusiasmo.

De acordo com Dona Luzia, na década de 1980 ou 1990, um assalto assustou os moradores da região. Foram roubados crucifixos e objetos religiosos, “muito antigos e de grande valor” da capela. Desta forma, as imagens e ornamentos que resistiram ao assalto foram levados para o acervo do Museu do Pilar, sob os cuidados do Padre Simões.

A entrevistada lembra com saudosismo do Padre Simões (1931-2009), pároco da Igreja do Pilar por mais de trinta anos e reconhecido pela luta a favor da preservação do patrimônio histórico e cultural de Ouro Preto. Segundo Dona Luzia, quando ainda era vivo, Padre Simões no dia da festa levava as imagens para o distrito em Rodrigo Silva, onde eram ornadas na casa de um morador e então levadas em carreta de Rodrigo Silva até Boa Vista.

Atualmente, as imagens são levadas direto para Boa Vista e preparada às pressas na porta da capela.

Para esta devota, a festa mudou muito e corre o risco de acabar por falta de apoio e de interesses dos mais jovens. Devota de Santa Quitéria, ela lembra que acompanha a festa desde pequena quando ia com seu pai, que dava amêndoas para serem distribuídas ao final da festa. Padre Simões a pediu para cuidar e dar continuidade com a festa, o que ela carrega com uma responsabilidade quase que divina. “O Padre Simões amava este lugar. Ele era amigo da família e frequentava muito lá em casa. Ele tinha muita boa vontade, o que falta nos dias de hoje”.

Em 2006, a Prefeitura de Ouro Preto inventariou a festa a pedido da comunidade de Rodrigo Silva como patrimônio imaterial, mas, como vimos anteriormente o processo ainda não foi concluído. Questionamos a não continuidade, uma vez que esta manifestação é significativa para os seus participantes e este reconhecimento ajudaria na sua manutenção e conservação.

Em pesquisa *in loco*, inferimos que a festa constrói uma rede, uma espécie de identidade social e coletiva, onde diferentes grupos se encontram, sociabilizam-se e sentem-se pertencentes àquele lugar. A capela, a imagem de Santa Quitéria e o espaço físico no alto da Boa Vista possuem papéis centrais para a festa, para a memória e história da comunidade de Rodrigo Silva.

Legado dos antigos moradores, os símbolos, as práticas e as representações de Santa Quitéria da Boa Vista fazem parte de uma memória individual, como no caso de Dona Luzia, mas ao mesmo tempo de uma memória coletiva, sendo anualmente lembrada e transmitida pelos atuais moradores da região. Desta forma, contribuem para a vivacidade, tanto dos bens materiais como dos imateriais ainda resistentes do antigo arraial da Boa Vista.

Obviamente, o patrimônio imaterial nunca é completamente intangível. Para que ele faça sentido, são necessários materiais físicos para sua realização. Neste sentido, tanto a capela como a imagem de Santa Quitéria são elementos essenciais para a preservação e continuidade da festa. Como o outro lado da moeda, a conservação da capela e da imagem são necessárias, não apenas por seus valores artísticos e históricos como foram aqui demonstrados, mas pela devoção que ainda carregam e despertam em seus fiéis.

Anunciam a memória e a identidade da comunidade de Rodrigo Silva e de moradores dos povoados próximos como: Capão, Botafogo, Três Porteiras, Crioulos, Quilombo e Bico

de Pedra; sendo significativas e representativas para eles. Acreditamos assim que, por estas fazerem sentido nos dias atuais, revela não apenas a continuidade histórica de suas expressões simbólicas, mas também a capacidade de transformação e ressignificação dos seus elementos essenciais.

CAPÍTULO 4: Democracia e patrimônio cultural: o direito à memória

Nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.¹⁹⁸

Como buscamos demonstrar nesta pesquisa, a história de Ouro Preto narrada desde o século XIX por Xavier da Veiga, por Diogo de Vasconcellos e por outros aqui denominados “defensores históricos”, privilegiou a memória de uma parcela, pode-se dizer da classe elitizada, enfatizando o valor histórico dos bens localizados no centro da cidade. Já no século XX, com a institucionalização e com a criação do SPHAN, a atenção continuou a ser centrada nas grandes obras do período barroco, especialmente naquelas de autoria do mestre Aleijadinho e das ricas Irmandades que representam a memória da elite política e católica local.

Desta forma, observamos a subalternização de todas as outras memórias e formas de expressão existentes não apenas no “centro-histórico”, mas nos distritos e morros que, muitas vezes, permanecem vivas e dinâmicas, como o caso de Santa Quitéria da Boa Vista. Deter o controle da memória e manipular o enredo para construção de uma história oficial sempre foi tarefa destinada aos homens das letras, logo, da classe dominante. Convencer que toda sociedade possui uma memória única e que a história é coesa e homogênea é essencial para a manutenção do poder e para o controle das massas. Como bem interpretou Tzvetan Todorov em seu livro “**Os abusos da Memória**”:

Depois de entender que a conquista de terras e homens passaram pela conquista da informação e da comunicação, as tiranias do século XX sistematizaram a apropriação da memória e aspiravam a controlá-las mesmo em seus cantos mais escondidos. Essas tentativas às vezes fracassaram, mas é verdade que em outros casos (que por definição somos incapazes de enumerar), os vestígios do passado tem sido eliminado com êxito.¹⁹⁹

Atualmente marcados pelo fenômeno da globalização e, junto dele, pelo excesso de informações, muitos dos grupos e indivíduos que foram renegados e excluídos dos processos históricos, alcançam enfim seus lugares em um ambiente democrático. O passado antes eliminado ou marginalizado volta ao primeiro plano quando lhes dão espaços ou, quando a

¹⁹⁸ BENJAMIN, Walter. *Op. cit.* P.14.

¹⁹⁹ TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica, 2000. P.12.

sociedade se organiza na luta por seus direitos. Entretanto, se ao mesmo tempo é encontrada a possibilidade de redenção, os mesmos deparam-se com prazeres mundanos que desviam o real desejo para um contentar-se momentâneo.

Portanto, com menos brutalidade, mas com mais eficácia em vez de fortalecer nossa resistência, seríamos meros agentes que contribuiriam para aumentar o esquecimento, os estados democráticos levariam a população ao mesmo destino que os regimes totalitários, isto é, ao reino da barbárie.²⁰⁰

Todorov também alertou que essa memória hoje ameaçada, não é por falta e nem pela censura das informações como no passado. Mas sim pelo excesso e pela “superabundância” delas, causando os mesmos danos dos tempos de repressão de outrora, ou quiçá, piorando-os. Contudo, compreende-se que a memória sempre seleciona os fatos. Alguns serão esquecidos, outros enfatizados e alguns abafados, sendo assim, pode-se dizer que o fazer histórico será sempre incompleto, pois, retornar aos fatos do passado como realmente foram tentando alcançar a sua integralidade é uma missão impossível.

No entanto, todos possuem o direito de conhecer a sua história e a serem incluso nos processos de preservação dos seus bens culturais e de sua memória. Acredita-se que essa tarefa deva partir dos próprios interessados, especialmente da população local, mas cabe ao Poder Público estimular tais ações com políticas de cunho mais democráticas e participativas, facilitando assim a ascensão daqueles que foram por séculos esquecidos.

Todorov, Chauí, Nora, e outros estudiosos ressalvam sobre o risco da sacralização da memória. Pois, é certo que não precisamos de uma nova história de heróis. Entendemos aqui que não é o objetivo cultural obsessivamente a memória. “Essa preocupação compulsiva pelo passado pode ser interpretada como sinal de saúde de um país pacífico, onde não sucede, felizmente, nada; ou como nostalgia de uma época que já não existe mais”.²⁰¹ Mas sim dar espaço àquelas que foram por séculos marginalizadas.

Assim, com os devidos percalços e cuidados, compreendemos que é neste momento que temos a chance de lutar pela democratização da memória e olhar o patrimônio cultural como sinônimo de cidadania. “Longe de seguir sendo prisioneiros do passado, temos que colocá-lo a serviço do presente, como a memória – e o esquecimento – eles precisam ser colocados a serviço da justiça”.²⁰²

²⁰⁰ *Ibidem*. P.15

²⁰¹ *Ibidem*. P. 50

²⁰² *Ibidem*. P. 59

Observando sempre a finalidade da reconstrução do passado e os atores envolvidos, é preciso então selecionar o que deve ser recuperado e o encarar de uma maneira “exemplar”. Este termo “exemplar” usado por Todorov “permite utilizar o passado com vistas no presente, aproveitar as lições das injustiças sofridas para lutar contra as que se produzem hoje em dia”.²⁰³

Sendo assim, a memória exemplar deve ser construída como uma “história-problema”, onde os fatos do passado servirão de exemplo para o presente. Não mais buscando a homogeneização das culturas, mas trazendo à tona as mais diversas facetas que compõe a sociedade contemporânea. Uma clara oposição à história feita pelas classes dominantes, que vê a história como “mestra da vida”, bem aos moldes antigos e positivistas.

Contudo, se os interesses foram ditados pelos grupos dominantes ao longo dos anos como bem observou Marx: “as idéias [sic] dominantes numa época nunca passaram das idéias [sic] da classe dominante”; concomitantemente, esses mesmos grupos produziram diversas sombras que, de acordo com Leonardo Civalé “são fundamentais para a memória coletiva de grupos com menos poder de pressão e representação social.”²⁰⁴ Desta forma, observa-se que a memória, a história e conseqüentemente o patrimônio cultural, foram e continuam a ser vistos como espaço de luta, onde se disputam economicamente, politicamente e simbolicamente o poder.

Consagram-se como superior certos bairros, objetos e saberes, porque estes foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque tais grupos contam com a informação e formação necessária para compreendê-los, ou seja, para controlá-los melhor.²⁰⁵

Maria Célia Paoli definiu cidadania como a “formação, informação e participação múltipla na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivo.”²⁰⁶ Assim, a ideia de cidadania também incide sobre a história e o direito a reconstrução desta, valendo-se do passado e das memórias de forma plural e diversificada. Buscando abarcar todos os agentes sociais envolvidos e não apenas os já consagrados pela história oficial. Mesmo que sejam heterogêneas e sem nexos com a história oficial, amplamente divulgada e reafirmada, estas novas histórias são representativas para um grupo ou indivíduos que tem

²⁰³ *Ibidem*. P. 25.

²⁰⁴ CIVALE, Leonardo. *Op. cit.* P.134.

²⁰⁵ CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. P.195.

²⁰⁶ PAOLI, Maria Célia. *Op. cit.* p.26-27.

direito ao passado e a terem suas memórias reconhecidas. Aliás, a autora chama atenção para as dificuldades encontradas nesta prática, segundo ela “fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica”²⁰⁷ é uma das tarefas mais desafiadora.

Para Paoli o papel da história na transformação da sociedade que passaria a ser mais consciente de seus direitos e deveres, é essencial uma vez que o fazer historiográfico é um dos agentes formadores de identidades. Sendo assim, a possibilidade de uma nova historiografia se apóia na reconstrução das memórias daqueles que “perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos”²⁰⁸. Assim a formação de uma nova política pública do patrimônio cultural deveria ser construída sob o prisma dos novos preceitos historiográficos e, principalmente, no “reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica de cidadania”.²⁰⁹

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambigüidade, das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares.

Canclini, em seu texto “**O patrimônio cultural e a construção do Imaginário Nacional**”, também discute a ideia de que o patrimônio é apropriado por diferentes grupos e indivíduos de uma forma desigual, no qual, sempre a cultura da classe dominante será vista com mais legitimidade pelos discursos oficiais e pela grande mídia, do que aquelas que representam as classes mais populares. Observa-se claramente no caso da cidade de Ouro Preto, como a os bens culturais representativos da classe dominante foram por anos privilegiados pelos órgãos oficiais.

Entretanto, a Constituição de 1988 garante a democratização dos saberes culturais, do acesso à produção, mesmo que ainda recente e, no atual momento, sem muita credibilidade.²¹⁰

²⁰⁷ *Idem.*

²⁰⁸ *Idem.*

²⁰⁹ *Idem.*

²¹⁰ Sofremos um golpe de estado no ano de 2016, no qual foi retirada a presidenta eleita Dilma Roussef (PT) e empossado sob muitas críticas o seu vice Temer (PMDB), que a história ainda há de registrar. Por ora, podemos citar que uma das primeiras ações do governo usurpador foi extinguir o Ministério da Cultura. No entanto,

A era do mercado e da indústria cultural também é avassaladora e, se caminhamos na corda bamba de sombrinha tentando equilibrar a humanidade com os interesses do capital, a maneira que se encara hoje os direitos e deveres do cidadão, mais especificadamente ao que tange o patrimônio cultural, condiz com uma acentuada desigualdade social.

Muitas vezes observa-se que as classes minoritárias (que juntas tornam-se a maioria), envolvidas com outros assuntos que assolam seu cotidiano como a falta de emprego, de moradias, de saneamento básico, de transporte público, acabam deixando para segundo plano as questões culturais e simbólicas. Lutam pela sobrevivência e por melhores condições do seu entorno, sem se dar conta de que o patrimônio ali presente poderia ajudá-las nessas conquistas. Canclini bem alerta que talvez essas classes interiorizaram uma posição “tíbia ou vacilante”, aceitando a desvalorização que os grupos dominantes as impõem.

Mas como vivenciamos um período democrático, aonde “demo” significa povo e “cracia” governo, ressaltamos aqui que todos têm direito a ter acesso à sua história e a sua memória reconhecida. Sendo assim, o patrimônio cultural naturalmente deveria ser visto como um instrumento de cidadania, aonde os cidadãos especialmente aqueles que foram excluídos dos grandes feitos, possam ser sujeitos ativos e participativos no seu tempo, pois assim “podemos dizer que a democracia propicia uma cultura da cidadania”²¹¹.

4.1. A democratização da cultura, da memória e da história no processo de construção do patrimônio brasileiro.

A ampliação do conceito de cultura nos últimos anos alterou substancialmente o significado da história e do patrimônio cultural. A Constituição de 1988, o Decreto nº3551 e outras iniciativas que pontuamos nos capítulos anteriores, incluíram oficialmente as mais diversas memórias como parte do nosso legado, dignas de serem reconhecidas, como as produções, fazeres e expressões artísticas das classes populares. No entanto, se no discurso e em ações isoladas notamos uma tímida abertura, a sua permanência e abrangência ainda é feita com resiliência e muita resistência.

revogaram essa decisão uma vez que a população e grupos de intelectuais e artistas lutaram pela sua manutenção.

²¹¹ CHAUI, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. P.140.

Pierre Nora, historiador francês e referência da Nova História Cultural, alegou que “estamos experimentando a emergência da memória”²¹². É consensual que muitas mudanças aconteceram durante o século XX e ainda permanecem em relação ao nosso modo de ver e olhar o passado. Uma delas é a crítica das versões oficiais da história que, por séculos enraizadas como as únicas e verdadeiras formas de se conhecer os fatos, se mostram hoje incapazes de abordarem e traduzir todo o passado. Para este autor, a emergência deste movimento possui duas razões específicas que valem aqui ser pontuadas: a aceleração da história e a democratização da mesma.

No primeiro caso, o acelerar do tempo nos separa a uma distância significativa do passado, de maneira que não vivemos mais nele. Assim, só conseguimos recuperá-lo através de sua reconstrução através de documentos, monumentos ou por outras fontes que nos façam recordar aquilo que era, mas não é mais. Outra questão neste movimento levantada pelo autor é a ideia de futuro. Se antes o futuro era certo com suas linhas bem demarcadas, o que facilitava o entendimento do que se deveria preservar para o depois, hoje não mais é assim. O futuro para o tempo presente é obscuro, é incerto, o que causa uma sensação de medo, o chamado “medo da perda”. E, como consequência direta deste medo, busca-se conservar tudo, o que torna segundo Pierre Nora a “recordação o elemento característico do nosso tempo.”²¹³

Em seu texto, intitulado “**História e memória: a problemática dos lugares**”, ele distingue memória e história, aonde sucintamente pode-se entender que, memória e história não são sinônimas, mas cada qual existe na inexistência da outra. Segundo suas palavras “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da memória, mas dentro da história”.²¹⁴ Logo, sua teoria de “aceleração da história” propõe que não existe mais a memória, mas apenas história, pois no presente não há um elo vivo com o passado, não há continuidade para ele, tudo que vivenciamos são apenas representações. Por isso justifica o apego pelas recordações e o constante “medo da perda”.

Em contrapartida, Nora aponta para uma democratização da história. Pois, se há certa obsessão pelas memórias, onde tudo deve ser preservado, grupos e indivíduos antes excluídos deste processo se vêem no direito de também ter suas recordações mantidas e transmitidas para a posterioridade. Assim, ele diz “a passagem da memória para história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de

²¹² NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania**. Revista Musas, n. 4, 2009. P.6.

²¹³ *Ibidem*. P.8.

²¹⁴ NORA, Pierre. *Op. cit.* P.9.

memória faz de cada um o historiador de si mesmo”.²¹⁵ Mas vale ressaltar que suas críticas se referem à realidade e às experiências vividas na França, sendo assim, contextualizamos aqui esse movimento no Brasil.

Maria Cecília Londres Fonseca, em **“O Patrimônio em processo”**, considera que ao falar de política pública de preservação no Brasil é necessário conjecturar não apenas o patrimônio oficial, mas também a participação popular na gestão deste, e pensar as condições de sua apropriação pela sociedade como um todo. Pois segundo ela “democratização implica em desprivatizar esse campo”.²¹⁶ Entretanto, se pontuamos acima que o Estado deveria ser um dos responsáveis pela construção das políticas culturais é por entender que no Brasil a cidadania ainda é exercida por poucos.

No entanto, também levamos em consideração que se depender da atuação do governo federal atual, seguiremos repetindo a mesma estrutura. Como já foi abordado no segundo capítulo, mesmo com a abertura do que diz respeito ao patrimônio imaterial, natural e das classes populares, ainda se observa certa resistência para incluí-lo no rol do patrimônio nacional. Por outro lado, observa-se que as ações dos órgãos municipais são mais palpáveis para este movimento democrático que, mesmo a passos lentos, estão mudando significativamente essa realidade e possibilitando a presença de outros atores sociais nas políticas de preservação do patrimônio cultural.

No Brasil, quando olhamos a formação das políticas a favor do patrimônio cultural através do histórico do IPHAN, logo deparamos com o intelectual Mário de Andrade e com suas ideias. Ideias estas tão abrangentes, democráticas e populares, que se tornam surpreendente quando contextualizadas em um período de turbulências políticas perpassadas durante a década de 1930. O seu ante-projeto escrito não era apenas includente, mas também tinha o cuidado de não trazer o significado artístico como valor primordial, justamente para não criar condições de se privilegiar os bens das classes dominantes.²¹⁷

Entretanto, a realidade se mostrou bem diferente dos seus anseios. Rodrigo Melo Franco de Andrade reformulou o ante-projeto, reescrevendo um outro projeto que seria apresentado e validado pelas autoridades federais. E com uma nova perspectiva não tão democrática e sim “predominantemente estética”²¹⁸ foi criado, através de um decreto

²¹⁵ *Ibidem*. P.18.

²¹⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. cit.* 295.

²¹⁷ *Ibidem*. P.101.

²¹⁸ *Ibidem*.

presidencial, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Observa-se que o ano de 1937 foi conhecido como o início da ditadura Vargas, onde se pregava a ideologia nacionalista e modernizadora, mas ao mesmo tempo autoritária. Seguindo esses preceitos, ansiavam em substituir as velhas elites agrárias com o objetivo de civilizar o Brasil, elevando-o ao patamar das nações européias.

É válido também ressaltar que em seu quadro, o SPHAN não contava com historiadores, mas sim com arquitetos e advogados. O que, a nosso ver, pode justificar essa obsessão pelas coisas físicas e materialmente visíveis, tombados “sem eira nem beira” durante toda sua primeira fase. Além de estes funcionários pertencerem às classes mais abastadas e elitizadas, priorizaram os bens representativos para suas causas alegando o significado estético e histórico como valores excepcionais para a memória, não apenas deles, mas de todo país.

Desta forma, passaram-se anos sem considerar as transformações que ocorriam na historiografia através dos novos estudos da Escola dos Annales, da revolução documental, bem como do processo que remodelou e implantou a Nova História Cultural. Sem estes conhecimentos, ou apenas negligenciando-os, permaneceram com uma visão retrógrada de cultura e do fazer histórico até meados da década de 1970, quando estes conceitos passaram a ser baseados por uma perspectiva antropológica.

José Newton Coelho de Menezes, em seu livro **“História e Turismo Cultural”**, ressaltou como “a concepção do fazer histórico mudou e com ela a ideia de herança cultural e, sobretudo, de interpretação das culturas passadas”²¹⁹. Desta forma, a partir do momento em que a história não mais é vista como “mestre da vida”, mas trabalhada sob um novo viés de “história-problema”, transformou-se efetivamente a construção da história. Através das diferentes fontes e não mais pautados somente em fontes escritas e nos documentos arquivísticos, os fatos históricos passaram a englobar as mais diversas fontes e formas de herança cultural.

Assim, a história não é mais encarada de uma maneira generalizada e totalizante, como também não é mais vista como única e verdadeira, mas através de diferentes perspectivas, interpretações e pontos de vista. Com o surgimento de outras ciências sociais como a sociologia e a antropologia, houve um esforço em conjunto para a sustentação de um novo olhar para o passado e de novas afirmações conceituais. Desta forma, o significado de cultura

²¹⁹ MENEZES. José Newton Coelho de. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

passou a ser “tudo o que se constrói na vivência coletiva, fruto de difusões de culturas distintas e de criações e saídas novas para problemas cotidianos”.²²⁰

Conseqüentemente, o patrimônio cultural foi revigorado com essas novas concepções, principalmente após a transformação do modo de se fazer e pensar o fato histórico. Entretanto, se esta mudança ocorreu nos países europeus, especificadamente na França no final do século XIX, estas ideias desembarcaram no Brasil tempos depois e geraram frutos somente após a década de 1960.

Este tempo seria marcado pela segunda fase do DPHAN, período de grande repressão e censura por parte do regime militar. Mas Renato Soeiro, como diretor do órgão, seguido por Aloísio de Magalhães, este último já vivenciando uma fase já de abertura política, ambos lutaram por uma nova política cultural e tentaram seguir pelas novas diretrizes historiográficas. Para eles, a diversidade e a heterogeneidade cultural deveriam ser consideradas como a mais valiosa herança simbólica do Brasil. Desta forma, em suas gestões o patrimônio cultural se abriu lentamente às memórias e às histórias representativas das classes populares.

Passados alguns anos após a morte de Aloísio de Magalhães, a Constituição de 1988 nos seus artigos 215 e 216 trouxe suas contribuições para uma inovação no campo institucional, alegando o direito cultural, a democratização dos meios e acesso aos bens patrimoniais. Transformando significativamente, mesmo que teoricamente, as estruturas excludentes consolidadas pelo IPHAN ao longo dos anos.

Nestes artigos, ampliou-se o sentido de patrimônio cultural, incluiu-se a sociedade como detentora dos saberes e, ao lado do Estado, como responsável pela sua salvaguarda, garantindo a fruição e a produção das mais diversas “formas de expressão, modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”²²¹. No entanto, o que se observa pós-constituição de 1988 é que conceitos como referências culturais, dinâmica cultural, diversidade e imaterialidade, embora sejam recorrentes nos planos, programas, gestões e projetos culturais, continuam sendo obscuros na prática.

Observamos que, com a redemocratização da política no Brasil, a sociedade civil tentou se organizar e participar dos planos governamentais em defesa do patrimônio, principalmente após a Constituição que lhe deu espaço e voz para isso. Entretanto, o aparelho

²²⁰ *Ibidem*. P. 43.

²²¹ Constituição Federal de 1988, art.216.

burocrático instituído pelo Estado, acaba por dificultar tais ações o que torna os movimentos quase nulos. Sendo assim, a população ainda às margens das decisões políticas, muitas vezes não sabem como e a quem recorrer em favor da cultura e do seu patrimônio.

No Brasil, percebe-se que a cidadania ainda não é um “bem coletivo”, ser um cidadão não significa que todos têm os mesmos direitos e deveres, mas sim que uma minoria se conscientiza (ou é conscientizada) como sujeito ativo, atuante em diferentes frentes sociais. Assim, acreditamos que a construção de uma política cultural mais democrática deveria ter certa intervenção dos governantes, seguida como uma política de estado.

Marilena Chauí, em seu livro **“Cidadania Cultural: O direito à cultura”**, expõe em seus ensaios sobre as políticas públicas e ações desenvolvidas durante sua gestão, na Secretaria da Cultura da cidade de São Paulo, no início dos anos 90. Enfatizando a ideia de “Cidadania Cultural”, a autora lutou pela cultura como direito de todos os cidadãos, “por todos aqueles que têm sido sistematicamente e deliberadamente excluídos do direito à cultura neste país”.²²² Além de recusar a perspectiva neoliberal (vigente no país na época) que privatiza o que é público e que enxerga o cidadão como consumidor, uma característica e exigência mercadológica, Chauí deixa claro que a política cultural democrática que defende, incide sobre todos os cidadãos “sem privilégios e sem exclusões”.

Entre três escolhas possíveis – a oficial autoritária, a populista e a neoliberal – fizemos uma quarta: aquela que restringe o Estado à condição de assegurado público de direitos, prestador sociopolítico de serviços e estimulador-patrocinador das iniciativas da própria sociedade, enfatizando a natureza de classe da nossa sociedade e a obrigação de uma política, se quiser ser moderna e democrática, de garantir direitos, quebrar privilégios, fazer ser público o que é público, abrir-se para os conflitos e para as inovações.²²³

Entretanto, como gestora, alegou que uma política com o prisma da “cidadania cultural” não é uma política que se revela em curto prazo, mas que é necessário um processo lento e complexo para se consolidar. Pois o objetivo de transformar toda uma estrutura que foi enraizada por séculos de dominação política e torná-la sem privilégio de classe não é uma tarefa fácil de realizar. Defendendo que o Estado não produz cultura, mas que é responsável por criar condições favoráveis para que os planos e projetos sociais sejam alcançados, Chauí

²²² CHAUI, Marilena. *Op. cit.* P.69.

²²³*Ibidem.* P. 70.

buscou combater “a memória una, indivisa, linear e contínua, e como afirmação das contradições, das lutas e dos conflitos que constituem a história de uma sociedade.”²²⁴

Se o Estado não é produtor de cultura nem instrumento para seu consumo, que relação pode ele ter com ela? Pode concebê-la como um direito do cidadão e, portanto, assegurar o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras, isso é, produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais.²²⁵

Enfatizando a democratização dos espaços com a descentralização geográfica, dispersou a cultura para todos os cantos da cidade de São Paulo, retirando o eixo do centro. Defendeu que o trabalho era investir nos “direitos dos sem-direitos”, trazendo uma nova visão da política cultural brasileira como sendo algo palpável e possível de inovação. A filósofa também criticou a história oficial com sua latente visão dos vencedores, e, ressaltou a história-cultura, movimento que é “realizado pela luta de classes sociais para vencer formas de exploração econômica, opressão social e dominação política”²²⁶.

Seguindo seus preceitos, compreendemos que as políticas do patrimônio cultural não estão condenadas a serem sempre escritas pela voz dos vencedores. Mas, nos alertou, assim como Todorov, que as memórias dos vencidos também não devem ser sacralizadas em contraposição às histórias dos vencedores, justificando que assim “seria simplesmente transferir para movimentos populares e sociais os mesmos procedimentos de apropriação do passado usados pela história do vencedor”²²⁷. Desta forma, deixa claro que o movimento da cidadania, colocando a memória como direito do cidadão, dará espaço para a construção de uma nova história e uma nova política do patrimônio cultural, mais democrática, sem precisar inventar novos heróis.

Defendendo a ideia de memória plural e de múltiplas histórias, desconstruiu o modelo da classe dominante e do Estado, trazendo à tona a “memória não-oficial dos vencidos, dominados e explorados.” Escovando a história a contrapelo, trabalhou com a diversidade dos sujeitos sociais que compõem uma cidade. Seguindo estes parâmetros, defendeu também o direito à participação dos cidadãos nas diretrizes, decisões e propostas orçamentárias que

²²⁴*Ibidem*. P.72.

²²⁵ *Ibidem*. P.136.

²²⁶ *Ibidem*. P.108.

²²⁷ *Ibidem*. P. 124.

dizem respeito às políticas culturais, ressaltando que “só há democracia com a ampliação contínua da cidadania”.²²⁸

Manuel Ferreira Lima Filho, em seu artigo **“Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira”**, também traz uma nova e instigante questão que nos faz pensar sobre as polêmicas e dissonâncias que assolam o patrimônio cultural no Brasil. Para ele, se continuarmos na discussão da ideia de patrimônio material e patrimônio imaterial como dois aspectos separados, não seremos capazes de compreender o cerne do processo que é o seu significado social.

Aponto que é preciso sair dessa velha tensão, na realidade um falso problema, que pode desfocar a compreensão/interpretação e ressemantização social do patrimônio pelos grupos sociais, que deveria ser a razão, a priori, da existência de tais políticas.²²⁹

Como antropólogo, seu olhar é voltado às referências culturais e na noção antropológica de cultura como legitimadora do patrimônio. Questionando a “política redentora do patrimônio imaterial”, propõe uma visão mais ampla do patrimônio, onde seguindo Maria Londres Fonseca, alega que deveríamos centrar não nos objetos em si, “mas na relação entre a sociedade e a cultura, deslocando a idéia [sic] de excepcionalidade”²³⁰. Pois palavras como as escritas nos decretos para os registros e tombamentos, como “relevância” e “excepcionalidade”, continuam a ser excludentes.

Materialidade, ressonância e subjetividade são vetores analíticos antropológicos de uma dimensão mais ampla da noção de patrimônio historicamente reduzida à sua face material (edificação, monumentos) ou, agora, badalada por sua dimensão imaterial ou intangível do patrimônio (saber fazer).²³¹

Carlos Magno de Souza Paiva, em sua tese de doutorado intitulada **“O regime jurídico do bem cultural edificado no Brasil”**, questionou os instrumentos legais de proteção ao patrimônio edificado no Brasil. Respalado na Constituição Federal de 1988, ele procurou demonstrar quais são os sujeitos titulares de direitos e deveres e abordou o papel da sociedade e também do Estado em proteger e valorizar o patrimônio cultural. Desta forma, o

²²⁸ CHAUI, Marilena. *Op. cit.* P.140.

²²⁹ LIMA FILHO, Manoel Ferreira. **Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira**. Revista de Antropologia. v. 52, n. 2. 2009. P.605.

²³⁰ *Ibidem.* P. 620.

²³¹ *Ibidem.* P.624

autor faz uma análise do direito do patrimônio cultural e o defende como direito e garantia fundamental de todo e qualquer cidadão.

O patrimônio cultural é digno de ser tutelado como “direito social fundamental” independentemente de ter sido ele tombado ou não previamente; ou seja, o tombamento não é condição da ação que verse sobre a tutela dos bens culturais edificados.²³²

Seguindo suas premissas de um estudioso das questões jurídicas, compreende-se que o tombamento não é a única forma de se valorizar ou mesmo classificar um bem como patrimônio. Aliás, fica claro que o tombamento é apenas um dos instrumentos responsáveis pela salvaguarda, mas não decisório em termos de classificação, principalmente após a Constituição de 1988.

Vale ressaltar que, nesta mesma ocasião em 1988, o Brasil também consagrou os novos princípios e direitos fundamentais, dentre os quais se destacaram os direitos à cultura e à memória. E, segundo Carlos Magno, esses direitos são indissociáveis do princípio da dignidade humana por isso pode receber o status de direito fundamental. E mesmo que gera certa estranheza em tratá-los desta maneira, se colocarmos em pauta tudo que a memória e a cultura abarcam, entende-se o porquê de serem inclusos nesta esfera.

Como o autor mesmo pontua, se pensarmos como o patrimônio cultural pode ser representado para a história e memórias, mas também para a formação de identidades e para o desenvolvimento humano, seria fácil reconhecê-lo como direito fundamental. Desta forma, ele defende que “a cultura por si só, é um valor imanente, com um conteúdo essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa humana”, além de ser um conceito de “inserção social e de desenvolvimento do indivíduo”.²³³

Sendo assim, pode-se considerar que o patrimônio cultural além de ser um direito fundamental do cidadão instituído pela Constituição de 1988, atende a sua função social quando relacionado ao desenvolvimento do seu humano. De forma democrática de acesso e fruição, um bem pode elevar a todos a oportunidade de se fazer presente na vida de uma comunidade.

E se hoje vivemos, ou ao menos primamos por viver, sob a égide de um Estado de direito democrático-constitucional (Art.1ºCFB; Art.2ºCRP) ou seja, um Estado subordinado a uma ordem jurídico-constitucional regida por princípios e regras

²³²PAIVA, Carlos Magno de Souza. **O regime jurídico do bem cultural edificado no Brasil**. Ouro Preto: UFOP, 2010. P.21.

²³³ *Ibidem*. P.42.

jurídicas que garantem as pessoas e cidadãos liberdade, igualdade perante a lei e segurança, serão os caracteres dessa ordem fundamental que irão nos trazer o sentido de cultura como direito, liberdade e garantia para todos.²³⁴

Na Constituição de 1988 o Brasil estabelece que o Estado junto com a comunidade sejam os responsáveis por promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Sendo assim, com a abertura governamental e a efetiva participação da população, seria garantida a democratização dos bens culturais. No entanto, o que se percebe é o monopólio por parte do Poder Público que, na maioria dos casos, exclui a população do processo de gestão, eleição e salvaguarda dos bens.

Todavia, não são apenas as autoridades federais, no caso o IPHAN, responsáveis pelas tomadas de decisões. O município pode e deve legislar a favor da salvaguarda de seus bens culturais, contanto que se observe as legislações vigentes, federal e estadual. Aliás, conforme procuramos demonstrar ao longo desta pesquisa, no caso específico da cidade de Ouro Preto, podemos dizer que é na esfera municipal que os bens culturais representativos das classes populares, dos marginalizados e excluídos, ganharam espaço sendo enfim oficializados.

São os agentes municipais que estão perto da comunidade e que lidam diretamente com os anseios e desejos da população local. Mesmo os bens sendo classificados em patrimônio nacional e estadual, muitas vezes estes órgãos negligenciam seus deveres ficando a cargo da esfera municipal. Os cidadãos, ávidos por solucionar seus problemas, encontram de imediato nesta esfera que lhe é mais próxima, a perspectiva necessária. Desta forma, o direito à memória e à história é reivindicado de acordo com o grau de participação do cidadão nas instâncias públicas.

Contudo, considerando que a inclusão da classe popular e dos marginalizados é praticamente nula por várias questões que foram no decorrer deste item elencados, entendemos aqui que é preciso iniciativas governamentais que possam viabilizar este processo. E, assim, garantir para todos o que lhes é de direito fundamental: o acesso à sua cultura, à sua história e à sua memória.

4.2 Ouro Preto e suas políticas culturais

Francisco Luciano Lima Rodrigues, em seu estudo **“A proteção do patrimônio cultural – competências constitucionais municipais e o direito de construir regulado pela**

²³⁴ *Ibidem*. P.27/28

lei 10.257 (Estatuto da Cidade)”, traz uma instigante discussão sobre o papel do poder local e a sua importância na democracia constitucional. Segundo este autor o dever do município de salvaguardar os bens culturais e de preservar a identidade e as memórias do seu povo é mais palpável por este alcançar e envolver diretamente o cidadão. Assim ele expõe:

No município, por sua própria condição, por ser nele aonde residem os cidadãos, tem a capacidade de materializar, com maior eficiência, o disposto no artigo 216, parágrafo 10 da Constituição Federal, que atribui ao poder público, com a colaboração da comunidade, a proteção do patrimônio cultural.²³⁵

Desta forma, juntamente pela análise feita no segundo capítulo, pode-se afirmar que é na esfera municipal que o patrimônio cultural adquire sua forma democrática com processos participativos e coletivos, no qual o cidadão possui lugar para corroborar com a gestão e decisões governamentais. E, não apenas participar do processo através dos conselhos, o cidadão também consegue opinar e lutar pela inclusão das mais diversas formas de expressão que compõe a sociedade, abrangendo toda sua complexa heterogeneidade.

Assim, entendemos que se o poder público agir conjuntamente com a participação da comunidade, os mecanismos de proteção e fruição serão mais efetivos e democráticos conforme exposto nos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988. Garantindo assim aos cidadãos o direito à história, à memória e conseqüentemente ao patrimônio cultural.

Em Ouro Preto, assim como em outros municípios do estado de Minas Gerais, as políticas públicas referentes ao patrimônio cultural são acalentadas pelo ICMS cultural, como também já foi discutido no segundo capítulo. Entretanto por ser uma cidade com um histórico bastante extenso, observamos um atraso em relação à inclusão da população local nas decisões que dizem respeito à gestão e construção de políticas públicas culturais.

As políticas públicas culturais atualmente ficam a cargo da Secretaria de Cultura e Patrimônio, através do Departamento de Promoção Cultural e Patrimônio Imaterial e da Supervisão de Proteção e Pesquisa do Patrimônio Cultural e Natural. Logo, percebe-se que existem dois departamentos na mesma secretaria que lidam com o patrimônio cultural. Um responsável pelo patrimônio imaterial e pela promoção cultural, outro responsável pela proteção, seleção e pesquisa do patrimônio material.

²³⁵ RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **A proteção do patrimônio cultural – competências constitucionais municipais e o direito de construir regulado pela lei 10.257 (Estatuto da Cidade)**. Jus Navegandi, Teresina, 2002.

Desta forma, entende-se que burocraticamente os bens estão estabelecidos e meticulosamente divididos. O que nos faz repensar em toda teoria discutida sobre a questão de sua integralidade, material e imaterialidade. Na prática não apenas os separam, mas os colocam em lugares completamente distintos. Mais uma vez constata-se que a prática na maioria das vezes, segue em dissonância.

Mas voltando às questões participativas, entende-se que os Conselhos Municipais são os principais instrumentos que podem ser utilizados pelos cidadãos para se inserirem nos processos governamentais desta modernidade tardia. De acordo com historiador João Paulo Martins²³⁶, no Conselho Municipal de Política Cultural existem cinco cadeiras destinadas à sociedade civil, das quais quatro são eleitas através de assembléia pública. Já no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto são apenas três cadeiras destinadas a “representantes dos movimentos comunitários dos moradores dos bairros e dos distritos”²³⁷.

Mesmo sendo um número relativamente baixo considerando, por exemplo, que no COMPATRI são 20 componentes da mesa, já é um avanço na representatividade popular significativa. Isso reflete nos pedidos feitos pela comunidade, pois de acordo com a arquiteta da Supervisão de Proteção e Pesquisa do Patrimônio Cultural e Natural, Ana Paula Paixão, “à eleição dos bens culturais a serem tombados ou registrados, as aberturas dos processos foram em sua maioria, demandas vindas das comunidades locais”²³⁸. Quanto à gestão do patrimônio cultural municipal, a mesma acredita que “o COMPATRI possa ser identificado de fato como o único porta voz da sociedade na gestão e na definição das diretrizes para a formulação das políticas de proteção do patrimônio cultural.”²³⁹

Assim, podemos inferir que, mesmo a passos lentos, caminhamos rumo a uma política cultural mais democrática, diferente dos tempos de outrora, quando as decisões eram tomadas de cima para baixo sem ouvir a população realmente interessada. Quanto aos inventários foram muitas as questões levantadas, por se tratar do nosso objeto de estudo: a capela e a festa de Santa Quitéria; sendo assim buscamos compreender a sua efetividade.

²³⁶ Entrevista feita com o historiador da Prefeitura Municipal de Ouro Preto João Paulo Martins. Concedida no dia 27 de fev. de 2018.

²³⁷ Regimento Interno do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto. Disponível no site: www.ouropreto.mg.gov.br

²³⁸ Entrevista feita com a arquiteta da Prefeitura Municipal de Ouro Preto Ana Paula Paixão. Concedida no dia 28 de fev.2018.

²³⁹ *Idem.*

De acordo com Ana Paula Paixão, os inventários podem ser realizados a partir de uma demanda da própria comunidade, a partir de uma solicitação da equipe técnica, por consequências de processos judiciais, ou também por medidas compensatórias. Para ela, o inventário pode ser visto como instrumento de proteção uma vez que, produz e difunde o conhecimento sobre os bens culturais tanto materiais como imateriais existentes no município. Entretanto, a arquiteta adverte que mesmo os inventários sendo capazes de identificar de forma mais dinâmica o que é considerado patrimônio pelas comunidades: “os bens inventariados não possuem uma rotina de acompanhamento e gestão pela administração municipal como os bens tombados e registrados possuem”.²⁴⁰

Compreendemos, assim, que os inventários são importantes quanto à identificação das mais diversas manifestações e bens culturais que compõem a cidade e que, a partir desta classificação, o bem adquire uma relevância no quesito patrimônio cultural. Para a comunidade, sem dúvida, também já é uma forma de reconhecimento. Entretanto, para o bem em si não acalenta grandes transformações, uma vez que a efetiva proteção e salvaguarda permanecem restritas aqueles que recebem o tombamento e o registro.

Mesmo a comunidade, ou qualquer cidadão, podendo reivindicar o tombamento ou o registro de um bem cultural significativo para coletividade fica a cargo de uma equipe técnica municipal aceitar ou não a solicitação. Segundo Ana Paula Paixão, essa equipe elabora um parecer onde se demonstre a relevância para a realização do inventário conforme os valores ditados nos Livros de Tombo. A comunidade sem si não participa deste processo. De acordo com ela “o município ainda não conseguiu concretizar uma metodologia de inventário participativo. Por mais que haja uma grande aproximação dos membros da equipe técnica municipal com as comunidades locais, ainda são os técnicos que diagnosticam e determinam os bens a serem inventariados”.²⁴¹

Já em relação ao patrimônio federal e a descentralização dos bens culturais discutidos anteriormente, averiguou-se que de fato os bens localizados fora do “centro-histórico” urbano da cidade, pertencentes a distritos ou a bairros periféricos ainda permanecem às sombras das políticas culturais. Desta forma, Ana Paula relata:

Os bens tombados a nível federal localizados no distrito sede de Ouro Preto possuem, sem dúvida, maior projeção e visibilidade. Sendo assim, também possuem

²⁴⁰ *Idem.*

²⁴¹ *Idem.*

um numero maior de agentes de preservação que atuam sobre eles (lei de uso e ocupação, plano diretor, fiscalização de obras e posturas, dentre outros). Acredito que isso seja um fator que favoreça a manutenção de seus estados de conservação e uso, diferente do que muitas vezes ocorrem nos bens culturais localizados em distritos e localidades distantes da sede municipal.²⁴²

Observamos, assim, que diferentemente da gestão acima apresentada por Chauí de uma política descentralizada e mais democrática, conceitualizada como “cidadania cultural”, ainda permanece em fase primária, em formação. Pois, a comunidade possui espaço com a participação nos conselhos, no entanto, sua voz ainda não possui força suficiente para superar as influências políticas, interesses particulares e preferências técnicas.

Uma iniciativa recente e democrática da Secretaria de Cultura e Patrimônio que vale aqui ser contemplada é a realização de Fóruns Territoriais de Cultura. Estes Fóruns corroboram mais precisamente com as questões discutidas no item anterior sobre a democracia e o exercício de cidadania que abarca o patrimônio cultural. Pois, partindo do órgão público, esta ação busca viabilizar a participação popular na construção do Plano Municipal de Cultura.

O projeto surgiu no ano de 2016, quando se discutia as novas propostas para a realização da Conferência Municipal de Cultura. Segundo João Paulo Martins: “desde que o CMPC foi reativado, em junho de 2016, colocou-se como meta a realização da Conferência, a elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC) e a execução do Fundo Municipal de Cultura (FunCult)”²⁴³.

Para a realização de uma nova conferência, observou-se a falta de participação popular residente dos distritos e dos bairros mais afastados da sede. Desta forma, “surgiu à proposta de “levar” essa discussão sobre a realidade cultural da cidade como forma de facilitar e melhorar a participação social e construir propostas e metas que subsidiassem a elaboração do Plano Municipal Cultural”.²⁴⁴ Se a população ainda não possui consciência dos seus direitos e deveres, ou, se esta é dificultada pela distância e por outros empecilhos, fica a cargo da esfera pública despertá-la e ensiná-la. O que se pode perceber claramente com esta ação.

A Secretaria de Cultura e Patrimônio apóia práticas e manifestações culturais do município, especialmente de festejos tradicionais já consolidados no calendário cultural de

²⁴² *Idem.*

²⁴³ *Idem.*

²⁴⁴ Entrevista feita com o historiador da Prefeitura Municipal de Ouro Preto João Paulo Martins. Concedida no dia 27 de fev. de 2018.

Ouro Preto, mas também de outras manifestações como o congado e as bandas civis.²⁴⁵ Possui planos de salvaguarda de bens registrados e, anualmente, acompanha as manifestações, ajudando nas ações junto com seus detentores, contando com recursos provenientes do Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ouro Preto (FUNPATRI).

Concomitantemente a estas medidas, está sendo elaborado o Plano Municipal de Cultura pela Secretaria de Cultura e Patrimônio e pelo Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) que, “pretende orientar e formalizar as políticas culturais no município através de metas e objetivos para os próximos dez anos”.²⁴⁶ Este novo modelo de Plano Municipal de Cultura visa desconstruir o modelo vigente. Se antes uma ação era interrompida pela troca de prefeitos e mandatos, sendo a cultura pautada como uma política de governo, agora com este Plano Municipal pretende-se formular um projeto de lei tronando-a uma política de estado, independente de quem estiver no poder.

Assim, como os conselhos, esta é mais uma iniciativa que caracteriza uma política pública voltada aos anseios da população. Se os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 elevam a sociedade como detentora de direitos e deveres culturais, é primordial que os agentes públicos busquem inseri-la no processo efetivamente. Como no Brasil o ato de cidadania ainda é restrito a uma pequena minoria, fica a cargo das autoridades locais construir pontes para que esta consciência seja de fato despertada.

Se todos possuem direito a terem sua cultura, à memória e a sua história representadas e reconhecidas, o patrimônio cultural tem o dever de englobar todos os bens e manifestações culturais significativas para coletividade. Seus valores não mais recaem em seus excepcionais aparatos artísticos ou sentidos históricos, mas sim no valor que a comunidade despende para o mesmo. Preservar é um exercício de cidadania, mas sem o apoio técnico e financeiro do Estado é impossível mantê-los em sua integralidade.

²⁴⁵ *Idem.*

²⁴⁶ *Idem.*

Parte II

Memorial:

“Educação e Patrimônio”

Proposta de 2ª Edição do Livro –

“Entre as Montanhas de Minas: o Patrimônio de Rodrigo Silva”

Oficina – “Patrimônio material e imaterial ou vice-versa: (re) conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria”

1: Apresentação

O saber deve ser como um rio, cujas águas doces, grossas, copiosas, transbordem do indivíduo, e se espriem, estacando a sede dos outros. Sem um fim social, o saber será a maior das futilidades.²⁴⁷

A segunda etapa desta dissertação é composta pela parte prática – vista aqui como um exercício de cidadania e de transformação social – como uma das exigências para formação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Essa modalidade, “Mestrado Profissional”, foi regulamentada pela Portaria 80/1998 e enfatiza estudos diretamente voltados ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. Ela também atende a uma necessidade de capacitação profissional de natureza diferente daquela propiciada pelo mestrado acadêmico. Seus objetivos dentre outros é o desenvolvimento de atividades e trabalhos técnico-científicos com temas de interesse público, identificando potencialidades para atuação local, regional, nacional e internacional por órgãos públicos ou privados²⁴⁸.

Sendo assim, realizamos essa ação junto à comunidade do distrito de Rodrigo Silva, por ser o centro da nossa pesquisa teórica e por eu trabalhar desde o ano de 2010 com atividades ligadas à Educação Patrimonial com os alunos do 6º ao 9º ano, na Escola Municipal Dr. Alves de Brito. Vale aqui relatar que em 2012, o Governo Federal na gestão da presidenta eleita Dilma Rousseff, lançou o Programa intitulado “Mais Cultura nas Escolas”²⁴⁹, uma parceria entre o Ministério da Cultura e da Educação, disponibilizando recursos para ações culturais que fossem desenvolvidas em ambientes públicos escolares. Como já desenvolvíamos um projeto com as características exigidas, nos inscrevemos no programa e fomos aceitos. A partir daí, os encontros que antes eram realizados esporadicamente e com muitas dificuldades, foram sistematizados e inclusos no calendário escolar, através da participação efetiva no Programa Mais Cultura nas Escolas.

²⁴⁷ Gilberto Freyre em discurso de "**Adeus ao Colégio**", novembro de 1917.

²⁴⁸ Mestrado Profissional. Fundação CAPES Ministério da Educação.

²⁴⁹ Trata-se de uma ação em parceria com o Ministério da Educação, regulamentada por meio de resoluções publicadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, órgão de origem dos recursos. Os projetos inscritos no Mais Cultura nas Escolas deverão ser uma ação conjunta entre as escolas, artistas e/ou entidades culturais, que elaborarão o Plano de Atividade Cultural da Escola, com o objetivo de aproximar práticas artísticas e culturais do fazer pedagógico das escolas. Acessado em www.cultura.gov.br/maisculturanasescolas.

A diretora na época, Glayse Mara, acompanhando o desenvolvimento do Projeto nos propôs produzirmos um livro para compartilharmos todas as ações e descobertas feitas durante os trabalhos. Assim, ao longo dos anos foram acumulados registros, histórias, lendas, para posteriormente lançarmos um livro que refletisse um pouco do Projeto Mais Cultura.

No entanto ao iniciar a construção do livro, percebemos a falta de informações e registros escritos do passado de Rodrigo Silva, fato que nos levou a garimpar nos arquivos de Ouro Preto em busca de fontes que nos levassem a conhecer o início de formação do distrito e sobre o processo de formação dos bens culturais. Mas vale aqui ressaltar que dois estudos nos foram essenciais para um ponto de partida: o livro do professor Alex Bohrer “Ouro Preto: um novo olhar” e o Dossiê de Tombamento Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva, produzido pelo historiador Bernardo Andrade, a pedido da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Logo no início, deparei-me com a capela de Santa Quitéria, o único remanescente do primeiro povoamento de Rodrigo Silva. Curiosa, passei a frequentar as festas em sua homenagem. Nestas ocasiões, observei como aquela manifestação cultural tradicionalmente viva nos dias atuais possuía séculos de efervescência religiosa. Posso afirmar que foi a partir desta vivência com o Programa Mais Cultura que surgiu o desejo em pesquisar e aprofundar sobre este patrimônio cultural de Rodrigo Silva, exposto e discutido na parte dissertativa deste estudo.

No ano de 2015, finalizando os recursos do Programa, publicamos então o livro intitulado “Entre as Montanhas de Minas: o Patrimônio de Rodrigo Silva”, no qual narramos as ações, memórias e histórias que nos foram contadas, recontadas e descobertas sobre o distrito e seus bens culturais ao longo dos anos. No entanto, como agia de forma autônoma, seguindo as cartilhas do IPHAN e lendo os artigos ali publicados, mas sem aprofundamento teórico no assunto (pois lecionar em um período, elaborar e desenvolver oficinas práticas consumia todo o tempo “livre”) o livro foi lançado com muito equívocos.

Como minha formação é em História e Restauração de Obras de Arte, a atenção antes do Mestrado se voltava aos problemas estruturais e físicos dos bens que, a meu ver, carregavam valores históricos e artísticos imprescindíveis para a memória de Ouro Preto, e, para isso deveriam ser conservados com a sua originalidade e integralidade.

Em 2016, ingressa no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania meu olhar despertou-se para novas questões não apenas acadêmicas, mas da realidade do patrimônio cultural como um todo. Com o amadurecimento advindo com as

disciplinas, pude compreender que não apenas os bens em seu caráter físico eram importantes, mas toda a dimensão simbólica, incluindo principalmente o valor imaterial e o sentido social que lhes são atribuídos.

Com todo exercício que nos exige a construção de uma dissertação e com a pesquisa teórica aprendida nas aulas, pude constatar que a dissonância entre a teoria da academia e a realidade colocada em prática pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio, seguem em pleno descompasso.

Para a elaboração do projeto de pesquisa, muitas vezes fui questionada sobre o que de fato eu pretendia estudar: o patrimônio material, focado na capela ou o patrimônio imaterial, representado pela festa. Mas se antes meu interesse recaía sobre a capela, quanto mais eu lia a bibliografia acerca do patrimônio cultural e adentrava no assunto, confrontando com o objeto de estudo por mim escolhido, ficava claro que eu não poderia desenvolver uma questão separada da outra. Sendo assim, eu não teria como focar em um único sentido patrimonial, meu desafio era processar algo que abraçasse toda a sua dimensão, tanto material como imaterial.

Antes do Mestrado, quando iniciei o Projeto Mais Cultura os conceitos eram ainda limitados pela minha formação, não eram bem definidos e posso exemplificar aqui com a ideia de “inventário”. Nas minhas ações, o inventário já era visto como um atestado de patrimônio. Não compreendia como um bem era inventariado e não recebia o tão honroso título. Este fato como muitos outros, me foi sendo esclarecido através das disciplinas cursadas e entrevistas feitas com membros do governo municipal.

Quanto à história do distrito de Rodrigo Silva, não imaginava quando comecei a lecionar e a desenvolver o Projeto Mais Cultura, que seria tão difícil de ser encontrada. No meu ingênuo imaginário de uma recém-formada, as memórias de uma cidade intitulada Patrimônio da Humanidade seriam facilmente registradas e resguardadas em algum canto. Mas para a minha surpresa, a história de Rodrigo Silva ainda não tinha sido inclusa nas grandes obras sobre Ouro Preto. Desta forma, os dois estudos acima mencionados foram de extrema relevância para termos uma direção.

A partir desta constatação e com os estudos que nos foram apresentados no Mestrado, pude compreender com veemência que tanto as memórias, como as histórias e o próprio patrimônio cultural são escolhidos, minuciosamente selecionados e manipulados por homens, geralmente de uma classe dominante que detém esse poder. Assim, as primeiras discussões

propostas na dissertação rondaram por este viés, de entender como o patrimônio cultural de Ouro Preto foi atribuído às grandes obras da sede e excluído o que representava as comunidades nos distritos, no nosso caso, o distrito de Rodrigo Silva.

Nosso intuito foi de demonstrar como a história e o patrimônio de Ouro Preto vão além do seu “centro-histórico”. Assim compreendemos como essa ideia por séculos enraizada ainda resistente, dificulta para a abertura de novos conceitos que integram o patrimônio, como o imaterial e natural. Também não podemos deixar de perceber que os interesses pelos estudiosos da área e pelos turistas tão focados nos bens materiais existentes na sede, faz com que todas as outras manifestações se tornem insignificantes, influenciando de maneira direta nas ações dos órgãos governamentais.

Desta forma, marginalizados e na maioria dos casos esquecidos, as memórias, histórias e patrimônio cultural das comunidades desprovidas de interesse econômico estão claramente abandonados e entregues à própria sorte. Vimos que os bens inventariados pelo poder municipal e, mesmo aqueles institucionalizados como patrimônio, seguem sem apoio técnico e financeiro para serem preservados. Rodrigo Silva reflete um típico (des) caso das políticas públicas culturais.

Assim, quando propomos esta ação prática de re-editar o livro com mais informações e, incluir as oficinas agora desenvolvidas sobre o objeto de estudo em questão: a capela e a festa de Santa Quitéria, almejamos democratizar este conhecimento. Diferentemente da primeira edição, nosso intuito aqui não é apenas difundir o livro para os alunos da escola, mas apresentar a todos os moradores do distrito e aos interessados o trabalho construído acerca das memórias, histórias e do rico patrimônio cultural existentes em Rodrigo Silva.

Uma segunda edição do livro poderia esclarecer questões que ficaram soltas ou mal colocadas, com uma melhor escrita como fruto do amadurecimento que obtive com o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Além disso, poderíamos inserir nossas ações educativas, agora focadas em mais um bem cultural pertencente ao distrito e, assim, contribuir no processo de desenvolvimento da Educação Patrimonial como ferramenta possível para conservação e preservação do nosso patrimônio cultural.

É válido também relatar que quando iniciei os estudos acadêmicos sobre a capela e a festa de Santa Quitéria, não apenas pesquisei em bibliografias, mas acompanhei toda a preparação e organização da festa como um exercício antropológico. Minha atenção ao

presenciar os encontros se voltava para aquela pequena e humilde construção e, ao mesmo tempo, a forte comoção ali compartilhada em torno da imagem da Santa, que era trazida da Paróquia do Pilar, exclusivamente para aquela ocasião.

No entanto agora, com o distanciamento necessário no ano de 2017 busquei compreender os significados e nuances por detrás da fé. Com um olhar mais cético, constatei como é dispendioso organizar, preparar, desenvolver e manter uma tração cultural sem apoio de órgãos governamentais ou de entidades públicas.

Todas as dificuldades, não apenas financeiras, mas de locomoção, conservação e mesmo de entendimento social entre os membros participantes são bastante complexas, mesmo em se tratando de uma pequena comunidade. Mas a obstinação pela realização da festa por algumas mulheres moradoras do distrito, que foram carinhosamente aqui denominadas de “Quitérias”, ultrapassa todos os empecilhos entrepostos ao longo do trajeto.

Desta forma, é válido também aqui ressaltar que com o apoio delas e da diretoria da Escola Municipal Dr. Alves de Brito conseguimos desenvolver mais uma ação que será adiante apresentada, como parte integrante do Projeto Mais Cultura. Em cada oficina desenvolvida durante os anos trabalhados com o Projeto, focávamos em um bem cultural para que a compreensão pudesse ser a mais completa possível. E, para a elaboração desta prática atribuída ao Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, propomos a segunda edição do livro incluindo a última oficina realizada centrada na capela e na festa de Santa Quitéria.

A tecnologia como uma ferramenta possível desta modernidade tardia, foi usufruída de forma positiva, como meio de comunicação acessível, na qual o envolvimento dos jovens com a sua história e o diálogo destes com os guardiões da memória e da tradição local, podem também contribuir para a preservação do patrimônio. Seguindo por esta linha, um dos objetivos desta ação foi desenvolver uma oficina com os alunos e, ao final de todas as atividades diárias, produzirmos um conjunto de registros midiáticos com fotografias, textos e vídeos, buscando representar os diversos olhares sobre a capela e a festa de Santa Quitéria, especificadamente por serem nossos objetos de estudo.

Outra questão relevante que vale desde já ser mencionada é que nesta ação buscamos fazer uma ponte mais direta entre os guardiões locais e o público mais jovem, despertando-os e envolvendo-os nos processos de preparação da festa e do cuidado com a preservação da capela. Uma demanda que partiu da própria comunidade, pois, conversando com as

“Quitérias”, esse desejo nos foi revelado, uma vez que elas se preocupam com a continuidade e com o futuro tanto da festa quanto da capela, já que ambas ainda não foram institucionalizadas como patrimônios de Ouro Preto. Desta forma, não possuem apoio e nem cuidados para sua efetiva preservação.

Expondo um pouco do dilema que não difere de muitos outros bens culturais atuais: os jovens não mais se vêem como sujeito ativo dessas expressões, e, com o passar do tempo deixam de acompanhá-las. Cada ano que se passa, confessou-nos uma das organizadoras, menos os jovens comparecem para celebração. E, de fato, ao longo dos anos frequentados, pude notar que a festa é composta em sua maioria por idosos.

Considerando que a capela fica abandonada, localizada no antigo arraial da Boa Vista a alguns quilômetros do núcleo urbano de Rodrigo Silva e que apenas no dia da festa de Santa Quitéria ela reabre e recebe os fiéis, assim como a escultura da Santa Padroeira, podemos inferir que é este o único momento em que a comunidade se apropria do espaço, celebrando e sociabilizando através de uma memória que dura há pelo menos 200 anos.

Fato este responsável por manter a capela erguida com uma função social e coletiva. Desta forma, podemos dizer: não existiria mais a capela se não houvesse a festa e, sem a festa, não existiria mais a capela. Por isso o anseio das “Quitérias” em aproximar os jovens, por isso à importância de sua continuidade e transmissão às gerações futuras.

Desta forma, com as ações práticas aqui apresentadas de desenvolvimento da oficina e de re-edição do livro, seguimos vislumbrando um futuro positivo e promissor para salvaguarda do patrimônio cultural de Rodrigo Silva. Pois, se o objetivo principal na primeira edição foi disponibilizar para os alunos da escola, fontes e referências escritas sobre o distrito, transmitindo e compartilhando saberes, nesta segunda edição, o objetivo será disponibilizá-lo para toda a comunidade e interessados em saber um pouco da história de Ouro Preto, além de seu “centro-histórico”.

Com a oficina, acreditamos que a Educação Patrimonial utilizada como ferramenta de transformação social eficaz para mudar o estado de abandono dos bens culturais esquecidos pelo poder público, tornando-os reconhecidos, acessíveis e mais democráticos. Sendo assim, tanto a oficina como a segunda edição do livro podem ajudar na aprendizagem para os mais novos, e de registro memorial e apoio para os mais velhos. Lembrando que todos possuem o direito de terem suas memórias, histórias e bens culturais difundidos e principalmente preservados.

Deixamos esclarecido que o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania nos contempla com subsídios, aportes técnicos e teóricos para o desenvolvermos de tais ações. Desta forma, interligando o que foi aprendido em sala de aula com a construção da parte dissertativa, narramos adiante a teoria e a metodologia utilizadas para a oficina sobre a capela e a festa de Santa Quitéria e para a construção (em anexo) da segunda edição do livro.

Assim como o patrimônio cultural passou a ser visto de sua dimensão material para sua natureza imaterial, passamos por uma transformação ao longo do processo das disciplinas cursadas e das pesquisas feitas para este estudo. E, levar toda essa bagagem para os alunos do ensino fundamental, tentando desmitificar aquilo que para eles, assim como também o era para mim, consagrados como patrimônio cultural é tarefa primordial para o sucesso das nossas ações.

Ressaltamos que desde o início se buscou trabalhar com a ideia de que as suas memórias e bens culturais também são importantes e relevantes para a construção da história de Ouro Preto. Entretanto como as políticas públicas ali não são efetivas, seus bens abandonados se deteriorando dia após dia, a realidade vivida no distrito não condizia com as expectativas plantadas. Convencê-los sobre a sua salvaguarda e preservação é algo que deve ser sistematizado e contínuo para alcançarmos os efeitos positivos. O que podemos minimizar com as ações educativas e com a segunda edição do livro aqui apresentados.

2: Reflexão teórica

As reflexões teóricas partiram de muitas inquietudes que envolvem a prática do patrimônio cultural na nossa contemporaneidade. Buscando demonstrar que a memória da cidade de Ouro Preto foi construída por certos grupos sociais que determinavam o jogo, utilizando a expressão de Civalde, de “luzes e sombras”²⁵⁰ para sobressaírem, buscamos mostrar que democraticamente, todos possuem direito à memória, a serem reconhecidos e representados através de seus bens culturais.

Como muitos estudiosos atuais defendem a história de Ouro Preto não está apenas no “centro-histórico”, mas em todos os morros e distritos da cidade. Destacamos aqui os trabalhos do Prof. Alex Bohrer²⁵¹ e de todos os outros citados no decorrer deste estudo. Mesmo não atraindo os holofotes da indústria cultural e quase sempre subalternizados pelo poder público, o patrimônio representativo das classes desfavorecidas, suas histórias e memórias ainda caminham na corda bamba de sombrinha.

A ideia de diversidade, expressa também na Constituição Brasileira de 1988, incorpora além do “pedra e cal”, os bens populares, imateriais e naturais como patrimônio cultural. Com o suporte da antropologia, sociologia, geografia e de outras ciências, os conceitos e as práticas patrimoniais se alargaram, iluminando uma história que vai além dos documentos oficiais e das grandes obras. Contudo percebemos que a prática ainda segue resistente.

Neste sentido, observa-se que é preciso compreendê-los em sua totalidade, como parte de um processo cultural que envolve múltiplos sentidos e sujeitos, embates e lutas por representações. A escolha patrimonial demonstra claramente as disputas de poder que envolvem os discursos para preservação dos bens culturais. Estes “lugares de memória”, escolhidos, conseqüentemente, produzem elementos e interpretações que contribuem para a formação do imaginário e da memória coletiva.

Compartilha-se aqui a ideia de que é preciso pensar o patrimônio como forma de dominação e de poder. E, pelo fato de ser determinada por homens, essa escolha é conflituosa, cheia de interesses, imparcialidades e, como tudo a nossa volta, é também contaminada pela lógica do mercado capitalista. Sendo assim, permanece em um campo tênue entre a teoria desenvolvida e a aplicabilidade. Lembrando Jacques Le Goff o patrimônio é consciente ou

²⁵⁰ CIVALE, Leonardo. *Op. cit.* P.134-148.

²⁵¹ BOHRER, Alex Fernandes. *Op. cit.*

inconsciente, é uma escolha da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.²⁵²

Observa-se que o processo percorrido pelo patrimônio se fez ao longo da história através da repetição e de forma obrigatória, na maioria dos casos promulgados pelas classes dominantes. Sendo assim, entende-se que é neste período democrático que os espaços se abrem para os mais diversos atores e discursos sociais, que lutam para preservarem suas memórias, suas histórias e seu patrimônio.

José Newton de Menezes²⁵³ propõe um método interpretativo, a fim de integrar os valores atribuídos e as questões (muitas vezes antagônicas) que envolvem o patrimônio. Para ele é necessário investigar e aprender; documentar e interpretar; intervir e preservar; informar e difundir. Desta forma, considerando a inclusão e não a exclusão social, nossa proposta é seguir pelo método interpretativo e por uma visão integrada do patrimônio.

Caminhando por estes passos, acreditamos ser possível transformar o patrimônio, tornando-o reconhecido tanto pelos jovens da comunidade local, como pelos estudiosos e pelas autoridades. Pois, de acordo com Menezes: “Um planejamento interpretativo, interdisciplinar e integrado, possibilita a democratização do conhecimento sobre o patrimônio de uma população ou grupo social”²⁵⁴.

Partimos assim do pressuposto de que os indivíduos têm o direito de acesso à sua própria cultura, à sua história, firmando assim uma identidade e desenvolvendo uma memória coletiva por meio do exercício da cidadania. Nas últimas décadas, observa-se a dificuldade dos órgãos públicos de acompanharem as rápidas transformações e o alargamento do significado de patrimonial. Desta forma, é preciso buscar um equilíbrio entre os papéis dos Estados, dos municípios, da comunidade, da escola e dos setores privados, investindo em uma rede ampla de proteção e valorização dos mais diversos bens culturais que compõem nossa sociedade.

Ressalvamos na dissertação e nas oficinas desenvolvidas no Projeto Mais Cultura que a história de Minas Gerais vai além dos documentos oficiais e das grandes obras do período barroco, privilegiadas por representarem o passado de uma elite colonial, por estarem nos centros históricos urbanos e por serem tombadas, registradas e consagradas como legítima

²⁵² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas – São Paulo. Editora: Unicamp. 1990. P. 472.

²⁵³ MENEZES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. P.56.

²⁵⁴ *Ibidem*. P. 57.

identidade nacional. Os bens representativos das classes mais simples e rurais, constantemente esquecidos, marginalizados, ou apenas inventariados, apesar de não fazerem parte dos fatos memoráveis da história oficial, também pertencem ao passado.

Constatamos que a negligência das políticas públicas, principalmente no que diz respeito às comunidades rurais, sempre marginalizadas e às sombras²⁵⁵, acabam colocando em risco a vivacidade dos bens. Sem o seu devido reconhecimento vão desaparecendo nas brumas do tempo.... Acreditamos assim, que os mais diversos bens culturais, bem como os consagrados como os não consagrados pelo poder público, tanto os de natureza material como imaterial e natural, deveriam ser preservados de forma integrada.

Sabendo que a ideia de patrimônio é construída e dependente de políticas públicas, em nossos encontros foram abordadas questões históricas conceituais, políticas e sociais, tendo como palavras-chave: patrimônio material e imaterial; tombamentos e registros; memória e história; restauração, conservação e preservação.

Buscamos assim levar essas temáticas aos indivíduos, jovens desta modernidade tardia, que se distingue por possuir uma identidade descentralizada, fragmentada, fluida e muitas vezes em crise. Segundo Hall, a sociedade atual “(...) por definição sociedades de mudanças, constantes, rápidas e permanentes”²⁵⁶. Concordamos com este sociólogo jamaicano, não há como pensar em modernidade sem pensar em velocidade e em avanços tecnológicos, o que acarreta significativas mudanças na relação desse sujeito com seu espaço-temporal.

Esse período, embalado pelo desenvolvimento das ciências e da tecnologia, acarreta na diminuição das barreiras físicas. Com destaque a internet, que transforma diariamente o sujeito desse tempo e forma uma “sociedade em rede”²⁵⁷. Desta forma, estamos interligados mundialmente, fenômeno conhecido como “globalização”, no qual se caracteriza por um complexo processo de transformações que atravessam fronteiras nacionais.

Entretanto, os frutos que colhemos são complexos. Causam ações e reações, se excluem e se completam, de forma positiva e negativa. À guisa de reflexão, a globalização ao mesmo tempo em que mostra o mundo e com ele todas as suas possibilidades, aumentando assim o nosso campo de experiência, causa no indivíduo uma crise de identidade que o leva a

²⁵⁵ Ibidem. p.13.

²⁵⁶ HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. P.14.

²⁵⁷ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. KlausBrandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. P.26

questionar o seu modo de ser e estar no mundo. Quanto mais esse fenômeno é sentido, mais observamos a resistência das comunidades locais de afirmar e garantir suas raízes.

Nessa dialética entre o global e o local, o geral e o particular, a “patrimonialização” surge como uma reação a todo esse processo, buscando frear a dissolução causada pelo tempo tão voraz. Na modernidade tardia como tudo é fluido, onde se cumpre a profecia de que tudo que é sólido se desmancha no ar²⁵⁸, as transformações acontecem com uma velocidade acelerada, acarretando no medo da perda, do esquecimento e do desaparecimento.

Em contrapartida, as identidades nacionais, municipais ou de grupos particulares estão sendo cada vez mais reforçadas, de forma a se equilibrarem e a resistirem em meio ao furacão de mudanças. Sendo assim, a cultura e junto com ela seus bens culturais, ao mesmo tempo em que são usados pela lógica capitalista são também usados como forma de resistência das classes subalternas. Observa-se que, quando são consideradas as suas particularidades e prioriza o seu desenvolvimento sustentável, o patrimônio pode permitir aos mais diferentes grupos da sociedade a reconstrução do passado, um presente inteligível e a possibilidade de um futuro mais justo.

É válido ressaltar, que essa é uma sociedade de consumo e a par disto, criam-se indústrias culturais com produtos fabricados para serem difundidos e vendidos. Os centros urbanos das cidades históricas são terras férteis para o desenvolvimento da indústria de turismo, sendo assim foram e ainda são, contemplados como sendo o legítimo patrimônio. Visando o aumento dos turistas, são inventados os mais diversos estímulos com animações, espetacularizações, souvenirs, dentre outros artefatos que podem transformar em bem ou em um mal eminente, tanto para o patrimônio quanto para a comunidade na qual ele está inserido.

O sociólogo alemão Georg Simmel, interpretou as reações do homem na modernidade tardia frente ao seu espaço, se atendo no meio urbano. Seguindo sua teoria, o indivíduo moderno que por ventura seja incapaz de reagir a tantos estímulos, reproduz ao que ele chamou de “atitude *blasé*”²⁵⁹. Essa atitude, ou melhor, a falta dela, reflete na superficialidade das relações interpessoais modernas e na indiferença do sujeito com o seu entorno. Por ser

²⁵⁸ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 10a. Ed., São Paulo: Global, 2006. P.14.

²⁵⁹ MORAES, Carla Gisele Macedo S. M. **Impressões da cidade moderna: a constelação de significados de Georg Simmel, entre a vida do espírito e a modernidade ininterrupta**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 36, dez/ 2013. P.867.

modificado diariamente, o espaço urbano se torna efêmero e distancia cada vez mais “o que somos daquilo que fomos”.²⁶⁰

Ancorados pelo “discurso de perda”²⁶¹, o processo patrimonial se fez ao longo da história através da repetição constante e de forma obrigatória, geralmente promulgados pelas classes dominantes. Entretanto, neste período tardio, abrem-se espaços para os mais diversos atores sociais que lutam para preservarem suas relíquias.

Como se buscou demonstrar na parte I, o processo de patrimonialização é também um fenômeno de democratização característico da modernidade tardia, que dá voz aos excluídos da memória nacional, com direitos e instrumentos legais para ocuparem seus lugares. Caminhando por este eixo, percorremos por algumas discussões centrais mais amplas sobre o patrimônio no mundo ocidental e verticalizamos nossa reflexão na Capela e na Festa de Santa Quitéria.

As teorias sobre a temática patrimonial vêm sendo formuladas sistemicamente na Europa desde o século XVIII, após a Revolução Francesa. Nesse momento, os monumentos e obras de arte foram vistos como sinônimos da nobreza, de um passado que não lhes pertenciam ou que sim, mas que lutariam para apagá-lo. Desta forma, os patrimônios materiais acabaram por sofrer grandes danos, foram sendo devastados, descaracterizados, saqueados... E em meio a essa agitação revolucionária se promoveu a ideia de nação, de cidadania e república, inaugurando um novo tempo histórico.

Surgiu aí um discurso preservacionista da nova classe burguesa, que muda o modelo econômico, político e social por séculos vigentes e passa a ver as obras da nobreza como monumentos, como uma herança daquele povo que se formava. Esses monumentos classificados como históricos e artísticos, foram então utilizados como a materialização da ideia de nação, com o propósito de se construir uma identidade nacional e para formação de um Estado homogêneo e coeso.

Viollet-le-Duc e John Ruskin foram dois estudiosos com teorias e ações polêmicas, mas que caracterizam esse primeiro momento de incertezas e experiências acerca das melhores formas de se preservar o patrimônio. Resumidamente, Viollet-le-Duc era um arquiteto francês e trabalhou grande parte de sua vida na Comissão das Artes e Edifícios Religiosos. Ele acreditava que cada período teria o seu valor próprio, sendo assim, o ato de

²⁶⁰ LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado?** São Paulo. 1998. P.83.

²⁶¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Op. cit.*

restaurar também caracterizaria um fato histórico. Este pensamento denominado por ele de “duplicidade histórica”, parte do pressuposto de que cada momento é importante e compõe a história e a identidade do patrimônio.

Sua teoria da restauração fora baseada em estudos arquitetônicos, no qual idealizava uma teoria racional, coesa e dogmática. Observando o contexto por ele vivido, suas formulações teóricas e seus aspectos inovadores são ainda bastante atuais. Em sua maneira de restaurar levou a cabo as grandes intervenções que “corrigiram” o que julgava ser defeituoso, pela busca incessante da pureza do estilo, o arquiteto e restaurador chegou a fazer grandes reconstituições, ou mesmo reconstruções, que excediam o limite entre a obra, o artista e o restauro.

Dizia ele: “A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.”²⁶² A preocupação recaía nos aspectos materiais e estéticos do monumento, e, não em mantê-lo íntegro, respeitando o espírito de sua época. Por se portar como um continuador das artes, Viollet-le-Duc foi excomungado do campo da restauração, em teoria.

Já John Ruskin viveu na Inglaterra no momento em que as grandes revoluções industriais ocupavam e direcionavam sua sociedade. De família puritana, lutou contra as injustiças sociais e pelo descaso para com a natureza, que se acentuava cada vez mais com o “progresso” decorrente da era industrial. Em seu livro *A Lâmpada da Memória*, volta-se para a arquitetura mais simples (como os chalezinhos dos Alpes e as moradias rurais da França) por possuírem, um caráter santificado e familiar. Para ele o valor simbólico é o que daria sentido a existência e sua permanência na terra, diferentemente de Viollet-le-Duc, não por ser esteticamente valioso, mas por manter seu sentido histórico com o passar do tempo é que se justificaria a preservação dos monumentos.

“E se de fato houver algum proveito em nosso conhecimento do passado, ou alguma alegria na ideia de sermos lembrados no futuro, que possa fortalecer o esforço presente, ou dar alento a presente resignação, há dois deveres em relação à nossa arquitetura nacional cuja importância é impossível superestimar: o primeiro, tornar a arquitetura atual histórica; e o segundo, preservar, como a mais preciosa de todas as heranças, aquelas das épocas passadas.”²⁶³

²⁶² VIOLLET-LE-DUC, Eugene Emmanuel. **Restauração**. Apresentação e tradução Beatriz MugayarKuhl; revisão: Renata Maria Parreira Cordeiro – 3. Ed. – Cotia, SP, 2006. P.29.

²⁶³ RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys MugayarKuhl. – Cotia SP: Ateliê Editorial, 2008. P.55

Ruskin não restaurou por motivos estéticos, mas por motivos funcionais e mais, entendia que as mudanças deveriam acontecer de forma gradativa e não de maneira repentina e devastadora, pois o que os arquitetos faziam era uma “destruição com o nome de restauração”²⁶⁴. A ideia acerca da “sublimidade” é base das suas teorias, uma vez que só é alcançada através da longa-duração e com os elementos originais que compõem a história da obra.

Segundo Ruskin, os valores e laços identitários de um monumento eram formados através do tempo e desta maneira concluiu: “É preferível a obra mais rude que conta uma história ou registra um fato, à mais rica sem significados”.²⁶⁵ Foi visto por muitos como radical e extremamente preservacionista. Entretanto suas teorias são relevantes e inovadoras no momento em que valoriza o sentido imaterial do monumento e sua historicidade, e questiona a relação do homem moderno com o meio ambiente natural e o seu entorno construído.

Já o italiano Camilo Boito, arquiteto e historiador, reformulou as vertentes anteriores e enunciou sete²⁶⁶ princípios fundamentais para a restauração e preservação dos monumentos, dando início ao “restauro filológico”. Este enfatizou o valor documental do monumento histórico, defendendo a restauração como um mal necessário, onde o restaurador deveria se portar como um cirurgião médico e a obra seu paciente. Se Viollet-le-Duc enfatizou o aspecto estético como condição para um monumento ser preservado e Ruskin seu aspecto histórico, Camilo Boito não os mediu. Em seu livro *Os Restauradores*, conferência feita na exposição de Turim em 07 de junho de 1884, observamos os aspectos artísticos e históricos abordados de uma maneira integrada e equilibrada. Segundo ele: “para bem restaurar é necessário amar e entender o monumento, seja estátua, quadro ou edifício, sobre o qual se trabalha, e do mesmo modo para a arte antiga e em geral”.²⁶⁷ Contrapondo as artes eruditas e eurocêntricas, Boito igualou todas as artes e abriu caminhos para a Teoria da Restauração Moderna.

²⁶⁴ Ibidem, p.79.

²⁶⁵ Ibidem, p.63.

²⁶⁶ Seus 7 princípios: ênfase no valor documental dos monumentos, evitar acréscimos e renovações, os complementos das lacunas deverão ser feitos com materiais diferentes, respeito as diversas fases do monumento, consolidar o necessário, registrar toda obra, e por fim, colocar uma lápide identificando e demonstrando o processo da restauração.

²⁶⁷ BOITO, Camillo. **Os restauradores**: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. trad. Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. P. 31.

Outro italiano que merece ser referido é Cesare Brandi, respeitável nome da restauração da atualidade. Este viveu no período pós-guerra e foi fundador e diretor durante décadas do Instituto de Restauo em Roma. Brandi se referiu à obra de arte como sendo um produto especial da atividade humana, o que o diferencia do objeto comum feito em série e repetitivamente. Para resolver essa questão ele aponta o conceito de “juízo de valor”, seguindo o propósito de que cada obra possui suas particularidades, cada qual é única e deve ser estudada como tal. Sendo assim, os critérios a serem estabelecidos para uma possível restauração devem ser específicos, detalhados e sem generalizações.

Defendeu a ideia do “restauro crítico”, embasado no reconhecimento da obra de arte, buscando aproximar a restauração do processo científico.²⁶⁸ Sua teoria delineou novas perspectivas de conhecimento para a restauração, sendo a base das políticas preservacionistas atuais e da deontologia da restauração. “(..) entende-se por restauração qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana”.²⁶⁹

Das polêmicas e ambiguidades surgidas acerca dessas teorias abordadas e das muitas ações experimentais de restauro, sentiu-se a necessidade de elaborar normas técnicas-jurídicas e também de especificar os fundamentos teóricos, que acertariam as diretrizes e dariam soluções equilibradas ao patrimônio. Sendo assim, no decorrer do século XX foram criadas as Cartas de Restauo²⁷⁰ que são fontes utilizadas para a preservação dos mais diversos bens culturais. O seu conteúdo não equivale a leis rigorosas, mas recomendações que podem e devem ser adaptadas dependendo da realidade de cada país. À guisa de reflexão e de sistematização nos ocuparemos aqui em pontuar algumas questões dos muitos encontros internacionais, considerados relevantes em nossas ações no Projeto Mais Cultura.

Foi em outubro de 1931 que aconteceu a Conferência Internacional de Museus, disposta a discutir e traçar os caminhos da “Restauração e Conservação de Monumentos Históricos e Artísticos”, criando a primeira Carta de Restauo, conhecida como a Carta de Atenas. Nela foram considerados apenas aqueles monumentos de natureza material, com caráter excepcional e escolhidos por seus valores históricos e artísticos para representarem a memória nacional.

Pontuaram a importância da conservação permanente como meio de assegurar sua preservação, evitando passar por um processo de restauro, mas caso fosse preciso os materiais

²⁶⁸ Respeitando três princípios fundamentais: distinguibilidade, reversibilidade e a mínima intervenção.

²⁶⁹ CESARE, Brandi. **Teoria da Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. P.25

²⁷⁰ Todas as Cartas de Restauo encontram-se disponíveis no site do Iphan: iphan.gov.br.

e as técnicas modernas deveriam ser empregados e diferenciados, evitando assim a cometer o falso artístico e o falso histórico.²⁷¹ No que concerne a esculturas monumentais, considerou uma lástima retirá-las do seu lugar de origem, mas quando fosse o caso deixar uma espécie de molde ou réplica no lugar. Lembrando que naquele momento discutiam sobre a técnica por anastilose, a fim de restaurar os monumentos da Acrópole de Atenas.

Em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos, incorporaram algumas novas diretrizes e criou-se outro documento conhecido como a Carta de Veneza. Nesta prerrogativa, o conceito de monumento se alargou e não mais lemos o termo monumento histórico e artístico, mas bens culturais. Englobou os sítios urbanos e rurais, assim como as simples e modestas construções que possuíssem algum significado cultural, e não apenas os edifícios isolados grandiosos e monumentalizados, mas qualquer construção e seu entorno deveria ser protegida, como bem havia sido proposto anteriormente por Ruskin. Pontuou ser intolerável o deslocamento do monumento ou de parte dele, exceto quando sua salvaguarda exigir ou por razões de interesse nacional ou internacional.

As Normas de Quito alguns anos depois, em 1967, reconheceu que os bens culturais também traziam um significativo valor econômico para o país, constituindo-se de um importante instrumento para o progresso. Com essa visão declarada, o turismo foi aqui caracterizado como um meio de se preservar o patrimônio, seguindo por um viés de sustentabilidade.

Já a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas de 1972, abriu ainda mais a discussão propondo a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural considerando principalmente os bens naturais como patrimônios a serem salvaguardados pelo os países integrantes da UNESCO. É válido aqui observar que os EUA foram os grandes fomentadores dessa discussão com o exemplo de Parques Naturais que movem grande parte da sua economia.

Enfim, no ano de 1989, estabeleceram-se a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, agora centrado no patrimônio imaterial como instrumento legal, fornecendo elementos para sua identificação, preservação, continuidade e disseminação. Observamos assim, que gradativamente as teorias foram sendo colocadas em prática, diversificando, alargando e consolidando o sentido do patrimônio.

²⁷¹ Sobre os conceitos: Falso artístico e o falso histórico. CESARE, Brandi. **Teoria da Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. P. 33.

Recentemente, no ano de 2003, essa rede internacional unida na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, tentou reforçar a ideia de diversidade cultural de forma a garantir um desenvolvimento mais humano no espaço social da modernidade tardia. Uma de suas finalidades foi a conscientização em nível local, nacional e internacional do reconhecimento do patrimônio imaterial, especificando o seu valor no meio econômico.

Na teoria percebe-se como foi sendo alargado o conceito de patrimônio cultural, desde os restauradores do século XVIII ao decorrer das Cartas Patrimoniais do século XX de forma a alcançar o tempo presente. Observamos que o patrimônio para sociedade na modernidade tardia é diverso, inclusivo e multicultural.

No Brasil, como previsto pela Constituição os instrumentos de preservação do patrimônio são o tombamento, o registro e o inventário. Notamos que é consolidada a prática do tombamento para bens de natureza material e caminhamos rumo a proteção efetiva dos bens imateriais com o registro, no entanto só os que são devidamente institucionalizados. Todavia quando nos voltamos aos inventários nos deparamos com algumas outras questões.

Para alcançar nossa reflexão, pontuaremos a seguir as políticas de preservação aplicadas na cidade de Ouro Preto, concentrando no caso prático da Capela de Santa Quitéria, localizada na zona rural, longe dos holofotes e dos turistas que borbulham o centro histórico urbano.

Assim como as outras capelas registradas como patrimônio municipal de Ouro Preto (Capela Nossa Senhora da Conceição dos Chiqueiros dos Alemães - zona rural do distrito Miguel Bounier; a Capela de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra – zona rural do distrito de Santo Antônio do Salto) a capela de Santa Quitéria possui características simples na sua composição, mas seus elementos foram organizados seguindo as regras da Igreja Católica pós- tridentina. Baseados nela pode-se imaginar a maioria dos templos religiosos construídos na época dos primeiros governos-gerais no Brasil. E, como bem pontuou Ruskin: "Podemos viver sem a arquitetura de uma época, mas não podemos recordá-la sem a sua presença."²⁷²

Ressalvamos sempre que essa edificação sobrevive sob os cuidados dos seus antigos moradores, hoje moradores de Rodrigo Silva que possuem seus entes queridos ali enterrados. Uma vez por ano, no dia em homenagem à Santa Quitéria, se organizam e realizam uma

²⁷² RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kuhl. – Cotia SP: Ateliê Editorial, 2008.p. 54.

espécie de conservação e revitalização com a presença da Sociedade Musical de Santa Cecília para receber a escultura setecentista.

Reconhecida pelos moradores do distrito de Rodrigo Silva como patrimônio, entretanto não consagrado pelo poder público, a Capela de Santa Quitéria é um exemplo de como as políticas de preservação no Brasil são bastante complexas. O inventário da Santa Quitéria do Alto da Boa Vista, ressalta todas as peculiaridades da sua festa religiosa como patrimônio imaterial, entretanto deixa às sombras seus aspectos materiais, como a própria construção da capela e a imagem da padroeira. Nossa atenção se volta a grande parte dedicada a história do município e de outras localidades, se a nosso ver, poderíamos ganhar inovando com estudos para seu desenvolvimento sustentável, quiçá abordando já alguns aspectos econômicos.

O inventário como fonte de pesquisa é rico em informações, contudo seu propósito não é efetivo. É necessário percorrer a história do patrimônio buscando uma visão integrada, onde a dialética patrimonial material versus imaterial são como duas faces do mesmo bem e precisam ser valorizadas igualmente desde a formulação do seu inventário, para que seja íntegro, completo, capaz de ser efetivamente um instrumento de preservação.

Localizadas em ambientes bucólicos, longe dos centros históricos urbanos, as capelas espalhadas por todo território de Minas Gerais são muitas vezes marginalizadas não só pela história, mas também pelas políticas preservacionistas. Talvez por não serem consideradas “monumentos”, ou por não possuírem características esteticamente apreciáveis, considerando o fato dessa noção ainda ser tão presente, ou ainda por suas manifestações não serem espetaculosas e não atraírem milhares de turistas, esses bens culturais resistem nas pequenas povoações e arraiais rurais com o esforço de guardiões locais.

Por sermos filhos do nosso tempo, nessa chamada modernidade tardia, estudamos e enfatizamos o fenômeno da patrimonialização. Fala-se tanto em inclusão, mas somos uma sociedade excludente, em crise, nos equilibrando numa espécie de corda bamba entre o mundo global homogeneizado e as diversas realidades locais. Quanto mais alargamos nosso campo de experiências com o surto tecnológico, mais apegamos em nossas raízes culturais. Sendo assim, nas últimas décadas, observamos a dificuldade dos órgãos públicos de acompanharem as rápidas transformações de assegurarem a proteção dos mais diversos bens culturais.

Mas vale lembrar, que a Constituição de 1988 afirmou o direito de todo cidadão, de grupos sociais distintos, ser reconhecido e seus bens salvaguardados pelas agentes públicas de proteção ao patrimônio. Desta forma, observamos como essas questões oficialmente políticas são recentes e como sua aplicação sempre fora abstrusa, em campos teóricos e experimentais. E mesmo com o alargamento de conceitos e com ele as possibilidades de preservação, ainda se faz necessário o equilíbrio entre os papéis dos Estados, dos municípios, da comunidade, o envolvimento das escolas e dos setores privados, de forma a investir em uma rede de proteção efetiva.

Observa-se que o tombamento, o registro e o inventário tratados individualmente não são suficientes para assegurar a vivacidade dos bens. Neste estudo, concentramos valores no caso da Capela de Santa Quitéria a fim de questionarmos alguns destes pontos reais das políticas patrimoniais.

Desta forma, conclui-se que os bens representativos das classes mais simples e rurais, constantemente esquecidos, marginalizados, ou apenas inventariados, apesar de não fazerem parte dos fatos memoráveis da história oficial, também pertencem ao passado e permanecem vivos no presente como uma herança dos antepassados. Ressaltamos, por fim, ser necessário que o patrimônio faça sentido no universo, mas, sobretudo na vida cotidiana dos seus cidadãos.

Acreditamos que a Educação Patrimonial utilizada como ferramenta de transformação social e cidadania é uma arma benéfica para mudar o cenário atual dos bens culturais. A apropriação pelos alunos com conhecimento crítico acerca da construção do patrimônio podem ser fatores essenciais e decisivos para a sua preservação.

A disciplina de História ministrada em salas de aula possui a grande missão de despertar o senso crítico e formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Desta forma, o ensino-aprendizagem atual que coloca o aluno no seio do processo do conhecimento visando transformá-lo em um sujeito ativo no meio em que vive, visa não apenas apresentar o passado, mas principalmente relacioná-lo com o tempo presente.

Seguindo por esta linha, nossos encontros através das oficinas de Educação Patrimonial propuseram levar as temáticas do ambiente acadêmico para o escolar e para o cotidiano dos alunos, com o objetivo de problematizar as questões surgidas a partir do tempo presente, valorizando os bens culturais locais. Acreditamos assim estar contribuindo para uma formação transformadora e cidadão de sujeitos ativos com consciência histórica.

3: Reflexão sobre as oficinas

As oficinas foram ofertadas semanalmente no contra turno escolar. Buscamos transitar por meio de uma educação transformadora e, como via de mão dupla, trocamos saberes e vivências em cada encontro transcendendo o método educacional tradicional. Mas confessamos não ter sido fácil desenvolver atividades interessantes ou lúdicas que despertassem a atenção dos nossos jovens e adolescentes. Um dos maiores desafios foi pensar e formular ações criativas capazes de transformar a relação com os seus bens culturais locais.

Vale ressaltar que nossas ações visaram sempre à valorização da diversidade, do fortalecimento da identidade e da memória coletiva, para os quais fizemos o uso de múltiplas estratégias: visitas turísticas, oficinas, entrevistas, pesquisas em arquivos, exposição, mostras de filmes, atividades de conservação, revitalização dos espaços, caminhadas, banhos de cachoeiras e assim por diante.

Nosso lema no Projeto é “Conhecer para Amar e Amar para Preservar”. Seguindo por esta linha, encontramos exímios “guardiões” locais que exercem a cidadania junto ao patrimônio cultural. Estes se tornaram parceiros essenciais para o desenvolvimento e crescimento do Projeto. Desta forma, corroboramos com a ideia de que um ser consciente historicamente é um sujeito ativo em seu meio, sendo assim, ele também é presente em todas as etapas da preservação dos seus bens, pois ele ama. Assim ele, guarda, protege, conserva e transmite.

Acreditamos que a memória do lugar onde moram, da história de sua escola, da sua banda, da sua estação, das suas igreja e capela, enfim, de seus “lugares de memória”, permite que se estabeleça uma relação afetiva e direta com os bens e, conseqüentemente com os tempos de outrora, relacionando-os com suas vivências atuais, dando-lhes assim um sentido de existência.

Como já foi explicitado no tópico anterior sobre a reflexão teórica, em nossos encontros, foram abordadas questões históricas conceituais, políticas e sociais, tendo como palavras-chave: patrimônio material e imaterial; tombamentos e registros; memória e história; restauração, conservação e preservação.

Mas além de identificar quais são os patrimônios culturais e defender a preservação deles, buscou-se compreender o porquê de serem tão importantes para a comunidade e quais são suas características e seus valores que os tornam dignos de serem salvaguardados.

Em cada oficina construída pelo viés da educação patrimonial, abordamos um bem cultural pertencente ao distrito para que a compreensão pudesse ser a mais completa possível. Sendo assim, tivemos como intuito sempre conhecer, reconhecer, cuidar e, quando possível revitalizar os espaços que há muito estavam abandonados, sofrendo diariamente com os maltrates humanos e do tempo. Ressaltando o tema proposto, pois quem ama, cuida.

Assim tivemos como foco os bens materiais representados na Estação Ferroviária, na Igreja de Santo Antônio e na própria Escola Municipal Dr. Alves de Brito. A escolha destes bens para nossos estudos partiu de uma clara observação daquilo que seria patrimônio cultural para os próprios alunos. Com destaque para a antiga Estação edificada em 1888 e, que permanece erigida no centro, no “coração” do distrito. Este bem, apesar de ser facilmente identificada pelos alunos como o patrimônio cultural, está abandonada e muito deteriorada com perdas irreparáveis.

Desta forma, buscamos com muitas dificuldades realizar nossos encontros em suas dependências e promover eventos culturais em sua plataforma e no entorno, como poderá ser visto na segunda edição do livro. Nossa intenção era trazer alguma funcionalidade efetiva para aquele espaço que não fosse passageira, mais sistemática e contínua para sua revitalização.

O que infelizmente não foi concretizado. Sem recursos e longe do apoio do poder público, a Estação continua marginalizada mesmo consagrada como patrimônio municipal. A comunidade, especialmente os funcionários da Escola e os músicos da Banda Sociedade Musical de Santa Cecília se responsabilizam pela sua conservação. Entretanto ambos possuem seus afazeres diários e cuidar deste patrimônio requer tempo e técnico e financeiro. Desta forma, não é uma tarefa fácil de realizar.

Quando as oficinas foram desenvolvidas tendo o complexo ferroviário como tema, a ideia consistia em questionar o estado de conservação da Estação e dos edifícios do seu entorno, visando a importância para a conscientização do patrimônio industrial no Brasil. No entanto, questões acerca dos primeiros meios de transporte e de industrialização foram inevitavelmente abordados e, para reconstituição deste contexto em âmbito local, buscou-se documentos, fotos e relatos orais com antigos moradores e ex-funcionários da Estação Ferroviária de Rodrigo Silva.

Para demonstrar uma realidade prática, apresentamos o histórico da estação de Miguel Bounier por esta pertencer a outro distrito e por ter passado recentemente por um processo de

restauro e revitalização. Outras estações efetivamente em funcionamento apresentadas foram as estações de Ouro Preto e de Mariana. Desta forma, foi feita uma visita técnica, ocasião em que os alunos andaram de trem entre essas cidades e participaram das oficinas oferecidas pela Vale. Retornando para sala de aula, discutiu-se o estado de conservação das Estações fazendo um paralelo entre elas e a estação de Rodrigo Silva.

Já as oficinas relacionadas à Igreja de Santo Antônio, tentamos inferir de uma maneira mais prática atendendo as necessidades expostas pelas mulheres, membros da Pastoral da Igreja. Assim, fizemos limpezas físicas e mecânicas nas esculturas policromadas do rico acervo ali existente. No momento em que foram realizadas as limpezas, os alunos observavam, perguntavam e compreendiam sobre a prática da conservação preventiva. Desta forma, eles se familiarizavam com os termos técnicos e com o minucioso trabalho da restauração.

A Escola como patrimônio cultural foi abordada através das memórias de ex. professores, funcionários e alunos, pois sendo a única escola do distrito e centenária, praticamente todos os moradores por ela passaram. Sendo assim foram feitas entrevistas de forma a recontar memórias mais remotas juntamente com um passado mais recente.

Observou-se que a Escola é repleta contendo dimensões materiais e imateriais. Desta forma, além das fontes orais, foram buscadas fotografias antigas que pudessem recontar através de imagens as mudanças e as permanências na parte estrutural, visando contribuir para sua valorização e preservação. Para concluir essa ação foram construídos banners narrando o histórico através das memórias e de uma seleção de fotos, enfatizando os aspectos culturais e sociais para sua representatividade.

Quanto aos bens imateriais, centramos nossas ações na Banda de Rodrigo Silva, denominada Sociedade Musical de Santa Cecília. A Banda como é carinhosamente chamada pelos moradores do distrito foi fundada pelos primeiros ferroviários nos primeiros anos do século XX. Desde então ela está presente em todos os momentos sociais, culturais e religiosos do distrito. Todos os moradores a reconhecem como patrimônio de Rodrigo Silva e dizem “é tradição”.

Além de desenvolverem um trabalho exemplar formando músicos e maestros, a Banda exerce um papel social fundamental na comunidade. Muitos alunos da Escola Municipal Dr. Alves de Brito fazem parte do seu elenco e são claramente destacados pelo desempenho disciplinar. Outra questão relevante que vale aqui relatar é a presença de famílias inteiras em

sua composição. O integrante mais velho é o pai do maestro e avó dos integrantes mais novos, o talento e apreço pela música passa de geração em geração.

Quando desenvolvemos as primeiras ações referentes à Banda, visitamos a sede que fica localizada ao lado da Igreja de Santo Antônio em uma edificação datada da década de 1930. As ações consistiram em localizar a existência ou não de referenciais do passado que perdura até aos dias atuais. E, para nossa surpresa, encontramos os uniformes antigos, quadros com fotografias dos integrantes que por ali já passaram, as primeiras partituras e instrumentos, todos resguardados no acervo em uma pequena sala do edifício.

Desta forma, propomos fazer um melhor acondicionamento para as partituras, limpeza mecânica nos instrumentos e, por fim, organizar uma exposição intitulada “Pra ver a Banda passar” nas dependências da Estação Ferroviária. Essa ação integrou a Jornada Cultural realizada anualmente pelo IEPHA que busca a valorização e difusão do patrimônio cultural de Minas Gerais.

Para que os alunos se orientassem foi previamente trabalhado todo o sistema de uma exposição. Como seriam dispostos os objetos, as legendas colocadas, os aparelhos áudio-visuais, o sistema de curadoria e de apresentações para os visitantes. Para as partituras expostas, foi desenvolvida uma oficina de confecção de passe-partout, na qual foi destacada os conceitos de conservação e restauração e enfatizado os fazeres do restaurador ouropretano Jair Afonso Inácio.

As oficinas, como pode ser visto através de imagens no corpo da segunda edição do livro, foram desenvolvidas na escola Municipal Dr Alves de Brito, na sede da Banda, e na Estação Ferroviária de Rodrigo Silva. A exposição aconteceu em um sábado de sol e com muito entusiasmo dos moradores do distrito, onde tivemos apresentações culturais com a presença do coral da escola, das meninas do Sopros de Ébano e pela ilustre apresentação da Banda - a homenageada Sociedade Musical de Santa Cecília.

Outra participação efetiva do Projeto Mais Cultura foi no Cine-OP, onde os alunos freqüentavam os cinemas de Ouro Preto com uma dimensão educativa e de lazer. Esse contato com um ambiente cultural efervescente se tornava extremamente relevante, uma vez que eram transmitidos conhecimentos e ensinamentos acerca do patrimônio cultural e os alunos compartilhavam vivências com pessoas de outros meios.

Visando reconhecer e valorizar os “lugares de memória” do distrito, fizemos muitas caminhadas aos espaços naturais existentes, como o Morro da Guerra, o Sítio Natural da

Caveira e outras cachoeiras da região. Nestas ocasiões foram abordadas as temáticas do patrimônio natural e das paisagens culturais. Momentos enriquecedores de contato com a natureza, de aprendizado e descontração.

Todos os registros visuais das oficinas podem ser vistos na proposta em anexo de segunda edição do livro. Além de estarem todos em fotografias e áudios no acervo do Projeto Mais Cultura na Escola Municipal Dr. Alves de Brito, disponíveis para os alunos, professores e moradores do distrito. Agora, para integrar a ação prática exigida pelo Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, propomos e desenvolvemos mais uma ação com o Projeto Mais Cultura, tendo como temática a capela e da festa de Santa Quitéria da Boa Vista.

Desta forma, a nossa proposta, como já foi dito, é publicar uma segunda edição do livro “Entre as montanhas de Minas: o patrimônio de Rodrigo Silva”, corrigindo os equívocos, atualizando as questões teóricas e conceituais e incluindo a oficina por ora apresentada e desenvolvida fruto da dissertação intitulada “O Patrimônio na corda bamba de sombrinha: o caso da capela e da festa de Santa Quitéria no distrito de Rodrigo Silva (Ouro Preto – MG)”.

Descrevemos a seguir como foi preparada e desenvolvida essa ação integrante do Projeto Mais Cultura nas Escolas:

A oficina intitulada “Patrimônio matéria e imaterial ou vice-versa: (re) conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria”, foi planejada em duas etapas diferentes. A primeira aconteceu na última semana do mês de agosto, na Escola Municipal Dr. Alves de Brito. Nosso objetivo principal foi discutir questões teóricas e práticas que circundam atualmente o patrimônio local e aproximar os mais jovens das atividades culturais desenvolvidas na comunidade.

Diariamente contamos com a presença de um guardião local que transmitiu seus conhecimentos, dialogando com os alunos e enriquecendo substancialmente os encontros. Com o apoio da “TV Aves de Brito” e fazendo uso da tecnologia audiovisual, construímos um acervo de materiais que possam (re) contar suas memórias, histórias, saberes e fazeres.

A segunda etapa foi realizada na semana que antecedeu a Festa de Santa Quitéria, com o objetivo de acompanhar e ajudar na preparação da mesma. Um momento único de partilha e vivências que foi registrado através de pequenos vídeos e fotos. Nestes momentos, as “Quitérias” transmitiram seus conhecimentos e saberes e se emocionaram ao relembrar

tempos passados, de quando eram crianças e acompanhavam seus pais e familiares para organização da festa.

Oficina: Patrimônio material e imaterial ou vice-versa: (re) conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria;

Público Alvo: Alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Dr. Alves de Brito;

Local: Escola Municipal Dr. Alves de Brito em Rodrigo Silva;

Datas:

Primeira etapa: 28, 29, 30, 31 de agosto de 2017;

Segunda Etapa: 21 e 22 de setembro.

23 e 24 de setembro – Festa de Santa Quitéria

Durante a primeira etapa da oficina, apresentamos todo o programa que seria desenvolvido e pedimos a autorização dos pais ou responsáveis para a participação dos alunos menores de 18 anos. Interessante relatar aqui que dois alunos não puderam frequentar nossos encontros por pertencerem à Igreja Evangélica. Mesmo sendo explicado que nosso foco não seria religioso, mas sim cultural, os pais resistiram e não permitiram a participação de seus filhos. Assim, contamos com a presença de 12 alunos, com idades entre 12 a 15 anos, estudantes da Escola Municipal Dr. Alves de Brito.

Iniciamos a semana com a exposição dos conceitos de patrimônio material e imaterial, enfatizando com os exemplos de expressões culturais existentes no próprio distrito. Questionando essa falsa divisão, não foi difícil para eles entenderem que tanto o bem material possui sua imaterialidade, quanto um bem imaterial possui sua materialidade. Aliás, a dúvida que surgiu foi sobre o porquê de existir essa separação. Debatemos sobre essa questão, chegando à conclusão de que poderíamos encará-las apenas como uma maneira de classificação para a proteção dos bens.

Em seguida, construímos uma listagem com o patrimônio de Rodrigo Silva, pontuando todos os bens mencionados pelos participantes. Os bens materiais foram os primeiros a serem pontuados, depois os imateriais e por fim os naturais. O conhecimento sobre o tombamento foi unânime, mas o registro precisou ser explicado e novamente debatidos os critérios para essa seleção. Após a lista, foi feita uma mesa-redonda para se discutir o porquê de estes bens serem considerados patrimônios para eles, mesmo que não consagrados pelo Município.



Figura 19 – Primeiro dia de Oficina “(Re)conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria”

Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

Posteriormente, houve a exposição sobre o antigo arraial da Boa Vista, na qual se focalizou na capela e na festa de Santa Quitéria como seus remanescentes. Muitos alunos relataram que nunca tinham ido até o local, mas expuseram que os pais e avós sempre iam até a Boa Vista, pois ali se encontra o antigo cemitério, onde estão enterrados entes queridos da família. A principal dificuldade revelada por eles foi a distância. São quatro quilômetros do centro de Rodrigo Silva até a capela e muitos não possuem carro. Ir a pé não lhes parece ser muito atrativo, apesar de a paisagem ser encantadora pelo caminho.

Desta forma, combinamos a nossa ida para o dia seguinte. Após um breve intervalo, recebemos a visita das “Quitérias”. A primeira convidada foi Maria do Carmo Correa de Souza, uma mulher ativa e presente em praticamente todas as manifestações culturais do distrito. Compartilhou conosco seus saberes sobre a origem da Santa Quitéria e narrou como essa devoção chegou até ela e sua família. Seu pai por muitos anos foi o principal responsável pela manutenção da festa e, anos atrás, ofereciam amêndoas para as crianças no dia da festa. Atualmente, a guardiã da chave da capela é sua irmã Luzia do Rosário que foi incumbida desta tarefa pelo icônico Padre Simões.

Em seguida, recebemos a visita do senhor José Jorge Inácio dos Anjos, o integrante mais antigo da Sociedade Musical de Santa Cecília. Vale aqui ressaltar que a “Banda de Rodrigo Silva” é motivo orgulho para os moradores, cumprindo um papel social de grande relevância, uma vez que estão presentes em todas as manifestações culturais que acontecem no distrito. Desta forma, o senhor compartilhou informações sobre a presença da Banda na festa de Santa Quitéria por mais de 40 anos consecutivos, religiosamente.



Figura 20 – Oficina “(Re)conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria” com as visitas dos guardiões
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

Também recebemos a visita de Ângela Moraes, conhecida carinhosamente por Pitita. Pitita é outra cidadã que “faz e acontece”, lutando em todas as frentes para melhorar as condições do distrito. Pitita então compartilhou seus saberes e fazeres, expondo sobre toda a organização e preparação para festa, sobre o cuidado com a capela, e sobre a importância de se cuidar com carinho dos lugares de memória do distrito. Por fim, ela expôs seus anseios e preocupações com o futuro das manifestações culturais do distrito, especialmente com a Festa de Santa Quitéria.



Figura 21 – Oficina “(Re)conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria” com a visita da guardiã Pitita
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

Outra atividade desenvolvida foi a elaboração de perguntas para as entrevistas. Formuladas pelos próprios alunos, as perguntas tiveram como objetivo conhecer o que mudou e o que permaneceu na capela e na festa de Santa Quitéria. Desta forma, as entrevistas foram formuladas visando às pessoas mais velhas do distrito. Visitando-as em suas casas, os alunos se dividiram em pequenos grupos com máquinas fotográficas e filmadoras a fim de registrarem todos os relatos para a construção do nosso acervo memorial.

As respostas dos entrevistados foram unânimes quando perguntados sobre a festa. Todos diziam ter participado da mesma quando eram mais jovens e conseguiam ir andando até a capela. Responderam também ter ajudado com alguma ação, ou doação para o acontecer da festa. No entanto, a maioria diz não participar mais por falta de condução e mesmo pela saúde frágil que não lhes permitem ausentar muito de casa. Mas faziam questão de ressaltar que algum membro da família sempre ia, continuando com a tradição.



Figura 22 – Oficina “Memórias e Histórias”
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito



Figura 23 - Oficina “Memórias e Histórias” – Entrevistas com moradores do distrito
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

No segundo encontro foi o dia de - com a autorização dos pais ou responsáveis - visitar e, para muitos alunos conhecer a capela de Santa Quitéria. Assim, convidamos as “Quitérias” para nos acompanhar e colocamos o pé na estrada. Juntos, levamos o lanche para à tarde e os materiais de limpeza para fazermos uma espécie de conservação na capela que está sempre fechada. Partimos da Escola Municipal Dr. Alves de Brito às 13h e chegamos ao nosso destino por volta de 14h. A caminhada é tranquila e com belas paisagens, realmente uma Boa Vista.



Figura 24 - Oficina “Conhecer, reconhecer e cuidar”- Capela de Santa Quitéria do alto da Boa Vista
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

Chegando ao alto da capela, observamos o entorno e avistamos os picos do Itabirito e do Itacolomy e as baixadas. Desta forma, apresentei um pouco dos documentos encontrados para o desenvolvimento da minha pesquisa dissertativa, exposta na primeira parte, e dialogamos sobre a história, a geografia e a geologia da região. Discutimos sobre a extração de topázio naquelas terras de Santa Quitéria e sua devastação ambiental. Além de questionarmos o estado de conservação da capela e de todo seu entorno.

Entramos no interior da capela e as “Quitérias” nos apresentaram todos os aparatos religiosos ali ainda existentes, mesmo que muito descaracterizados. Falaram sobre os altares, o sino, o púlpito, a pia batismal, a sacristia, as vestimentas, os ornamentos, a cruz, o confessionário, o adorno, de como eram usados e preparados para o dia da festa. As imagens receberam atenção especial, pois muitas delas como a de Santa Quitéria, permanecem resguardada no acervo da Paróquia do Pilar. Assim, questionou-se esse distanciamento das imagens do seu lugar de origem, mas os alunos e as Quitérias concluíram que se fossem deixadas ali correriam grandes riscos de serem roubadas.

Toda a conversa e apresentação foram registradas e arquivadas pelos alunos com recursos audiovisuais pertencente ao Projeto “Tv Alves de Brito”. Também foi publicado no blog da escola o seguinte texto por eles construído:

*“PELAS MONTANHAS DE BOA VISTA EXISTE SANTA QUITÉRIA O: PATRIMÔNIO DE
RODRIGO SILVA*

Pelas montanhas de Rodrigo Silva avistamos a capela de Santa Quitéria. Tivemos a curiosidade e fomos visitá-la. Pelo caminho tiramos algumas fotos. Visitamos ao redor da capela e fomos também na antiga escola, que esta em ruínas. Na capela de Santa Quitéria ajudamos a fazer uma limpeza para conservar o nosso patrimônio, mas como o tempo foi curto, combinamos de voltar uma outra vez para caprichar!

Enquanto lanchamos ficamos conversando sobre o antigo arraial da BOA VISTA, como era antigamente e como funciona a extração de minério.

A capela de Santa Quitéria é muito linda! E também é histórica pelo fato de ser muito antiga. Boa Vista era o antigo caminho que os viajantes passavam e muitas vezes se hospedavam. Era uma região muito populosa, mas atualmente poucas famílias ali residem ficando apenas boas lembranças.

Desde 2005 a capela de Santa Quitéria está em processo de tombamento. O pedido foi feito pela Associação dos Moradores de Rodrigo Silva, no entanto, o processo está parado aguardando o prosseguimento. Esperamos com esperança que o pedido seja aceito!”

(Alunos do Projeto Mais Cultura nas Escolas)



Figura 25 - Oficina “Conhecer, reconhecer e cuidar”
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito



Figura 26 - Oficina “Conhecer, reconhecer e cuidar”
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito



Figura 27 - Oficina “Conhecer, reconhecer e cuidar”
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito



Figura 28 - Oficina “Conhecer, reconhecer e cuidar”
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

No encontro seguinte, reunimos todos os materiais coletados durante a semana de intensas atividades e formamos um pequeno acervo digital de memórias. Gravamos em CDs e no computador destinado a “TV Alves de Brito”, pertencente à Escola Municipal Dr. Alves de Brito, para todos os interessados em pesquisar e saber mais sobre essa expressão cultural – a capela e a festa de Santa Quitéria da Boa Vista. Por fim, construímos um convite digital a fim de convidar a comunidade para a festa e divulgá-lo nas redes sociais.



Figura 29 – Convite Digital da Festa de Santa Quitéria
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

Na semana que antecedeu a festa, desenvolvemos mais ações que aproximaram os alunos efetivamente de toda a preparação e empenho para a realização da festa. Desta forma, ajudamos em sua divulgação com o convite produzido, distribuindo-o em cada turma da Escola Municipal Dr. Alves de Brito. Participamos da venda de rifas, ocasião em que os alunos formaram duplas e caminharam pelo distrito oferecendo a rifa para os moradores e convidando-os para a festa. E, por fim, na quinta-feira retornamos à capela de Santa Quitéria com as “Quitérias”, ajudando-as na organização da capela e de seu entorno, preparando o ambiente para receber a imagem da padroeira e celebrar a festa em sua homenagem.

A festa teve início no sábado, 23 de novembro, dia em que é realizada a missa com o hasteamento das bandeiras. Contudo, antes dos ritos religiosos, fez-se a tradicional fogueira e os fiéis que iam chegando se agrupavam ao redor do fogaréu. Ali as conversas eram descontraídas, todos se conheciam, conversavam em conjunto e, sempre alguém relembrava algum fato ou acontecimento dos tempos passados.

Um momento de descontração enquanto é esperada a chegada do padre vindo da Paróquia do Pilar de Ouro Preto. Nos outros anos acompanhados e também em 2017, observou-se que são poucas as pessoas que comparecem na festa este dia, mas aquelas que fazem questão de ir chegam mais cedo e, muitos nos relataram sobre o quanto é prazeroso estar ali, apreciando o lugar que atualmente é tão pouco visitado, sendo estes dias festivos oportunidade única.



Figura 30 – Sexta-feira à noite na Festa de Santa Quitéria 2017

Fonte: Acervo pessoal

No domingo, dia 24 de novembro, as celebrações se iniciaram na parte da tarde com a presença de muitos fiéis. Contudo é válido desde já ressaltar que nem todos os alunos que participaram das oficinas compareceram nos dias da festa. A distância juntamente com a falta

de quem os acompanhassem, impediram muitos de irem. O que nos levou a concluir que sem a presença e incentivo dos pais ou responsáveis e sem meios de transportes adequados não obteremos êxitos.

Mas, os poucos que participaram continuaram o desenvolver as atividades planejadas e juntos registraram todas as etapas daquela manifestação cultural, além de desenvolverem algumas entrevistas com os participantes. As perguntas feitas eram sobre como era estar ali, a importância dos festejos em homenagem a Santa Quitéria para a comunidade de Rodrigo Silva e se o entrevistado contribuía de alguma forma para a realização da festa.



Figura 31 – Registro para o nosso acervo Mais Cultura nas Escolas

Fonte: Acervo pessoal

A Sociedade Musical de Santa Cecília, tradicionalmente se apresentou antes e após a missa, acompanhando a procissão, como de costume. Segundo José Jorge dos Anjos, mais conhecido como Pixico, há mais de cinquenta anos ele participa da festa de Santa Quitéria fazendo parte da Banda. E ressaltou que anteriormente, seu pai e avó também integrantes já freqüentavam a festa.

É notório o cuidado da Sociedade Musical de Santa Cecília em estar sempre presente no domingo da festa. Vencendo barreiras e sem ganhos financeiros, tocam com entusiasmo

em homenagem a jovem mártir. Os moradores e especialmente as Quitérias, se orgulham dessa ilustre presença. Desta forma, observa-se que a relação entre a Banda, a comunidade e a festa é intrinsecamente ligada, harmônica e costumeiramente esperada, um encontro cultural e social ao mesmo tempo.

Muitos alunos e ex. alunos da Escola Municipal Dr. Alves de Brito e integrantes do Projeto Mais Cultura fazem parte da Banda, desta forma, esses jovens participam não apenas das apresentações, mas também dos festejos no alto da Boa Vista, dando continuidade a tradição. Podemos inferir que a Sociedade Musical de Santa Cecília é um agente multiplicador do patrimônio cultural imaterial da comunidade de Rodrigo Silva, mesmo não sendo consagrado pelo poder público municipal.



Figura 32 – Festa de Santa Quitéria no domingo / Apresentação da Sociedade Musical de Santa Cecília
Fonte: Acervo pessoal

A escultura policromada portuguesa de Santa Quitéria é ansiosamente aguardada pelo fiéis. É válido aqui relatar que os padres Marcelo e Rogério doaram uma réplica da imagem para que ela permaneça na capela. No entanto, deixaram claramente expostos que no dia da festa continuarão a trazer a imagem original, com os seus brincos e colar de topázio e sua coroa de prata. Sendo assim, quando a imagem da jovem Quitéria chega ao alto da Boa Vista

juntamente com padre, ambos vindos da Paróquia do Pilar de Ouro Preto iniciam-se os ritos religiosos.



Figura 33 – Festa de Santa Quitéria / Missa em homenagem à Santa Quitéria

Fonte: Acervo pessoal

É válido aqui também pontuar que as Quitérias lamentam algumas mudanças ocorridas desde a morte do Pároco Padre Simões. Segundo elas, antigamente a imagem era trazida horas antes da missa e preparada para a festa ainda em Rodrigo Silva. Assim ela “desfilava” pelo centro do distrito e depois seguiam em procissão até o alto da Boa Vista. Diferentemente dos últimos anos em que a imagem é arrumada às pressas na porta da capela, minutos antes da missa.

Outra questão pontuada é a falta de interesse e respeito de alguns membros da igreja com a imagem. No ano de 2014 o padre foi realizar a missa em homenagem à jovem mártir e esqueceu a imagem. Já nos anos seguintes a imagem foi levada, mas sem os seus ornamentos. A comunidade reconhece os seus bens culturais, entendem os seus valores e afetivamente querem saudar e homenagear a Santa Quitéria. Pois a festa é toda organizada para recebê-la em seu lugar de origem.



Figura 34 – Festa de Santa Quitéria / Procissão
Fonte: Acervo pessoal



Figura 35 – Festa de Santa Quitéria / Procissão com a participação da Sociedade Musical de Santa Cecília
Fonte: Acervo pessoal

Após a procissão, a escultura da padroeira é colocada a frente do altar-mor da capela, momento em que os fiéis fazem fila a fim de saudá-la, beijá-la e se despedirem para o

reencontro no ano seguinte. Percebe-se que muitos são devotos e estão ali para pedir ou agradecer por alguma graça. Sendo eles em sua maioria idosos, ex. moradores da Boa Vista e moradores do distrito de Rodrigo Silva e de seus arredores.



Figura 36 – Festa de Santa Quitéria / Fiéis se despedindo da padroeira
Fonte: Acervo pessoal



Figura 37 – Festa de Santa Quitéria / domingo, 2017
Fonte: Acervo pessoal

Por fim, toda a manifestação, incluindo as ações desenvolvidas durante os dias da oficina, foram devidamente registradas e arquivadas no acervo digital da Escola Municipal Dr. Alves de Brito. Pode-se concluir que o objetivo desta intervenção aqui proposta foi alcançado, uma vez que desenvolvemos, evoluímos e aproximamos os jovens de suas expressões e bens culturais, neste caso específico, da festa e da capela de Santa Quitéria.

Levando em consideração que a Educação Patrimonial é um processo lento, que deve ser constante e sistemático tendo o patrimônio cultural como ponto de ignição, estamos cientes que para melhores resultados é necessário dar continuidade anualmente a esta iniciativa, uma vez que o poder público permanece em silêncio sobre os pedidos de salvaguarda destes bens.

Sendo assim, com o apoio dos guardiões locais e com o Projeto Mais Cultura nas Escolas em ação, é possível entrever um futuro promissor para a proteção e fruição do patrimônio cultural significativo para a comunidade de Rodrigo Silva.

ANEXO – 2ª EDIÇÃO DO LIVRO

***ENTRE AS MONTANHAS DE MINAS:
O PATRIMÔNIO DE RODRIGO SILVA***

2ª EDIÇÃO



Sumário

APRESENTAÇÃO	149
CAPÍTULO 1 – De José Correia a Rodrigo Silva	152
CAPÍTULO 2 – Remanescente de Minas Colonial	165
CAPÍTULO 3 – Pelos trilhos da História	180
CAPÍTULO 4 – Sons de Minas	192
CAPÍTULO 5 – A construção do saber	205
CAPÍTULO 6 – Religiosidade Mineira	217
CAPÍTULO 7 – Projeto “Mais Cultura nas Escolas”	229

TÍTULO - *ENTRE AS MONTANHAS DE MINAS:*
O PATRIMÔNIO DE RODRIGO SILVA

APRESENTAÇÃO

Este registro foi fruto de um trabalho em conjunto com os alunos da E. M. Dr. Alves de Brito e nos foi proporcionado graças ao Projeto “Mais Cultura nas Escolas”²⁷³, oferecido pelo Governo Federal. Através desse apoio, ações que eram isoladas e desempenhadas esporadicamente foram sistematizadas e centradas com mais afinco no patrimônio cultural. Nesta segunda edição, fizemos algumas alterações e acrescentamos mais ações desenvolvidas através do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

Sendo assim, continuamos a apostar na Educação Patrimonial como a chave mestra para preservação dos nossos bens. Dessa forma, além das oficinas teóricas partimos para uma grande variedade de ações com concepções, métodos e práticas diferentes, mas todos objetivando algo em comum, isto é, o reconhecimento dos nossos mais diversos patrimônios.

Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.²⁷⁴

Deixamos desde já esclarecido que quando adotamos a Educação Patrimonial, referimo-nos a uma educação transformadora dos sujeitos no mundo. Como uma via de mão dupla, trocamos saberes engrandecendo-nos a cada encontro, o que transcende o método educacional tradicional do “quadro e giz”, reproduzindo as informações.

O número de projetos e experiências com Educação Patrimonial está ainda em desenvolvimento, mas já encontramos estudos e bibliografias que abordam o assunto e será ao

²⁷³ RESOLUÇÃO Nº 4 DE 31 DE MARÇO DE 2014 - Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do PDDE (sigla), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados no Ensino Fundamental e Médio registrados no censo escolar do ano anterior ao do atendimento, com vistas a assegurar a realização de atividades culturais, por intermédio do “Mais Cultura nas Escolas”, de forma a potencializar as ações dos Programas “Mais Educação” e “Ensino Médio Inovador”.

²⁷⁴ Ministério da Cultura. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Iphan 2014. P. 19.

longo deste livro citada. A nosso ver, esse número pode e deve ser ampliado através de registros como este, auxiliando assim novos educadores do campo.

Averiguamos que no Brasil, a Educação Patrimonial começou a ser difundida a partir de meados da década de 1980, sendo relativamente recente. O que comprova que ainda há muito a ser desenvolvido, estudado e praticado. O caro leitor perceberá que nossas iniciativas educativas visaram sempre à valorização da diversidade cultural e ao fortalecimento da identidade local, para os quais fizemos o uso de múltiplas estratégias: visitas turísticas, oficinas, entrevistas, pesquisas em arquivos, exposição, mostras de filmes, atividades de conservação, revitalização dos espaços, caminhadas, banhos de cachoeiras e assim por diante.

Algumas etapas foram inicialmente concluídas, como a da observação e do registro, mas almejamos explorar mais a fim de construirmos mais registros, pois uma coisa é certa: “a história do município de Ouro Preto vai muito além do seu centro histórico”. Comprovamos essa afirmativa com a breve história ora apresentada do nosso distrito, Rodrigo Silva, e almejamos o seu reconhecimento, para divulgarmos a nossa herança cultural e assegurarmos um melhor usufruto dos nossos bens.

É válido ressaltar que narramos aqui os processos socioculturais mais amplos, e mesmo que sucintamente, narramos uma história mais abrangente a partir das referências culturais locais. O conhecimento do lugar onde moram, da história de sua escola, da sua banda, da sua estação, das suas igreja e capela, enfim, dos seus “lugares de memória”, cria laços afetivos e diretos com as histórias dos tempos de outrora.

Esperamos que cada sujeito, a partir de seu repertório de referências, possa compreender e refletir, tanto sobre a importância contextual do distrito Rodrigo Silva quanto sobre a diversidade cultural que o cerca. Não queremos que esses materiais constituam um fim em si mesmo, mas pelo contrário, que componham partes e que sejam apenas o começo de uma trajetória longa dos processos educativos no campo patrimonial.

Um dos nossos objetivos desta segunda edição é disponibilizar as informações e acervos sobre o nosso patrimônio para melhorar o acesso à informação da população local, estimulando a participação de todos na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto dos bens patrimoniais e não apenas os nossos alunos. Partimos do pressuposto de que todos os indivíduos têm o direito de acesso à sua própria cultura, à sua história e ao reconhecimento de sua memória.

O Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania foi cursado durante os anos de 2016 e 2017, sendo assim, muito do que se havia abordado na primeira edição foi paulatinamente transformado, fruto do nosso amadurecimento, e também do desenvolvimento da temática do patrimônio ao longo dos anos. Desta forma, nesta segunda edição reelaboramos o texto com os conceitos devidamente atualizados, corrigimos eventuais equívocos cometidos e acrescentamos as ações desenvolvidas que tiveram como foco a capela e a festa de Santa Quitéria.

Desejamos que o nosso querido leitor se transforme em um exímio guardião do patrimônio cultural!

CAPÍTULO 1 – De José Correia a Rodrigo Silva

O nome do fazendeiro José Correia é a primeira referência do nosso distrito, de acordo com a história oficial.

José Correia teria sido um dos primeiros moradores da região da Boa Vista. Fazendeiro e detentor de léguas e léguas de terras, viveu entre as montanhas com criações, plantações e com a lucrativa extração dos minerais que eram (e ainda são) fartamente encontrados.

Não apenas a fazenda de José Correia, mas outras propriedades rurais foram de grande importância para o povoamento da região. A Fazenda Capão do Lana, a Fazenda do Fundão, a de Manuel Francisco, Fazenda Crioulos e a Fazenda Caixeta, também foram berço de personagens importantes para região.

Através das práticas mineradoras e agrícolas essas fazendas, distantes e provavelmente autossuficientes, mantinham uma boa relação umas com as outras, caracterizando-se como um centro populacional.²⁷⁵

Sabe-se que o desenvolvimento do povoado foi, sobretudo, em virtude das pedras preciosas encontradas na região, com destaque para o topázio. Relatos de viajantes estrangeiros desde o início do século XIX comprovam-nos que essa prática sempre esteve presente no nosso distrito!

O naturalista francês Saint-Hillaire²⁷⁶ escreveu importantes livros sobre as paisagens, a flora e os costumes do povo brasileiro no início do século XIX. Viajou pelos caminhos de Minas a cavalo ou no lombo de burros, em companhia de um amigo e dois escravos. Eles chegaram a nossa região entre os anos de 1816 a 1822 e o naturalista pontuou em seus escritos a atividade mineradora, a extensão das terras da Boa Vista e também narrou sobre a Fazenda do Capão.

Depois de descer da serra de Deus Livre²⁷⁷, fomos jantar no lugar chamado Capão, em cujas proximidades se encontram topázios, e, em seguida, passamos pelo povoado de Boa Vista que domina uma região imensa. (...) Apenas se deixa para trás Capão, a paisagem toma um ar de tristeza que conserva quase sempre até Vila Rica.

²⁷⁵BOHRER, Alex. Ouro Preto: um novo olhar. São Paulo: Scortecci, 2011.

²⁷⁶ Os relatos de Saint-Hilaire marcam um momento importante de formação do território brasileiro, por isso nossa intenção foi desenvolvida a partir da leitura sistemática de suas observações para entendermos as características desse território em início de formação.

²⁷⁷ A Serra do Deus Livre é hoje conhecida como a Serra de Ouro Branco.

Desce-se, mais ou menos, desde Boa Vista até Vila Rica, e, à medida que nos aproximamos, a paisagem toma aspecto mais severo”.²⁷⁸

Mais tarde, o médico austríaco, mineralogista e botânico Johann Pohl também esteve na região confirmando os relatos anteriores e em seu “diário de bordo” acrescentou a existência de uma capela, dois ranchos e várias casas baixas. Sobre a Fazenda do Capão, descreveu-a como “grande núcleo agropecuário, compreendendo vastas regiões e unidades produtivas”, segundo ele a mina ali existente possuía centenas de trabalhadores escravos, os quais utilizavam um método bem rudimentar, devido a facilidade com que o topázio era encontrado.²⁷⁹



Imagem de uma das jazidas de topázio da região do Capão, considerada a maior extração dessa gema em todo o mundo. Ano de 2008.

Foto: Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva

²⁷⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, tradução de Vivaldi Moreira. Ed Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. P.68/69.

²⁷⁹ ANDRADE, Bernardo. **Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva**. fev/2008. P.82.

Há registros de que, na Fazenda Capão do Lana²⁸⁰ no ano de 1823, o imperador do Brasil D. Pedro I se hospedou por duas noites. Nessa ocasião, ele viajava rumo a Ouro Preto a fim de conter uma agitação do governo que não reconhecia a Independência do Brasil, recém proclamada em 1822.

E em razão dessa visita, o mineral encontrado de “grande qualidade, com coloração especial, extremamente raro”²⁸¹ ganhou o codinome de topázio imperial, homenageando o ilustre visitante que naquela fazenda pousara.



Exposição internacional do topázio imperial de Rodrigo Silva.
Foto: Carlos Menezes

²⁸⁰ A toponímia do lugar é de origem indígena, mas graficamente adaptada à fonética portuguesa. Vem da palavra tupi “cãoapuâm”, espécie de ilha de mato, ou seja, bosques isolados no campo. Aparecem, principalmente, nas baixadas junto aos riachos. A união da palavra indígena com o nome do córrego da região - O Lana -, completa a denominação atual: Capão do Lana. Foi uma das principais estâncias dos arredores que hoje compõem o distrito de Rodrigo Silva, sendo, até os dias atuais, a região com a maior mina de topázio imperial em atividade no mundo. ANDRADE, Bernardo. Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva. jan/2008.

²⁸¹ *Idem.*



Ruínas da Fazenda Capão do Lana, uma das mais importantes estâncias da região
Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva

Com sua localização privilegiada, nosso antigo arraial servia de paragem para os forasteiros que dali se direcionavam aos vales do Rio Doce, do Rio das Velhas e o Vale do Rio Paraopeba, além de avistarem os Picos de Itabirito²⁸² e do Itacolomi²⁸³, este último um importante referencial para se chegar à cobiçada Vila Rica.²⁸⁴

Sobretudo, o arraial encontrava-se em um ponto estratégico, como um Caminho-Tronco, por interligar os arraiais em torno de Ouro Preto, sendo utilizado como rotas de escoamento e abastecimento de mercadorias.

²⁸² O Pico de Itabirito, como marco geográfico para os deslocamentos das expedições pelo Rio das Velhas é uma rocha metamórfica de minério de ferro.

²⁸³ Encoberto por uma densa névoa, o Pico do Itacolomi impõe um ar místico ao cenário histórico de Ouro Preto e Mariana. Em tupi guarani, o nome quer dizer "a pedra ITA e o menino CORUMI". Para os índios, o pico era visto como o "filhote" da montanha. É fácil perceber isso: uma pedra imensa, com outra menor ao seu lado.

²⁸⁴ No ano de 1721 a Vila Rica de Ouro Preto foi elevada a Capital da Província. O decreto imperial de 24 de fevereiro de 1823 elevou à categoria de cidade todas as Vilas que eram capitais. Em consequência disso, D. Pedro I expediu o decreto de 20 de março de 1823 que elevou Vila Rica à cidade, restituindo-lhe o nome de Ouro Preto e atribuindo-lhe o honroso título de "Imperial Cidade de Ouro Preto". Perde o título de imperial com a Proclamação da República no ano de 1889, tonando-se a cidade de Ouro Preto.



Região da Boa Vista, ao fundo o pico do Itacolomi.
Foto: Walter Fernandes Silva Jr.

Pelas belíssimas paisagens, podemos observar e entender que a toponímia “Boa Vista”
é perfeitamente aplicável!



Capela de Santa Quitéria.
Foto: Jussara Duarte

Apesar de viver em outrora um tempo esplendoroso, atualmente o antigo e primeiro povoado referente a Rodrigo Silva não existe mais, apenas uma pequena capela resiste ao tempo, consistindo em um importante testemunho da nossa história.

Cônego José Feliciano da Costa Simões ou, como é mais conhecido, Padre Simões, e o historiador Alex Fernandes Bohrer acreditam ser a capela de Santa Quitéria do alto da Boa Vista a mais antiga de toda região do Ouro. Fontes orais datam sua edificação do ano de 1683. Mas espere, a Capelinha será assunto do próximo capítulo!

No agreste dos matagais, no deserto do sertão ou no verdor opulento dos campos de cana-de-açúcar, vê-se surgir, de longe em longe, quase irreal na sua frágil brancura, uma construção de proporções modestas, onde a presença de um sino ou de uma cruz indica um templo religioso. Diante de tal visão, o viajante se apressa, ciente de que atrás destes muros ele descobrirá, concentrado tal como em um frasco precioso, o perfume de uma civilização.²⁸⁵

Por meio de uma investigação minuciosa em documentos salvaguardados nos arquivos de Ouro Preto, encontramos importantes registros sobre o nosso distrito. Fato curioso e válido aqui revelar é que essas terras da Boa Vista teriam sido descobertas nos fins dos seiscentos, como datavam as fontes orais, antes mesmo da chegada do insigne José Correia. Como o trabalho de um detetive, buscamos por documentos e pesquisas que nos ajudaram a compreender melhor esse período.

A historiadora Adriana Romeiro, especialista na História do Brasil Colônia, faz um alerta sobre os primeiros anos do processo de povoação das terras mineiras. Através de números e estatísticas, ela ressalta que já havia aglomerações de gentes em locais importantes e estratégicos na região, alguns totalizando quatro mil pessoas vivendo em comunidade.²⁸⁶

Desconfiamos ser o arraial de José Correia um desses primórdios lugarejos... Mas ainda não concluímos nossa pesquisa e, dessa forma, continuaremos investigando!

Por enquanto, só temos algumas certezas: A primeira é a de que essas terras foram descobertas antes da chegada de José Correia, quiçá pelo bandeirante Fernão Dias (1608 – 1681), o famoso Caçador de Esmeraldas, ainda no século XVII. A segunda é a de que José Correia foi um morador de Boa Vista, não o primeiro, mas um importante fazendeiro, no qual

²⁸⁵ BAZIN, Germain. **A Arquitetura religiosa no Brasil**. Tradução Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 v, Prefácio: p.11.

²⁸⁶ ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e Emboabas no coração das Minas: Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII**. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

denominou toda região. E a terceira certeza é de que nosso distrito guarda uma antiga, vasta e fascinante história!

- Mas quem foi e quando surgiu a figura de Rodrigo Silva?

Rodrigo Augusto da Silva chegou a essas terras junto com a Estrada de Ferro, já no finalzinho do século XIX.



Rodrigo Augusto da Silva.
Fonte: Ministros de Estado do Brasil

Formado em advocacia, ele ocupou cargos altos na política do período imperial no Brasil. Foi Senador, Ministro da Agricultura, dos Transportes e das Relações Exteriores, além de ter sido o Conselheiro da Princesa Isabel. Como ele era um homem importante! Válido aqui destacar também que Rodrigo Silva teve um papel primordial na abolição da escravatura. Pois foi ele quem assinou e apresentou a Lei Áurea, junto da Princesa Imperial do Brasil, e, deram “fim” ao longo e sofrido regime de escravidão no Brasil.



Recorte de Jornal anunciando a abolição da escravidão em 1888. Detalhe para o nome do nosso Rodrigo Silva.
 Fonte: Núcleo de Pesquisa Museu Afro Brasil

Rodrigo Silva veio de uma família tradicional paulista que construiu seu legado e fortuna através do transporte e da comercialização de mercadorias. A história nos conta que seu pai, tios e avô eram proprietários de tropas e faziam o transporte de açúcar, café e de outros gêneros alimentícios antes mesmo das linhas férreas, quando estes eram feitos por mulas. Com o passar do tempo eles se desenvolveram e, já no século XIX, fundaram as primeiras ferrovias²⁸⁷ e bancos do estado de São Paulo.

Foi então na década de 1880 quando se idealizou a estrada de ferro ligando Ouro Preto ao Rio de Janeiro (a linha férrea Dom Pedro II, hoje Central do Brasil), foi projetada também uma paragem nas terras de José Correia. E no dia primeiro de janeiro de 1888, Rodrigo Augusto da Silva pessoalmente veio inaugurar a nossa Estação Ferroviária!

²⁸⁷ Para mais informações, ver: GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. 1961.



Fotografia da década de 1920 mostrando um típico dia de trabalho da Estação.
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

Outras figuras importantes da história como Dom Pedro II, Visconde de Ouro Preto, o Marquês de Tamandaré, o Conde da Mota Maia, o Barão de Mamoré também passaram pela Estação.²⁸⁸ Famílias de imigrantes, jornalheiros, operários, negociantes, agenciais, carreiros, carpinteiros, empreiteiros²⁸⁹ e mais tantos outros vieram morar no vilarejo que se formava agora junto à estação ferroviária.

Entendemos que todo o sistema complexo ligado ao trem foi central para a consolidação do espaço do novo povoamento. A acomodação da malha urbana em torno da ferrovia deu a feição atual das ruas do nosso distrito, que se estende por uma comprida rua principal paralela aos trilhos e, dessa rua principal partem diversos becos e ruas.

Sem dúvidas, podemos até imaginar que o apito do trem trouxe ao povoado momentos gloriosos com trânsito de pessoas e com a comercialização de produtos, que devem ter feito o novo ambiente se energizar!

²⁸⁸ ANDRADE, Bernardo. **Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva**. fev/2008.

²⁸⁹ Nas “Atas de Eleições” encontramos as principais profissões dos homens moradores de Rodrigo Silva, do período que abrange o final do século XIX ao início do século XX. Arquivo Municipal da Câmara Ouro Preto.



Fotografia feita a partir da Fazenda dos Alemães, final do século XIX
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

Dessa forma, em homenagem ao célebre visitante Rodrigo Silva que chegou nestas terras trazendo junto com ele o “progresso” advindo com o trem, o antigo arraial denominado José Correia se transformou em Rodrigo Silva!

Curioso foi um documento que encontramos no Arquivo Municipal da Câmara de Ouro Preto: uma carta datada de 1890, onde nos mostra a opinião dos moradores da época sobre essa mudança de nomes. Surpreendentemente, a população reivindicava a volta do nome do povoado para José Correia, por este ter sido um morador local. Descreveremos na íntegra o documento encontrado:

“A Intendência do Município de Ouro Preto, tende na mais alta consideração, que o combate ferido no arraial denominado a José Correia = em ano de 1833, entre as forças legalistas e os sediciosos de então foi que por termos a essa revolução militar conhecida na história deste Estado de Minas pelo nome de = Rugsas = e entendendo que esse facto tornou justamente célebre e histórico tal lugar, onde então foram sepultados muitos dos nossos irmãos mortos no campo da luta pela causa da Pátria, vem em nome da história do nosso Estado e expressando o sentimento unanime do Município, pedir-vos para obter do patriótico Governo da República a mudança do nome de = Rodrigo Silva = que nada recorda, dado a Estação do Ramal Férreo de

Ouro Preto, restabelecendo o antigo = José Correia que faz lembrar o patriotismo vivaz e ardente, que desponta em nossa alma tão saudosas recordações.” (Paço da Intendência Municipal de Ouro Preto, 20 de janeiro de 1890)²⁹⁰

Não obstante, como hoje sabemos o pedido não foi aceito e hoje somos consagrados como Rodrigo Silva!

- Revolta da Fumaça?

Aproveitando o que o documento nos revela, faremos uma ponte para expor o episódio mencionado: a “Revolta do Ano da Fumaça” ou, como também ficou conhecida, a “Sedição de Ouro Preto”.

Ocorrida em 1833, o movimento é de suma importância para a construção da História de Minas! Ainda pouco estudado pela historiografia quando comparado com as revoltas acontecidas no mesmo período, felizmente a encontramos destacada em pesquisas recentes.

A historiadora Andréa Lisly Gonçalves, especialista em História do Brasil Imperial, estuda os motins ocorridos em Minas Gerais no período da Regência²⁹¹ que compreende os anos 1831 a 1840. Dessa forma, ela nos esclarece que “o nome com que a Revolta passou à história teve origem no fato de que o frio se mostrou particularmente intenso naquele período cobrindo a capital da Província com uma espessa neblina”²⁹², assim se explica a denominação “Fumaça”.

De caráter restaurador, esse motim formado por pessoas contrárias ao governo que pediam a volta de D. Pedro I, o qual havia abdicado em 1831, além de se manifestarem contra o aumento dos impostos cobrados pela fabricação da aguardente e pela proibição do sepultamento no interior das igrejas.

Contudo, atraíram apenas uma pequena parcela da população, somente a Câmara de Ouro Preto aderiu à revolta. Com isso, a capital que era em Ouro Preto foi transferida por dois

²⁹⁰ Documento avulso encontrado no Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Ouro Preto.

²⁹¹ O período da regência foi estabelecido no Brasil no ano de 1831, quando no dia 7 de abril D. Pedro I abdicou do trono. Seu filho, príncipe herdeiro, tinha apenas 5 anos de idade, o que o impediu de assumir o governo. Em virtude disso, instaurou-se o regime regencial caracterizado como uma junta governamental, período também marcado por grandes agitações sociais. Teve fim com o “Golpe da maioria”, em 1840 quando D. Pedro II foi declarado maior de idade com apenas 14 anos e, dessa forma, tinha direitos e assumiu o poder. Seu governo durou 49 anos, tendo início no dia 23 de julho de 1840 e finalizando em 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República.

²⁹² GONÇALVES, Andréa Lisly. **A fidalguia escravista e a Constituição do Estado Nacional Brasileiro (1831 – 1837)**. Universidade de Ouro Preto, 1998.

meses para a cidade de São João del Rei, até que finalmente o “governo dos intrusos” fora derrotado.

Isolada, o Exército Imperial sitiou a cidade por algumas semanas e uma batalha ocorreu em Rodrigo Silva, com mortos e feridos de ambos os lados. Essa batalha teria ocorrido nos arredores do local conhecido hoje como Morro da Guerra, batizado em homenagem ao evento.

No alto desse morro foi implantado um cruzeiro de concreto, que serve de marco para lembrar os homens que morreram em combate. E hoje, o monumento consiste em mais um importante patrimônio do nosso distrito reconhecido por todos como o Morro da Guerra!



Caminho para o Morro da Guerra
Foto: Jussara Duarte

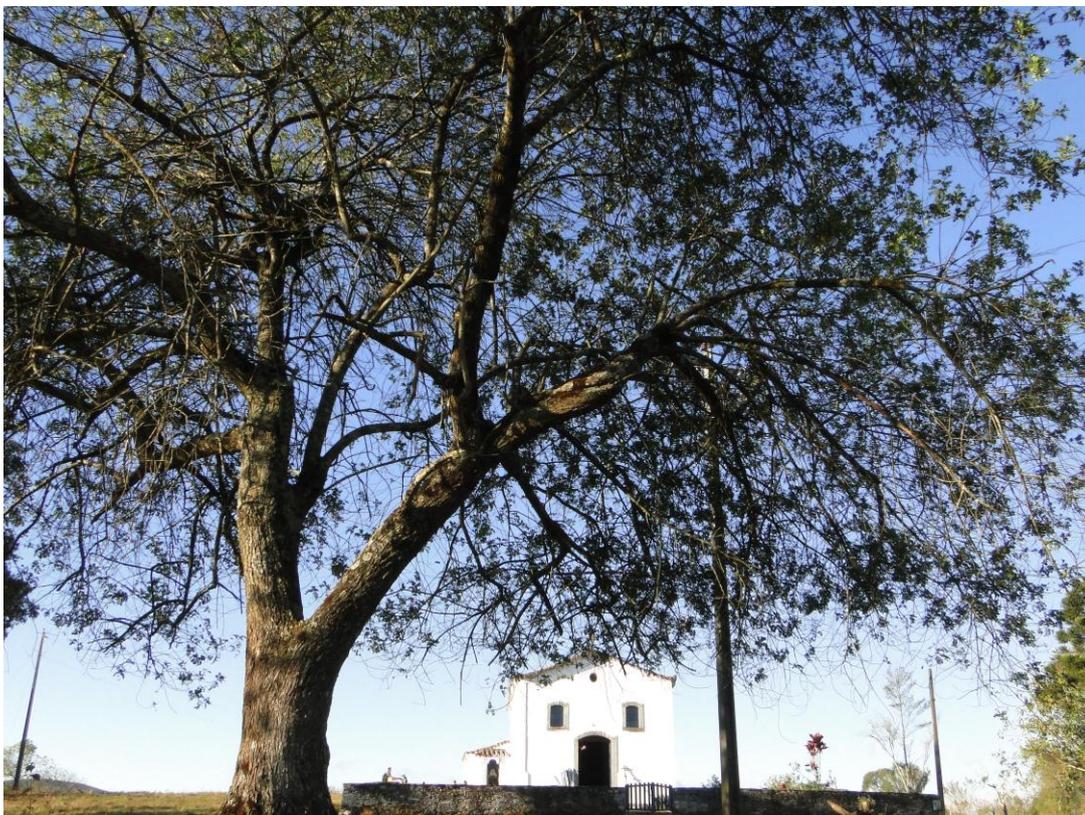
Rodrigo Silva foi elevado a distrito pela lei nº 2.764, expedida em 30 de dezembro de 1962. Atualmente, é sede distrital dos povoados de Arrozal, Bico de Pedra, Boa Vista, Quilombo, Fundão e Morais. Está localizado a 18 km de Ouro Preto, e conta hoje com uma população de aproximadamente 1.070 de acordo com o Censo IBGE de 2010.

Continuaremos nos próximos capítulos a descer os degraus da história, acompanhados dos nossos bens patrimoniais.

“O passado tem um grande encanto para quem tem a sensação da história. Vale a pena descer as suas camadas subterrâneas onde às vezes só se vive e conversa com os mortos. Raramente estamos satisfeitos do presente, em que as aspirações de cada dia nos geram dissabor. O futuro é incerto e envolve nos seus mistérios o imprevisto, que pode ser de decepções. Só o passado pode nos dar horas inteiras de conforto e de calma, pois quando nos voltamos para ele é em busca de coisas, que ainda tristes, são as que mais soem despertar quanto há simpatia em nosso ser. Foi talvez desse fundo da alma humana que a nossa língua tirou a doce poesia da saudade”.

Tobias Monteiro

CAPÍTULO 2 – Remanescente de Minas Colonial



A resistente Capela de Santa Quitéria
Foto: Geraldo Cabecinha

Iniciaremos este segundo capítulo com uma bem aventurada revelação!

Na busca por fontes primárias que contassem um pouco da nossa história, encontramos no Centro de Estudo do Ciclo do Ouro, instalado na Casa dos Contos, um documento inédito que aponta uma possível datação à Capela de Santa Quitéria do Alto da Boa Vista e traz o nome do padre que aqui dedicou toda sua vida espiritual!

Trata-se de uma Escritura de demarcação das terras pertencentes ao Reverendo Padre Valentim Soares Couto, datada do dia 16 de julho de 1726. Examinando o documento, observamos que antes da abertura de apresentação está descrito: “Nas casas e sítio que constam da Escritura, tem o valor especial de ter sido de Fernão Dias”. Aqui o tabelião Agostinho Soares Francisco deixa claro que essas terras poderiam ser mais valorizadas pelo fato de terem sido do ilustre bandeirante Fernão Dias (1608-1681) que percorreu o interior de Minas entre os anos de 1661 a 1681, como já mencionamos no capítulo anterior. Dessa forma,

compreendemos que o arraial de José Correia provavelmente foi povoado ainda no século XVII!

Continuamos a leitura da Escritura e refletimos sobre a data referida, 1726. Possivelmente neste ano a Capela já estava edificada, considerando a dificuldade para fazer construções naqueles tempos (o que lhe levaria alguns anos para ficar pronta) e o fato do padre Valentim já herdá-la assim como as casas e o sítio. Dessa forma, reconhecemos seus valores culturais, artísticos e arquitetônicos para tecermos uma parte ainda obscura que é o século XVII e o início do XVIII, que marcam a povoação de Minas Gerais.

Pesquisando sobre o padre Valentim Soares Couto, encontramos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos Autos de Justificação de Antônio de Castro e Maria de Castro, uma ação para “receber a herança de seu irmão o Padre Valentim Soares de Couto, também natural de Lobão, falecido no sítio da Boa Vista, freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila Rica de Ouro Preto, Brasil (1754)”.

O documento faz menção ao vilarejo Lobão – situado ao norte de Portugal, hoje integrado a Santa Maria da Feira – e a dois irmãos do padre e seus pais António de Castro e Maria Soares. Na Revista do IPHAN temos os primeiros aforramentos e ranchos de Ouro Preto, e localizamos o nosso padre com “três braças no arraial dos Paulistas no bairro de Ouro Preto, em 1719.”

Com essa investigação, concluímos em primeira instância que o Padre Valentim Soares Couto nasceu no norte de Portugal e, no ano de 1719, encontrava-se em terras luso-brasileiras com habitação própria no bairro Antônio Dias de Ouro Preto. Em 1726 ele já possuía como patrimônio a Capela e as terras que pertenceram a Fernão Dias no arraial da Boa Vista e no ano de 1754 o padre faleceu em seu sítio, permanecendo por 28 anos nessa região.

Aproveitando dessas descobertas valiosas, alertamos para o fato de que a Capela ainda não foi tombada e titulada como Patrimônio Cultural²⁹³. Talvez por estar situada em um lugar distante e quase abandonado, ou nas redondezas de uma grande mineração de topázio, ou ainda por ser fora do centro turístico de Ouro Preto, essa humilde e ao mesmo tempo tão significativa construção permanece ao léu das políticas preservacionistas e às margens da história oficial.

²⁹³ Ressaltamos que não existe Patrimônio Cultural Municipal, Estadual, Federal ou Mundial. Existe, sim, Patrimônio Cultural de todos e todos pelo Patrimônio.

Apesar disso, ela ainda sobrevive recebendo todo cuidado e atenção daqueles que a conhecem, que a reconhecem e por ela se encantam! “(...) não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar pela emoção, uma memória viva”²⁹⁴.

- Mas qual a importância de ser “Patrimônio”?

Nesse momento, é válido observar a mudança do conceito de Patrimônio como posse de bens privados de um indivíduo para a ideia de patrimônio enquanto propriedade pública de uma sociedade. No Projeto “Mais Cultura” o Patrimônio é reconhecido como uma herança comum a todos, sendo o nosso dever respeitar e cuidar para que sua vivacidade atravesse gerações e gerações. Acreditamos ser “patrimônio” todo nosso passado em comum!

Assim, entendemos que não só os objetos artísticos e arquitetônicos, mas quaisquer realização e manifestação humanas são legados importantes deixados para posterioridade, sendo nosso dever preservá-los! Mas além desse reconhecimento, quando tais patrimônios são “tombados” ou “registrados”, estes recebem toda a atenção por parte dos governantes e formas legais de proteção.

Entretanto, mesmo os bens não “institucionalizados”, mas produzido no decorrer do tempo em uma sociedade – que tem por objetivo demonstrar sua cultura e seus hábitos – faz parte do passado e deve ser reconhecido como Patrimônio!

O que na essência tem valor é o sentimento da própria comunidade, que deve valorizá-lo, amá-lo e preservá-lo. Isso sim é essencial para o seu reconhecimento! É claro que há a extrema necessidade do auxílio técnico e financeiro dos órgãos governamentais para sua efetiva preservação, mas é a comunidade que cuida, lutará por eles.

²⁹⁴ CHOY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ªed. – São Paulo; Estação Liberdade: UNESP, 2006. p.18.



Capela de Santa Quitéria.
Foto: Jussara Duarte

A Capela de Santa Quitéria, que hoje sobrevive às intempéries do tempo, outrora foi lugar de destaque. Era o centro da vida social e cultural de toda região, podemos dizer que era o coração pulsante dos nossos antepassados. “Ali se comemoram as principais festas em torno dos santos, ali se celebra o casamento e a morte, dali partem e chegam as procissões”²⁹⁵.

E, apesar de não receber o título institucional de patrimônio, a capela da Boa Vista é periodicamente visitada e anualmente se enfeita e recebe seus antigos moradores, visitantes e turistas para celebrar o dia da Santa Quitéria! Essa festa, que reúne todos em torno da antiga e tão importante construção, é tradicionalmente repetida ano após ano e, em 2006, foi inventariada como Patrimônio Imaterial de Ouro Preto.

- Patrimônio Imaterial? O que isso significa?

O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível equivale às expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos de todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais, perpetuam no presente, passando seus conhecimentos a seus descendentes²⁹⁶, como de pais para filhos. São exemplos de patrimônio imaterial: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas e outros costumes e tradições.

²⁹⁵ BAZIN, Germain. *A Arquitetura religiosa no Brasil*. Tradução Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 v.

²⁹⁶ Declaração da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003.

Em outros tempos, as capelas com suas festividades religiosas constituíam-se como os mais importantes momentos de socialização na vida das pessoas, principalmente quando falamos dos séculos XVIII e XIX.

A capela localizada lá no alto da Boa Vista dedicada à Santa Quitéria estava relacionada à proteção dos mineradores e deve ter rendido-lhe grande devoção no tempo colonial. Para ali se dirigiam os fiéis para realização de suas práticas religiosas, ou pagando promessas ou agradecendo suas graças alcançadas.

A escultura que representa a Santa Quitéria dá-nos uma ideia do grande apreço devocional que tinha na região! A imagem é uma imponente escultura policromada datada de 1700²⁹⁷. Antigamente ela ocupava o altar-mor da capela, hoje está resguardada nos cofres da Paróquia do Pilar em Ouro Preto. Entretanto, felizmente no dia da festa ela retorna ao seu lugar de origem, onde é recebida com louvor pelos seus devotos, perpetuando assim a memória e a tradição dos moradores de Rodrigo Silva!

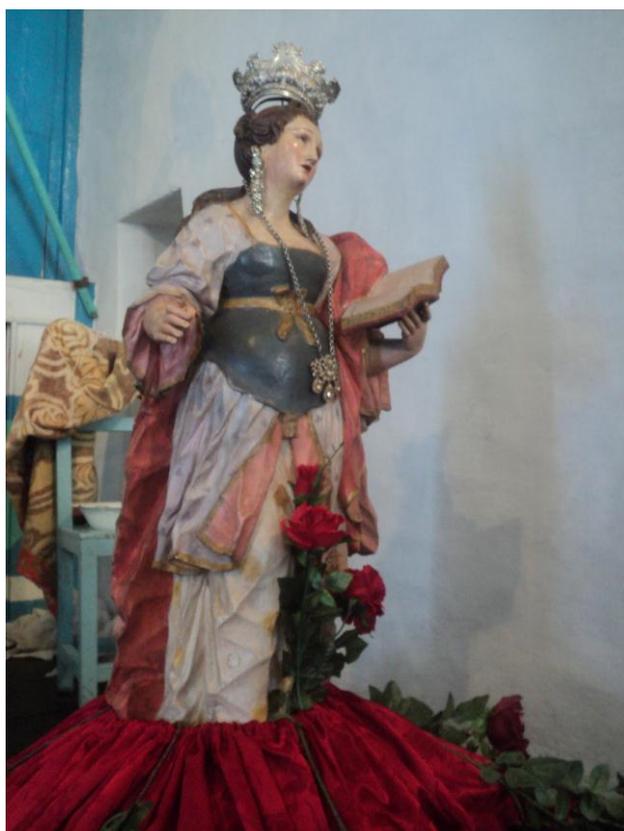


Imagem de Santa Quitéria do Alto da Boa Vista no dia de sua festa.
Foto: Jussara Duarte

²⁹⁷ Informação retirada da Ficha de Inventário do Patrimônio Imaterial da Festa de Santa Quitéria. Disponível em: www.ouropreto.mg.gov.br.

Outros elementos também fazem parte da festa, como as bandeiras de Santa Efigênia, Nossa Senhora do Rosário, São Sebastião e Sagrado Coração de Jesus, ornadas pelos moradores do Quilombo e levantadas no adro da capela no sábado à noite. Segundo o inventário da festa antes da Capela homenagear Santa Quitéria, ela coroava os santos negros de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Sebastião... Entretanto não encontramos nenhuma referência concreta a esta informação. Mas são fatos que merecem uma atenção especial nas nossas próximas pesquisas.



Bandeiras no alto
Foto: Walter Fernandes Silva Jr.

A festa em homenagem à Santa Quitéria teve início há mais de séculos, provavelmente logo após a sua construção e podemos dizer que continua com muito fervor. Atualmente, o antigo arraial transforma-se nos dias. Toda preparação é feita pelos moradores de Rodrigo Silva, as carinhosamente chamadas “Quitérias” que se mobilizam, revezam, limpam,

repintam, cortam o gramado e a enfeitam para receber a imagem e festejar a Santa Quitéria. Esperançosa e bela ação que a mantem erguida²⁹⁸ e digna de reconhecimento.

A festa normalmente acontece no último final de semana do mês de agosto, mas é preciso que as condições climáticas permitam que isso aconteça. A precariedade da estrada pode levar a uma mudança de datas. Sendo assim, nos últimos cinco anos a festa está sendo realizada no último fim de semana de setembro. Os dias de festa reúnem os antigos moradores do arraial, moradores de Rodrigo Silva, aqueles que ali possuem enterrados seus entes queridos, suas lembranças, suas memórias e o seu passado. Também participam alguns poucos turistas e curiosos em torno da padroeira, além de sempre contar com a presença da Sociedade Musical Santa Cecília.



Apresentação da Sociedade Musical Santa Cecília na Festa de Santa Quitéria.
Foto: Geraldo Cabecinha

²⁹⁸ Não apenas sua conservação, mas também sua funcionalidade é primordial para sua manutenção.

- E quem foi Santa Quitéria?

Na hagiografia (ciência que estuda as lendas e os escritos que tratam da vida dos santos), a Santa Quitéria viveu no início da era cristã, na região da Galícia, que abrangia o noroeste da Espanha e o norte de Portugal. Foi martirizada em 303, durante a perseguição de Diocleciano.

Os jesuítas contam o seguinte: a mulher de um oficial romano, governador da Galícia, teve várias filhas gêmeas. Envergonhada com o parto múltiplo, mandou a empregada afogá-las no rio. A servente, penalizada, levou-as para serem criadas por uma família cristã de sua confiança. Quando adultas, apesar de reconhecidas pelo pai, tornaram-se famosas pela campanha contra os deuses pagãos, recusando casamentos com oficiais romanos. Encarceradas numa torre, fugiram com todos os cativos e iniciaram uma guerrilha contra a ocupação romana. Presa como líder da revolta, Quitéria foi decapitada e seu corpo atirado no rio. Conta a tradição que a Santa emergiu das águas segurando sua cabeça subiu o morro e caminhou até o lugar em que desejava ser enterrada.

Quitéria foi muito venerada na Espanha e em Portugal, onde possui uma basílica na cidade de Alenquer, edificada no final do século XVIII sob a proteção da rainha Maria I. Sabe-se que o seu culto foi trazido para Brasil ainda no período colonial.

Os estados do Maranhão e Ceará possuem paróquias em seu louvor. Em Minas Gerais ela foi oragos de capelas construídas em Diamantina, Esmeraldas, Congonhas, Catas Altas e em Ouro Preto, como no arraial da Boa Vista e em Catarina Mendes. Seu nome foi também utilizado em espaços geográficos da cidade, o morro de Santa Quitéria – hoje denominada Praça Tiradentes – e a Rua de Santa Quitéria, também conhecida como a atual Rua do Carmo.

Em Ouro Preto, há menções a uma ermida construída no início do século XVIII e dedicada “à augusta e odorífera flor de Portugal”, a Santa Quitéria. Segundo as Efemérides Mineiras, de Xavier da Veiga, os conjurados da Revolta Mineira de 1720 “reuniram-se e fortificavam-se na praça principal da Vila, em frente à Casa da Câmara, junto à Igreja de Santa Quitéria.”

Entretanto, não temos estudos significativos sobre essa capela, sabe-se apenas que ela teria cedido o seu lugar ainda no início do século XVIII para a Irmandade do Carmo²⁹⁹, contanto que esta colocasse sua imagem abaixo da Nossa Senhora do Carmo no altar-mor da nova igreja. Verdade ou não, a escultura de Santa Quitéria está lá.



Imagem de Santa Quitéria no altar-mor da Igreja do Carmo de Ouro Preto.

Foto: Jussara Duarte

Santa Quitéria é geralmente representada com a palma do martírio na mão direita, mas não segue um padrão absoluto. Na imagem no Museu de Arte Sacra de São Paulo, Santa Quitéria apresenta-se de pé sobre as águas, vestida com roupa de moça nobre, a cabeça coberta por um véu, mas deixando ver seus cabelos cacheados e segurando um livro com a mão esquerda. Algumas vezes é representada com um cachorro aos seus pés, pois contam que deteve dois cães raivosos com o poder de sua voz.

A nossa imagem de Santa Quitéria do alto da Boa Vista tem como atributos o livro e a espada, mas pela iniciativa dos garimpeiros, adquiriu novos emblemas como a coroa de prata,

²⁹⁹ Um grupo de irmãos da Venerável Ordem Terceira do Carmo do Rio de Janeiro, fixado em Ouro Preto, resolveu separar-se e fundar sua irmandade própria, o que fez recebendo Patente de Roma em 15 de maio de 1751, confirmada pela Provisão de 19 de agosto de 1754. Criou seus estatutos próprios em 1755 e resolveu construir sua igreja no local da capela de Santa Quitéria, onde a Irmandade do Carmo se reunia.

os brincos e o colar de topázio, pedra explorada na região. Suas vestimentas são das cores, azul, branca e vermelha, com arremates em douramento. Provavelmente essa escultura foi feita por um artista português e veio guiando o Padre Valentim Soares Couto para o altar entre as nossas montanhas de Minas!

- Sobre a arquitetura portuguesa no Brasil:

Foram os jesuítas, bandeirantes e sertanistas que, movidos pela fé, disseminaram pequenos oragos e humildes capelas ao longo dos caminhos; guarneceram-nos com as primeiras imagens; plantaram os cruzeiros; fixaram as sineiras, edificaram templos: estava definitivamente instalado o cristianismo nas terras brasileiras, após o esforço de uma empresa polivalente – missionária, moralizadora, desbravadora, agrícola e política. A religião, mais que a própria língua, foi o ‘cimento’ que amalgamou as raças e unificou o vasto território do Brasil.³⁰⁰

Descendo os degraus do passado, faremos uma breve apresentação de como as primeiras edificações religiosas foram construídas na nossa região, a fim de compreendermos melhor o contexto histórico vivido.

Sabemos que as capelas em Minas Gerais foram erguidas por portugueses, baianos e paulistas, ainda no século XVII, quando eles deixavam o litoral à procura de índios ou de ouro. Adentrando pelo sertão, logo levantaram os primeiros templos homenageando as imagens devocionais que traziam no lombo de burros.

Os singelos oratórios³⁰¹ e as imagens de santos que os acompanhavam também traziam a proteção contra os perigos das matas virgens e ainda desconhecidas. Seguindo os caminhos guiados por índios escravos e quase sempre de um jesuíta, pelo compasso dos rios logo encontravam as gemas e efetivavam de fato a colonização. Esses oratórios foram cedendo lugar às verdadeiras construções que, apesar de simples e humildes, eram extremamente devocional!

Essas capelinhas eram feitas com matéria-prima retirada da própria região. Provavelmente as primeiras eram de pau-a-pique e com os telhados cobertos por palhas ou

³⁰⁰ GAMA, Lélia Vidal Gomes da. **Devoção e Nostalgia: Informação histórico – litúrgica sobre o catolicismo e culto a Virgem Maria em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, 1984, p.5.

³⁰¹ Oratório é um nicho com imagens de santos, destinado à devoção particular. Originou-se na Idade Média e até os dias de hoje ainda é utilizado nas casas como local de oração. Os oratórios foram inicialmente destinados à moradia do rei. As famílias mais ricas também passaram a ter seus altares particulares e à medida que o culto aos santos propagava-se, estes altares ou capelas passaram a ser frequentados pelas associações leigas. Tal hábito popularizou-se e chegou às colônias portuguesas através dos colonizadores. O costume floresceu no Brasil, onde os oratórios espalharam-se pelas fazendas, pelas senzalas e residências como local de culto privado ou público.

palmeiras; mais tarde, assim que os arraiais começavam a adquirir feição estável, buscaram empregar a canga, por ser um material mais resistente e duradouro.

As plantas arquitetônicas das capelas buscavam antes de tudo a funcionalidade. Basicamente, eram compostas de um quadrilátero sem divisão em naves e sem capelas laterais, apenas com uma fachada elementar que implantava um frontão triangular sobre uma base retangular. Pode-se dizer que não havia, nesse primeiro momento, maior preocupação com ornamentos. Tratava-se de uma atitude arquitetônica tipicamente portuguesa³⁰², nascida da tentativa de preservar a identidade nacional em um período de crise política, econômica e social, de acordo com o historiador Alex Bohrer.

Após o Concílio de Trento³⁰³ foi necessário transformar as grandes construções. “Inimigos das complicações que a existência de uma cúpula acarreta, eles escolheram uma planta de nave única, mais simples, aliás, herdada da Idade Média”³⁰⁴. Com intuito de simplificá-la, o interesse também era de recuperar os fiéis, concentrando-os em uma única nave. Dessa forma, tanto os jesuítas quanto os portugueses e os espanhóis acataram as novas definições romanas e trouxeram-nas para o além-mar.

As primeiras capelas coloniais no Brasil seguem esse estilo português e são marcadas pela rigidez das formas, clareza, ordem e simplicidade, possuem uma arquitetura de influência clássica, usando proporções áureas, métricas, geométricas extremamente compactas e ortogonais³⁰⁵. São adaptadas conforme o desenvolvimento de uma arquitetura facilmente executável, cuja construção fosse possível por todo o império, desde Portugal até à Índia e ao recém descoberto Brasil!

³⁰² Esse estilo, cuja austeridade remetia aos edifícios clássicos, conheceu-se pelo nome de "arquitetura chão", marcado pela rigidez das formas, clareza, ordem, proporção e simplicidade.

³⁰³ Concílio de Trento é o nome de uma reunião de cunho religioso convocada pelo papa Paulo III em 1546 na cidade de Trento. Com o surgimento e expansão do protestantismo, profundas modificações atingiram a Igreja Católica. Uma reação a tal expansão, que é denominada como a " Contrarreforma" foi guiada pelos papas Paulo III, Júlio III, Paulo IV, Pio V, Gregório XIII e Sisto V, buscando combater a expansão da Reforma Protestante. Além da reorganização de várias comunidades religiosas já existentes, outras foram criadas, dentre as quais a Companhia de Jesus ou Ordem dos Jesuítas, tendo como fundador o Santo Inácio de Loyola.

³⁰⁴ SANTOS, Paulo F. **Subsídios para o estudo da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto**. Rio de Janeiro, 1951.

³⁰⁵ Para mais informações veja: SANTOS, Paulo F. **Subsídios para o estudo da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto**. Rio de Janeiro, 1951.



Capela de São João, uma das primeiras construções religiosas de Ouro Preto.
Foto: Jussara Duarte

Essa arquitetura que chamamos de vernacular³⁰⁶ representa os aspectos sociais, históricos e geográficos de uma sociedade que utiliza as condições disponíveis no seu entorno para erguer suas próprias construções.

Anterior ao aclamado período Barroco, o material e os estudos sobre o assunto ainda são escassos, tornando-se de extrema necessidade a elaboração de projetos de conscientização que ressaltem necessidade de proteger, de conservar e principalmente de reconhecer essas humildes construções como sendo também importantes registros históricos, como Patrimônio Cultural!

- A arquitetura da Capela de Santa Quitéria:

A nossa graciosa capela de Santa Quitéria, edificada no alto da Boa Vista, possui essas características simples em sua composição e seus elementos foram organizados cuidadosamente seguindo as regras da Igreja Católica. Constitui de um bloco quadrangular, com volumes compactos e uma composição retilínea.

³⁰⁶ Segundo Myriam, essa seria a autêntica arquitetura brasileira. Tem como origem o termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais.



Capela de Santa Quitéria.
Foto: Geraldo Cabecinha

Do século XII ao século XV são numerosas, na Itália, as igrejas de nave única, que terminam por uma fachada muito simples, coroada por um frontão triangular de ângulo obtuso e reproduzindo as proporções de uma fachada de templo antigo.³⁰⁷

Sua fachada também possui um frontão triangular, trazendo uma cruz simples de pedra, um pequenino óculo (sem vidro) e duas sacadas com vergas arqueadas em pedrasabão.³⁰⁸ O emprego de pequenos campanários independentes (o lugar dos sinos) parece ser muito antigo em Minas Gerais. Aqui o campanário é ligeiramente recuado da fachada com duas escoras que sustentam o sino. Atualmente o sino foi retirado e está resguardado no cofre da Igreja do Pilar.

³⁰⁷ SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro, 1951.

³⁰⁸ Provavelmente uma alteração posterior, pois as mais antigas eram retilíneas e feitas com madeira.



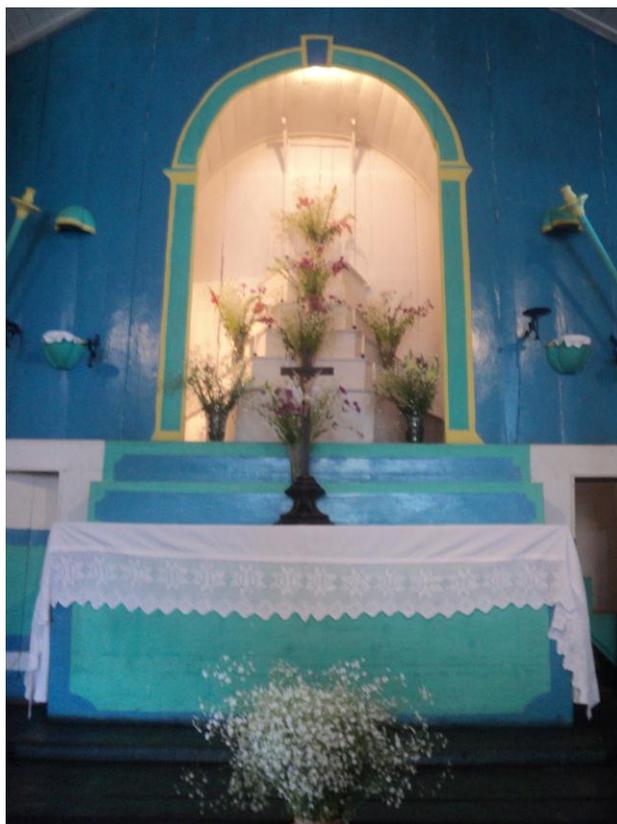
Detalhe do sino escrito: “Senhora S. Quitéria Oraí Por Nós”.

Foto: Jussara Duarte

No seu interior encontra-se uma pia batismal e um púlpito de madeira ao lado da Epístola³⁰⁹. O coro e a divisão da nave versam com balaústres de madeira bem rústicos. Os dois retábulos laterais de madeira com reboco original de argamassa e cal possuem uma disposição bastante simplificada, o que permite dizer serem “retábulos de carapina” (do povo, segundo Adalgisa Campos Arantes e Alex Fernandes Bohrer). Suas cores foram alteradas e hoje equivalem a tons alegres e bem vivos de verde e rosa.

O altar-mor guarda características peculiares e originais, com madeiras largas que em outros tempos abrigavam a majestosa imagem de Santa Quitéria. Possui também dois nichos laterais bem simples, contendo castiçais de bronze, um em cada lado, que lhes serviam para iluminação, bem antes da chegada da energia elétrica!

³⁰⁹ Epístola é o lado direito do altar, em relação ao observador, que se opõe ao lado do Evangelho.



Altar-mor da Capela de Santa Quitéria.
Foto: Jussara Duarte

O principal bem relacionado à Festa, inventariada como Patrimônio Imaterial de Ouro Preto, não diz respeito apenas à imagem setecentista, mas a todo o conjunto. Entendemos que é no espaço físico da Capela que as pessoas celebram a Festa, atualmente com o objetivo de receber a imagem. Dessa forma, refletimos: sem a capela, sem a imagem ou sem a comunidade, será que a Festa continuaria? Fica a reflexão...

Torcemos para esses bens caminharem sempre juntos, pois entendemos que seus sentidos estão interligados. Não apenas a festa é nosso “Patrimônio”, mas também os elementos como um todo que a compõe como a Capela de Santa Quitéria e a Escultura de Santa Quitéria, reconhecidas pelo povo de Rodrigo Silva que se mobiliza ano após ano para que a Festa aconteça!

É sabido que os imigrantes que vieram aumentar a população brasileira, obrigou a demolição das construções primitivas e muito pequenas do século XVII para que então fossem edificadas outras, grandes e ostentosas matrizes (principalmente pelas riquezas advindas do ouro). Portanto, acreditamos que esta capela remanescente de um povoado que não se desenvolveu é uma relíquia dos tempos antigos e deve ser reconhecida como tal e preservada!

CAPÍTULO 3 – Pelos trilhos da História

Neste terceiro capítulo faremos uma breve apresentação do processo de criação das primeiras ferrovias pelo mundo afora. Pontuaremos os principais acontecimentos da história, a fim de trilharmos o caminho até a edificação da nossa Estação em Rodrigo Silva!



Desenho da aluna Clarisse feito em 2012.

Foto: Jussara Duarte

- Contextualização:

A Revolução Industrial foi o impulso principal para a construção das primeiras ferrovias. Teve início primeiro na Europa, mais precisamente na Inglaterra a partir de 1750, onde a manufatura foi cedendo lugar às máquinas concentradas em grandes fábricas.

Novas invenções que começaram a ser desvendadas permitiram o avanço do progresso. Entre eles, cabe destacar a invenção do tear mecânico por Edmund Cartwright, em 1785, que revolucionou a fabricação de tecidos e a máquina a vapor por James Watt, dando o pontapé inicial para produção dos meios de transportes.

Entretanto, foi somente no início do século XIX que o aumento do volume da produção de mercadorias e a necessidade de transportá-las com rapidez para os mercados consumidores permitiram que esse desenvolvimento fosse deslançado!

A ferrovia tornou a ideia de progresso e a sensação de velocidade inerentes ao novo mundo que se abria em objetos palpáveis. As distâncias diminuía, as mercadorias e as pessoas chegavam mais rápidas e com mais segurança aos seus destinos. A ferrovia carregaria para sempre a ideia de progresso por onde ela passasse. Passou a ser o símbolo do desenvolvimento capitalista do mundo contemporâneo, até pelo menos os anos 30, quando foi substituída por outro invento ainda mais ‘diabólico’ e rápido, o automóvel.³¹⁰

Em 1804, o engenheiro britânico Richard Trevithick criou a primeira locomotiva movida com um motor a vapor. Todavia, esse acontecimento tão esperado e histórico não teve um final muito feliz. Com 18 toneladas e 70 passageiros os trilhos não resistiram e quebraram quando a velocidade aumentou e chegou aos 8 km/h. Isso mesmo, 8 km/h! Passados alguns anos, em 1825 outro engenheiro inglês, obteve mais sucesso com sua *Locomotion*. Esta então locomotiva trilhou 15 quilômetros entre as cidades Stockton e Darlington com uma velocidade um pouco maior de 20 km/h.

A partir dessa época ocorreram diversas melhorias técnicas nos trilhos e nas locomotivas. Com mais força e velocidade, as máquinas foram substituindo os cavalos, proporcionando o aumento do número de vagões e da quantidade de carga transportada por todo o mundo!

Os países da Europa passavam pela chamada Segunda Revolução Industrial e desta maneira, necessitavam de matérias-primas para a sua industrialização (como carvão, ferro, petróleo e produtos alimentícios), além de ter lugares como mercados consumidores para vender seus excedentes. Já no final do século XIX ocorria outro importante processo histórico conhecido como “neocolonialismo”, onde essas nações expandiram suas explorações para bem longe de suas terras... Mas deixaremos para uma próxima história.

- As Ferrovias no Brasil:

Não tardou muito para que estas questões relacionadas à invenção da locomotiva e à construção de estradas de ferro desembarcassem também no Brasil. Mas, ao contrário das

³¹⁰ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p.107.

nações européias (em processo de industrialização), onde as ferrovias foram construídas de maneira a integrar seus territórios, as ferrovias estabelecidas nos países explorados, como no nosso caso, tinham como objetivo interligar as áreas produtoras de matérias-primas em direção aos portos. Dessa maneira, facilitaria o escoamento dos produtos.

A expansão ferroviária brasileira não se justifica somente pelo viés econômico, mas também como forma de integrar os sertões brasileiros ao centro político e econômico, o sudeste do país, e garantir a realização do projeto de nação vislumbrado pelas elites brasileiras.³¹¹

É importante lembrar que, até a chegada da ferrovia no Brasil, o transporte terrestre processava-se no lombo dos burros e cavalos em estradas bastante precárias. Para termos ideia, naqueles tempos, “os portos de Parati e Angra dos Reis exportavam cerca de 100 mil sacas de café, já em São Paulo chegavam ao porto de Santos cerca de 200 mil bestas carregadas de produtos agrícolas”³¹².

As primeiras iniciativas nacionais relativas à construção de ferrovias remontam ao ano de 1828, quando o Governo Imperial autorizou por Carta de Lei a construção e exploração de estradas em geral. Em 26 de julho de 1852, o Governo promulgou a Lei n.º 641, na qual dava vantagens do tipo isenções e garantia de juros sobre o capital investido para empresas nacionais ou estrangeiras que se interessassem em construir estradas de ferro em qualquer lugar do Brasil.

No mesmo ano de publicação da lei, o grande empreendedor brasileiro Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), mais conhecido como o Barão de Mauá³¹³, recebeu concessão do Governo Imperial para a construção e exploração da primeira linha férrea do Brasil. Entusiasta dos meios de transporte, especialmente das ferrovias, a ele são atribuídos os primeiros trilhos brasileiros.

A locomotiva denominada “Baronesa”, em homenagem a sua esposa Maria Joaquina Machado de Souza, percorreu a Baía da Guanabara em direção à cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Hoje a linha não funciona mais, mas a locomotiva Baronesa se encontra

³¹¹ VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos ferroviários: um balanço da historiografia ferroviária brasileira.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 2 Nº 4. Dezembro de 2010.p.2.

³¹² Ministério dos Transportes do Brasil.

³¹³ Barão de Mauá ou Visconde de Mauá (1813-1889) foi industrial e político brasileiro. Pioneiro da industrialização no Brasil, foi também um símbolo dos capitalistas empreendedores brasileiros do século XIX. Nasceu de família humilde, em Arroio Grande, Rio Grande do Sul. Em 1845, à frente de ousado empreendimento além dos trilhos, construiu os estaleiros da Companhia Ponta de Areia, em Niterói, iniciando a indústria naval brasileira. Em 11 anos, o estabelecimento fabricou 72 navios a vapor e à vela.

preservada como patrimônio cultural no Museu Ferroviário do Engenho de Dentro, da RFFSA, localizado no Rio de Janeiro.

Após a inauguração da Estrada de Ferro Mauá, foram construídas consecutivamente outras ferrovias: Recife ao São Francisco (1858), D. Pedro II (1858), Bahia ao São Francisco (1860) e a Companhia Paulista (1867).

- E a nossa Estação Ferroviária de Rodrigo Silva?

Vamos focar na estrada D. Pedro II, projetada pelo engenheiro inglês Christiano Benedicto Ottoni. Seu objetivo era ligar algumas cidades do interior do Rio de Janeiro com as províncias de Minas, seguindo o rio das Velhas até se encontrar com o Rio São Francisco. Inaugurada em 1858, com a presença de toda família imperial, a terceira Estrada de ferro do Brasil foi chamada de Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II.

Este acontecimento foi fundamental para a história de Rodrigo Silva, pois alguns anos depois, em janeiro de 1888, inaugurou-se uma estação localizada nos arredores do nosso antigo arraial, nas proximidades da fazenda de José Correia.

Observando a data de ocorrência dos fatos, compreendemos que a história do nosso distrito está intrinsecamente ligada com a história da ferrovia. Sendo assim, a nossa Estação é um importante testemunho desse período de desenvolvimento dos meios de transporte de todo Brasil!

O ramal aqui instalado ligava o Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, à Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais. Os trilhos partiam da estação de São Julião, em Miguel Burnier (1887) com aproximadamente 42 km de extensão. Mais tarde, em 1914, a linha chegou à Mariana e, por fim, a Ponte Nova, em 1926, interligando-se com a Estrada de Ferro Leopoldina³¹⁴.

³¹⁴ Interligava os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, onde esteve em operação entre os anos de 1874 a 1975.



Estação na década de 80.

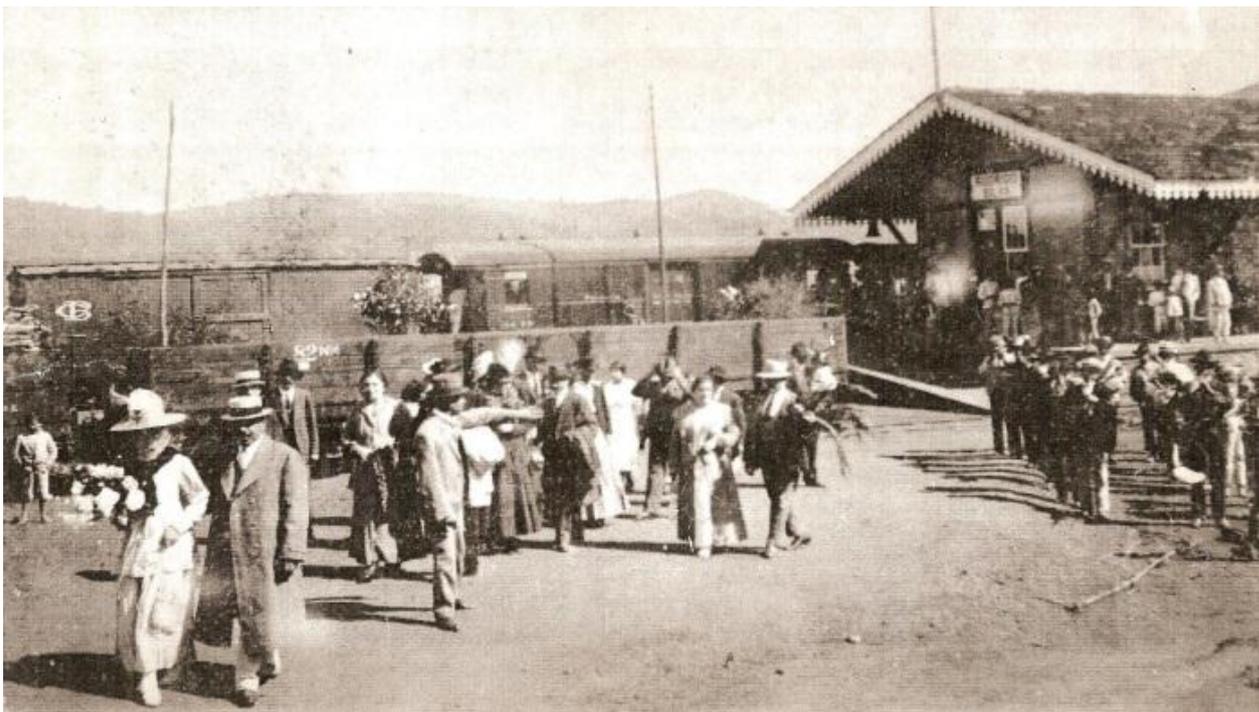
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

É válido também destacar que foi em um lugar denominado “Alto da Figueira”, que a malha ferroviária brasileira apresentou seu ponto mais alto, a 1.360 metros acima do nível do mar! De acordo com o Dossiê de Tombamento, este feito foi considerado um dos maiores da engenharia nacional no século XIX.

Junto com a Estação chegaram aqui os ferroviários com seus costumes e cultura, povoando a região que hoje compõe Rodrigo Silva. A presença destes homens foi tão significativa para o nosso distrito, que já no início do século XX formaram a Sociedade Musical de Santa Cecília e a Escola Municipal Dr. Alves de Brito, ambas tradicionalmente em atividade.

O movimento na Estação Ferroviária era grande, pois através de seus trilhos era interligado o Rio de Janeiro a Ouro Preto trazendo muitas mercadorias produzidas na região. Dentre os principais produtos exportados pelo terminal, destacam-se o talco industrial, o minério de ferro, a dolomita e o carvão.³¹⁵

³¹⁵ ANDRADE, Bernardo. Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva, fev/2008.

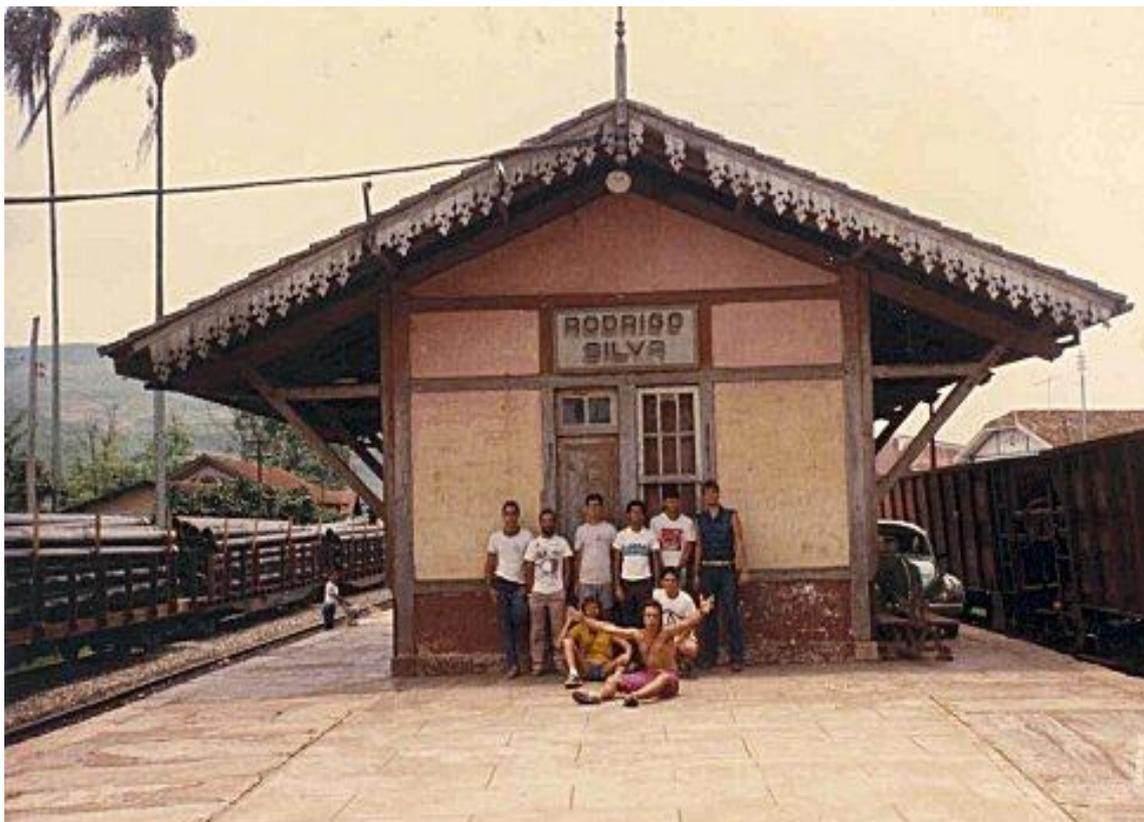


Datada de 1919, a fotografia mostra a chegada de José Abdo, rico proprietário de jazidas de extração de dolomita, com a Sociedade Musical de Santa Cecília apresentado.
Acervo: Escola Municipal Dr. Alves de Brito

No entanto, no final do século XX as ferrovias foram sendo fechadas gradativamente pelo país afora, em razão das construções das estradas de rodagem. A construção da Rodovia dos Inconfidentes em 1947, a qual liga Belo Horizonte a Ouro Preto, mudou o eixo do fluxo de mercadorias e passageiros que antes utilizavam a ferrovia, principalmente devido ao menor tempo das viagens.

O ramal de Ponte Nova foi desativado em 1996, em seguida a maioria de suas estações foi desativada, assim como a nossa. Nessa época, a maior parte dos imóveis que pertenciam à ferrovia foi doada ou vendida para cobrir as dívidas de quem administrava.

Com o fim das atividades ferroviárias, a Estação Rodrigo Silva ficou abandonada. Parte de seus equipamentos foi sendo saqueados ao longo dos anos, e o que restou foi salvo e continua protegido pela própria comunidade, que se mobilizou para preservar esse importantíssimo patrimônio da nossa história, mesmo após o seu tombamento pelo governo municipal.



Estação na década de 80.
Fonte: Estação Ferroviárias do Brasil

Sua arquitetura ainda é a original e está implantada sobre uma plataforma com piso de lajeado de pedra, podendo-se ainda observar os poucos trilhos da antiga linha férrea passando em frente ao prédio. A cobertura da edificação é conformada por duas águas, estando a cumeeira disposta de forma paralela à linha férrea. Foi construída com telha cerâmica francesa sobre engradamento de madeira, com amplo beiral em caibro corrido, sustentado por grandes mãos francesas em madeira, que se apoiam na estrutura da edificação. O acabamento de todo o beiral é feito com lambrequem de madeira, pintado com tinta esmalte na cor branca³¹⁶. Uma verdadeira relíquia que merece ser preservada como testemunho vivo de nossa história!

³¹⁶ Informações no site da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais, destacando a Estação de Rodrigo Silva como um dos pontos turísticos da cidade de Ouro Preto.



Estação no início do século XX, mostrando ferroviários perto de um dos antigos jardins que ornavam a estação.

Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

Segundo registros fotográficos e relatos de antigos moradores, a Estação era cercada por jardins, tinha um poço com peixes, chafariz e reunia muitas pessoas que ficavam ali esperando o trem passar, mesmo sem seguir viagem.

Hoje, seu espaço físico serve de ponto de encontro para os moradores do distrito, principalmente crianças e jovens, que se reúnem diariamente em sua plataforma para jogar bola, brincar e prostrar. Infelizmente o trem já não apita mais, porém ecoa no imaginário de toda a população local.



Crianças brincando na Estação atualmente.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

- Preservação do Patrimônio Ferroviário

Hoje é consensual que “patrimônio” também compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. De acordo com o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - esses vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas. Assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação³¹⁷. Enfim, nesta classificação se enquadra a nossa Estação.

Com a Lei 11.483/2007, o IPHAN ficou responsável por receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA ³¹⁸, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

³¹⁷ Carta de Nizhny Tagil, Rússia, 2003.

³¹⁸ REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA – RFFSA – era uma sociedade de economia mista integrante da Administração Indireta do Governo Federal, vinculada funcionalmente ao Ministério dos

José Rodrigues Cavalcanti Neto, coordenador técnico do patrimônio ferroviário do Iphan, ressalta que o trabalho do Instituto está diretamente relacionado à identidade dos lugares, suas histórias, tradições, comidas, hábitos, praças, ruas e edifícios. Segundo ele:

A preservação do patrimônio tem de ser trabalhada dentro dessa ótica. O patrimônio ferroviário faz parte da identidade de muitas cidades brasileiras. O trem está no imaginário do brasileiro e a preservação deve caminhar no sentido dar continuidade a esse interesse.³¹⁹

No Projeto Mais Cultura, corroboramos com e a ideia de que a melhor maneira de conservar o patrimônio é trabalhar a sua preservação dentro de um contexto de desenvolvimento local.

Trabalhar a preservação do patrimônio é trabalhar desenvolvimento. Não é simplesmente preservar um conjunto de estações ferroviárias. O município tem que dar um bom uso para esses imóveis. Preferencialmente, esse uso tem de estar ligado a algum tipo de desenvolvimento para o município. Melhor ainda se for para a região.³²⁰

Desta forma, concordamos com a autora Suelen Menezes sobre a importância de reestabelecer uma funcionalidade para o bem, para que não se corra o risco de cair no abismo do esquecimento. Restaurá-lo não é sua única finalidade de um bem, é preciso que a comunidade usufrua deste, fortalecendo seus laços afetivos e cuidando diariamente para sua conservação.

Essa edificação, construída no início da década de 1880 para abrigar a Estação Ferroviária de Rodrigo Silva, foi restaurada em 2002 pela Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), com apoio da Secretaria de Cultura do Estado e do IEPHA-MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais).

Reinaugurada em 29 de dezembro de 2003, passou a servir ao Centro de Memória Maestro José Giovanni Correia de Souza, em homenagem a um dos grandes responsáveis pela manutenção das tradições e memórias do distrito e hoje é usada para exposições e eventos da comunidade, sendo responsabilidade da Sociedade Musical de Santa Cecília.

Transportes. A RFFSA foi criada mediante autorização da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, pela consolidação de 18 ferrovias regionais, com o objetivo principal de promover e gerir os interesses da União no setor de transportes ferroviários.

³¹⁹ MENEZES, Suelen. **Retratos - Rede Ferroviária, um patrimônio cultural**. 2009 . Ano 6. Edição 54 - 30/10/2009. Disponível em: ipea.gov.br.

³²⁰ MENEZES, Suelen. **Retratos - Rede Ferroviária, um patrimônio cultural**. 2009 . Ano 6. Edição 54 - 30/10/2009. Disponível em: ipea.gov.br.

Entretanto, é preciso fazer outro apelo: A Estação de Rodrigo Silva está abandonada. Seu prédio encontra-se descaracterizado, mal cuidado, cheio de degradações, e sofre ainda mais com ações de vandalismo. Como já mencionamos, ela passou por um processo de restauro em 2002, mas por não ter estabelecido uma função efetiva, vem se deteriorando aceleradamente ao longo dos anos... Sem iluminação, há lixo, pichações, telhas e vidros quebrados.

A propriedade atualmente pertence ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que não tem recursos financeiros para reformar as estações desativadas. Projetos como este e a vontade da população em revê-la reativada são o que não falta. Porém, os meios burocráticos para que isso aconteça inibem os esforços locais.

A partir de um pedido da Associação Cultural Amigos de Rodrigo Silva, iniciou-se um trabalho de tombamento do seu Conjunto Urbano e Ferroviário (Núcleo Histórico do Distrito de Rodrigo Silva). Foi encaminhado ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto e oficializado na reunião ordinária de 03 de outubro de 2006.

O Dossiê reúne uma série de informações – estudo histórico, descrição do distrito e sua geografia, caracterização urbana e arquitetônica – e teve como objetivo fundamentar e justificar o tombamento do centro do distrito. Este trabalho é de suma importância para a preservação da nossa memória e auxiliou bastante nas pesquisas para realização deste livro. Agradecemos, mais uma vez, ao historiador Bernardo Andrade que, com tanto esmero e profissionalismo, realizou estudos de campo e construiu uma valiosa fonte histórica de toda região.

A área que foi tombada inclui além da área da Estação, o seu entorno, as Ruas Principal e da Linha, pois são consideradas como os primeiros traços para a formação de Rodrigo Silva. Reconhecemos a importância desse Dossiê para a história, mas a realidade a qual vivemos não constam ações efetivas de preservação. Esperançosos, aguardamos soluções concretas para o bem viver do nosso precioso patrimônio. Quem sabe um dia termos a alegria de ouvir o trem apitando novamente!



Estação na década de 90 com o trem ainda sob os trilhos e os coqueiros ao fundo.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

Pesquisando e sonhando, encontramos 32 trens turísticos em funcionamento espalhados por 11 estados brasileiros. Os passeios oferecidos são os mais diversos, mas todos proporcionam uma verdadeira viagem pela história do Brasil! Alguns levam poucos minutos, outros duram horas, como ir de Ouro Preto a Mariana ou cruzar um estado a outro, saindo de Belo Horizonte e desembarcando lá em Vitória, no estado de Espírito Santo.

Quem sabe um dia veremos novamente o trem trilhando as terras do nosso distrito, reativando a Estação e apitando com alegria... podemos sonhar!

CAPÍTULO 4 – Sons de Minas

"Todo mineiro tem um trem de ferro apitando nas veias, uma montanha brilhando nos olhos e uma banda tocando nos ouvidos."

Começamos o quarto capítulo com essa frase de Jorge Fernando dos Santos por representar tão bem e em poucas palavras o sentido da mineiridade do nosso povo. Acrescentaríamos, talvez, “uma capelinha de fé no coração”, pois seria essa a imagem das cidades do interior de Minas Gerais, incluindo do nosso distrito.



Sociedade Musical Santa Cecília na plataforma da estação. Comemoração dos 106 anos de sua fundação.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

- Tradição musical:

Os primeiros registros de Bandas em terras brasileiras remontam ao século XVIII. E não poderia ter sido em outra região! No ano de 1774, o músico Pedro Nolasco da Costa

Athayde³²¹, morador de Mariana em Minas Gerais, fez o primeiro registro de uma Corporação Musical no Brasil.

Atualmente, Minas possui 681 Bandas registradas, o que equivale a um terço de todo país, e consagram-se como uma das mais belas tradições culturais ainda existentes.



Sociedade Musical de Santa Cecília sob a regência do maestro Ilídio Marques.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

Apesar do prematuro registro mineiro, historiadores acreditam que foi a partir de 1808³²² que se propagou o nascimento das Bandas Cívicas pelo país afora. Teria sido com a vinda da família real portuguesa e juntamente com ela suas bandas militares, composições e instrumentos, que aqui encontraram morada e inspiraram nossos músicos. Acredita-se que essas bandas militares atuaram como fatores simbólicos para a difusão da banda de música civil no Brasil.

Estas se apropriaram de elementos militares como o uso de uniformes (que lembram as fardas militares), do tipo de instrumentação (possuem a capacidade de projeção em

³²¹ Seria irmão ou parente muito próximo do Mestre Manoel da Costa Athayde, cuja obra eternizou-se nos sinais da fé católica, em cada teto ou painel que adornava a escultura do Aleijadinho na riqueza da arte sacra do barroco mineiro.

³²² Em janeiro de 1808, Portugal estava prestes a ser invadida pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Sem condições militares para enfrentar os franceses, o príncipe regente de Portugal, D. João, resolveu transferir a corte portuguesa para sua mais importante colônia, o Brasil.

ambientes abertos e podem ser tocados por músicos em movimento) e do repertório (que é marcado por marchas), adaptando-os ao seu usufruto próprio. No ano de 1831 foi criada no Rio de Janeiro a Banda da Guarda Nacional. "No século 19 surgiram no Brasil as bandas com o perfil atual, baseado em percussão e instrumentos de sopro".³²³

Desta forma, compreendemos que as bandas militares e as civis mantiveram um diálogo umas com as outras, estabelecendo uma espécie de trocas culturais. Elas transformavam e, continuam a transformar os ambientes comunitários exercendo um importante papel social e cultural, como observamos a Banda de Rodrigo Silva!

A historiadora Manuela Areais Costa³²⁴ estudou o surgimento das Bandas e sua relação para a ascensão da República no Brasil, sendo uma importante fonte histórica para a nossa pesquisa. Seguindo suas informações, os compositores e os regentes das bandas aqui no Brasil eram as pessoas responsáveis por pedir e adquirir novas partituras de músicas, que vinham de Lisboa e de outros lugares da Europa. E as bandas inspirados por estas, partiam para a elaboração de suas próprias produções. Dessa forma, através da apropriação dos repertórios europeus e de seus instrumentos, as Bandas, segundo a historiadora, se transformavam abasileirando-se.

Cada vez mais autênticas e independentes, elas estavam e estão presentes nos momentos sociais mais importantes da vida em sociedade, celebrando e participando dos eventos políticos, cívicos, e, também religiosos. Tradicionalmente os músicos, instrumentistas e aprendizes, após o dia de trabalho, à noite, ou nos finais de semana, encontram-se nas sedes, nos coretos, nas praças ou em algum espaço para ensaiar.

Há, no grupo da Banda, a força do encontro, da afinação e da sintonia. Retrato ingênuo da comunidade que vive suas trocas e relações, institucionais. A procura da harmonia aparece nas grandes e pequenas comunidades, parecendo, porém, configurar-se mais próxima no aconchego do interior. No coreto do interior, cada instituição é um instrumento que busca tocar afinado, atento à maestria da comunidade, seguindo a partitura da cidadania.³²⁵

O grupo é sempre mesclado por pessoas de diferentes idades e classes sociais, mas todas buscando o mesmo objetivo, a música, e, representam o modo de viver em grupo de uma maneira bem diversa e também democrática!

³²³ Walter Sebastião, **Estado de Minas**, 25 de agosto 2012.

³²⁴ COSTA, Manuela Areias. **Música e História: Um Estudo sobre as Bandas de Música Civil e suas apropriações militares**. Tempos Históricos/ Volume 15. 1º semestre de 2011. p. 240-260.

³²⁵ Nestor Sant'Anna e Guiomar Murta. **História das Bandas de Música**. Disponível em: www.bandasdeminas.com.br.

Normalmente as Bandas se organizam de modo hierárquico. Tem-se o maestro, regente ou mestre de banda, que prepara o repertório; o contramestre, responsável pela afinação da banda; os músicos instrumentistas e os aprendizes. “Geralmente os maestros são pessoas do sexo masculino e obtiveram seus ensinamentos musicais em uma banda de música desde criança.”³²⁶

Seguindo a ordem hierárquica proposta por Manuela Areais Reis, todo grupo musical está subordinado a uma diretoria, que administra a Sociedade. “Essa diretoria é composta por um presidente, que convoca as reuniões, decide a data e o local das apresentações, adquire novos instrumentos e partituras, autoriza pagamentos, entre outros; um secretário, responsável por organizar e guardar o arquivo da banda e substituir o presidente nas suas faltas; um tesoureiro, que realiza pagamentos; um procurador, que possui a função de receber as contribuições mensais dos sócios e um conselheiro, que emite pareceres sobre aceitação de convites para toques e compra de instrumentos”.³²⁷

Com a intenção de ajudar as bandas, o Ministério da Cultura em 1976 criou o Programa Nacional Bandas de Músicas, que concede prêmios no valor de até 20 mil reais para aquisição de instrumentos, objetivando contribuir para a melhoria da qualidade técnica e artística. Em âmbito estadual, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, existe um programa de apoio às bandas por compreender que se trata de uma das mais antigas manifestações culturais do Estado.

O presente edital tem por objetivo apoiar as Bandas Civis de Música de Minas Gerais com a doação de instrumentos de sopro, metal e percussão, kit de partituras, promoção de cursos/oficinas de capacitação artística e lançamento de um CD, como forma de contribuir para a manutenção e aperfeiçoamento dos conjuntos musicais tradicionalmente designados como banda civil de música.³²⁸

“As Bandas Musicais fazem parte da construção cultural do Brasil e como verdadeiras escolas de arte, elas incentivam, favorecem e criam vocações musicais”.³²⁹ Sendo assim, compreendemos que elas contribuem de forma inestimável para a preservação da nossa

³²⁶ COSTA, Manuela Areias. **Música e História: Um Estudo sobre as Bandas de Música Civil e suas apropriações militares**. Tempos Históricos/ Volume 15. 1º semestre de 2011. p. 240-260

³²⁷ *Idem*.

³²⁸ SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Superintendência de Ação Cultural, Diretoria de Programas e Articulação Institucional.

³²⁹ *Idem*.

cultura, sendo verdadeiros patrimônios culturais! Todas essas características também definem a nossa Banda, a Sociedade Musical Santa Cecília de Rodrigo Silva.

No cenário das montanhas, o relevo das Instituições do Estado que precisa manter na linha o trem de Minas. No vagão dos valores, continua a fé de uma gente que sabe ter direito de contribuir e cobrar, esperando ver restaurados e guardados os seus bens: obras e ações, feitos e fatos, jeito e corporações. Na estação da memória, no trilho, a Banda espera.³³⁰

- Patrimônio Imaterial: Sociedade Musical Santa Cecília de Rodrigo Silva

A Sociedade Musical Santa Cecília de Rodrigo Silva foi fundada em 22 de novembro de 1901 pelos ferroviários que vieram trabalhar na Estação. Dentre seus fundadores destacam-se Cesário Cruz, Eurico da Silva, Paulino Teixeira Rosa e Joaquim de Freitas.



Retrato de Paulino Teixeira Rosa, um dos fundadores da Sociedade Musical Santa Cecília.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

³³⁰ Nestor Sant'Anna e Guiomar Murta. **História das Bandas de Música**. Disponível em: www.bandasdeminas.com.br

Entretanto fontes orais acreditam que a formação deste grupo tenha se iniciado um pouco antes. Segundo o maestro Jair Antônio dos Anjos, como uma fascinante cápsula do tempo, foi escondido dentro de uma das colunas da estrutura arquitetônica (durante a construção da Sede) um documento contando toda a verdadeira história de fundação da Banda, entretanto até os dias atuais este valioso tesouro ainda não foi encontrado.

Assim como muitas bandas de Minas a Banda de Rodrigo Silva recebeu este nome em homenagem à padroeira da música: Santa Cecília³³¹.



Imagem de um quadro representando a Santa Cecília pertencente ao acervo da Banda.
Foto: Jussara Duarte

Por muitos anos, a Sociedade Musical Santa Cecília ensaiava em um pequeno salão cedido por José Campos. No ano de 1949 capitaneada pelo então presidente Sr. José Pereira da Silva e também pelo regente, Sr. Ilídio Marques dos Reis, a banda conseguiu recursos e construiu enfim sua sede própria situada na Praça da Igreja.. Foi também na gestão do Sr. José Pereira da Silva que a Banda teve sua situação jurídica regularizada com o registro do seu estatuto em cartório.

³³¹ No dia 22 de novembro, comemora-se o Dia do Músico por ser o dia da padroeira dos músicos, a Santa Cecília.

Nas paredes da sede estão destacados retratos dessas pessoas ilustres, dos fundadores, diretores e de momentos marcantes das apresentações. Atualmente, graças a doações da comunidade, a sede passa por uma reforma para o aumento e melhoria do espaço.

A década de 1980 foi um período importante para a nossa Banda, pois abriram-se as portas para a participação feminina, além de modernizarem seus uniformes, que eram inspirados nos antigos modelos militares. Na sede, os uniformes antigos continuam guardados, assim como os instrumentos que já não são mais usados, constituindo em um rico acervo histórico.

No seu arquivo também se encontram composições feitas pelos ferroviários. Desta forma, podemos dizer que a Sociedade Musical Santa Cecília de Rodrigo Silva é uma das mais antigas bandas em funcionamento da região.



Acervo da Banda: antigos instrumentos, uniforme e partitura.
Foto: Jussara Duarte

Nos trilhos de Rodrigo Silva não passa mais o trem, mas a cultura musical, como um legado deixado pelos ferroviários, perpetua-se. Felizmente, a Banda sempre contou com apoio e dedicação de boas almas musicistas e guardiãs. É válido aqui destacar a figura de José

Giovani Correia de Souza, jovem músico rodrigossilvensense apaixonado pela cultura e pelas tradições locais. Ele que é sempre lembrado pelos integrantes, foi um músico formado na Universidade Federal de Minas Gerais e tornou-se maestro na década de 1980.



Sociedade Musical de Santa Cecília sob a regência do jovem maestro José Giovane Correia.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

A Sociedade Musical Santa Cecília, destacou-se entre as grandes corporações musicais da região sob sua regência. Sempre atencioso e engajado nas causas culturais do distrito, ele ajudou a preservar o prédio da antiga Estação Ferroviária, que hoje recebe seu nome em homenagem: Centro de Memória Maestro José Giovani Correia de Souza. Pessoa tão querida pela comunidade e por todos que tiveram a honra de conhecê-lo, faleceu jovem, no final da década de 1990, mas permanece vivo na memória de toda comunidade!



Inauguração do Centro de Memória Maestro José Giovanni Correia de Souza na Estação Ferroviária, em 29 de dezembro de 2003. Adão Correia, ex-agente da estação e pai de Giovanni Correa, ao lado do retrato do filho e da placa em sua homenagem

Fonte: Dossiê de Tombamento Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva

Atualmente a Sociedade Musical Santa Cecília possui em seu quadro 38 integrantes, sendo todos moradores do distrito. O músico mais velho é o senhor José Jorge dos Anjos, mais conhecido como Pixico e o mais novo é seu neto Alecsandro, com 9 anos de idade. Aqui podemos ver claramente como a tradição: Pixico, seu filho hoje maestro Jair e seus netos fazem parte da Banda.

Na história de Minas, recolhem-se “causos” de gente, de cidades, de lugar. Costumes de antigamente, tradições, berço e raiz. Em cada família havia, nas terras do interior, o orgulho da vocação. Formar um padre e um médico era o ideal das mais abastadas, sem descuidar, porém, da cultura musical. Saber tocar um instrumento estudado e aprendido com o mestre, o pai ou o avô. Era preciso o encontro, aprender junto com os outros, conservando a diferença, procurando a afinação. No gosto do conjunto, a alegria do uniforme, do desfile pelas ruas, do coreto e da matriz. Ter um músico na Banda era o orgulho da família.³³²

³³² Nestor Sant’Anna e Guiomar Murta. **História das Bandas de Música**. Disponível em: www.bandasdeminas.com.br



Apresentação da Sociedade Musical Santa Cecília na Escola no ano de 2009. José Jorge dos Anjos, o Pixico na tuba, seu filho, hoje maestro Jair Antônio dos Anjos e seu neto Jairzinho no trompete.

Fonte: Dossiê de Tombamento Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva

Atualmente o maestro é o senhor Jair Antônio dos Anjos, o presidente em exercício é o senhor João Bosco Pedrosa e o vice-presidente é o senhor Flávio Edmundo dos Anjos, e todos desempenham suas funções com muito esmero e são por nós considerados como verdadeiros guardiões!



Sociedade Musical Santa Cecília de Rodrigo Silva - 30 de julho de 1995.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

A Sociedade Musical Santa Cecília está presente em praticamente todos os eventos do distrito. Seu calendário é movimentado com apresentações para o ano todo: nas tradicionais festas religiosas como a de Santa Quitéria e Santo Antônio, Semana Santa, nos eventos culturais, como no carnaval, sempre desenvolvendo um importante papel cultural e social em Rodrigo Silva!



Apresentação da Banda na festa de Santa Quitéria no final da década de 70.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos



Apresentação da Banda na Festa de Santo Antônio. Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

Em 2001, a Banda completou o seu centenário e atualmente, com 117 anos continua em plena atividade, cumprindo sempre com a sua missão!



Apresentação da Banda Sociedade Musical Santa Cecília
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

Dessa forma, compromissada com a música, com seus músicos, com seus admiradores e principalmente com a história do nosso distrito, a Banda de Rodrigo Silva é mais do que um patrimônio cultural, é motivo de orgulho dos rodrigossilvenses. E, segue seu caminho tocando o coração de todos!

O que acontece de melhor no mundo ressoa nas montanhas de Minas – acústica natural e ouvido apurado pela tradição. Ritmo próprio de ser e fazer a história que não se explica no espaço comum. O Compasso é único. Minas é Musical. Pouco afeito ao meteorismo de sucessos fabricados em estúdios, seu povo segue a pauta incomum da simplicidade.³³³

³³³Nestor Sant'Anna e Guiomar Murta. **História das Bandas de Música.** Disponível em: www.bandasdeminas.com.br

CAPÍTULO 5 – A construção do saber

Buscamos, neste momento, a história da educação no Brasil e esboçamos um panorama geral do sistema educativo no estado de Minas Gerais no início do século XX. Encontramos, assim, a nossa escola centenária caminhando junto ao desenvolvimento educacional do nosso país.

Felizmente, documentações foram encontradas para darmos mais veracidade aos fatos aqui narrados sobre o nosso patrimônio, e desde já adiantamos ser uma das primeiras instituições de ensino de toda região!

- O Brasil Republicano

Com o nascimento da República no Brasil em 1889, ascendeu junto o sentimento patriótico e a necessidade de construir uma nova nação, substituindo e transformando as práticas do antigo governo.³³⁴

Por ser muitas vezes banalizada atualmente, é válido aqui pontuar que a palavra *República* em sua origem significava coisa pública, de todos os povos, de interesses comuns, de um governo que se atém aos direitos da população como um todo e não apenas de uma minoria privilegiada. Deveria ser assim esse então novo regime.

O modelo de ensino durante a monarquia foi considerado ineficiente e atrasado pelos novos dirigentes republicanos. Este consistia em três tipos de escolas: as isoladas, que eram aquelas onde havia apenas um professor; as escolas reunidas, que agregavam as escolas isoladas e a escola ambulante, que atendia as comunidades mais distantes dos centros urbanos.

Logo, nesse momento de mudança de governo a educação foi reconfigurada e teve seu planejamento vinculado a um plano mais geral político-administrativo. Assim, a escolaridade como sistema de ensino, agora deveria ter relações com os novos objetivos nacionais. “O Decreto n. 7 (20/11/1889) ao fixar as atribuições dos Estados diz que a instrução pública, em todos os seus graus, é competência das unidades federadas”.³³⁵

³³⁴ Período da história brasileira entre 7 de setembro de 1822 (Independência do Brasil) e 15 de novembro de 1889 (Proclamação da República), neste período, o Brasil foi governado por dois monarcas: D. Pedro I e D. Pedro II.

³³⁵ CURY, C. R. J. **A educação na revisão constitucional de 1926.**In: FÁVERO, O. (Org). *A educação nas constituintes brasileiras*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 72.

Passados poucos anos, transferiu-se a responsabilidade da educação para os Estados, talvez para reduzir os gastos públicos ou pode ser também pelas dificuldades encontradas frente à extensão territorial do nosso país.

- A educação em Minas Gerais

Em Minas Gerais, com a lei n. 439, de 28/9/1906 foram criados os grupos escolares na tentativa de padronizar o trabalho das chamadas escolas isoladas e reunidas. Os grupos escolares foram elaborados pelo novo governo que, compreendia o sistema das escolas isoladas como símbolo de um passado conservador que deveria ser ultrapassado. Assim, com essa reforma do ensino primário, os novos ideais republicanos moldaram as práticas, os ritos e os novos símbolos escolares.³³⁶

José Carlos Souza Araújo, Doutor em Educação e Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, fez uma excelente análise do ano de 1906 em Minas Gerais e será nossa base de estudos. Segundo ele, Minas Gerais foi o terceiro estado a investir e a remodelar o sistema de educação no Brasil (São Paulo em 1894, Maranhão 1903 e Minas Gerais em 1906).

Desta forma, a história educacional mineira tem como principal colaborador o ex-presidente do Estado João Pinheiro, “uma figura que soube manter a pulsação republicana, tecida a partir da instância governamental estadual, priorizando as localidades e as regiões marginalizadas”³³⁷.

O que se destacou com a reforma feita no governo de João Pinheiro em 1906 foram suas preocupações com o “método intuitivo” e com a “substituição das escolas isoladas para os grupos escolares”. Preocupou-se também com a organização e estruturação física das escolas, “com a parceria do público com o privado para a erradicação do analfabetismo, com o papel dos municípios, da inspeção escolar, enfim, com a alma do ensino primário que ainda inexistia no restante do Brasil”.³³⁸

³³⁶ FARIA FILHO, L. M. de. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. 2000, p. 31.

³³⁷ ARAÚJO, José Carlos Souza Os grupos escolares em Minas Gerais: a reforma João Pinheiro (1906) Centro Universitário do Triângulo. Universidade Federal de Uberlândia, p. 213.

³³⁸ *Idem.*

Escrevemos a seguir as leis estaduais desse primeiro momento direcionadas à criação dos nossos grupos escolares: Lei nº 439 de 28/09/1906 – visava a reforma do ensino primário, normal e superior do Estado de Minas Gerais -, o Decreto nº 1947 de 30/09/1906 – relativo ao programa do ensino primário -, o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais, decreto nº 1960 de 16/12/1906, e o decreto identificado pelo nº 1969 em 03/01/1907 que trata do regimento interno dos grupos escolares.

Entendemos assim que com o advento da República a educação tornou-se sinônimo de progresso. E através de importantes reformas, Minas Gerais foi um dos primeiros estados brasileiros a implementar um sistema de gestão que poderia ser capaz de solucionar os problemas do ensino primário, modernizando-se através da criação dos grupos escolares.

- A Centenária Escola Municipal Dr. Alves de Brito de Rodrigo Silva

Centenária, a Escola Dr. Alves de Brito é uma das mais antigas e tradicionais instituições de ensino do município de Ouro Preto. Remodelada nesse momento crucial da Reforma de João Pinheiro, foi inaugurada como grupo escolar no ano de 1908.

Contudo, ressaltamos que, em tempos mais antigos, ela seguia as características de uma “escola isolada”. Registros por nós encontrados comprovam a existência de um sistema educacional embrionário no nosso distrito já no ano de 1892. Descrevemos o documento na íntegra pela antiguidade da data e pelo curioso fato narrado:

“Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública do Estado de Minas Gerais, em Ouro Preto 19 de janeiro de 1892.

Snr. Presidente da Intendência da Capital,

De ordem da Inspeção, rogo-vos que indagueis da professora da cadeira de Rodrigo Silva, termo da Capital, a razão porque em data de ontem, recusou matricular em sua escola a menina Carmem Demétrio Americana, Brasileira, filha do Alferes Antônio Demétrio Gonsalves Corrêa Júnior. ”

Outro documento importante localizado profere sobre a criação de uma turma mista datado de 1901. *“O Dr. Agente executivo municipal, tendo em vista os artigos 1 e 6 da*

Revolução de 17 de abril último, resolve criar uma cadeira mista de ensino primário na povoação de Rodrigo Silva”³³⁹.

Juntamente com a cadeira de Rodrigo Silva, outras regiões foram contempladas como Santa Rita, Lavras Novas, Miguel Burnier, Santo Antônio do Leite e Morro São Sebastião. Outro documento nos diz que as cadeiras seriam implantadas de acordo com a situação financeira da Câmara, e para nossa surpresa a de Rodrigo Silva seria a prioritária.

Concluimos com esses registros que a semente da nossa escola germinou bem antes de sua data inaugural, 1908. Dessa forma, reconhecemos seus valores para a educação que ainda florescia por todo Brasil. Mais uma comprovação de desenvolvimento e relevância do nosso distrito, mais uma certeza da nossa história e da importância de salvaguardar essa memória.

Recordamos o fato de que, naquela época, as aulas eram ministradas em casas particulares, pois não se tinha uma sede própria. Após duas ou três propriedades inadequadas, não sabemos ao certo, a escola em Rodrigo Silva passou a abrigar um prédio cedido pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), fato que melhorou muito suas condições de ensino.

³³⁹ Documento encontrado no Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto, datado de 25 de junho de 1901.



Prédio cedido pela Estrada de Ferro Central do Brasil para a Escola, hoje uma casa particular.
Foto: Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva

As atividades foram iniciadas pela professora D. Maria Santa Rosa, seguida pela Domitila Alves de Carvalho³⁴⁰, Ambrosina Barbosa, Maria Joana, Adelaide Veloso e Maria Francisca Guimarães.

De acordo com o Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva, em 1908, o já mencionado presidente do Estado, João Pinheiro, a caminho de Ouro Preto, desembarcou na estação ferroviária de Rodrigo Silva e, na ocasião, recebeu uma comissão de moradores, liderados por Benjamim Portela. Estes vieram pedir-lhe a criação de um grupo escolar, baseado no novo método de ensino republicano. E, para nossa alegria, o pedido foi atendido.

Nos primeiros anos a Escola de Rodrigo Silva pertencia ao Estado de Minas Gerais, depois passou a ser administrada pelo município de Ouro Preto. Antes de ter a designação atual, recebeu os nomes de: “Escola Rural Governador Antônio Albuquerque”, “Escola Rural Donato da Fonseca” e “Escola Rural Dr. Alves de Brito”.

³⁴⁰ Encontramos um documento no Arquivo Municipal da Câmara de Ouro Preto admitindo a professora Domitila Alves de Carvalho no ano de 1904.



Retrato do Dr. José Augusto Alves de Brito, doado pela família para Escola.
Foto: Paulo Roberto

No ano de 1953, o ex-prefeito de Ouro Preto, Amadeu Barbosa, iniciou a construção de um imóvel próprio para a Escola de Rodrigo Silva. Passados três anos, a escola foi inaugurada e rebatizada com o nome de “Dr. Alves de Brito” em homenagem ao ex-vice-presidente da província de Minas Gerais e ex-vereador de Ouro Preto, Dr. José Antônio Alves de Brito, que muito contribuiu para a criação da escola em 1908.

Na década de 70, o prédio passou pela sua primeira reforma, na gestão do Dr. Genival Alves Ramalho. Em 1981, o então Secretário de Educação de Minas Gerais no uso de suas atribuições, tendo em vista as disposições dos artigos 4º e 10º do Decreto estadual nº. 20.382, de 09 de janeiro de 1980, observando o disposto no artigo 2º do Decreto nº. 20655, de 25 de junho de 1980, autorizou o funcionamento da 5ª série na escola³⁴¹. A ação, alguns anos mais tarde, abriu a possibilidade do corpo estudantil completar todo o Ensino Fundamental.

³⁴¹ Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva, fev/2008.



Escola Municipal Dr. Alves de Brito antes da reforma
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

No ano de 2007, próximo ao seu Centenário, outra intervenção foi necessária. A escola encontrava-se em péssimas condições, deteriorada e seu telhado estava com risco de desabamento, o que trouxe a decisão de fazer outra grande reforma. Momento difícil, durante os trabalhos de reparos, as aulas foram transferidas para casas em anexo, onde as turmas ajeitavam-se em quartos improvisados.



Imagem da última grande reforma feita na Escola
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

O esforço foi recompensado. Com o espaço escolar ampliado, uma nova cantina foi feita, a sala dos professores e uma quadra esportiva recém-construídas, a nossa escola voltou com toda força. A reinauguração foi feita com muita alegria e satisfação. A Banda marcou presença, apresentando-se com todo o seu esplendor. Abençoando o novo espaço, Padre Jean ministrou uma missa e como meio de resgatar a história local, uma gincana cultural foi preparada. Nesse ano, até a Festa Junina foi temática. Muitos eventos comemorativos celebrando mais essas conquistas.



A escola após a reforma, ano de 2009.
Foto: Paulo Roberto

A nossa escola também foi reconhecida pela Câmara de Vereadores de Ouro Preto, que realizou uma Sessão Solene no dia 30 de maio de 2008. A Sessão contou com a presença da superintendente de Ensino de Ouro Preto, da secretária municipal de Educação, da então diretora da Escola, Marly Maria Rodrigues, dos seus professores e alunos. Nessa ocasião, a neta do Dr. José Antônio Alves de Brito doou um lindo retrato pintado do seu avô para a Escola e a D. Irene Saraiva Lopes, nossa primeira diretora, também foi homenageada.

Aproveitando as menções, registramos aqui os nomes de todas as pessoas que dirigiram e tanto contribuíram para o bem-estar do nosso patrimônio e para a vida escolar no nosso distrito: Irene Saraiva Lopes, Irene Mansur dos Reis, Maria das Graças Silva, José Raimundo Pedrosa, Margareth Correa de Souza, Mário Eustáquio Gomes, Elirene Mansur dos Reis, Eliane Maria Rodrigues Mansur, Maria Auxiliadora de Paula, Marly Maria Rodrigues, Glayse Mara Geralda Silva, Eliane Quintão a atual diretora Luciene Keller.



Atual diretora Luciene Keller, ex. diretora Eliane Quintão e atual vice-diretora Glayse Mara, que tanto nos ajudaram e incentivaram para a elaboração deste trabalho.

Foto: Jussara Duarte

Em entrevista ao secretário Paulo Roberto, ex-aluno e morador do distrito, que muito corroborou para este registro, ele nos narrou: “A escola é uma referência importante para a comunidade. Todos do distrito possuem relações, principalmente afetivas com a escola. Aqui, a escola acaba cumprindo além de sua função pedagógica, muitas vezes é como igreja, delegacia, lugar onde as pessoas desabafam seus problemas, enfim, procuram todo tipo de ajuda.”

Atualmente, a escola compreende os ensinos Infantil e Fundamental. São atendidos alunos de Rodrigo Silva, Bocaina de cima e de baixo, Fundão, Quilombo, Morais e Arrozal. Com cerca de 193 alunos, a Escola Municipal Dr. Alves de Brito é apontada como um dos melhores e mais estáveis estabelecimentos de ensino da rede municipal e no ano de 2014 obteve o maior índice do IDEB do município, do 6º ao 9º ano.

Além disso, estando muito próximos da cidade de Ouro Preto, muitos alunos da nossa escola cursam o Ensino Médio no Instituto Federal de Minas Gerais e depois rumam para Universidade Federal de Ouro Preto. A ex-diretora Glayse Mara Silva atribui os êxitos obtidos pela escola, ao trabalho em conjunto e ao bom relacionamento entre professores, pais e alunos.



Formatura dos alunos 9ºano na sede da Banda.
Fonte: Geraldo Cabecinha

O quadro docente é formado por 20 professores, sendo grande parte efetiva. Ao todo são 30 funcionários trabalhando com amor e profissionalismo. Na instituição, são realizados vários trabalhos de extensão como: os Projetos Mais Educação e o nosso Mais Cultura, aulas de Ginástica Olímpica (parceria da Prefeitura com a Fundação Aleijadinho), Escola Digital (parceria com a Câmara Municipal e a Intercampo), PROERD (parceria com a Polícia Militar de MG), Projeto de Multimídia (em parceria com a UFOP), Atendimentos Psicológicos (parceria com a CAPS-I), Escolinha de Futebol (parceria com a Secretaria de Esportes) e atividades variadas junto do PSF (Posto de Saúde Familiar).



Laboratório de Informática. Projeto Escola Digital.
Fonte: Câmara Municipal de Ouro Preto

A nossa Escola Municipal Dr. Alves de Brito trabalha com excelência e é considerada um importante patrimônio de Rodrigo Silva. “Não só material, mas como imaterial também, por tudo que ela representa para sua gente.”³⁴²

HINO DA ESCOLA

A Central do Brasil aqui chegou
E elevou nosso Distrito
Com riqueza e sabedoria
Fundou a escola Dr. Alves de Brito

Salve, salve nossa escola
És estrela em nosso Céu
És motivo de orgulho
Cumpre sempre o seu papel

Educar com nobreza e seriedade
É missão muito importante
Em união com a comunidade
Essa verdade levamos adiante

Salve, salve nossa escola
És estrela em nosso Céu
És motivo de orgulho
Cumpre sempre o seu papel

Nossa meta e nosso ideal
É formar um ser consciente
Sendo crítico e capaz
De lutar, amar, viver intensamente

Salve, salve nossa escola
És estrela em nosso Céu
És motivo de orgulho
Cumpre sempre o seu papel

³⁴² Palavras do secretário Paulo Roberto em entrevista feita no dia 10 de junho de 2014.

CAPÍTULO 6 – Religiosidade Mineira

Neste capítulo abordamos o histórico da Igreja de Santo Antônio. Infelizmente não encontramos documentos escritos para nos auxiliar nas análises, mas contamos com ajuda do Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano e Ferroviário, da história oral e de um rico acervo fotográfico que narram as passagens percorridas pelo nosso patrimônio religioso. Mas antes de adentrarmos na Igreja, vamos entender como a devoção ao Santo Antônio atravessou o Atlântico e aportou em nossa região.



Imagem do coreto e da Igreja de Santo Antônio na década de 50.
Fonte: Acervo da Família Raimundo

- Hagiografia – Biografia dos santos

Conhecido como o protetor dos pobres, ajudante na busca de objetos ou pessoas perdidas, santo casamenteiro e amigo das causas do coração, Santo Antônio, foi um frei franciscano português. Trocou o conforto de uma família burguesa pela vida espiritual e tornou-se um exímio “Doutor da Igreja”.

Santo Antônio nasceu em Lisboa no dia 15 de agosto de 1195 e era filho único dos nobres Martinho de Bulhões e Teresa Taveira. Recebeu no batismo o nome de Fernando, mas mudou seu nome e imortalizou-se como Antônio. De boa índole, piedoso e ligado às coisas santas, dizem que ele era uma pessoa reservada e preferia a solidão das bibliotecas e dos oratórios às discussões religiosas.

Quando adolescente, aos 19 anos, entrou para o mosteiro de São Vicente de Fora, dos Clérigos Regulares de Santo Agostinho. Passados dois anos, foi transferido para o mosteiro Santa Cruz em Coimbra. Foi ordenado sacerdote em 1220 e logo pediu permissão para mudar de Ordem, tornando-se um filho de São Francisco de Assis.

Frei Antônio foi enviado para a terra dos mouros. E assim que chegou ao continente africano, foi atacado por uma doença que o deixou de cama por longo período. Seus superiores decidiram que, para curar-se, Antônio deveria voltar a Portugal.

Em sua viagem de volta, acabou aportando na Itália e depois foi à França. Lá, passou três anos lecionando, pregando e fazendo milagres. Muitas pessoas iam ouvi-lo, dizem que até os comerciantes fechavam suas lojas para ir até ele. As igrejas ficavam lotadas e por causa de tanta gente muitas vezes ele falava nas praças públicas.

Seus sermões eram seguidos de milagres como não se viam desde o tempo dos Apóstolos. Praticamente não havia cego ou paralítico que, depois de receber sua bênção, não ficasse bom. Numa ocasião converteu 22 ladrões que por curiosidade foram ouvi-lo. O número de hereges por ele convertidos não tem fim, por isso é também conhecido como “Martelo dos hereges”.

Reza a lenda que um dia Frei Antônio hospedou-se na casa do Conde Tiso. À noite, o dono da casa percebeu uma luz forte que vinha do quarto de Antônio. Curioso, o Conde levantou-se e foi ver o que seria, encontrando Antônio com o menino Jesus no colo. Este tinha os bracinhos enlaçados ao redor do pescoço do frade e os dois conversavam amigavelmente. Está aí a origem de sua iconografia: A clássica representação de suas imagens é a do Santo com o Livro no braço esquerdo e, sobre este livro, estava sentado o Menino Jesus.



Imagem de Santo Antônio de Rodrigo Silva.
Foto: Jussara Duarte

Em 1229, foi morar com os seus irmãos franciscanos, perto de Pádua. Mas Antônio estava muito doente, tinha hidropisia, doença que mal lhe permitia respirar.

Frei Antônio tinha 36 anos de idade quando morreu no dia 13 de junho de 1231. Foi tanta a repercussão de sua morte e tantos os milagres que, meses depois de sua morte, foi canonizado pelo Papa Gregório IX, tornando-se Santo Antônio de Lisboa ou Santo Antônio de Pádua.

- Devoção ao Santo Antônio no Brasil

“Santo Antônio foi o mais português de todos os santos e, um pouco por causa disso, foi também o mais brasileiro deles.”³⁴³

A popularidade de Santo Antônio e a propagação de seu culto em Portugal e no Brasil foram enormes. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas em Portugal, “entre os séculos XV e XVIII, haviam 57 hospícios e santas casas homenageando-o como patrono, e somente em Lisboa, 300 imagens representando-o nas igrejas”.³⁴⁴

No Brasil a mesma história, pois “Santo Antônio foi o santo que mais emprestou seu nome à toponímia brasileira batizando muitas freguesias, vilas e até cidades. Só em Minas, até

³⁴³ VAINFAS, Ronaldo. **Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política**. REVISTA USP, São Paulo, n.57, p. 28-37, março/maio 2003. P. 30.

³⁴⁴ *Idem*.

o século XIX, foram 118 localidades dedicadas ao santo de Lisboa, seguido de São Sebastião, com 88 citações”.³⁴⁵

Nessa época as relações dos fiéis com seu Santo de devoção eram bem íntimas, tanto quanto o eram com Cristo e com a Virgem, sempre invocados a cada dificuldade. Também fazia parte do vocabulário cotidiano das pessoas e das conversas sobre os mais variados assuntos. Chamado também de casamenteiro, protetor dos pobres, padroeiro dos objetos perdidos e pregador do Evangelho Santo Antônio foi um dos santos mais populares do Brasil.³⁴⁶

- Linha do tempo

A primeira capela sob a invocação de Santo Antônio em nossas terras teria sido construída ainda no período colonial, como parte de uma das fazendas da região. Mas com a chegada da ferrovia, e conseqüentemente com o aumento da população em Rodrigo Silva, foi necessário construir um novo templo mais amplo.

Com a ajuda do fazendeiro Alfredo Fernandes (nascido em uma das mais antigas fazendas da região, a Fazenda do Fundão), o madeiramento para a construção da nova Igreja foi garantido. A construção e ornamentação foi feita pelos ferroviários que aqui residiam.

Com auxílio de fotografias, observamos que essa igreja possuía uma torre frontal e três altares internos tendendo para o estilo neogótico. A oralidade local nos diz que estes altares eram todos recobertos com ouro e que sua fundação foi constituída por estacas feitas com os trilhos da ferrovia e, por causa disso, quando chovia a base de ferro atraía muitos raios que muito assustavam os fiéis.

³⁴⁵ *Idem.*

³⁴⁶ *Ibidem.* P..31.



Igreja de Santo Antônio.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

Com o passar dos anos e com o crescimento intenso do nosso distrito, essa nova igreja também se tornou pequena para abrigar a comunidade católica e alguns cultos tinham de ser realizados em seu adro ou na praça em frente.

Dessa forma, a igreja foi derrubada com o consentimento do pároco. Um novo templo, moderno e mais confortável, começou a ser construído e foi inaugurado no ano de 1985. Segundo Marly Rodrigues “ficaram à frente dos trabalhos o então pároco, Padre Simões, o senhor Adão e o senhor Ovídeo, com participação da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e de todos rodrigossilvenses”.



Procissões da Semana Santa. Ao fundo a igreja que foi inaugurada em 1985, com grandes janelas retangulares.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

Em meados dos anos de 1990, esse templo foi novamente reformado. Acrescentou-se uma sacristia lateral e as janelas; a torre foi remodelada, com intuito de conferir-lhe um aspecto mais religioso. De acordo com nossa entrevistada Marly Rodrigues, hoje, mais de 40 anos depois da construção dessa nova igreja, muitos lamentam a perda da capela antiga, que a seu ver, deveria ter sido preservada e com a construção de uma igreja nova em outro local.



Construção da atual igreja de Santo Antônio.
Fonte: Acervo da Família Raimundo



Atual Igreja de Santo Antônio com o coreto.
Fonte: Câmara Municipal de Ouro Preto

Também na década de 90 foi criado o Conselho Comunitário de Pastorais (CCP), fundado por membros da Igreja para intervir de maneira mais ativa junto à comunidade católica de Rodrigo Silva. Fazem parte do conselho o pároco, atualmente o Padre Luís

Roberto Souza, um coordenador, um tesoureiro, um secretário e membros da associação de moradores.

Hoje, a Igreja de Santo Antônio pertence à Paróquia Nossa Senhora de Nazaré, de Cachoeira do Campo, e o pároco vem celebrar as missas no primeiro e no terceiro domingo de cada mês e sempre que há necessidade.

No interior da Igreja estão guardados importantes registros da memória de sua trajetória. As esculturas antigas em madeira policromada como a de João Nepomuceno, Santo Antônio, São Pedro, São Domingos, Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Benedito, entre outras, constituem em um acervo riquíssimo para nossa história.

Certa vez, quando a igreja estava sendo reconstruída, as imagens foram resguardadas pelo pároco, o Padre Simões, nas dependências da Matriz do Pilar. Quando terminou a obra voltaram para o seu lugar de origem, entretanto houve um mal-entendido que perdura até os dias atuais:

A paróquia do Pilar alegou que a imagem de São Pedro pertencia ao seu acervo, mas a comunidade diz o contrário com absoluta certeza. Logo, esse episódio acarretou discórdias. O assunto continua sendo uma incógnita, mas os moradores de Rodrigo Silva seguramente buscam fontes que comprovem o pertencimento da imagem.

Hoje, essas imagens estão muito bem acondicionadas em um expositor na sacristia da Igreja. São reconhecidas por seus valores históricos e artísticos, mas principalmente pelo valor afetivo e devocional de toda comunidade!



Esculturas do acervo da Igreja expostas em uma vitrine para todos apreciarem.
Foto: Jussara Duarte

A Igreja de Santo Antônio se localiza no centro do nosso distrito e em seu largo ocorrem as principais comemorações e festividades. Destacam-se as datas religiosas comemorativas, como a Semana Santa, de São Pedro, São João e Santo Antônio, as datas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, e do nascimento de Jesus Cristo: o Natal.



Procissão da Semana Santa.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

A mais famosa é a do santo padroeiro: a Festa de Santo Antônio, São Pedro e São João, quando o distrito é todo enfeitado e as comemorações atraem muitos visitantes. São palavras de Marly: “A festa para Santo Antônio é uma preocupação de toda comunidade, todos se juntam para fazer o que sabe e o que precisa, da melhor forma possível para que o evento aconteça. Ela é programada e anunciada com antecedência, para que todos fiquem atentos e quem está ausente ou mora fora, possa se programar para participar. Costumo dizer que Santo Antônio faz milagres, pois às vezes iniciamos a festa sem recursos e no final, o dinheiro aparece e quitamos os compromissos com tranquilidade. São tantos os pedidos que Santo Antônio não faz outra coisa senão interceder por nós.”³⁴⁷

³⁴⁷ Entrevista feita com Marly Rodrigues, guardiã da memória de Rodrigo Silva, 12 de junho de 2014.



Festa de Santo Antônio com a participação da tradicional Sociedade Musical Santa Cecília.
Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

- Patrimônio Imaterial – A Festa de Santo Antônio

A Festa em homenagem ao nosso santo padroeiro é tão importante e tradicional que, no ano de 2006, foi inventariada como patrimônio imaterial do município de Ouro Preto. Sua origem foi concomitante à construção da igreja, quiçá ainda no início do século XIX, sendo uma das principais marcas de identidade cultural do distrito.

É um evento religioso muito esperado pela população de Rodrigo Silva e acontece durante uma semana inteira. Inicia-se com o dia de Santo Antônio, dia 13 de junho e se prolonga até o domingo seguinte, ou inicia-se uma semana antes e encerra-se no dia de Santo Antônio. As comemorações acontecem na igreja, em seu largo e na rua principal do distrito, que ganha uma decoração especial feita com bambus, bandeirinhas, balões e flores, “tem também anjinhos de bico, sem bico, de asas, sem asas, os santos antoninhos, até bebezinhos, as corações, as missas e as procissões”, segundo Marly Rodrigues.

Nos dias de festa, as bandeiras de Santo Antônio, de São João e de São Pedro são elevadas por um mastro fixado no adro da Igreja de Santo Antônio. A procissão se faz à luz de

velas com inúmeras pessoas e, sempre acompanhada da Sociedade Musical Santa Cecília. A chegada à Igreja é o ponto principal da festa, pois além da missa que abençoa os estandartes, há também o hasteamento do mastro com a imagem de Santo Antônio.



1927 - RODRIGO SILVA - 15-7-28 - ASPECTO DA PROCISSÃO DE S. ANTONIO S. JOÃO E S. P.

Procissão de Santo Antônio, São João e São Pedro no ano de 1928.

Fonte: Flávio Edmundo dos Anjos

É neste clima de fé, festividade e de comoção social que a identidade coletiva do distrito se expressa, sendo uma riqueza cultural do distrito. Representando aqui o verdadeiro significado e sentido de ser patrimônio!

CAPÍTULO 7 – Projeto “Mais Cultura nas Escolas”



Oficina Mais Cultura na Estação.
Foto: Jussara Duarte

Neste último capítulo, apresentamos o desdobramento do nosso Projeto “Mais Cultura nas Escolas”, uma iniciativa interministerial entre os Ministérios da Cultura e o da Educação. Foram aproximadamente seis anos de pesquisas, entrevistas, oficinas e encontros com o estudante de Rodrigo Silva. Desde já informamos que as ações foram desenvolvidas com os alunos matriculados na Escola Municipal Dr. Alves de Brito interessados em participar do Projeto, todos eles moradores do distrito, com idade entre 12 a 15 anos.

Como buscamos demonstrar ao longo dos capítulos anteriores, tivemos como base central para a realização deste Projeto o repertório local. O nosso objetivo foi e continuará sendo o de despertar o sentimento de pertencimento para com o nosso patrimônio, valorizando os nossos bens culturais e, principalmente reconhecendo os esforços daquelas pessoas, verdadeiros “patrimônios vivos” que zelam por e preservam a nossa memória, denominados aqui como guardiões.

Partimos sempre do seguinte pressuposto: “Conhecer para amar e amar para preservar!”, pois acreditamos que quem conhece, ama e quem ama, cuida e torna-se um guardião! Na vida, é comum quando amamos atribuímos valores, ao que é para nós algo especial. Sendo assim, conscientes deste reconhecimento buscamos conhecer, reconhecer, para amar e preservar, pois de alguma forma, o patrimônio cultural nos engrandece como seres humanos e como cidadãos.

Podemos defini-lo como sendo “um conjunto de bens que nos enriquece enquanto povo, que configura a nossa cultura, é algo que nos une em sociedade, que reafirma quem somos e de onde viemos”. E, ainda acrescentamos que o patrimônio cultural é o nosso passado em comum, é também um “lugar de memória”, além de ser a história viva dos nossos antepassados!

[...] aos alunos e alunas experiências significativas com base na construção de um conhecimento que lhes permita entender os processos histórico-culturais que envolvem e/ou envolveram sua realidade no presente ou em um passado recente ou remoto. Ao mesmo tempo, esse conhecimento tem de lhes possibilitar o exercício do direito à memória a partir do acesso ao patrimônio do qual todos são herdeiros.³⁴⁸

Comprovamos com esse estudo que o melhor guardião do patrimônio cultural é o seu próprio povo, a sua comunidade. Pode-se dizer que são aquelas pessoas que o praticam e moram em seus arredores, ou melhor, são as pessoas para as quais esse patrimônio tem verdadeiro sentido.³⁴⁹ Ao mesmo tempo, observamos que, por adquirir uma conotação diversa e pluralística, o patrimônio que é de todos, muitas vezes lamentavelmente acaba não sendo de ninguém.

Sem o seu devido reconhecimento caímos no abismo e deixamos os deveres e cuidados para o outro. E, mesmo com esforços dos guardiões ainda presentes, as questões burocráticas juntamente com a negligência das políticas públicas acabam colocando em risco a integridade dos bens.

Portanto, compreendemos que todos os tipos de bens patrimoniais, todas as expressões comunitárias devem ter apoio, recebendo cuidados e verbas para seu crescimento e continuidade. Apoio da comunidade, mas principalmente dos cuidados técnicos e das verbas advindos dos órgãos públicos.

³⁴⁸ FRAGA, Hilda Jaqueline. **A cidade como documento no ensino de história**. In: POSSAMAI, Zita Rosane. **Leituras da Cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. P. 221.

³⁴⁹ Apostila do IPHAN sobre Educação Patrimonial. P.10.

Pois, nenhum patrimônio tanto material como imaterial está imune à ação do tempo e as suas vicissitudes. Ainda que sejam carinhosamente guardados, estes necessitam de ajuda para continuarem sendo e fazendo parte da história da nossa história. Assim acontece com a nossa Estação, com a Banda, a Capela de Santa Quitéria, com a Igreja de Santo Antônio e com a nossa Escola.

É válido observar que aqui no Brasil esse conceito de patrimônio passou recentemente por um processo de revalorização. Destacamos aqui a Constituição Federal de 1988 que conferiu ao patrimônio cultural um tratamento especial, assegurando sua proteção legal abrangendo os bens de natureza material e imaterial:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. § 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais; II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.³⁵⁰

Entretanto, os bens de natureza imaterial não foram salvaguardados pelos tombamentos e sim por um novo instrumento denominado de registro. Mesmo assim, percebe-se que eles continuaram à margem das políticas efetivadas. Passados alguns anos, com o Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, instituiu-se o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou-se o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, os quais vêm implementando políticas públicas voltadas para o seu reconhecimento e valorização.

Essa ampliação da noção dos bens a serem preservados foi sendo reforçada e diversificada, dando impulso para sua proteção. Incentivaram um olhar diferenciado para o patrimônio, não centrando mais apenas nas grandes obras arquitetônicas, mas enfatizando todas as manifestações culturais importantes para uma coletividade. Contudo, observamos que isso não foi o bastante. Compreendemos aqui os avanços, mas almejamos mais melhorias!

Como vem escrito na Constituição de 1988, o patrimônio tanto material quanto o imaterial são de responsabilidade do governo em conjunto com a sociedade. E, uma vez falha essa relação, quem sofre são os nossos bens culturais, mas quando unidos, podem transformar uma realidade de descaso em revitalizações bem-sucedidas, devolvendo-lhes ardor e vida!

³⁵⁰ Constituição Federal de 1988.

Em nossas ações com o Projeto Mais Cultura foram abordadas questões históricas conceituais, políticas e sociais, tendo como palavras-chave: patrimônio material e imaterial; tombamentos e registros; memória e história; restauração, conservação, revitalização e preservação.

Mas além de saber quais são os patrimônios culturais, buscamos entender, conforme demonstrado nos capítulos anteriores, por que estes bens são tão importantes para nossa comunidade e quais são suas características e seus valores que os tornam especiais e dignos de serem salvaguardados e intitulados como patrimônio.

Dessa forma, deixamos o nosso registro documental e fotográfico como instrumento para mantermos a memória do nosso distrito, bem como para compartilharmos sentimentos com quem não estava lá conosco!

Esperamos que este livro sirva como fonte para pesquisas, como referências do passado para se compreender melhor o presente e quem sabe, como muita alegria, conseguirmos projetar um futuro melhor para os nossos mais diversos bens culturais.

Descrevemos a seguir as palavras do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade (diretor do antigo SPHAN, hoje IPHAN desde sua criação no ano de 1937 até 1967) em discurso prestado nos últimos anos de sua gestão:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, inculcar-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável.³⁵¹

Apresentamos a seguir os nossos encontros patrimoniais, repletos de cultura e de amor, de histórias e de muito aprendizado! Descreveremos os temas propostos e as ações desenvolvidas com o intuito de incentivar o prolongamento e novos exercícios que abarcam a temática do patrimônio cultural em âmbito escola.

³⁵¹ Ministério da Cultura. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Iphan 2014. P.6.

- Tema: Cinema na Escola.

Ação: Exibição de filmes, documentários e notícias sobre história e patrimônio cultural. E, posteriormente, realiza-se uma roda de conversa comparando o registro visual com a realidade local.



Cinema na Escola.
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Escola vai ao Cinema

Ação: Participação do evento CineOP que acontece anualmente na sede em Ouro Preto.



Escola vai ao Cinema: Cine-OP.
Fonte: Acervo da Escola

- Tema: Cultura e Arte Barroca

Ação: Visita à sede de Ouro Preto acompanhados de um guardião local, conhecendo e reconhecendo a história e a realidade do patrimônio cultural. Em sala de aula, conversamos sobre a conservação e preservação dos bens culturais em Ouro Preto, relacionando com a real situação dos bens do nosso distrito.



Visita turística a sede de Ouro Preto.
Foto: Jussara Duarte



Visita turística ao centro histórico de Ouro Preto, acompanhados do guardião Ponte Nova.
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Passeio de Trem

Ação: Conhecer um trem turístico e participar das atividades educacionais oferecidas pelo Trem da Vale.



Na plataforma da Estação Ferroviária de Ouro Preto.

Fonte: Acervo Pessoal



Instrumentos musicais feitos com sucatas na Estação Ferroviária de Mariana

Foto: Jussara Duarte

- Tema: As antigas minas de ouro de Ouro Preto

Ação: Conhecer o modo de extração do período aurífero e reconhecer as minas como patrimônio cultural de Ouro Preto.



Aprendendo com o guardião Douglas sobre a nossa origem africana na Mina do Veloso em Ouro Preto
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Os doces de goiaba de São Bartolomeu

Ação: Conhecer o modo de fazer dos doces do distrito de São Bartolomeu e compreender o seu significado como patrimônio imaterial de Ouro Preto.



Seu Vicente, guardião de São Bartolomeu, ensinando-nos sobre o doce de goiabada registrado como patrimônio imaterial de Ouro Preto.

Foto: Jussara Duarte

- Tema: Santuário do Caraça

Ação: Visitar e observar como eram os antigos colégios no período colonial e reconhecer sua importância para a história de Minas Gerais.



Visita ao Santuário do Caraça com os alunos do 9ºano e do Projeto “Mais Cultura”.
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Encontros cívicos

Ação: Participar dos encontros cívicos da cidade, levando um pouco da história do nosso distrito.



Levando a nossa história ao encontro de 7 de setembro em Cachoeira do Campo.

Foto: Acervo Pessoal

- Tema: O antigo povoado da Boa Vista

Ação: Aula prática de história local, buscando conhecer e reconhecer nossos espaços como patrimônio cultural do nosso distrito.



Caminhada com piquenique na Capela de Santa Quitéria.
Fonte: Acervo Pessoal



Piquenique no Morro da Guerra.
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Minha história, meu lugar

Ação: Escolher, representar e desenhar um “lugar de memória” do distrito.



Alunos na Igreja de Santo Antônio
Foto: Jussara Duarte



Casas da década de 1930 do distrito.
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Higienização e Conservação da Estação Ferroviária.

Ação: Despertar o interesse em preservar a antiga Estação Ferroviária, utilizando-a para as mais diversas finalidades.



Higienização e conservação da Estação Ferroviária
Foto: Jussara Duarte



Conservação dos documentos encontrados na Estação.
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Revitalização da Estação

Ação: Organização dos materiais para desenvolver encontros na Estação; limpeza do entorno e acondicionamento dos documentos encontrados.



Conservação – Limpeza e acondicionamento de documentos
Foto: Jussara Duarte



Fabricando estacas para proteção de mudas plantadas.
Foto: Jussara Duarte



Arte no lixo.
Foto: Jussara Duarte



Conservando a plataforma da Estação.
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Lendas e histórias

Ação: Cada aluno trouxe uma lenda sobre a região que foi contada no caminho para Bela Vista. Conhecer a história oral, a capelinha e a cachoeira da região.



Aproveitando a natureza exuberante do nosso distrito - Cachoeira da Bela Vista.
Foto: Jussara Duarte



Capelinha da Bela Vista.
Foto: Jussara Duarte



Pelos caminhos da Bela Vista.
Foto: Jussara Duarte



Edificação Ferroviária em Dom Bosco no caminho para Bela Vista
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Acervos Fotográficos

Ação: Buscar antigos registros do distrito que contem através de imagens as mudanças e permanências ocorridas com o passar do tempo.



Pesquisa feita no acervo do fotógrafo Geraldo Cabecinha.
Foto: Jussara Duarte



Acervo fotográfico do Geraldo Cabecinha, tesouro histórico salvaguardado por este guardião
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Memórias da Sociedade Musical de Santa Cecília

Ação: Higienização, conservação e acondicionamento dos antigos instrumentos da Banda.



Realizando limpeza mecânica dos antigos instrumentos
Foto: Jussara Duarte



Limpeza mecânica dos antigos instrumentos
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Jornada Mineira do Patrimônio Cultural

Ação: Apresentação e Preparação para integração da Jornada cultural.



Confecção de camisetas do Projeto Mais Cultura

Foto: Jussara Duarte

4ª JORNADA MINEIRA DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM OURO PRETO

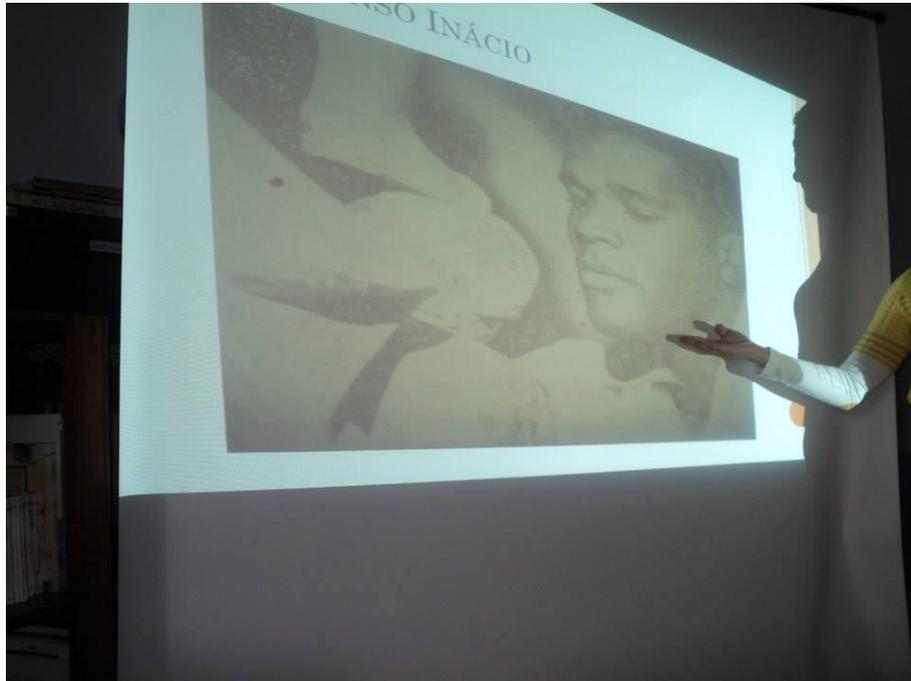
OFICINA:
 Conservação de Documentos e Revitalização da Estação Ferroviária - Rodrigo Silva
 Data: 19/09
 Local: Escola Municipal Dr. Alves de Brito e Praça da Estação
 Hora: 8h às 11h; 14h às 17h.
 Haverá exposição com os resultados da oficina na Estação Ferroviária de Rodrigo Silva e apresentação da Sociedade Musical Santa Cecília no dia 21/09 às 14:00.
 Informações: jussara-hist@bol.com.br

OFICINA:
 Registro Patrimonial e Inventário Participativo: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia.
 Duração: 09/09 a 06/10/2013
 Local: Casa de Cultura do Padre Faria e ruas do bairro Padre Faria.
 Público alvo: alunos e/ou oriundos da rede pública de ensino.
 Inscrições e informações: reinado@reinado.org.br

Esta ação faz parte da 4ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural/Edição 2013

Cartaz de divulgação da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural em Ouro Preto/2013.

- Tema: Oficina sobre Conservação e Restauração de Bens móveis
Ação: Limpeza e acondicionamento das antigas partituras da Sociedade Musical de Santa Cecília.



Na imagem nosso exímio guardião restaurador ouropretano Jair Afonso Inácio.
Fonte: Acervo Particular



Confecção de passe-partout para as partituras
Foto: Acervo Particular



Limpeza mecânica das partituras
Foto: Acervo Particular

- Tema: Patrimônio Natural

Ação: Caminhar e conhecer os monumentos naturais da região reconhecendo-os como patrimônio natural do distrito.



Pela Estrada Real a caminho da Cachoeira da Caveira
Fonte: Acervo Particular



Reconhecendo o Sítio Natural da Caveira nos arredores de Rodrigo Silva
Foto: Jussara Duarte

- Tema: Curadoria da Exposição “Pra ver a Banda passar”

Ação: Organizar, preparar e revitalizar a Estação para a exposição sobre a Sociedade Musical de Santa Cecília, integrante do Jornada Cultural do IEPHA.



Exposição “Pra ver a banda passar...”

Programação

Estação Ferroviária de Rodrigo Silva
21/09 (sábado)

14:00h

Apresentação do quarteto Sopros de Ébano

14:30h

Abertura da exposição “Pra ver a banda passar...”

16:00h

Apresentação da Oficina de Canto da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

17:00h

Encerramento com a reatua da Sociedade Musical Santa Cecília

Esta ação faz parte da 4ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural/Edição 2013



Convite da exposição “Pra ver a banda passar”, integrante da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural

Fonte: Acervo Particular



Exposição “Pra ver a banda passar” na Estação Ferroviária de Rodrigo Silva.
Foto: Jussara Duarte



Exposição “Pra ver a banda passar” integrante da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural.
Foto: Jussara Duarte



Acervo de fotografias pertencente à Sociedade Musical de Santa Cecília.
Foto: Jussara Duarte



Apresentação das meninas Sopros de Ébano com a presença do guardião e músico Flávio Edmundo
Foto: Jussara Duarte



Apresentação da Oficina de Canto da E. M. Dr. Alves de Brito.
Foto: Jussara Duarte



Apresentação da Sociedade Musical Santa Cecília de Rodrigo Silva durante a Exposição feita em sua homenagem: “Pra ver a Banda passar” pelos alunos do Projeto “Mais Cultura”, na Estação Ferroviária de Rodrigo Silva.
Foto: João Paulo Martins

- Tema: Patrimônio material e imaterial ou vice-versa: (re) conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria

Essa última ação aqui apresentada é fruto do trabalho desenvolvido no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Foram duas semanas de encontros, onde o nosso objetivo principal foi discutir questões teóricas e práticas que circundam atualmente o patrimônio local, representado na capela de Santa Quitéria e aproximar os mais jovens das atividades culturais desenvolvidas na comunidade, especialmente da Festa de Santa Quitéria.



Oficina “(Re)conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria” com as visitas dos guardiões DuCarmo e Pixico
Foto: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito



Oficina “(Re)conhecendo a capela e a festa de Santa Quitéria” com as visitas da guardiã Pitita
Foto: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito



Oficina Conhecendo memórias e construindo histórias
Foto: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito



Oficina “Memórias e Histórias” – Entrevistas com moradores do distrito
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito



Oficina “Memórias e Histórias” – Entrevistas com moradores do distrito
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito



Oficina “Conhecer e cuidar”- Capela de Santa Quitéria no alto da Boa Vista
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito



Oficina “Conhecer e cuidar”- Capela de Santa Quitéria no alto da Boa Vista
Fonte: Acervo da Escola Municipal Dr. Alves de Brito

CONCLUSÃO

Infundáveis são as reflexões e palavras conclusivas são sempre difíceis de serem escritas. No entanto, a partir deste meticuloso trabalho acadêmico desenvolvido, algumas inquietudes foram inicialmente sanadas. O entendimento, através da longa duração por aqui perpassada, a nosso ver, tornou-se essencial para compreender como foram sendo construídas as políticas patrimoniais, especialmente no município de Ouro Preto.

É válido advertir que trabalhar com a história, memórias e bens culturais de um distrito marginalizado e, ao mesmo tempo, pertencente a uma cidade patrimônio da humanidade tem suas particularidades e muitas contradições. Desta forma, muitas questões podem ser levantadas, nas quais tentamos transitar por todas elas, em alguns momentos sucintamente. As contradições já estão explícitas no título desta dissertação: “o patrimônio cultural na corda bamba de sombrinha”, especificadamente o patrimônio local, pois este sem visibilidade segue sem reconhecimento, se equilibrando na luta pela vivacidade.

Observa-se que os moradores do distrito de Rodrigo Silva muitas vezes não se reconhecem nos bens tombados no “centro-histórico” de Ouro Preto, intitulados patrimônio da humanidade. Assim como seus bens culturais são ainda menos significativos para o distrito sede e, para o poder público são praticamente invisíveis. Desta forma, buscamos nesta pesquisa trazer à tona a memória desta comunidade, um dos treze distritos de Ouro Preto que, ainda possui uma rica história preservada, não pelas instituições governamentais, mas pelos próprios moradores.

Reconhecer que Ouro Preto vai além de seu “centro-histórico” foi nosso ponto de partida. Sendo assim, compreende-se que a capela e a festa de Santa Quitéria são bens culturais, patrimônio de Rodrigo Silva, mesmo não sendo institucionalizadas pelo poder público. A importância da capela artística e historicamente merece reconhecimento, assim como seu valor social representado pela festa, que acalenta a memória coletiva e a identidade da comunidade.

Percebe-se que os bens culturais afastados do “centro-histórico” foram esquecidos pelos “guardiões da memória” e marginalizados pelo poder público desde os primórdios. No entanto, eles também pertencem ao passado, são memórias de um grupo de indivíduos e permanecem vivos e dinâmicos, como herança de seus antepassados.

Traçamos, no decorrer dos capítulos, um panorama geral de como a obsessão pelos bens culturais foi sendo inventada e, escovando a “história a contrapelo”³⁵², voltamos o olhar para personagens e acontecimentos locais, que foram não os únicos, mas também os responsáveis pelo processo de patrimonialização de Ouro Preto, antes mesmo dos “descobridores” modernistas paulistas. Destacou-se assim o contexto no qual as narrativas foram escritas, repassadas, aceitas e sacralizadas ao longo do tempo.

Desta forma, procurou-se demonstrar que a narrativa forjada desde o século XIX pelos “defensores históricos” de Ouro Preto, representados aqui nas figuras de Xavier da Veiga, Diogo de Vasconcelos e João Veloso foi perpetuada pelos “homens do patrimônio” especialmente por Rodrigo Melo Franco de Andrade que, continuaram preocupados em resgatar os fatos “excepcionais e memoráveis”, assim como preservar os “tesouros do passado”. Sendo assim, reafirmaram por séculos uma memória elitista e “coesa”, privilegiando o tombamento dos bens materiais, históricos, artísticos, barrocos e se possível do mestre Aleijadinho.

Evidenciamos assim como a construção do imaginário social pelo patrimônio foi centrada nas obras “pedra e cal”, localizadas no “centro-histórico” da cidade. O fato dos “defensores históricos” buscarem incansavelmente preservar seus “lugares de memória”³⁵³, além de almejam ascensão política e econômica perante a nova ordem política vigente, acalentada pela transferência da capital para Belo Horizonte, ressignificando Ouro Preto, foi essencial para criar uma falsa ideia de memória única e coletiva. Assim, eles intencionavam garantir espaço frente ao cenário federal ajudando, quiçá, no plano de civilização da nação proposto pelo presidente Getúlio Vargas.

No período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do SPHAN, o mesmo concentrou seus esforços nos monumentos arquitetônicos e barrocos luso-portugueses, considerados “excepcionais” e “autênticos” pelos especialistas da época. A principal justificativa utilizada foi o valor artístico e histórico atribuídos a estes bens. Contudo, é válido lembrar que Rodrigo era mineiro e seu bisavô o primeiro biógrafo de Aleijadinho, desta forma compreende-se melhor a sua “causa” patrimonial. Considerando também que a equipe era formada por arquitetos, advogados e engenheiros, a ênfase na estética da obra foi central para avaliação e efetivação dos primeiros tombamentos.

³⁵²BENJAMIN, Walter. *Op. cit.* P.14.

³⁵³NORA, Pierre. *Op. cit.*

Observou-se que os primeiros tombamentos sacralizados em meio à essa *frenesi* de preservar todos os bens culturais localizados no “caminho-tronco”, permeou durante toda primeira fase do SPHAN. Logo, com a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade e com a abertura dos conceitos ligados à cultura e à história foram cruciais para o alargamento do significado de patrimônio cultural no Brasil.

Constatamos, assim, que Renato Soeiro, juntamente com Aloísio de Magalhães seguiram por essa nova ordem, buscando inserir os mais diversos bens culturais, representativos para a sociedade brasileira. Destacando a diversidade da nossa cultura e a heterogeneidade dos bens culturais que a compõe, o patrimônio imaterial e natural começaram a garantir espaços nas discussões governamentais. Entretanto, se podemos perceber certo avanço nas políticas, observa-se também que muitas vezes elas não saíram do papel.

A elevação de Ouro Preto a patrimônio da humanidade, pode ser um exemplo, pois não trouxe benefícios concretos para estas transformações política e conceitual. De arraial mineiro à cidade mundial, a antiga Vila Rica permaneceu com os mesmos problemas relacionados à preservação e continuou selecionando os mesmos estilos de bens culturais, material, arquitetônico e barroco. Contudo, é fato que com essa honraria, a cidade recebeu mais visibilidade e com isso, mais apoio no quesito financeiro para a salvaguarda do seu patrimônio artístico e histórico. Porém, com o desequilíbrio e desavenças entre os poderes federais e municipais o sucesso das ações foi bruscamente comprometido.

Entre o global e o local, é claro que a atenção se voltou com mais afinco para o sacralizado “centro-histórico” com suas grandes, excepcionais e ostentosas construções luso-brasileiras. E, mais uma vez os bens representativos para as comunidades dos bairros periféricos e distritos ficaram excluídos dos planos de conservação do município. Seguimos destacando as faces da mesma moeda, questionando como o patrimônio da humanidade não tem antes de tudo um valor municipal.

Sendo assim, compreendemos através desta pesquisa que os bens com valores para a comunidade local foram sendo timidamente inseridos nas listas dos patrimônios estaduais e municipais. Mais especificadamente nos municipais, uma vez que o IEPHA busca por bens significativos para uma determinada região. E, até mesmo com a abertura constitucional, averiguou-se que as memórias de muitas comunidades, continuaram a ser marginalizadas dos processos patrimoniais. Sem o devido reconhecimento correm o “risco da perda”, mas com equilíbrio tentam sobreviver às vicissitudes do tempo.

Analisou-se que os bens classificados com proteção municipal são heterogêneos e diversificados, pois incorporaram em seu repertório as diferentes memórias locais. A nosso ver, isso ocorre porque os agentes municipais vivem a cidade e convivem com os moradores, o que facilita o diálogo e a percepção da realidade eminente. Entretanto, se o patrimônio municipal é reconhecido institucionalmente, muitos deles seguem às sombras não apenas do “turismo cultural”, mas também da história e do orçamento dos planos de salvaguarda e restauração. Apesar de existir um fundo específico, ainda permanece a política dos interesses, privilegiando certos bens e esquecendo tantos outros.

A discussão feita sobre o material e imaterialidade é mais teórica do que prática. Pois se é consensual na historiografia que um bem não existe sem o outro, nas ações de tombamento e registro fica claro que estes permanecem em processos separados e bem distintos. Descrevemos um caso específico que tratou deste paralelo, mas concluímos que nas ações institucionais o bem material além de ser ainda privilegiado, recebe mais recursos para sua proteção, independente do âmbito. Outra questão que envolve essa discussão, na qual também foi pontuada é que permanecer presos nessa dicotomia não acrescentará grandes efeitos práticos e pode afastar o real sentido e valor do patrimônio. Pois, independente de sua natureza o que deveria valer primordialmente é a sua função social.

O nosso objeto de estudo centrado na capela e na festa de Santa Quitéria, pertencente ao distrito de Rodrigo Silva, é um exemplo desses impasses. O processo para o seu tombamento a nível municipal está em aberto desde o ano de 2005 e parece não ter data para seu cumprimento. Mesmo inventariados, permanecem às margens das políticas culturais do município. O que nos permite julgar que as pesquisas e estudos dispensados, foram exclusivamente para pontuar e receber o ICMS cultural. Neste caso, observam-se dois inventários distintos, um para capela e outro para festa.

Entretanto, conforme averiguou e se buscou demonstrar na pesquisa é que não existiria a capela se não houvesse a festa e, vice-versa, pois sem a estrutura física e material da capela não mais aconteceria a festa. Mesmo assim, encontra-se um único pedido feito pela comunidade de tombamento e não de registro. Talvez por desconhecimento ou mesmo acreditar que aquela humilde expressão cultural tão presente em suas memórias, não possua significado digno de ser preservada pela cidade patrimônio da humanidade.

Mas se vivemos em um Estado Democrático de Direito amparados em uma Constituição Federal que nos permite proteger todos os bens que são significativos para uma

coletividade, é possível um bem sem valores autênticos e excepcionais ser declarado patrimônio, independente da esfera. Pois não basta o valor histórico e o artístico, mas o valor social garantido pelos seus habitantes e não apenas para um grupo de especialistas.

A descentralização e o alargamento na noção dos conceitos de cultura, memória, história e patrimônio deveriam de fato ser implementadas pelos órgãos de preservação como o IPHAN, o IEPHA e o COMPATRI. Mesmo que sejam heterogêneas e sem ligação com a história oficial amplamente divulgada, outras memórias existem e são significativas para comunidades que possuem o direito ao passado.

Agora, se vivenciamos uma *frenesi* patrimonial com obsessão pelas memórias, grupos e indivíduos antes excluídos deste processo se vêm no direito de também ter suas recordações mantidas e transmitidas para a posterioridade. Desta forma, as ações dos órgãos municipais são mais palpáveis para este movimento democrático que, mesmo a passos lentos, estão mudando significativamente a realidade e possibilitando a presença de outros atores sociais nas políticas de preservação do patrimônio cultural.

Por fim, concluímos com esta pesquisa que é preciso ver o patrimônio cultural relacionando-o com as práticas sociais presentes, respeitando as apropriações e ações dos cidadãos locais. Também se faz necessário ter em mente que não se congela algo que é dinâmico, usufruído por pessoas, que é volátil, flexível e mutável conforme sua fruição. Enxergando o patrimônio de uma forma integrada, e, incluindo todos os sentidos culturais que o abarcam seria possível construir histórias (de maneira exemplar) e reconhecer suas diversas memórias. Aí sim estaríamos no caminho para uma política cultural ética mais democrática e de fato, cidadã.

FONTES

- Arquivo Público Municipal de Ouro Preto:
Atas do Conselho Consultivo de 1931 a 1937.
Acervo do Instituto Histórico de Ouro Preto e Museu de Arte e História da Casa de Gonzaga.
Jornal Voz de Ouro Preto.
Jornal de Ouro Preto.
Jornal Mineiro.
- Hemeroteca Pública de Minas Gerais
Acervo do Jornal “*A Ordem*”.
- COMPATRI
Parecer Técnico sobre o tombamento da Capela de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra. Distrito de Santo Antônio do Salto. 27 de outubro de 2010.
Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto. Data. 03/04/2008.
Dossiê de Registro da Festa do Fundão.
Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural do dia 03 de outubro 2006.
Inventário do Conjunto Arquitetônico Ferroviário de Rodrigo Silva.
- Arquivo da Casa dos Contos – Centro de estudos do Ciclo do Ouro
Centro de Estudo do Ciclo do Ouro Notação: CC – ex. 62 – 30584.
Centro de Estudo do Ciclo do Ouro. Notação: SG – ex. 57 - Doc 66.
Centro de Estudo do Ciclo do Ouro. MF 219. Volume 2970.
Centro de Estudo do Ciclo do Ouro. Datação: 1897.

- Arquivo da Paróquia do Pilar

Banco de Dados referentes à documentação da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (1700-1899), FAPEMIG/CNPQ/CASA DOS CONTOS. Coord. Profa. Adalgisa Arantes Campos. Belo Horizonte, MG.

- Arquivo da Torre do Tombo

Código de referência: PT/TT/JIM – JJU / 002/0057/00007

- Acervo do IFAC/UFOP:

Fotografias de Luiz Fontana.

- Produção Bibliográfica sobre Ouro Preto e Minas Gerais:

CAMPOS, A. A. (2004). **São Miguel, as Almas do Purgatório e as balanças**: iconografia e veneração na Época Moderna. *Memorandum*, 7, 102-127

AGUIAR, Leila Bianchi. **Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializado: Ouro Preto, 1938-1975**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, p. 87-106, janeiro-abril 2016.

ARAÚJO, V. L. de.; MEDEIROS, B. F. **A história de Minas como história do Brasil : o projeto historiográfico do APM**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.63, p.22-37, 2007.

BOHRER, Alex Fernandes. **A talha do estilo nacional português em Minas Gerais**: contexto sociocultural e produção artística. Belo Horizonte – UFMG. 2015.

BOHRER, Alex Fernandes. **Ouro Preto, um novo olhar**. São Paulo: Scortecci, 2011.

BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: FGV. 2010.

BRUSADIN, Lia e QUITES, Regina. **A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto (MG): aspectos históricos, artísticos, iconográficos e devocionais das esculturas da Paixão de Cristo.** São Paulo, Unesp, v.12, n.2, p.177-207, junho-dezembro, 2016.

CATÃO, Pena Leandro. **As andanças dos jesuítas pelas Minas Gerais: uma análise da presença e atuação da Companhia de Jesus até sua expulsão (1759).** Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p.127-150, dez. 2007.

CATÃO, Pena Leandro. **Inconfidência e Presença Jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino.** In: Seminário Internacional A globalização e os jesuítas: origens, história e impactos, 2007, Belo Horizonte. Anais do Seminário Internacional A globalização e os jesuítas: origens, história e impactos. São Paulo: Loyola, 2007. v. 2.

COSTA, Ana Paula Pereira. **Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial.** Revista de História Regional 11(2): 109-162, Inverno, 2006.

DINIZ, Sílvio Gabriel. **Biblioteca Setecentista nas Minas Gerais.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.1959. V.6.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (org.). **Ouro Preto Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica (1711-1911).** Ouro Preto: Liberdade, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Magno; MOREIRA, Mariana Gonçalves. **Cartografia, Arqueologia e História das Minas Gerais (Séculos XVIII e XIX).** Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 2011.

HILLAIRE, Saint. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia. 1975.

KANTOR, Iris. **Entradas Episcopais na capitania de Minas Gerais (1743 e 1748): a transgressão formalizada.** In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (org.). Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Edusp / Hucitec / Imprensa Oficial, 2001.

LANGE, Francisco Curt. **História da Música nas Irmandades de Vila Rica**. Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Vol. I. Primeira Parte. Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1979.

Lei Orgânica do Município de Ouro Preto.

LOTT, Mirian Moura. **Na forma do ritual romano: casamentos e família em Vila Rica (1804 – 1839)**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte : PPGH/UFMG, 2008.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1979.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a Construção de uma cidade histórica**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, DEHIS/UNICAMP, Campinas, 2007.

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**; [colaboração de Lia Motta e Bettina Grieco] - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e Emboabas no Coração das Minas**. 2008.

VASCONCELOS, Diogo de. **As Obras de Arte em Ouro Preto**. *In*: Bicentenário de Ouro Preto – 1711/1911. Memória Histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 2ª edição atualizada. 2011.

VASCONCELOS, Diogo. **História Antiga de Minas Gerais. Advertência**. Água Limpa, 31 de dezembro de 1900.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras 1664-1897**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1998.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Palavras Preliminares**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano I, fascículo I, p. II, 1896.

VIEGA, Juliana Goretti Aparecida Braga e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Interfaces entre o processo de legitimação do grupo escolar como instituição de saber e a**

ressignificação do lugar simbólico de Ouro Preto como cidade monumento. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, 2013.

WILLIAMS, Daryle. **Vicente Racioppi: The Local Preservationist and the National State in The Human Tradition in Brazil.** Peter M. Beattie, ed Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2003. P.187.

Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. I vol.1 In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN.

BIBLIOGRAFIA CITADA

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. *In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de, Corrêa, Elyane Lins (Org.). Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio.* Salvador: EDUFBA: IAB, 2013.

BELTING, Hans. **Semelhança e Presença** a história da imagem antes da era da arte. Trad. De Maria Beatriz Mello e Souza. Rio de Janeiro: Ars UREBE, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História.** Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BOITO, Camillo. **Os restauradores:** conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. trad. Paulo MugayarKühl, Beatriz Mugayar Kühl. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.

BOTELHO, Tarcísio R.. **Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: uma análise da lei do ICMS Cultural de Minas Gerais.** Goiânia. V.4. n.1. p.471-492, jan/jun. 2006.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad; Serfio Goes de Paula. – 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANDAU, Jöel. **Bases antropológicas e expressões mundanas na busca patrimonial: memória, tradição e identidade.** Revista Memória em Rede, v.1, n.1, p.43-57.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: imaginário da República no Brasil.** São Paulo. Cia das Letras, 1990.

CASIMIRO, Luís Alberto. **Quitéria, uma santa da Lusitânia nas terras de Entre-Douro-e-Minho.** Cultura Revista de História e Teoria das Ideias. V.27. 2010

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Trad. KlaussBrandiniGerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária.** 4. ed. São Paulo: Fund.PerseuAbramo, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ªed. – São Paulo; Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. **Fundando a Nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado.** TOPOI, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333. P.315.

CHUVA, Márcia. **História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama.** Revista do IPHAN. Nº 34/2012.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória.** Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CIVALE, Leonardo. **Sobre Luzes e Sombras: a revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012).** Caderno de Geografia (PUC/MG. Impresso), v. 25, 2015.

COELHO, Beatriz. **Estudo atual da conservação do patrimônio escultórico no Brasil**. 2011.

Constituição Estadual de Minas Gerais

COSTA, Lúcio. **Documentação Necessária**. Revista do IPHAN. N.1, 1937, P.31-41

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da *pedra e cal*”. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.) **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora/FAPERJ/UNIRIO, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-Iphan, 2009

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso Amplo Presente: O tempo e a cultura contemporânea**. Tradução Ana Isabel Soares. 1ª edição. São Paulo: editora Unesp, 2015.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. – Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio: Apicuri, 2016.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**: Estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos. São Paulo: Cosac Naify, 2010

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LIMA FILHO, Manoel Ferreira. **Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira**. Revista de Antropologia. v. 52, n. 2. 2009.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Trad. Lúcia Haddad. Proj. História. Nº17, São Paulo, 1998.

MENESES, José Newton Coelho. **Iconografia de São Sebastião: plasticidade e devoção popular**. Revista do IFAC, (3), DEZ.1996.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**.

MENEZES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Olhares sobre a memória. Monumento histórico e turismo. 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania**. Revista Musas, n. 4, 2009

Os Columbinos. **Santa Quitéria: história, lenda e tradição**. Pombeiro da Beira. Ed. Lit. Associação Juvenil os Columbinos. 2000. Antônio Duarte, morador de Salgueiral, entrevista feita por Sara Pedroso em 1997.

PAIVA, Carlos Magno de Souza. **O regime jurídico do bem cultural edificado no Brasil**. Ouro Preto: UFOP, 2010.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. *In*. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **A proteção do patrimônio cultural – competências constitucionais municipais e o direito de construir regulado pela lei 10.257 (Estatuto da Cidade)**. Jus Navegandi, Teresina, 2002.

RUSKIN, Johan. **A Lâmpada da Memória**. Trad. Maria Lucia Bressan Pinnheiro. Cotia: São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SAUL, António Gomes. **Hagiografia, arte e cultura no Outono da Idade Média**. Revista Diálogos Mediterrâneos, nº6, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

VENTURA, A. C. Quaresma. **Festa de Santa Quitéria: tradição religiosa e gastronômica**. Pombeiro da Beira: Junta da Freguesia, 2010.

ANEXO – TABELA DE REGISTROS E TOMBAMENTOS EM OURO PRETO

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
1	Núcleo Histórico	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico	Caminho Tronco	Tombamento	Municipal e Federal	19/09/1931 e 20/04/1938
2	Bens Imóveis	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Centro	Tombamento	Federal	20/04/1938
3	Bens Imóveis	Igreja de São Francisco de Assis	Largo de Coimbra – Centro	Tombamento	Federal	04/06/1938
4	Bens Imóveis/Patrimônio Arqueológico	Ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica	Distrito Miguel Burnier	Tombamento	Federal	30/06/1939
5	Bens Imóveis	Capela Nossa Senhora das Dores	Alto das Dores	Tombamento	Federal	08/09/1939
6	Bens Imóveis	Capela do Senhor Bom Jesus das Flores	Taquaral	Tombamento	Federal	08/09/1939
7	Bens Imóveis	Capela de Nossa Senhora da Piedade	Rua Nossa Senhora da Piedade - Bairro Piedade	Tombamento	Federal	08/09/1939

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
8	Bens Imóveis	Capela Nossa Senhora do Rosário ou Capela do Padre Faria	Rua Padre Faria - Bairro Padre Faria	Tombamento	Federal	08/09/1939
9	Bens Imóveis	Capela de Santana	Praça Santana - Morro de Santana	Tombamento	Federal	08/09/1939
10	Bens Imóveis	Capela de São João Batista do Ouro Fino	Praça São João - Morro de São João	Tombamento	Federal	08/09/1939
11	Bens Imóveis	Capela de São Sebastião	Praça São Sebastião - Morro de São Sebastião	Tombamento	Federal	08/09/1939
12	Bens Imóveis	Capela do Senhor do Bonfim	Rua Antônio de Albuquerque - Bairro Pilar	Tombamento	Federal	08/09/1939
13	Bens Imóveis	Oratório da Rua Barão do Rio Branco	Bairro Antônio Dias	Tombamento	Federal	08/09/1939
14	Bens Imóveis	Igreja Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Baixo)	Largo Musicista J. dos Anjos - Centro	Tombamento	Federal	08/09/1939

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
15	Bens Imóveis	Igreja Nossa Senhora do Pilar	Praça Mons. Castilho Barbosa - Bairro do Pilar	Tombamento	Federal	08/09/1939
16	Bens Imóveis	Igreja Nossa Senhora do Rosário	Largo do Rosário - Bairro Rosário	Tombamento	Federal	08/09/1939
17	Bens Imóveis	Igreja de Santa Efigênia	Rua Santa Efigênia - Bairro Alto da Cruz	Tombamento	Federal	08/09/1939
18	Bens Imóveis	Igreja de São Francisco de Paula	Rua Padre José Marcos Pena - São Cristóvão	Tombamento	Federal	08/09/1939
19	Bens Imóveis	Igreja de São José	Rua Teixeira Amaral – Centro	Tombamento	Federal	08/09/1939
20	Bens Imóveis	Igreja do Senhor Bom Jesus do Matosinhos	Rua Alvarenga – Cabeças	Tombamento	Federal	08/09/1939
21	Bens Imóveis	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Praça Antônio Dias - Bairro Antônio Dias	Tombamento	Federal	08/09/1939

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
22	Bens Imóveis	Igreja Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (Mercês de Cima)	Rua Padre Rolim – Centro	Tombamento	Federal	08/09/1939
23	Bens Imóveis	Passo da Ponte Seca	Rua Donato da Fonseca - Bairro Rosário	Tombamento	Federal	08/09/1939
24	Bens Imóveis	Passo da Praça Tiradentes	Praça Tiradentes – Centro	Tombamento	Federal	08/09/1939
25	Bens Imóveis	Passo da Rua Getúlio Vargas	Rua Getúlio Vargas - Bairro Rosário	Tombamento	Federal	08/09/1939
26	Bens Imóveis	Passo da Rua São José	Rua São José – Centro	Tombamento	Federal	08/09/1939
27	Bens Imóveis	Passo de Antônio Dias	Rua Bernardo Vasconcelos - Bairro Antônio Dias	Tombamento	Federal	08/09/1939
28	Bens Imóveis	Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré	Praça Felipe dos Santos - distrito Cachoeira do Campo	Tombamento	Federal	29/11/1949

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
29	Bens Imóveis	Casa dos Contos	Rua São José – Centro	Tombamento	Federal	09/01/1950
33	Bens Imóveis	Escola de Minas (antigo Palácio dos Governadores)	Praça Tiradentes – Centro	Tombamento	Federal	13/03/1950
30	Bens Imóveis	Chafariz da Glória	Rua Antônio de Albuquerque - Bairro Pilar	Tombamento	Federal	19/06/1950
31	Bens Imóveis	Chafariz do Largo de Marília	Largo de Marília de Dirceu	Tombamento	Federal	19/06/1950
32	Bens Imóveis	Chafariz de São José ou dos Contos	Praça Reinado Alves de Brito - Centro	Tombamento	Federal	19/06/1950
35	Bens Imóveis	Chafariz do Alto da Cruz	Rua Padre Faria - Bairro Padre Faria	Tombamento	Federal	19/06/1950
36	Bens Imóveis	Chafariz do Alto das Cabeças	Rua Alvarenga – Cabeças	Tombamento	Federal	19/06/1950

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
37	Bens Imóveis	Chafariz de Antônio Dias	Rua Bernardo Vasconcelos - Bairro Antônio Dias	Tombamento	Federal	19/06/1950
38	Bens Imóveis	Ponte da Barra	Rua Antônio Martins – Barra	Tombamento	Federal	19/06/1950
39	Bens Imóveis	Ponte de Marília (Ponte de Antônio Dias)	Largo Marília de Dirceu - Antônio Dias	Tombamento	Federal	19/06/1950
40	Bens Imóveis	Ponte dos Contos(Ponte de São José)	Rua São José – Centro	Tombamento	Federal	19/06/1950
41	Bens Imóveis	Ponte do Pilar	Rua do Pilar – Pilar	Tombamento	Federal	19/06/1950
42	Bens Imóveis	Ponte do Rosário	Rua Alvarenga – Rosário	Tombamento	Federal	19/06/1950
43	Bens Imóveis	Ponte Seca	Bairro do Rosário	Tombamento	Federal	19/06/1950

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
34	Bens Imóveis	Museu da Inconfidência (antiga Casa de Câmara e Cadeia)	Praça Tiradentes – Centro	Tombamento	Federal	29/11/1954
44	Bens Imóveis	Igreja Matriz de São Bartolomeu	Distrito de São Bartolomeu	Tombamento	Federal	04/03/1960
45	Bens Imóveis	Igreja Santo Antônio	Praça da Matriz - Distrito de Glaura	Tombamento	Federal	24/10/1962
46	Bens Imóveis	Casa Bandeirista ou Setecentista	Rua Santo Onofre - distrito de Amarantina	Tombamento	Federal	10/07/1963
47	Bem Móvel	Imagem de Santana do Aleijadinho	Museu de Arte Sacra - Mariana; Procedência Capela de Santana - Chapada	Tombamento	Federal	14/10/1987
48	Bens Imóveis	Fazenda São José do Manso	Parque Estadual do Itacolomy	Tombamento	Estadual	22/09/1998
49	Bens Imóveis	Capela de Santana e seu acervo	Praça de Santana – Subdistrito Chapada	Tombamento	Municipal	29/06/2005

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
50	Bens Imóveis	Ponte Ana de Sá	Ana de Sá - Distrito de Glaura	Tombamento	Municipal	07/11/2006
51	Bens Imóveis	Ponte Zero	Estrada Ouro Preto - Ouro Branco (Estrada Real)	Tombamento	Municipal	28/11/2006
52	Bens Imóveis	Ponte da Rancharia	Estrada Ouro Preto - Ouro Branco (Estrada Real)	Tombamento	Municipal	28/11/2006
53	Bens Imóveis	Ponte do Falcão	Estrada Ouro Preto - Ouro Branco (Estrada Real)	Tombamento	Municipal	28/11/2006
54	Bens Imóveis	Ponte da Caveira	Estrada Ouro Preto - Ouro Branco (Estrada Real)	Tombamento	Municipal	28/11/2006
55	Bens Imóveis	Bueiro Serra do Itatiaia	Estrada Ouro Preto - Ouro Branco (Estrada Real)	Tombamento	Municipal	28/11/2006
56	Bens Imóveis	Arrimo de Bueiro	Estrada Ouro Preto - Ouro Branco (Estrada Real)	Tombamento	Municipal	28/11/2006

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
57	Bens Imóveis	Bueiro Conjunto Calixto	Estrada Ouro Preto - Ouro Branco (Estrada Real)	Tombamento	Municipal	28/11/2006
58	Bens Imóveis	Ponte do Calixto	Estrada Ouro Preto - Ouro Branco (Estrada Real)	Tombamento	Municipal	28/11/2006
59	Bem Móvel	Cadeira Dom Pedro	Centro Dom Bosco (Rodovia dos Inconfidentes) - Cachoeira do Campo	Tombamento	Municipal	08/02/2007
60	Núcleo Histórico	Centro do distrito de São Bartolomeu	Distrito de São Bartolomeu	Tombamento	Municipal	08/02/2007
61	Bens Imóveis	Chafariz Dom Rodrigo	Estrada Real - Trecho São Bartolomeu - Ouro Preto	Tombamento	Municipal	10/04/2007
62	Bem Imaterial	Produção Artesanal de Doces de São Bartolomeu	Distrito de São Bartolomeu	Registro	Municipal	03/04/2008
63	Núcleo Histórico	Núcleo Histórico	Centro do distrito de Rodrigo Silva	Tombamento	Municipal	07/04/2008

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
64	Bem Móvel	Conjunto de Bustos Relicários (04 peças) atribuídas à Oficina de Aleijadinho	Estrada Ouro Preto - Ouro Branco (Estrada Real)	Tombamento	Municipal	06/07/2008
65	Conjunto arquitetônico e Paisagístico	Cemitério, Capela de São Miguel Arcanjo e seu acervo	Estrada Ouro Preto - Ouro Branco (Estrada Real)	Tombamento	Municipal	18/09/2008
66	Bem Imaterial - Formas de Expressão	Toque dos Sinos em Minas Gerais	Ouro Preto, Mariana, Sabará, Catas Altas, Serro, Tiradentes, Diamantina, Congonhas e São João Del Rei	Registro	Federal	03/12/2009
67	Bem Imaterial - Saberes	Ofício de Sineiro	Minas Gerais	Registro	Federal	03/12/2009
68	Bem Imaterial	Festa de Nossa Senhora dos Remédios	Localidade do Fundão - Distrito de Santo Antônio do Salto	Registro	Municipal	14/12/2009
69	Bens Imóveis	Igreja de São Gonçalo	Praça da Matriz - distrito de Amarantina	Tombamento	Municipal	28/09/2010
70	Bens Imóveis	Capela de Nossa Senhora das Dores	Rua Nossa Senhora das Dores - Distrito de Cachoeira do Campo	Tombamento	Municipal	18/11/2010

Nº	Categoria	Denominação do bem	Localização	Registros e Tombamentos	Nível de Proteção	Ano
71	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier	Distrito Miguel Burnier	Tombamento	Municipal	18/11/2010
72	Bens Imóveis	Capela de Nossa Senhora dos Remédios	Localidade do Fundão - Distrito de Santo Antônio do Salto	Tombamento	Municipal	18/11/2010
73	Bem Imaterial	Cavalcadas	Distrito de Amarantina	Registro	Municipal	16/09/2011
74	Bens Imóveis	Igreja Nossa Senhora Auxiliadora de Caslastrói	Área Rural - Usina de Barra Mansa - Distrito de Miguel Burnier	Tombamento	Municipal	13/11/2012
75	Bens Imóveis	Igreja Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães	Área Rural - Distrito Miguel Burnier	Tombamento	Municipal	13/11/2012
76	Bens Históricos, Arqueológicos e Paisagísticos	Pedra e Gruta do Vigia	Distrito Miguel Burnier	Tombamento	Municipal	12/12/2012